



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



VICTOR HUGO JUNQUEIRA

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E IDEOLOGIA: ANÁLISE DA
RELAÇÃO AGRONEGÓCIO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE
RIBEIRÃO PRETO – SP.**

SÃO CARLOS

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**EDUCAÇÃO, TRABALHO E IDEOLOGIA: ANÁLISE DA
RELAÇÃO AGRONEGÓCIO E EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE
RIBEIRÃO PRETO – SP.**

Victor Hugo Junqueira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina dos Santos Bezerra.

SÃO CARLOS

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

J95et Junqueira, Victor Hugo.
Educação, trabalho e ideologia : análise da relação
agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto – SP /
Victor Hugo Junqueira. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
212 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Educação e trabalho. 2. Agronegócio. 3. Ideologia. 4.
Cursos tecnológicos em agronegócio. I. Título.

CDD: 370 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de Mestre em Educação do candidato Victor Hugo Junqueira, realizada em 04/12/2014:

Prof. Dra. Maria Cristina dos Santos Bezerra
UFSCar

Prof. Dr. Fábio Fernandes Vilela
UNESP

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Prof. Dr. Marcos Cassin
USP

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Roberto e Cássia pelo incentivo e apoio constante.

À Elaine, minha companheira de todas as horas, pelo amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse concluído. São muitas pessoas que compartilharam desta trajetória de estudos e pesquisa, que mesmo sem saber, colaboraram para com o meu amadurecimento intelectual e político.

À Prof^a. Dr.^a Maria Cristina dos Santos Bezerra, por ter aberto as portas para o meu ingresso na Pós-Graduação e pela sua orientação sempre precisa, competente e incentivadora.

Ao Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto pelos ensinamentos nas disciplinas, nas reuniões de orientação e do grupo de pesquisa, participando ativamente da minha formação enquanto pesquisador.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (GEPEC): Adriana, Ana Flávia, Carolina, Mirian, Jaqueline, Elen, Suze, José Leite, Samila, Monica, Sidiney, Vanderlei, Lila, Cleivane, Lucinéia, Andréa e Flávio pelos momentos ricos de discussão e aprendizado.

Aos professores Marcos Cassin, Fábio Fernandes Villela, Joelson Gonçalves de Carvalho e Manoel Nelito Matheus Nascimento pelas correções e sugestões no exame de qualificação, e mais que isto, pela oportunidade de aprender com vocês por meio de leituras e reuniões do GEPEC e em outros espaços de discussão e reflexão.

Aos professores e colegas do PPGE, que muito colaboraram para compreensão das questões teóricas e metodológicas das pesquisas em Educação.

Agradeço, também, aos meus professores do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Presidente Prudente pela capacidade de reflexão e crítica que foram fundamentais para minha formação acadêmica.

Aos amigos do curso de Graduação em Geografia, do movimento estudantil, dos movimentos sociais do Pontal do Paranapanema e da Oposição Alternativa da APEOESP pelos momentos de aprendizado nas lutas e pela formação política.

Um agradecimento especial ao meu grande amigo Fernando Veloso pela leitura atenciosa do projeto, pelo auxílio e presteza na elaboração dos mapas. À Maria Joseli Barreto, por sua leitura e indicações sempre precisas nos meus textos.

Agradeço aos meus amigos: Luiz Ricardo Meneghelli e Paulo Eduardo Vasconcelos de Paula Lopes do Curso de Geografia do Centro Universitário Claretiano, pelo incentivo e diálogo constante sobre as questões geográficas. Ao Paulo, agradeço especialmente, pela leitura do projeto e orientações no decorrer da pesquisa.

Aos amigos professores da rede estadual e municipal, parceiros de luta e companheiros diários na árdua tarefa de ensinar.

Por fim, registro um agradecimento especial aos meus pais Roberto e Cássia pelo apoio e incentivo incondicional em todas as minhas etapas de estudo.

As minhas irmãs Juliana e Larissa pelo carinho e companheirismo.

E à Elaine, minha esposa amada, pelo amor e paciência para comigo nos momentos em que me dedicava aos estudos.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos.

Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os (Friedrich Engels).

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo central entender a relação entre o agronegócio e a educação, tomando como recorte territorial a região de Ribeirão Preto – SP. Partindo das transformações da agricultura capitalista e do mundo do trabalho este objetivo desdobrou-se em duas perspectivas analíticas complementares, a primeira, resume-se em entender como o agronegócio expressa a atual ideologia do capitalismo no campo e utiliza o espaço escolar para persuadir e convencer a sociedade de que os seus valores particulares, são universais. A realização desta etapa da pesquisa ocorreu por meio do exame de dois projetos desenvolvidos na educação básica na região de estudo: o Projeto Agronegócio na Escola da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP) e o Projeto AGORA da União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA). Em um segundo momento investigou-se as condições materiais para a expansão de cursos superiores em agronegócio e as propostas pedagógicas que lhes dão sustentação, com base na proposta curricular do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC. A pesquisa esteve alicerçada no materialismo histórico dialético em todas as suas etapas, desde a análise do desenvolvimento do capitalismo no campo na região de Ribeirão Preto, perpassando pela compreensão do conceito de ideologia nos escritos de Marx e Engels, Lênin, Gramsci e Althusser até o exame da relação trabalho e educação. Os resultados mostram uma nova fase de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, com maior aprofundamento das contradições e desigualdades no campo. Nesse sentido, o agronegócio procura por meio de diferentes aparelhos ideológicos, entre eles a educação garantir o apoio social para continuar tendo acesso a políticas estatais de crédito e infraestrutura. Além disso, estas transformações passam demandar formações técnicas e profissionais diferenciadas para as atividades do setor, cujo papel do Estado é fundamental na internalização de parte dos custos da reprodução da qualificação de uma força de trabalho diversificada e ideologicamente submetida ao domínio do capital.

Palavras- Chaves: Agronegócio, Educação, Ideologia, Trabalho, Cursos Tecnológicos em Agronegócio.

ABSTRACT

This dissertation aimed mainly at understanding the relationship between agribusiness and education, taking as territorial clipping region of Ribeirão Preto - SP. Starting from the transformations of capitalist agriculture and the world of work this goal was divided into two complementary analytical perspectives, the first boils down to understanding how the agribusiness expresses the current ideology of capitalism in the countryside and the school uses space to persuade and convince society that their particular values are universal. The completion of this stage of the research occurred through examination of two projects developed in basic education in the area of study: Agribusiness Project at the School of the Brazilian Agribusiness Association of Ribeirão Preto (ABAG- RP) and the Project AGORA of Industry Union sugar cane (UNICA). In a second step we investigated whether the material conditions for the expansion of higher education in agribusiness and pedagogical proposals that give them support, based on the proposed curriculum degree in Agribusiness Technology in the Faculty of Technology of the State of São Paulo - FATEC. The research was grounded in the dialectical historical materialism in all its stages, from the analysis of the development of capitalism in the countryside in the region of Ribeirão Preto, passing through the understanding of the concept of ideology in the writings of Marx and Engels, Lenin, Gramsci and Althusser to the examining the relationship between work and education. The results show a new phase of development of capitalist relations of production, with further deepening of the contradictions and inequalities in the field. In this sense, agribusiness looking through different ideological apparatuses, including education ensure social support to continue having access to state credit and infrastructure policies. In addition, these changes are require technical training and special professional for the activities of the sector, whose state's role is crucial in the internalization of the costs of reproduction of the classification of a diverse workforce and ideologically subject to the rule of capital.

Key Words: Agribusiness, Education, Ideology, Labor, Technological Courses in Agribusiness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartilha Agronegócio na Escola: agricultura até 1950.	138
Figura 2 - Cartilha Agronegócio na Escola: mudanças tecnológicas	138
Figura 3 - Cartilha Agronegócio na Escola: trabalho infantil e preservação ambiental.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Produção de Grãos no Brasil em (mil) toneladas 1978 – 2012.....	47
Gráfico 1.2 – Área plantada de Grãos no Brasil em (mil) toneladas (1978 – 2012).....	48
Gráfico 1.3 – População ocupada no campo (1970 – 2006).....	54
Gráfico 1.4 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários - SP.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1– Usinas em operação na Safra 2013/2014 na Mesorregião de Ribeirão Preto.....	81
Quadro 2.1 - Elementos do Discurso do Agronegócio na visão dos representantes patronais segundo Bruno (2009)	106
Quadro 4.1 – Disciplinas Específicas de Gestão do Agronegócio	171
Quadro 4.2 – Disciplinas e Ementas do eixo Tecnologia Agropecuária e Agroindustrial – FATEC/SP.....	188

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1 – Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto.	56
Mapa 1.2 – Distribuição da população nos Municípios da Mesorregião de Ribeirão Preto 2010.....	65
Mapa 1.3 – Distribuição das Usinas na Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto na Safra 2013/2014.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Balança Comercial Brasileira entre 1993 e 2012 em bilhões de dólares.....	45
Tabela 1.2 – Balança Comercial do agronegócio entre 1993 e 2012 em bilhões de dólares. ..	46
Tabela 1.3 – Área plantada e produção de grãos Brasil (1978 – 2012).....	47
Tabela 1.4 – Exportações de Açúcar, Soja em Grão e Celulose - Papel no Brasil entre 1996 e 2010 (em milhões de dólares).....	48
Tabela 1.5 - Área Colhida de alguns produtos agrícolas na Mesorregião de Ribeirão Preto entre 1975 e 2010 (em hectares).....	58
Tabela 1.6– Estrutura Fundiária das Microrregiões que compõem a Mesorregião de Ribeirão Preto em 1985.....	60
Tabela 1.7 – Evolução da População Urbana e Rural entre 1960 e 2010.....	63
Tabela 1.8 – Assentamentos rurais na Mesorregião de Ribeirão Preto (1979-2012).....	68
Tabela 1.9 - Produção de Cana-de-Açúcar entre 1990 e 2010 (em toneladas)	70
Tabela 1.10 – Exportações brasileiras de Açúcar e etanol entre 2001 e 2010.	71
Tabela 1.11 – Evolução do Índice de Gini, por EDR da Região Norte Estado de São Paulo, 1995/96 e 2007/08.	73
Tabela 3.1 – Programa Agronegócio na Escola entre 2001 e 2008 parceria com a SEE/SP .	125
Tabela 3.2 – Programa Agronegócio na Escola entre 2009 e 2013 parceria com as Secretarias Municipais de Educação	127
Tabela 4.1 – Cursos Superiores Tecnológicos ofertados em Instituições Públicas no Brasil.	180
Tabela 4.2 – Distribuição das aulas do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio por eixos de conhecimento – FATEC.....	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio.

ABAG/RP - Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto.

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

AIAA - Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAI - Complexo Agroindustrial.

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

CEET – Centro Estadual de Educação Tecnológica.

CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

COPERSUCAR - Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing.

ETEC – Escolas Técnica Estadual.

FCA – Faculdade de Ciências Aplicadas.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FAP - Frente Ampla da Agropecuária.

FATEC – Faculdade de Tecnologia Estadual.

FERAESP - Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais.

GOT – Ginásios Orientados para o Trabalho.

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IEA - Instituto de Economia Agrícola.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPESO - Instituto de Pesquisas.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LUPA - Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo.

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MPT – Ministério Público do Trabalho.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

NR – Norma Regulamentadora.

ONG - Organização Não Governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PIB – Produto Interno Bruto.

PQA – Paradigma da Questão Agrária.

Proálcool – Programa Nacional do Alcool.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

SAA - Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados.

SEE/SP Secretaria do Estado da Educação de São Paulo.

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural.

SOPRAL - Sociedade dos Produtores de Alcool de São Paulo.

UFF - Universidade Federal Fluminense.

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

UFV - Universidade Federal de Viçosa.

UNB – Universidade Nacional de Brasília.

UNESP - Universidade Estadual Paulista.

UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

USP - Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL	24
1.1 – As transformações capitalistas no campo brasileiro: as raízes do agronegócio.	24
1.2 – O que há de novo na agricultura brasileira?	39
1.3 – Da cafeicultura ao capital agrocanavieiro: mudanças e permanências na região de Ribeirão Preto – SP.....	55
1.4 – O domínio do Agronegócio na região de Ribeirão Preto.	67
CAPÍTULO 2 - IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO: ENTRELAÇAMENTOS POSSÍVEIS NA ANÁLISE DA REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO.	85
2.1 – Os sentidos da ideologia: proposições à luz do marxismo	86
2.2 - Contribuições de Lênin, Gramsci e Althusser ao debate marxista sobre ideologia.	95
2.3 - Agronegócio: as bases ideológicas do capitalismo no campo	103
2.4 – O Estado como mediador da relação educação e ideologia na sociedade do capital.	112
CAPÍTULO 3 - OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO – SP.	119
3.1 – Os impactos das políticas neoliberais na Educação: breves apontamentos.....	119
3.2 – Os programas educacionais do Agronegócio na região de Ribeirão Preto.....	121
3.2.1 – ABAG/RP: Agronegócio na Escola	122
3.2.2 – UNICA: Projeto Agora.....	143
3.3 – Outros Projetos Educacionais do Agronegócio no Brasil	154
3.3.1 - Projeto Escola Viva.....	154
3.3.2 - Projeto Escola no Campo	155
3.3.3 - Comunidade Educativa	156
CAPÍTULO 4 - O AGRONEGÓCIO NO ENSINO SUPERIOR: QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E IDEOLOGIA	158
4.1. A expansão de cursos tecnológicos de Agronegócio.	162
4.2 – A formação do bacharel em agronegócio.....	169
4.3 - Cursos tecnológicos em Agronegócio	173
4.4 – Análise do Curso Tecnológico de Agronegócio da FATEC.	183

CONCLUSÕES.....	191
REFERÊNCIAS	198
ANEXO.....	212

INTRODUÇÃO

No Brasil, o termo agronegócio emerge nas últimas décadas com toda força nos discursos políticos, midiáticos e acadêmicos. Dados e informações são divulgados persistentemente comprovando a produtividade e rentabilidade deste “novo” modelo de produção da agricultura (BRUNO, 2009). Todavia, quais as intencionalidades da inserção tão contundente e sistemática destes discursos? Qual a conexão destes discursos com a questão agrária brasileira na atualidade? Além disso, quais os dilemas e contradições que se escondem sob um discurso que se projeta de forma homogênea?

A premissa da pesquisa é a de que a questão agrária brasileira adquire novos contornos políticos e econômicos como resultado das transformações no âmbito da reprodução ampliada do capital e da conjunção de ciência, técnica e informação nos processos produtivos agroindustriais que aumentaram a capacidade de produção da agricultura (SANTOS, 2008; ELIAS, 2003) sem, contudo, alterar estruturalmente suas bases materiais de reprodução. Esta nova etapa da agricultura capitalista passou a ser difundida sob o nome de agronegócio.

As entidades representativas do agronegócio e seus colaboradores nos mais diversos ramos da comunicação - nos jornais, revistas, redes de televisão e de internet - além de políticos e acadêmicos ligados ao setor fazem do termo sinônimo de progresso e prosperidade econômica para o país, modelo de sustentabilidade e geração de emprego e renda. Em oposição, os movimentos de luta pela terra e os intelectuais organicamente ligados a defesa pela democratização da terra e por melhores condições de vida para os trabalhadores do campo declaram o agronegócio como um novo inimigo, que reproduz as antigas contradições do desenvolvimento capitalista.

A questão, a saber, é como as bases do desenvolvimento material do capitalismo no campo, em sua articulação com as cidades, em escalas do local ao global se entrelaçam concretamente com a dimensão ideológica na produção, análise, promoção e crítica desta realidade.

Partindo do pressuposto de que a educação é, também, um instrumento ideológico, a presente pesquisa, fundamentada no referencial marxista, analisa como o agronegócio se expressa como a atual ideologia do capitalismo no campo e utiliza o espaço escolar para persuadir e convencer a sociedade de que os seus valores particulares, são

universais. Para isto, examinamos, os seus projetos educativos direcionados a Educação Básica, especificamente, o programa Agronegócio na Escola da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP) e o projeto AGORA da União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA).

Porém, a pesquisa não se esgota nisto. A relação entre ideologia e educação está intimamente ligada à relação trabalho e educação. Nesse sentido, a ideologia do agronegócio busca garantir as bases da sua própria reprodução, fundada na exploração da força de trabalho, que precisa estar ideologicamente submetida ao capital e ter sua qualificação constantemente reproduzida conforme as necessidades históricas do capital (ALTHUSSER, 2008).

Com efeito, a reestruturação produtiva do capital e os seus múltiplos impactos sobre o mundo do trabalho, invariavelmente, impactaram as relações de trabalho na agricultura, que passou a requerer profissionais com novas funcionalidades ao processo de reprodução capitalista, que se mostra cada vez mais excludente e seletivo.

Entre estes novos profissionais, chamou-nos a atenção a multiplicação de cursos tecnológicos superiores em agronegócio nas áreas mais dinâmicas do desenvolvimento capitalista no campo, especialmente, os patrocinados pelo Estado. Será de fato, esta uma nova exigência profissional para o setor? Quais as atribuições destes profissionais? Qual a ideologia imanente na formação destes tecnólogos?

A par destas questões, a pesquisa analisou ação do capital na reprodução da qualificação da força de trabalho, por meio do exame das condições objetivas para a expansão de cursos superiores em agronegócio e as propostas pedagógicas que lhes dão sustentação; e a utilização da escola como um espaço importante para submeter o conjunto da sociedade à ideologia dominante, para conquistar apoio social ao seu projeto de contínua reprodução. Em suma, a pesquisa aborda utilização da escola para a reprodução das relações de produção e para a qualificação da força de trabalho pelo agronegócio.

O recorte territorial adotado nesta pesquisa é a região de Ribeirão Preto – SP, que atualmente representa uma das áreas mais dinâmicas do capitalismo no campo brasileiro, marcada pela presença intensiva da aplicação tecnológica na produção, da integração com a indústria e pela internacionalização dos mercados.

Para contextualizarmos este cenário recorreremos à análise histórica do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro a partir da década de 1930 - período no

qual se inicia a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma sociedade urbana-industrial (OLIVEIRA, 2013) - e intensifica as alterações técnicas, sociais e econômicas, que nas décadas seguintes irão consolidar as bases da agricultura capitalista no país.

Tomamos como base teórica o método materialismo histórico e dialético, que parte do pressuposto de que a realidade existe independentemente da consciência sobre ela, assim, o ponto central da investigação científica é o entendimento da coisa em si, a realidade tomada empiricamente como totalidade e historicidade.

Sanfelice (2008, p. 84 e 85) ao tratar da aplicação do materialismo dialético nas pesquisas educacionais, afirma que:

Pesquisas orientadas pela dialética, em seu sentido amplo, buscam contemplar o melhor possível uma análise objetiva da realidade estudada, após explorá-la exaustivamente. Tenta-se apreender o conjunto das conexões internas da coisa e isso é possível com o auxílio de muitos procedimentos científicos disponíveis. Não menos importante é a apreensão dos aspectos e dos momentos contraditórios internos, pois o objeto é tomado como unidade dos contrários. Torna-se um desafio captar o conflito, o movimento a tendência predominante de sua transformação.

Há que se destacar que para o materialismo histórico e dialético o entendimento da relação sujeito-objeto e da teoria-prática parte da própria concepção de homem como ser histórico que produz a sua própria existência material e as suas próprias representações na mediação com o real. Diante disso, para o pensamento marxista há uma correspondência entre a existência e a consciência, entre a realidade e o pensamento dado a dimensão da práxis humana.

Kuenzer (1998, p. 60) explica que:

O marxismo relaciona sujeito e objeto na base real em que eles são unificados na história: o movimento do pensamento ocorre através da atividade histórica do homem em seu conjunto, havendo uma coincidência plena entre sujeito e objeto; através da prática, no transcurso da história, vão se constituindo, através da relação, o sujeito enquanto objetivado, e o objeto enquanto subjetivado, deixando de ser objeto em si. Assim, o pensamento torna-se objetivo, e as leis pensamento coincidem com as leis do objeto. (KUENZER, 1998, p.60)

Na relação sujeito – objeto para o materialismo histórico e dialético “inevitavelmente o sujeito está auto-implicado no objeto. Não há uma relação de

exterioridade, há uma relação de auto-implicação, que não é uma relação de identidade, mas uma relação de unidade”. (BEZERRA NETO; BEZERRA, 2010, p. 252).

Por essa via, é que podemos entender o processo de construção do conhecimento como auto-implicação da relação sujeito-objeto por meio da práxis, e avançarmos na compreensão do método da economia política, assim, exposto por Marx (2008, p. 258 e 259):

O concreto é concreto porque é a síntese das múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.

Saviani (2009) ao abordar esta formulação de Marx para explicar a passagem do senso comum à consciência filosófica questiona-se: como entender isso? Eis a resposta formulada:

Poder-se-ia dizer que o concreto – ponto de partida é o concreto real e o concreto-ponto de chegada é o concreto pensado, isto é, a apropriação do pensamento pelo real concreto. Mais precisamente: o pensamento parte do empírico, mas este tem como suporte o real concreto. Assim, o verdadeiro ponto de partida, bem como o ponto de chegada, é o concreto real. Desse modo, o empírico e o abstrato são momentos do processo de conhecimento, isto é do processo de apropriação do concreto no pensamento. (SAVIANI, 2009, p. 5).

Entretanto, como partir da realidade tomada como concreto real se esta não se apresenta direta e imediatamente ao homem em sua concreticidade, mas como pseudoconcreticidade? (KOSIK, 1976).

Para o autor, a solução está na destruição da pseudoconcreticidade pela crítica revolucionária da práxis da humanidade, pelo pensamento dialético na dissolução do mundo fetichizado para atingir a realidade em si e na dimensão ontogenética de realização da verdade revelando “que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza” (KOSIK, 1976, p. 23).

Opondo-se a abordagem idealista que defende a existência de instâncias legitimadoras eternas e universais, o materialismo histórico e dialético, afirma que a ciência evolui como consequência da mudança da sociedade. Logo, o *em si* das coisas é cognoscível,

a verdade e o conhecimento são passíveis de serem alcançados, contudo, como aponta Sanfelice (2005, p. 89) “o em si, ontologicamente, se constitui sempre em movimento. Na fluidez do *em si* dos fenômenos há uma (não-) permanência: a (não) permanência do movimento, do processo, da mudança”.

Este movimento incessante do real como totalidade e historicidade coloca-se como um desafio permanente, um obstáculo à difícil articulação entre a parte e a totalidade, entre o imediato (fenômeno) e o mediato (essência), entre a questão e a resposta, caminhos pelos quais o conhecimento se move.

Sanfelice (2005) destaca que a pesquisa que se pretende pautar pela dialética, a pequenez do pesquisador individual ante a toda realidade – em particular a análise do fenômeno educativo – parece ser um entrave intransponível. Nesse sentido, só a somatória obtida por um conhecimento coletivo, aproxima o conhecimento do todo. O autor ressalta que não há conhecimento absolutizado, mas somente relativo (não relativista), no sentido de que se constitui como parte de um todo, possível de ser conhecido.

Isso posto, ao definirmos como objeto de análise as transformações da agricultura capitalista e os seus impactos na educação, utilizando o materialismo histórico e dialético, temos o compromisso de buscar compreender o real como totalidade e historicidade em movimento, ao mesmo tempo, que reconhecemos os limites e as dificuldades para transpor os aspectos fenomênicos e articular o particular a totalidade. Não há dúvidas que analisar a realidade como totalidade em movimento coloca-se como um permanente desafio a pesquisa científica, sobretudo, para as ciências humanas em tempos de mundialização do capital na qual há uma compressão espaço - tempo da produção e da vida (HARVEY, 1992).

Além disso, temos ciência que a exposição do método de investigação e a filiação teórica na introdução do trabalho deveriam ser desnecessárias, uma vez que desejamos que elas se revelem claras ao leitor no desenvolvimento dos capítulos. Entretanto, em tempos de predomínio das ideias pós-modernas “que reificam a particularidade, o subjetivismo, o local, o dialeto, o capilar, o fortuito, o acaso” (FRIGOTTO, 1995, p. 81) negando a razão moderna, da objetividade e da verdade do conhecimento (BEZERRA NETO; BEZERRA, 2010) é preciso reafirmar a atualidade do materialismo histórico e dialético e a possibilidade de alcançar a unidade do diverso na sua temporalidade histórica, por meio da reprodução do concreto pela via do pensamento.

Esses pressupostos teóricos e metodológicos nos conduziram no percurso de pensar e investigar a relação entre a estrutura econômica, social e política e a educação, em especial, os projetos educacionais e os cursos de qualificação do agronegócio, que embora representem diretamente o interesse particular de uma fração da classe burguesa, se relacionam e se integram ao conjunto dos interesses dominantes e as especificidades das políticas educacionais brasileiras, que por si só como movimento do real estão permeados por contradições, resistências e conflitos.

Os resultados da investigação estão estruturados em quatro capítulos, cujos principais aspectos teóricos e metodológicos, são expostos resumidamente a seguir.

No primeiro capítulo analisamos o desenvolvimento histórico da agricultura capitalista, abrangendo o interstício que se inicia na década de 1930 com as modificações econômicas provocadas no campo advindas da industrialização e urbanização até o atual período caracterizado pela internacionalização e financeirização da agricultura. Esta discussão foi construída com base no referencial teórico de autores que na leitura paradigmática¹ de Fernandes (2001, 2006, 2013) se enquadram, especialmente, no Paradigma da Questão Agrária (PQA) que compreende o desenvolvimento da agricultura a partir da crítica às relações capitalistas e não capitalistas de produção, evidenciando as contradições, conflitualidades e limites deste modelo na perspectiva da sua superação.

Os autores que compõem este paradigma procuram evidenciar as contradições e dilemas do desenvolvimento capitalista na agricultura que agudizaram os processos de concentração de terras, poder e capitais, ao passo que subjugam, exploram e colocam camponeses e trabalhadores em uma relação de subalternidade, não sem resistências, conflitos e enfrentamentos.

Esta perspectiva, além de contribuir para a compreensão do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, nos foi importante para focar as particularidades da região de Ribeirão Preto, que historicamente não apenas se conectou e influenciou-se pelos

¹ Para Fernandes as pesquisas sobre o campo brasileiro estão sendo desenvolvidas a partir de dois paradigmas: paradigma da questão agrária – PQA e paradigma do capitalismo agrário – PCA. “A diferença fundamental entre o PQA e o PCA é a perspectiva de superação do capitalismo. No PQA, a questão agrária é inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. Compreende que a possibilidade de solução do problema agrário está na perspectiva de superação do capitalismo. Isto implica em entender que as políticas desenvolvem-se na luta contra o capital. No PCA, a questão agrária não existe porque os problemas do desenvolvimento do capitalismo são resolvidos pelo próprio capital. Portanto, as soluções são encontradas nas políticas públicas desenvolvidas com o capital” (FERNANDES, 2006, p. 37).

processos nacionais, mas se constituiu em um importante centro irradiador do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Para fins deste trabalho adotamos como delimitação territorial da região de Ribeirão Preto a proposta de divisão regional do IBGE, que define a área como mesorregião de Ribeirão Preto abrangendo 66 municípios (conforme exposto no capítulo 1).

A opção por esta regionalização derivou da acessibilidade e confiabilidade dos dados obtidos nos censos demográficos e agropecuários, disponíveis nos bancos digitais do instituto, sobretudo, no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, mas também, no banco de informações estatísticas do IPEA (Instituto de Economia Aplicada) o Ipeadata.

Além disso, para a caracterização desta região, foram consultadas outras fontes e dados que adotam regionalizações distintas, para as quais procuramos realizar os devidos ajustes. Entre elas destacam a Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); do LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Instituto de Econômica Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; da UNICA e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Outra fonte importante de dados são os relatórios dos comitês de Bacias Hidrográficas² realizados pelo IPT, que apresentam uma caracterização histórica, econômica e social importante. O relatório zero da Bacia Hidrográfica do Pardo, por exemplo, apresenta informações e dados relevantes sobre o desenvolvimento regional e as transformações na agricultura desde o início do século XX. Por fim, não poderíamos deixar de salientar o livro “Agricultura e Globalização” de Denise Elias (2003), o trabalho mais completo que encontramos sobre o desenvolvimento da agricultura na região, abrangendo o período entre a década de 1960 ao início da década de 1990.

A partir desta caracterização econômica e social do agronegócio é que nos enveredamos no sentido de compreender os processos ideológicos que estão subjacentes a esta nova fase da agricultura capitalista e a sua vinculação educacional.

Para a realização desta etapa da pesquisa, cujos resultados estão no Capítulo 2 fez-se necessário uma ampla e difícil revisão bibliográfica, sobre o conceito de ideologia nos escritos marxistas. A complexidade, ambiguidades e contradições do conceito expressas em

² A região em estudo compõe basicamente as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos 4- Pardo; 8- Sapucaí/Grande, 9- Mogi-Guaçu e 12 – Baixo Pardo/ Grande.

diferentes matrizes teóricas e internas ao próprio marxismo exigiu definir alguns autores e obras que abordaram esta problemática, para tanto, optamos por trabalhar com alguns escritos de Marx e Engels, Lênin, Gramsci e Althusser, para entender como o agronegócio se expressa como a ideologia da classe dominante que se reproduz com base na agricultura.

Neste capítulo abordamos também o papel do Estado no campo educacional e como a educação permeada por contradições que expressam também as posições de classe, é um aparelho ideológico importante, para a difusão dos valores da classe dominante. A partir disso, nos capítulos seguintes examinamos o papel da escola para reprodução das relações de produção (Capítulo 3) e para a qualificação da força de trabalho (Capítulo 4).

Desse modo, no Capítulo 3 apresentamos os resultados da análise dos programas educacionais do agronegócio na região de Ribeirão Preto, especificamente, o Programa Agronegócio na Escola da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP) e o Projeto AGORA da União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA). A realização desta etapa da pesquisa ocorreu por meio do exame das publicações destas entidades e dos materiais didáticos distribuídos as escolas, além de publicações acadêmicas, institucionais e jornalísticas que se referem a estes projetos.

Já no capítulo 4 examinamos a qualificação em nível superior direcionada para o agronegócio oferecida aos trabalhadores para atuar na agricultura. Para esta análise partimos da hipótese de que as transformações na agricultura, que são parte integrante da reestruturação produtiva do capital, exigem novas qualificações dos trabalhadores para a reprodução do capital e, inerente a este processo, a criação e a expansão de cursos tecnológicos denominados agronegócio, cumpre, igualmente, a função de submeter os indivíduos a ideologia dominante.

Na região de Ribeirão Preto existem diversos cursos em agronegócio, sobretudo mantidos por instituições privadas. Todavia, nesta pesquisa examinamos a proposta curricular do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC, realizado no município de Taquaritinga, por exemplificar a ação do Estado no processo de qualificação de trabalhadores, garantindo a oferta de força de trabalho necessária e de “reserva” para atuar nas diferentes atividades do setor.

Esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para evidenciar as contradições e limites do desenvolvimento do capitalismo no campo e os seus impactos nas relações de trabalho. Mais ainda, explicitar como na sociedade de classes, a educação para a classe dominante e suas frações de classe sob a coordenação do Estado, se afirma como um

instrumento político importante para propagação ideológica e para formação técnica e profissional adequada à reprodução material do capital.

CAPÍTULO 1

A CONSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

1.1 – As transformações capitalistas no campo brasileiro: as raízes do agronegócio.

O desenvolvimento do capitalismo no campo motivou intensos debates, polêmicas e divergências nas ciências humanas e, em particular, no campo marxista. Em geral, as principais discussões estão centradas no papel do capitalismo nas alterações das relações sociais pretéritas, no papel da estrutura fundiária para o progresso ou limite a expansão do capital e nas articulações entre a agricultura e a indústria.

Entre os autores brasileiros estas discussões motivaram distintas interpretações das formas e das consequências da expansão do capitalismo no campo, cujos debates variam desde teses sobre a existência do feudalismo ou de relações pré-capitalistas, até as análises que questionam a existência ou destruição do campesinato e de qual o papel político deste sujeito no processo de transformação ou permanência das relações sociais de produção. Na Geografia, alguns trabalhos procuraram sistematizar estas diferentes linhas de estudo, entre eles, destacam-se os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004, 2007a, 2007b), Bernardo Mançano Fernandes (2001, 2006, 2013) e seus orientados de pós-graduação.

Não é pretensão desse trabalho adentrar a este debate, nem mesmo expor ou examinar cada uma destas posições. Mas, sabendo dos desdobramentos teóricos e políticos que elas acarretam, partimos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo para examinar as transformações do campo brasileiro desde a passagem da hegemonia de uma economia agrário-exportadora para uma estrutura predominantemente urbana-industrial na década de 1930 até as suas configurações atuais, caracterizadas pela prevalência do capitalismo financeiro e da internacionalização da produção agropecuária.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado³ elaborada por León Trotsky parte das premissas de que o capitalismo é uma totalidade contraditória e que os ritmos diferenciados de expansão no plano internacional impedia que os países “coloniais” ou “semicoloniais” tivessem um desenvolvimento autônomo ou que repetisse os mesmos processos dos países pioneiros. Assim, a tendência de expansão do capitalismo nas nações atrasadas seria “marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações

³ Uma análise mais ampla da teoria do desenvolvimento desigual e sua utilização por intelectuais brasileiros podem ser encontradas em Demier (2007).

avançadas e sua adaptação as condições materiais e culturais arcaicas” (DEMIER, 2007, p. 78).

No livro *A História da Revolução Russa*, Trotsky ao examinar o processo revolucionário que culminou na vitória bolchevique, sistematiza esta concepção da seguinte forma:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a via retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinações de fases diferenciadas, amálgama as formas arcaicas com as modernas (TROTSKY, 1977, p. 25).

Valendo-se desta perspectiva, Francisco de Oliveira⁴ (2013, p. 60) na sua *Crítica à razão dualista*, publicado originalmente em 1972, divergindo das teses “dualistas⁵” e “etapistas” que dominavam o pensamento econômico brasileiro, mostrou a simbiose e a organicidade entre o “moderno” que crescia se alimentando do “arcaico”, de modo que a expansão das relações capitalistas no Brasil acabou “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” conferindo uma particularidade a historicidade do país compatível com a acumulação global.

Para Francisco de Oliveira (2013) na expansão das relações capitalistas no Brasil após década de 1930, três fatores desempenharam enorme significação: primeiro, a ação do Estado na regulamentação da relação capital e trabalho, cuja legislação trabalhista e a definição de um salário mínimo foram o seu principal instrumento; em segundo lugar, destaca a ação do Estado na regulamentação de outros fatores de produção, definindo preços, distribuindo ganhos e perdas entre os diferentes setores capitalistas, investindo em

⁴ Demier (2007) considera Francisco de Oliveira ao lado de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. os principais expoentes da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nas ciências sociais brasileiras. Porém, diferente de Trotsky cuja teoria apontava para a necessidade da Revolução Socialista sem passar por uma fase democrática burguesa, em Francisco de Oliveira esta perspectiva não está clara, pois se limita a problematizar a questão da distribuição de renda como um empecilho ao desenvolvimento nacional.

⁵ As teses “dualistas” e “etapistas”, grosso modo, entendiam que um setor “atrasado” (localizado especialmente no campo) impedia o progresso de um setor “moderno” (industrial) e que por consequência apenas eliminação do atraso (revolução democrática burguesa) poderia superar a etapa do subdesenvolvimento e alçar o país a um estágio superior do desenvolvimento. Segundo Demier (2007) partilhavam destas concepções alguns formuladores teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães; intelectuais ligados a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), como Celso Furtado e Maria Conceição Tavares; e os pesquisadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

infraestrutura, especialmente, em indústrias de base e transportes; e em terceiro lugar, o papel da agricultura, de um lado, como subsetor de exportação, e de outro, como atividade necessária a produção para o mercado interno, para “não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

Assim, a agricultura tornou-se uma peça-chave ao desenvolvimento industrial do país alavancado pelo ingresso de capitais internacionais e pelo financiamento estatal,

em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o ‘exército de reserva’ das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinou esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta (OLIVEIRA, 2013, p. 46).

Nesse contexto, a projeção do capitalismo em escala internacional, em um país de industrialização incipiente e com baixa produtividade agrícola, demandou rearranjos internos na agricultura e na sua articulação com as cidades tanto na produção e comercialização de mercadorias como nas relações de trabalho face às novas diretrizes de acumulação e reprodução do capital.

Marx (2008) analisando as transformações capitalistas na Europa observava, no século XIX, que a agricultura transformava-se cada vez mais em um simples ramo da indústria e passava a ser completamente dominada pelo capital. No Brasil, este processo não foi diferente, permeado por contradições e desigualdades espaciais e temporais, típicas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, a penetração do capitalismo no campo convergiu para modificar as formas de apropriação da renda da terra e a sua utilização para fins da extração da mais-valia.

Ainda que segundo Oliveira (2013) em um primeiro momento o campo não represente um importante mercado para a indústria, a transformação do país em uma economia urbano-industrial introduz novas relações no campo, compatibilizando a permanência de um padrão “primitivo” com a expansão de relações capitalistas, cujos traços

mais evidentes são a formação de um proletariado rural e a extração da renda capitalizada da terra⁶.

Cabe destacar que o ingresso das relações capitalistas de produção no campo deparou-se com uma estrutura agrária altamente concentrada, nas áreas de ocupação e colonização antiga, mas também, com a presença de grandes extensões de terras devolutas, sobretudo, no centro-oeste e norte do país. Além disso, a configuração de uma economia de base agrário-exportadora conferia aos proprietários rurais o domínio da estrutura política.

Nesse cenário, ao contrário das revoluções burguesas “clássicas” que ocorreram na Europa, na qual a burguesia rompeu com o poder político dos proprietários rurais, no Brasil a situação foi diferente. No processo de industrialização e de emergência de uma sociedade urbana no pós-guerra, a burguesia industrial não excluiu os proprietários rurais da estrutura do poder, nem dos ganhos da expansão do sistema (OLIVEIRA, 2013).

Por isso, na literatura brasileira muitos autores passaram a designar este processo como resultado de uma modernização conservadora⁷, na qual o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo no campo, não provocou alterações nas relações sociais vigentes.

⁶ Segundo Martins (1998, p. 20) “antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra”.

⁷ Segundo Pires e Ramos (2009, p. 414) o termo modernização conservadora foi criado por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais, cujo eixo central seria: “o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados”. Para os autores, este mesmo processo havia sido assinalado por Lênin como via do desenvolvimento prussiano que seria caracterizada pela transformação capitalista da grande propriedade rural sem modificar a estrutura fundiária. No Brasil, Pires e Ramos (2009) destacam que a incorporação desta tese ocorreu, entre outros autores, nos estudos de Alberto Passos Guimarães (1977), Graziano da Silva (1980), Martine e Garcia (1987) e Delgado (1985), muitas vezes sem as devidas mediações históricas e críticas. Já Oliveira (2007b) argumenta que esta tese implica em entender que o desenvolvimento do capitalismo no campo permitiria que os latifúndios se transformassem em empresas rurais e, conseqüentemente, camponeses e latifundiários seriam considerados como classes sociais de *fora* desse modo de produzir e, portanto, em extinção. No caso dos camponeses estes se tornariam meros assalariados. Dado as diversas caracterizações que este termo assume, desde a crítica a este processo e a necessidade da reforma agrária, até a perspectiva da integração do pequeno produtor ao capital, esclarecemos que a utilização deste termo não implica em nenhuma filiação teórica, mas objetiva apenas não descaracterizar a compreensão da realidade elaborada pelos autores quando citados.

Para viabilizar este pacto de classe o Estado desempenhou um papel central como agente regulador e financiador da expansão capitalista no campo, sobretudo, no período militar (1964 -1985). Neste interstício a aliança entre os grupos empresariais, as oligarquias agrárias e poder militar, por meio das políticas de colonização e do crédito⁸ subsidiado seja por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pelos incentivos fiscais nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural ou, ainda pelo aporte de recursos em políticas de garantias de preço, pesquisa e extensão rural, etc. favoreceu o desenvolvimento das forças produtivas e a integração técnica do campo a cidade, sem alterar a estrutura agrária e o poder das oligarquias rurais, possibilitando inclusive a poderosos grupos empresariais tornarem-se grandes proprietários rurais.

Uma das principais ações do Estado neste sentido foi a aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), por meio da qual o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, impedindo o acesso a terra para os camponeses e a constituição da propriedade familiar, favorecendo a criação da propriedade capitalista (FERNANDES, 1994).

Com base nestes instrumentos a política agrária no governo militar realizou modificações técnicas na produção sem alterar a estrutura fundiária. Fernandes (1994, p. 34) analisou a evolução da estrutura fundiária brasileira entre 1970 e 1985 e obteve os seguintes resultados:

A classe de área que teve maior aumento percentual foi a de mais de 10.000 hectares, que cresceu 55% em área e 50% em número de estabelecimentos, acompanhada pela classe de 1.000 a 10.000 hectares, que teve um aumento de 35%, tanto em área quanto em número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares cresceram, em número, 25% e tiveram a sua área aumentada em 21%. Já os estabelecimentos de menos de 100 hectares tiveram o menor aumento percentual. Cresceram, em número, 18% e tiveram a sua área aumentada em apenas 15%. Num período de 15 anos, 48.4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do estado de São Paulo.

Estes dados evidenciam que o processo de afirmação de uma economia urbana-industrial foi marcado por uma dilatação da concentração de terra, tanto pela transformação de terras públicas em latifúndios, sobretudo, com a expansão das fronteiras agrícolas nas regiões norte e centro-oeste, que resultou inclusive na usurpação de terras indígenas

⁸ Conforme Delgado (2012) em 1976 no auge da expansão do crédito rural o valor disponibilizado passou de 20 bilhões de dólares o equivalente ao PIB da agricultura naquele período.

(MARTINS, 1993), quanto pela expropriação de pequenos proprietários ou posseiros no Nordeste e no Centro-Sul, que tiveram como destino a proletarização urbana ou rural, ou ainda a migração de trabalhadores para as áreas de colonização e fronteiras agrícolas no centro-oeste e norte do país.

Outra medida importante realizada pelo Estado para o desenvolvimento do capitalismo no campo foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Formulada no contexto de fortalecimento das lutas sociais no campo, em especial com as Ligas Camponesas, a extensão aos trabalhadores do campo dos direitos trabalhistas já existentes para os trabalhadores urbanos foi uma resposta burguesa para disciplinar os conflitos no campo⁹ e transformar a propriedade fundiária em empresa capitalista, por meio da figura do assalariado.

Neves Neto; Hespanhol (2009) afirmam que a partir desta legislação e dos mecanismos utilizados pelos proprietários rurais para não arcar com os encargos trabalhistas, milhares de trabalhadores foram expulsos do campo e passaram a ser contratados por dia de serviço, os chamados boias-frias que, vivendo marginalizados nas cidades, enfrentaram condições precárias de trabalho no campo.

O resultado deste processo foi a transformação capitalista do campo marcada, por um lado pela tecnificação, cujo principal indicador é o crescimento exponencial de máquinas agrícolas e tratores. Apenas para exemplificar este processo, de acordo com dados do IBGE, em 1950 havia 8.372 tratores no Brasil, este valor saltou para 165.870 em 1970, e em 1985 atingiu a marca de 665.280 unidades.

Por outro lado, o pacto de classes entre a burguesia e os grandes proprietários de terra, sedimentado pelo Estado, provocou a expulsão, somente entre 1960 e 1980, de quase 30 milhões de pessoas do campo (MARTINE, 1991). Outro dado que auxilia na caracterização deste processo é a redução da população rural no total da população, passando de 63,9% em 1950 para 32,3% em 1980.

Em síntese, estes elementos delineiam a natureza do desenvolvimento do capitalismo no campo: expropriação e proletarização dos trabalhadores do campo, como

⁹ O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 – de 2 de março de 1963) estendia ao campo a legislação social e sindical implementada por Vargas em 1943. No artigo 118, por exemplo, definia entre outras as seguintes condições para o funcionamento do sindicato: a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato; d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 120, inclusive as de caráter político-partidário. Desse modo, estavam proibidas as greves no campo.

materialização social dos processos de internalização capitalista da concentração de terras e poder no seio das transformações técnicas e jurídicas, que conferiram aos latifundiários a manutenção de vantagens e prestígio no período marcadamente de industrialização e urbanização.

Contudo, é importante salientar que a penetração do capitalismo no campo não ocorre apenas pela apropriação privada da terra. Esta tese está presente nos estudos de Lênin (1980, 1982) que ao examinar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e nos Estados Unidos mostrou como “o capital subordina a si e transforma à sua maneira todas as diferentes formas de propriedade” (LÊNIN, 1980, p. 52).

Por isso, independente da forma de propriedade (clânica, comunal, pelo direito de posse, ou estatal) o essencial está nos processos em que o capital passa a subordinar a agricultura ao seu processo de acumulação. Conforme escreve o autor (1980) “o jugo do capital, que se forja, sobretudo, na esfera do comércio e da indústria, pesa cada vez mais sobre a agricultura” (LÊNIN, 1980, p. 7).

Esta observação de Lênin nos amplia as possibilidades de entender algumas particularidades do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Oliveira (2013) explica que a expansão horizontal do capital no campo ocorre não apenas pela expropriação da propriedade, mas também pela expropriação do excedente, sobretudo, em áreas de fronteiras na qual a posse transitória da terra por posseiros, parceiros, rendeiros ou pequenos produtores permite ao capital se apropriar dos resultados da produção e/ou preparar a terra para lavouras comerciais com baixo ou nenhum dispêndio prévio de capital.

Marx (1996) ao analisar a conversão da terra em equivalente de mercadoria no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, denominou a expropriação da base fundiária dos camponeses, como um dos mecanismos de acumulação primitiva, no qual “grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros” (MARX, 1996, p. 341).

Na Inglaterra, considerada por ele a forma clássica,

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a

indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (MARX, 1996, p. 355).

Não obstante esta história assuma “coloridos diferentes nos diferentes países e percorra as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 1996, p. 342) esta é a raiz do processo capitalista de apropriação privada da terra para libertação dos trabalhadores dos meios de existência e o seu cativeiro no trabalho, como vendedores de sua única propriedade: a sua capacidade de trabalho.

Ao analisar este processo no Brasil, Oliveira (2013, p. 43) destaca que a sua continuidade até os dias atuais, reveste uma especificidade da expansão do capitalismo no país, aqui “a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: sob certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”.

Assim, a expansão do capital ocorre em uma unidade contraditória que, dialeticamente, amplia as formas de apropriação da propriedade privada da terra e suas consequentes formas de exploração capitalista, materializada na proletarianização dos trabalhadores e implantação do regime assalariado no campo, e de outro, preserva formas de trabalho arcaicas e até mesmo pré-capitalistas, como a escravidão e o pagamento de renda em produto ou dinheiro.

Alguns autores como José de Souza Martins (1998) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004, 2007a, 2007b) veem neste processo o engendramento contraditório de relações capitalistas e não-capitalistas¹⁰ de produção necessários ao processo de acumulação e expansão capitalistas. Segundo Martins (1998, p. 19 e 20) “o capitalismo, na sua expansão, não só define antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

Na mesma perspectiva, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007a, p. 74) parte do entendimento de que o desenvolvimento capitalista:

¹⁰ Martins (1998) estuda o regime de colonato nas fazendas de café no estado de São Paulo no final do século XIX como exemplo de uma relação não tipicamente capitalista, pois não se baseava no regime assalariado. Em que pese não ser uma unanimidade, o autor explica que o regime de colonato caracterizou - se pela combinação três elementos: “pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta dos meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador” (p. 19). Além disso, não se tratava de um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar. Os demais autores também consideram a parceria, a peonagem, entre outras formas de trabalho camponês, exemplos de relações não-capitalistas de produção necessárias a reprodução capitalista.

sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente relações não capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento.

Sendo assim, as relações capitalistas de produção decorrem da relação social desigual entre capital – trabalho, que permite aos possuidores dos meios de produção explorar aqueles que livres da propriedade detêm unicamente a sua própria força de trabalho, podendo submetê-la a venda no mercado. Oliveira (2007b, p. 28) explica que:

Na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc. É por isso que o capitalista contrata no mercado o trabalhador livre de todos os meios de produção, inclusive da terra, e em troca lhe paga um salário em dinheiro, com o qual ele deverá comprar tudo o que necessita para continuar a ser trabalhador e vender a sua força de trabalho ao capitalista.

O autor entende que neste processo a expansão do capital ocorre pela expropriação dos camponeses, proletarizando-os nas cidades, para vender sua força de trabalho no comércio, na indústria ou na agricultura, como boias-frias.

A industrialização da agricultura e a transformação/apropriação/utilização privada da renda capitalista da terra representariam, desse modo, a reprodução de relações capitalistas no campo, processo conceituado pelo autor por “territorialização do capital monopolista na agricultura”, no qual ocorre a fusão entre proprietários de terras e capitalistas na figura de único sujeito social que os possibilita auferir simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola, além da renda da terra gerada por essa atividade agrícola.

Para elucidar este processo Oliveira (2004, p. 42) vale-se do exemplo das destilarias de açúcar e álcool na qual “capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, só uma pessoa ou uma só empresa” que exploram o trabalho assalariado em todas as etapas de produção.

No entanto, no interior destas relações capitalistas de produção, o autor argumenta que o próprio capital cria as condições para a permanência do camponês na terra, assim, o capital passa subordinar não o trabalho (familiar) camponês, mas o resultado da sua produção. Neste caso, “o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado

pela produção camponesa” (OLIVEIRA, 2007a, p. 76), por isso, a denominação deste processo como a “monopolização do território pelo capital monopolista”.

O próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo que viabilizem o consumo de bens industrializados no campo (ração na avicultura ou na suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses a sua lógica, ou seja, está diante da metamorfose da renda da terra em capital (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Indiscutivelmente estes processos se reproduzem no campo brasileiro, ou seja, a reprodução do capital ocorre subordinando a terra, o trabalhador e o resultado da produção. Contudo, há um debate importante que envolve a centralidade desta tese, cuja objetividade e perspectiva política fundam-se na permanência e/ou recriação da produção camponesa como generalização de uma relação não-capitalista de produção, inserida no capitalismo. O camponês, aparece aqui como uma classe social distinta do proletariado por ser ao mesmo tempo proprietário de terra e trabalhador, mas que resiste ao capital¹¹.

Ao adotarem esta proposição teórica os autores que partilham destas ideias, entre eles Fernandes (2001, 2006, 2013), Oliveira (2004, 2007a, 2007b), Martins (1998) declaram divergir das teses leninistas e kautskyana, cuja perspectiva política estaria assentada na tese de que o desenvolvimento do capitalismo no campo levaria a proletarização dos camponeses, representando o fim do campesinato.

Oliveira (2007a, p. 72) para defender o seu posicionamento teórico, utiliza os dados do crescimento do número de posseiros entre 1960 e 1985 e argumenta:

Se as teses da extinção do campesinato, de fato tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas, não foi isso que ocorreu, os camponeses, em vez de se proletarizarem passaram a lutar para continuarem sendo camponeses.

Na leitura do autor o campesinato é criado e recriado pelo próprio capital como forma de garantir a continuidade do seu processo de acumulação. Por outro lado, há também, a resistência e a recusa do camponês a se proletarizar. Na análise do autor “o aumento dos

¹¹ Almeida (2006, p. 84 - 86) defende esta posição ao dizer que o campesinato não pode ser entendido como uma classe “pura” por serem proprietários de terra e trabalhadores, “acrescido ao fato de que a organização do campesinato funda-se numa relação não-capitalista”. A autora argumenta ainda que “é insuficiente dizer que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas, seja como contradição seja como funcionalidade, porque poderia indicar um determinismo do capital. Portanto, é preciso considerar a luta dos homens, suas utopias, desejos, tradições, não esquecendo que os camponeses são revolucionários por princípio, uma vez que não sofreram o processo de desumanizador do capital como proletários.

posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura garantir, na posse da terra reconquistada, o espaço para a continuidade do trabalho camponês familiar” (OLIVEIRA, 2007, p. 81 e 82).

Seguindo esta mesma linha teórica, os autores anteriormente citados, reafirmam a existência do campesinato assentado no trabalho familiar, nas suas diferentes formas: o camponês proprietário, assentado, parceiro, rendeiro ou posseiro, que se diferenciariam do proletário, cuja essencialidade estaria no trabalho assalariado.

Contudo, é necessário esclarecer que a tese leninista do fim do campesinato, não advoga o fim do pequeno proprietário e a consolidação apenas de grandes propriedades, nas quais se utilizaram o assalariamento como única forma de trabalho.

Lênin (1982) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, argumentava que com a subordinação do camponês ao mercado, seja para o seu consumo pessoal ou para sua atividade, as mudanças na rotina de trabalho, dos objetivos e do destino da produção fizeram com que o campesinato na sua forma tradicional e típica deixasse de existir. Nas suas palavras,

O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem à base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1982, p. 114).

Portanto, o proletariado rural não se limitaria apenas aos operários agrícolas assalariados, mas também aos produtores de mercadorias na agricultura, que deixavam de ser autossuficientes para ingressar e se subordinar as relações de mercado.

Na mesma direção Kautsky ([1899]1986) ao examinar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura na Europa na passagem do século XIX para o século XX explica que no momento em que se institucionaliza a propriedade privada da terra e esta se torna produtora de mercadorias, há profundas alterações no uso da terra e das ferramentas, nas relações familiares e de trabalho, com o estabelecimento de uma nova divisão do trabalho e de uma nova relação dos camponeses com o produto do seu trabalho, que agora se sujeita não mais as próprias necessidades, mas as necessidades do mercado.

Já ao estudar as características da agricultura nos Estados Unidos, Lênin refuta a teoria da evolução não capitalista da agricultura na sociedade capitalista¹², cujo indicador seria o crescimento da pequena agricultura “fundada no trabalho familiar”. Nesta obra Lênin (1980, p. 17) assinalava que esta expressão “fundada no trabalho familiar” era um termo vazio e sem sentido político- econômico, pois “em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor trabalha, seja na época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo”.

Diante disso, concluía que o essencial no regime capitalista, era que “o pequeno produtor transforma-se, quer queira ou não, num produtor de mercadorias” cujo denominador comum aos trabalhadores assalariados, residia no fato de que “uns e outros trabalham, com efeito uns e outros são explorados pelo capital, ainda que sob forma inteiramente diferentes” (LÊNIN, 1980, p. 92).

No mais, é preciso pontuar que para o autor, no curso do desenvolvimento do capitalismo, a tendência era a eliminação da pequena produção pela grande¹³ e não da pequena propriedade pela grande, como sugerem os seus críticos. Entretanto, na agricultura, dizia ele:

Esta eliminação não deve ser compreendida *apenas* no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode assumir a forma de um longo processo de ruína, da deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc. não há progresso técnico, etc.

No caso brasileiro, no contexto que estamos abordando, esta expropriação combinou a expulsão de um enorme contingente de trabalhadores com a pobreza dos que permaneceram na condição de pequeno produtor, no sentido leninista do termo. Fausto (2012, p. 458) mostra, por exemplo, que:

A massa de produtores pobres ou miseráveis continua a ser enorme. Em 1975, cerca de 3,64 milhões de estabelecimentos agrícolas, ou 73% do total, cultivam a terra sem o uso de arado, fosse ele mecânico ou de tração animal. A mesma proporção de famílias rurais (73%) tinha uma renda monetária per capita de metade do salário mínimo, ou menos, em 1980.

¹² Segundo Lênin (1980, p. 2) esta era a tese defendida pela “tendência burguesa mais democrática, a mais a esquerda, do pensamento social russo e europeu”.

¹³ Lênin (1980) distingue a grande produção da pequena não pelo tamanho da propriedade, mas pela intensidade dos métodos utilizados.

A retomada destas posições teóricas não pretende ingressar no debate sobre se a existência, eliminação ou recriação do pequeno proprietário de terra como camponês, seja pelo viés cultural, econômico ou das relações de trabalho e luta. Mas, afirmar que apesar das diferenças nas formas de exploração dos pequenos produtores, dos posseiros, meeiros, parceiros, etc. se comparadas à dos trabalhadores assalariados elas não constituem *em si* uma negação ou oposição ao processo de expansão capitalista, mas são invariavelmente parte necessárias deste sistema de reprodução, cujo essencial está na submissão aos mecanismos de dominação e subordinação ao capital.

Isto implica entender que no interior do capitalismo as transformações na agricultura não se referem apenas ao caráter privado e de apropriação capitalista da terra, mas como já sinalizamos, há mudanças nas próprias relações sociais de produção e na relação do homem com o meio natural.

Na análise do avanço do capitalismo na agricultura Marx (1996) afirmava que a intensidade da aplicação do capital na agricultura e a necessidade de produzir cada vez mais, não despojava apenas o trabalhador, mas também, a fertilidade do solo. A resposta burguesa a este problema no século XX veio na forma do pacote da Revolução Verde¹⁴ que não apenas corrigiu a expropriação da fertilidade do solo como também permitiu ampliar a produção agrícola.

Mendonça (2013) em sua tese de Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) explica como a Revolução Verde inicialmente patrocinada pelas fundações Ford e Rockefeller¹⁵ em países latino americanos, africanos e asiáticos, com apoio do governo estadunidense e do Banco Mundial constituiu uma estratégia de internacionalização da agricultura capitalista no pós-guerra, abrangendo a mecanização, intensificação de produtos químicos e liberalização comercial da agricultura pelo Estado.

A extensão deste modelo para a América Latina iniciou-se pelo México, em 1945, com as pesquisas de padronização de sementes de milho e trigo, financiadas pela

¹⁴ Conjunto de mudanças técnicas, químicas e biológicas aplicadas à agricultura após a segunda Guerra Mundial, que tiveram como componentes principais uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura.

¹⁵ Mendonça (2013) mostra que estas duas fundações criaram institutos de pesquisas em diferentes países pobres, tais como o Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz, nas Filipinas; o Centro Internacional de Agricultura Tropical na Colômbia; o Instituto Internacional de Agricultura Tropical na Nigéria; o Centro Internacional da Batata no Peru; o West African Rice Development Association na Libéria; o Laboratório Internacional de Pesquisa em Doenças Animais no Quênia; International Livestock Center for na Etiópia.

Fundação Rockefeller, expandindo-se a partir da década de 1960 para outros países, incluindo o Brasil.

Mendonça (2013) apresenta uma carta do então Ministro da Agricultura do governo Geisel (1974-1979) Alysson Paulinelli¹⁶ à Rodman C. Rockefeller na qual agradecia uma cópia da palestra proferida por ele durante uma reunião do Agribusiness Council em 1975 e também as “palavras de grande incentivo aos investidores para que tragam ao Brasil o benefício de sua tecnologia e do seu capital, proporcionando um maior desenvolvimento à agricultura brasileira” (PAULINELLI¹⁷, 1976 apud MENDONÇA, 2013, p. 101).

O resultado desta política difundida ao mundo foi a combinação de concentração e fusão de capitais por poucas empresas que dominavam a tecnologia da produção de sementes, agrotóxicos e maquinários agrícolas, com a expansão de monocultivos, especialização da produção, dependência comercial dos países e agricultores, êxodo rural e alterações na estrutura fundiária (MENDONÇA, 2013).

No Brasil, Delgado (2012) assinalou crescente utilização de fertilizantes a partir da década de 1960. Segundo o autor, em 1960 o consumo de compostos de nitrogênio, fósforo e potássio era de 198,4 mil toneladas saltando em 1980 para 4.066,1 mil toneladas. O mesmo ocorreu com os agrotóxicos, que segundo dados dos censos agropecuários de 1965 e 1975 cresceram em média 25% por ano.

A adoção desta agricultura química representou efeitos perversos para a natureza, por meio da contaminação do solo, da água e dos alimentos. Este modelo agrícola projetado em escala nacional com a expansão das fronteiras agrícolas carregou consigo a supressão de importantes formações vegetais, destruição da biodiversidade genética e a erosão dos solos (BALSAN, 2006).

A progressão do capitalismo no campo estabeleceu, portanto, uma nova relação do homem com a natureza, intensificando os processos degradantes. Não se trata de uma visão idealista, que sugere que antes do pacote da Revolução Verde não ocorressem problemas ambientais, mas, de afirmar que o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, potencializou o ritmo dos danos ambientais em escala ampliada.

¹⁶ Agrônomo, foi ministro da Agricultura no governo Ernesto Geisel, de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979. Deputado Federal entre 1987-1991. Presidente de várias entidades de representação da agricultura, destacando a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

¹⁷ Alysson Paulinelli (Ministro de Agricultura, 1974-1979) para Rodman C. Rockefeller, 8 de março de 1976, pasta 98, caixa 7, Série “Projects and Proposals”, Coleção “International Basic Economy Corporation” Rockefeller Foundation Archives, Rockefeller Archive Center, Sleepy Hollow, New York.

Desta forma, uma análise mais abrangente do período histórico, que se inicia com a transição de uma economia agrário-exportadora na década de 1930 até a consolidação de uma estrutura urbana-industrial na década de 1980, evidencia que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro como parte constituinte de um modelo de expansão do capitalismo para o mundo, foi favorecido pela adoção de políticas estatais que à custa do endividamento externo distribuíram grandes volumes de subsídios a agricultura, contribuindo para a expansão das fronteiras agrícolas, ampliação da concentração fundiária e fomentaram a integração técnica da indústria com a agricultura, com pesados ônus ambientais e sociais.

Entretanto, como representativo de um dado momento histórico, este modelo começa a apresentar sinais de esgotamento a partir da década de 1980 devido ao processo de reestruturação do capitalismo mundial e da crise econômica que atingiu o país. Delgado (2001, p. 166) afirma que “visto de uma perspectiva histórica, os anos [19]80 teriam sido um período crítico da transição do padrão modernizante e conservador pretérito para um novo padrão, provavelmente liberalista, mas também conservador dos anos [19]90”.

De acordo com Fausto (2012) o período que se estende de 1981 a 1992 foi marcado por uma fase fortemente recessiva da economia, caracterizada pela redução dos investimentos estatais, elevação das taxas de juros, declínio do ingresso de capitais externos e elevada inflação.

Nestas condições as políticas governamentais direcionadas a agricultura também sofrem alterações, sobretudo, na disponibilização de crédito. De acordo com Martine (1991) a política de crédito subsidiado para a agricultura praticado nas décadas de 1960 e 1970 entra em declínio, reduzindo, em valores constantes, de 250 bilhões de cruzados em 1980 para 124 bilhões em 1985. Porém, segundo ele a principal alteração ocorreu na substituição do crédito subsidiado pelo crédito dirigido ainda mais subsidiado, com isso, não houve “exatamente uma eliminação do tratamento creditício preferencial, senão maior seletividade dos beneficiários que, paradoxalmente, passaram a ser mais subsidiados que antes” (MARTINE, 1991, p. 12).

Segundo Delgado (2012) neste período de crise econômica, o governo brasileiro optou pela estratégia de geração de saldos comerciais pela exportação de produtos agrícolas, incentivando a expansão das fronteiras na região centro-oeste. Neste contexto, Martine (1991, p. 12 e 13) explica:

Esses mecanismos deveriam ter elevado tanto a oferta agrícola externa como a interna, mas a recessão provocou um declínio do PIB industrial e da massa salarial que, juntos com subsídios ao crédito comercial e incentivos fiscais à exportação de agroprocessados e outras medidas adicionais, acabaram comprimindo o consumo de vários produtos da cesta básica. Paralelamente, a queda na importação agrícola, particularmente de milho e arroz, acoplada ao crescimento das exportações agrícolas e agroindustriais serviu para gerar elevados saldos comerciais externos. Esses elevados saldos comerciais - assentados na repressão do consumo interno, no subsídio a alguns produtores modernos e na implementação de uma política de preços - explicam as taxas elevadas de lucratividade do setor agrícola durante o período de crise.

Além disso, conforme explica Martine (1991, p. 17) as safras de 1986/1987 e 1988/1989 dado combinação de instrumentos de estímulos a produção para o mercado externo, com entremeios de aumento do consumo interno foram “altamente favoráveis tanto em termos do volume global de produção como dos seus impactos sobre o saldo comercial”.

Estes dados nos permitem afirmar que a crise da economia da década de 1980 não representa propriamente uma crise da agricultura; contudo, no contexto de transição de um modelo de consolidação do desenvolvimento urbano-industrial nacional que vinha se delineando desde a década 1930 para uma nova fase de internacionalização e financeirização da economia brasileira a partir da década de 1990, o campo e a agricultura passam também por significativas transformações técnicas, produtivas, sociais e de relações de poder e de representação de classe necessárias à engrenagem do sistema de reprodução do capital.

1.2 – O que há de novo na agricultura brasileira?

O capitalismo move-se por processos de reestruturações produtivas como mecanismo de superar as suas próprias contradições e crises estruturais de acumulação e reprodução. Alves (2011) chama a atenção para o fato de que é da própria natureza histórico-ontológica do capital a sua capacidade e necessidade de revolucionar as condições de produção e as relações de trabalho, utilizando as palavras de Marx e Engels de “desmanchar tudo o que é sólido”.

Desde a cooperação manufatureira, estágio inicial de desenvolvimento capitalista, passando pela maquinaria e grande indústria até chegar aos estágios mais avançados de desenvolvimento da produção capitalista, as alterações produtivas influenciaram

não apenas a organização do trabalho, mas na própria constituição do ser social e da sua vida em sociedade.

No final do século XIX e ao longo do século XX a reestruturação do capitalismo foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas que dominaram os processos industriais. Alves (2007) explica que a introdução destes novos modelos produtivos não foi uniforme, mas, lenta, desigual e combinada, atingindo de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviço ao longo de todo o século XX.

Sem embargo, é possível afirmar que a despeito do ritmo diferenciado de implantação deste sistema produtivo, a sua consolidação como modelo dominante até meados da segunda metade do século XX prescindiu de uma complexa relação capital - trabalho - Estado que possibilitou, por um lado, a expansão capitalista pelo mundo (no imperialismo e no pós-guerra) difundindo o consumo de mercadorias industrializadas, conseqüentemente aumentando a produção, e por outro lado, agiu para quebrar as resistências dos trabalhadores ao aumento da produtividade, seja pela organização e gerência científica do trabalho (BRAVERMAN, 1987) ou pelo adestramento e consentimento da classe trabalhadora a exploração capitalista.

O modelo fordista-taylorista ou acumulação rígida teve como pilares a racionalização da produção, intensiva divisão e repetição de tarefas (conforme proposto por Taylor) para produção padronizada e em massa. A organização e gerência científica do trabalho sob o fordismo-taylorismo intensificou ao máximo a fragmentação do trabalho no chão da fábrica, despojando o trabalhador do uso do saber no processo produtivo e servindo ao ritmo cada vez mais veloz das máquinas.

A caracterização da implantação deste modelo no campo não é uma tarefa fácil, visto que, como já apontava Lênin (1982) uma das tendências do capitalismo é a sua penetração mais lenta e assumindo formas diversas no campo, some-se a isto o fato de que as relações de trabalho não se limitam ao assalariamento. Por outro, é nítido que no processo de industrialização brasileira a presença deste modelo implica em um conjunto de transformações no campo, necessárias ao fornecimento de enormes contingentes populacionais para proletarização urbana e rural e a formação de um exército industrial de reserva.

A integração técnica da indústria ao campo neste contexto é outro elemento que contribui para difundir esta organização do trabalho na agricultura, para as quais foram

essenciais a criação de legislação trabalhista que estimulasse o assalariamento e disciplinasse a força-de-trabalho rural.

Contudo, a partir do fim da década de 1970 o modelo fordista-taylorista começou a apresentar sinais de esgotamento. A crise inflacionária, a crise do petróleo, a ampliação da concorrência intercapitalistas diante do processo de mundialização do capital e a necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, são expressões combinadas da crise estrutural do capital que levaram a um novo processo de reestruturação produtiva do capital, denominado Toyotismo ou acumulação flexível (ALVES, 2007, 2011; ANTUNES, 2011, HARVEY, 1992).

Este modelo produtivo orientado para melhor aproveitamento de matérias-primas, das fontes energéticas e da força de trabalho, teve entre suas estratégias a mudança técnica de produção a partir da aplicação de uma forte política de inovações científicas e tecnológicas, centradas na informática, na microeletrônica, na robótica, o que implicou em profundas alterações nas relações sociais de trabalho, no papel do Estado, na organização dos diferentes setores econômicos e nas relações políticas internacionais.

A emergência de um sistema técnico, articulado à veloz propagação da informação e dos capitais, regido pelo predomínio da economia financeira fez da produção e da circulação de mercadorias um processo mundializado, comandado pelos atores hegemônicos (países e corporações), detentores da tecnologia. Nesse sentido, os espaços nacionais passam, cada vez mais, a serem regidos por lógicas exógenas. Como afirma Santos (2008), os territórios nacionais transformaram-se em espaços nacionais de economia internacional.

Este conjunto de modificações não passou imune a agricultura, que em um novo cenário econômico, com demandas cada vez mais internacionalizadas teve que ampliar a sua capacidade de produção e sujeição da renda da terra. De acordo, com Santos (2008, p. 88 e 89), também a produção agrícola quando se torna uma referência planetária, recebe a influência das mesmas leis que regem as outras áreas da produção econômica, como a competitividade, que “leva a um aprofundamento da tendência a instalação de uma agricultura científica”.

Elias (2003, p. 60) destaca que “a rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, alterando radicalmente as forças produtivas da agropecuária”. Desse modo, os limites antes

impostos à acumulação ampliada no setor, pelos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia, etc.) são minimizados pela tecnologia e pelo capital, que passam a subordinar em parte a natureza, “reproduzindo, artificialmente, algumas das condições necessárias à produção agrícola, cada vez mais, dependente dos insumos gerados pela indústria” (ELIAS, 2003, p. 61).

Este novo estágio de subordinação da agricultura ao capital e os consequentes aumentos de produção e produtividade são difundidos agora sob a denominação de agronegócio. Porém, é relevante sublinhar que a origem do termo é anterior a este período. Sua origem está nos estudos de John Davis e Ray Goldberg, professores da Universidade de Harvard (EUA) realizados em 1957 nos Estados Unidos e publicados no livro *Concept of Agribusiness*. Nesta obra definem o agribusiness como “a soma total das operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e dos itens derivados” (SOUZA, 2011, p. 55).

No Brasil, esta concepção de agribusiness é utilizada desde a década de 1980, na formulação conceitual do Complexo Agroindustrial – CAI, nos trabalhos de Delgado (1985), entre outros, ao abordarem a integração técnica entre capitais financeiros e industriais na agricultura. Entretanto, somente na década de 1990 e, sobretudo, na década seguinte que o termo agronegócio¹⁸ passa a ser disseminado na academia, na mídia e na política, na formulação dominante, como conjunto integrado de atividades produtivas e econômicas, que vão da concepção da produção a comercialização, tendo como eixo articulador a agropecuária.

Esta articulação entre diferentes capitais na agropecuária, cujas origens históricas estão relacionadas a industrialização do país, transformadas com recentes processos de reestruturação produtiva do capital e financeirização da economia internacional, representa, incontestavelmente, um novo estágio de desenvolvimento agrícola, sem precedentes na história, mas que conserva e aprofunda as bases da dominação capitalista no campo sob a chancela do Estado.

Por isso, Delgado (2012, p. 94) afirma que na acepção brasileira do termo, o agronegócio é “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade

¹⁸ A forma com este termo expressa a ideologia do capitalismo no campo na atualidade será abordada no segundo capítulo.

fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio do Estado”.

Em uma perspectiva histórica, Delgado (2012) enxerga o lançamento do agronegócio já na década de 1980, quando após a crise econômica de 1982 o governo brasileiro passa a estimular a geração de saldos comerciais positivos na agricultura como estratégia para estancar a crise do endividamento externo. Para ele, esta política, ainda que sem alcançar os resultados esperados, estende-se entre 1983 e 1993, momento no qual os ajustes econômicos derivados da estabilização monetária (Plano real) e a abertura do país ao capital externo do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) contribuem para o estabelecimento de uma nova fase, a qual o autor denomina “folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento” (DELGADO, 2012, p. 79).

Nesta fase, que abrange o período entre 1994 e 1999 amplia-se o volume dos capitais internacionais aportados no Brasil que “conduzem a política de comércio exterior a uma forte liberalidade, ancorada no tripé cambio sobrevalorizado, tarifas ultramitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial” (DELGADO, 2012, p. 81). Porém, a adoção destas medidas repercutiu, segundo o autor, em uma queda nas exportações e o crescimento do déficit em conta corrente do país, agravado pela saída de capitais estrangeiros. Para compensar este desequilíbrio o governo apela para o endividamento externo recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos limites chegaram ao fim em 1999 com o aprofundamento da crise monetária internacional e a retração da oferta de créditos, forçando o governo FHC a relançar a política do agronegócio como um mecanismo de ajuste macroeconômico diante dos sucessivos déficits gerados no setor de serviços com a saída de capitais do país.

Diante disso, Delgado (2012, p. 63) explica que “a política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo FHC e passa a perseguir a estratégia que abandonara em 1994: gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo, tendo em vista suprir o déficit da conta corrente”. Para tanto, instaurou uma série de iniciativas que convergiram para beneficiar o agronegócio entre elas, destacam-se: investimentos em infraestrutura de transporte e comércio, integrando a economia nacional às economias externas; direcionamento do serviço público (Embrapa) para pesquisas vinculadas aos interesses do agronegócio; afrouxamento da regulação do mercado de terras; alterações na política cambial de modo a favorecer as exportações; e, provisão crescente de crédito rural nos Planos de Safra.

Apenas para exemplificarmos a questão, no Plano Safra de 2002/2003 foram disponibilizados 20,5 bilhões em crédito rural pelo governo federal para a agricultura capitalista, para o Plano Safra 2013/2014 os recursos estão na ordem de 136 bilhões de reais, o que representa um crescimento nominal de aproximadamente 560%. No mesmo período, os financiamentos para a agricultura familiar tiveram um incremento nominal de 400% saltando de 4,2 bilhões do Plano Safra 2002/2003 para 21 bilhões no Plano Safra da Agricultura familiar 2013/2014. Enquanto no Plano Safra 2002/2003 a agricultura familiar representava 17% do montante do crédito disponibilizado, no plano 2013/2014 este percentual foi reduzido para 13,3% (MAPA, 2013a; MDA, 2013).

Esta política aprofundada no governo Lula, apresentou seu sucesso mais expressivo entre 2003 e 2007 quando os saldos positivos da exportação de produtos primários garantiram o superávit na conta corrente do país. Considerando o período de 1964-2010 Delgado (2012) assinala que este conjunto de medidas significou uma “reprimarização” do comércio exterior na década de 2000, contrapondo-se ao período militar quando ocorreu o crescimento proporcional da exportação de manufaturados.

A análise da balança comercial brasileira (Tabela 1.1) entre 1993 e 2012 expõe claramente que após um período de déficit comercial entre 1995 e 2000, os saldos foram seguidamente positivos. Neste período analisado, as políticas de abertura comercial e liberalização econômica contribuíram para elevar os volumes das exportações e importações, que apresentaram uma trajetória de crescimento equiparável, enquanto as exportações passaram de pouco mais de 38 bilhões de dólares em 1993 para 240 bilhões em 2012, as importações aumentaram de 25,6 bilhões para mais de 223 bilhões em 2012.

Tabela 1.1 – Balança Comercial Brasileira entre 1993 e 2012 em bilhões de dólares.

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1993	38,597	25,659	12,938
1994	43,545	33,105	10,440
1995	46,506	49,664	-3,158
1996	47,747	53,301	-5,554
1997	52,990	61,347	-8,357
1998	51,120	57,594	-6,474
1999	48,011	49,272	-1,261
2000	55,086	55,783	-0,697
2001	58,223	55,581	2,642
2002	60,141	47,048	13,093
2003	73,084	48,283	24,801
2004	96,475	62,779	33,696
2005	118,309	73,545	44,764
2006	137,807	91,350	46,457
2007	160,649	120,620	40,039
2008	197,953	173,148	24,805
2009	152,252	127,637	24,615
2010	201,916	181,638	20,278
2011	256,041	226,251	29,790
2012	242,468	223,142	19,438

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>>. Org.: Victor Hugo Junqueira.

Neste mesmo período as exportações do agronegócio (tabela 1.2), apresentaram sucessivos superávits comerciais, contribuindo tanto para amenizar os déficits da balança comercial brasileira, como, garantir a geração de saldos positivos. As exportações por sua vez, entre 1993 e 1999 alternaram crescimento e redução entre um ano e outro e a partir de 2000, apresentou um movimento contínuo de crescimento saltando de 20 bilhões para 95 bilhões de dólares em 2012.

Tabela 1.2 – Balança Comercial do agronegócio entre 1993 e 2012 em bilhões de dólares.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1993	15,940	4,157	11,783
1994	19,105	5,678	13,427
1995	20,871	8,613	12,258
1996	21,145	8,939	12,206
1997	23,376	8,197	15,178
1998	21,555	8,045	13,511
1999	20,501	5,697	14,804
2000	20,605	5,759	14,845
2001	23,866	4,805	19,061
2002	24,846	4,452	20,394
2003	30,653	4,750	25,903
2004	39,035	4,836	34,200
2005	43,623	5,112	38,511
2006	49,471	6,699	42,772
2007	58,431	8,732	49,699
2008	71,837	11,881	59,957
2009	64,786	9,900	54,885
2010	76,442	13,399	63,043
2011	94,968	17,508	77,460
2012	95,814	16,409	79,405

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE / DPI / SRI / MAPA. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>>. Acesso em 28 de set. de 2014. Org. Victor Hugo Junqueira

Os dados da área plantada e a produção de grãos (Tabela 1.3 e gráficos 1.1 e 1.2) também auxiliam na caracterização das transformações na agricultura entre 1978 e 2012. Enquanto a área plantada permaneceu praticamente inalterada entre 1978 e 2000, entre 2000 e 2004 há um crescimento de quase 10 milhões de hectares, indicando a expansão territorial das fronteiras agrícolas pelo agronegócio. Já a produção de grãos foi crescente entre 1978 e 2012,

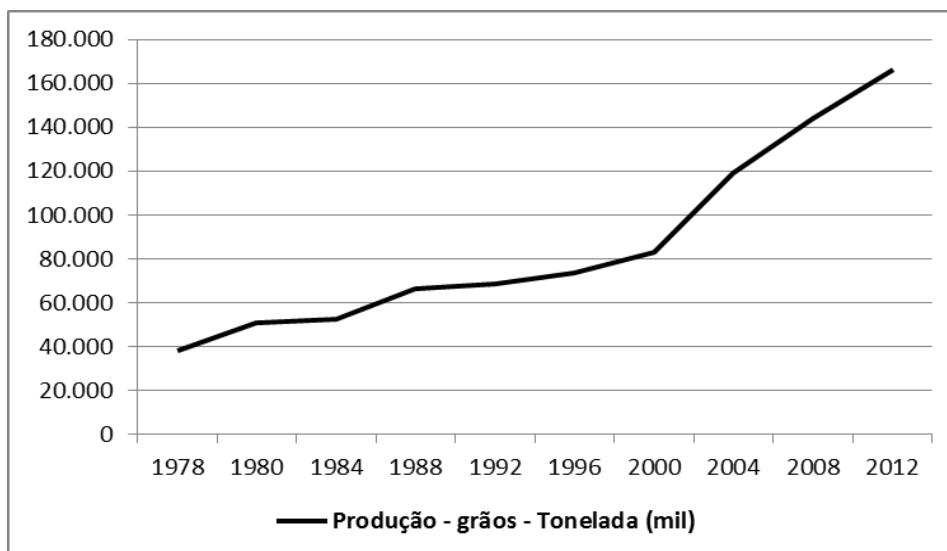
mas entre 2000 e 2010, com a aprovação do uso de transgênicos¹⁹ há produção mais que dobra, passando de 83.030 para 166.172 milhões de toneladas.

Tabela 1.3 – Área plantada e produção de grãos Brasil (1978 – 2012).

Anos	Área plantada - Hectare (mil)	Produção - Tonelada (mil)
1978	36.571	38.213
1980	40.158	50.871
1984	38.021	52.431
1988	42.811	66.308
1992	38.492	68.400
1996	36.971	73.565
2000	37.824	83.030
2004	47.423	119.114
2008	47.411	144.137
2012	50.885	166.172

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento, Indicadores Econômicos (Conab/IE). Disponível em: Ipeadata.
Org. Victor Hugo Junqueira.

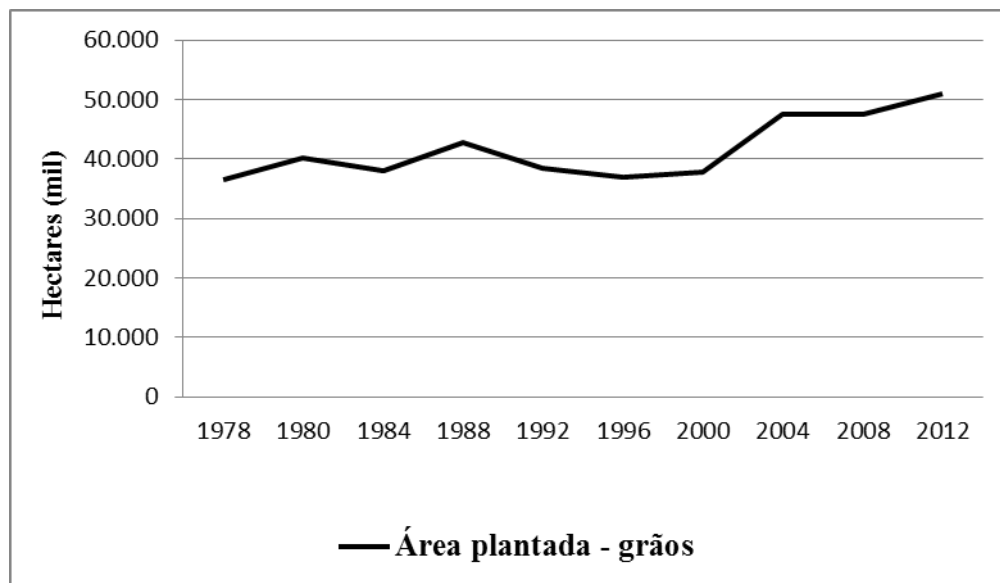
Gráfico 1.1 – Produção de Grãos no Brasil em (mil) toneladas 1978 – 2012.



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento, Indicadores Econômicos (Conab/IE). Disponível em: Ipeadata.
Org. Victor Hugo Junqueira.

¹⁹ A liberação do uso de transgênicos ocorreu na safra de 2003 por meio da Lei nº 10.688 de 13 de junho de 2003.

Gráfico 1.2 – Área plantada de Grãos no Brasil em (mil) toneladas (1978 – 2012).



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento, Indicadores Econômicos (Conab/IE). Disponível em: Ipeadata. Org. Victor Hugo Junqueira.

Com base nestes dados objetivamos explicitar que a partir dos anos 2000 há um novo ritmo de expansão capitalista na agricultura, que provocou um aumento na produção e nas exportações, especialmente, das commodities. As exportações de açúcar, soja em grão e de celulose (Tabela 1.4) contribuem para exemplificar os patamares de crescimento na década de 2000.

Tabela 1.4 – Exportações de Açúcar, Soja em Grão e Celulose - Papel no Brasil entre 1996 e 2010 (em milhões de dólares)

Anos	Açúcar	Soja em grão	Celulose, papel e produtos de papel.
1996	1.611.494,000	1.017.918,000	1.938,1
1998	1.943.433,650	2.178.474,668	1.982,0
2000	1.199.110,875	2.187.878,569	2.546,9
2002	2.093.643,745	3.031.983,963	2.057,9
2004	2.640.229,042	5.394.906,561	2.912,9
2006	6.167.015,107	5.663.424,043	4.011,5
2008	5.483.037,064	10.952.196,541	5.841,4
2010	12.761.731,496	11.042.999,979	6.776,3

Fonte: Ipeadata. Org. Victor Hugo Junqueira

Desse modo, diferente de Delgado (2012) que defende que na década de 2000 há um relançamento da política do agronegócio já aplicada na década de 1980, entendemos que apesar de apresentarem em comum a estratégia de ampliação das exportações de produtos primários, as bases econômicas e sociais dos processos são distintas. Se na década de 1980 há o encerramento de um ciclo de desenvolvimento urbano-industrial no qual ocorreu a integração técnica dos capitais financeiros com a indústria e a agricultura, a partir dos anos 1990, no contexto da reestruturação produtiva do capital, há uma intensificação da fusão de capitais múltiplos na agricultura sob o domínio do capital financeiro e um processo crescente de incorporação de capitais menores aos grandes conglomerados nacionais e internacionais que controlam a produção, os insumos e a circulação de mercadorias. Já na década seguinte há um recrudescimento deste processo com os estímulos governamentais, propiciando um novo ciclo de expansão do capitalismo, por meio da incorporação de novas terras e ampliação da produtividade das já utilizadas.

Trata-se, possivelmente, de uma nova fase da monopolização do capitalismo na agricultura brasileira, subordinando a produção e o trabalho aos desígnios da lógica internacional de reprodução do capital.

A transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista sob a hegemonia do capital financeiro foi objeto da análise de Lênin no início do século XX. No livro *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* o líder da revolução socialista soviética, já assinalava como a fusão do capital industrial e bancário ampliava as bases técnicas e expansionistas do capital financeiro potencializando o processo de valorização do capital em escala mundial. Na apresentação desta obra, Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2011) frisa como Lênin revelava o desenvolvimento do capital monopolista financeiro ao

[...] diminuir radicalmente as barreiras temporais e espaciais à acumulação de capital, a elevação na mobilidade espacial do capital, o incremento na sua capacidade de mutação de forma, a intensificação do ritmo de rotação do capital fazem crescer exponencialmente a sua faculdade de comandar trabalho e disputar as oportunidades de negócio em escala mundial. (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 39).

Para Lênin (2011) a distinção entre o capital concorrencial e o capital monopolista está no fato de que o primeiro caracterizava-se pela exportação de mercadorias, enquanto no segundo impera a exportação de capital. Com efeito, na sua fase imperialista, Lênin explicava que a exportação de capitais e a sua valorização nos países estrangeiros ou atrasados ocorria em razão do potencial retorno lucrativo

[...] pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo ‘amadureceu excessivamente’ e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação ‘lucrativa’ (LÊNIN, p. 181 e 182).

Esta obra de Lênin é fundamental para compreendermos o imperialismo do início do século XX, mas indubitavelmente, contribui para a explicação da dinâmica capitalista da qual derivam os processos de concentração e centralização do capital em sua fase monopolista e no seu caráter expansionista, com seus resultados desiguais para os países.

Nesta perspectiva, o atual momento da internacionalização do capital financeiro, além da fusão do capital industrial com o bancário dos países centrais, a volatilidade dos capitais pelo mundo e a sua capacidade de apropriação dos melhores negócios, amplia a incorporação de diferentes capitais nacionais, para acelerar a reprodução de capitais fictícios em todo o globo.

Com isso, a citação de Lênin a seguir, escrita em 1916, não nos pareceria estranha se tivesse sido construída para explicar o tempo presente:

A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável (LÊNIN, 2011, p. 131).

Empiricamente, os efeitos deste processo na agricultura brasileira são a permanência, e em algumas áreas, a ampliação da concentração de terras, a intensificação do domínio dos capitais monopolistas sobre a produção e os insumos agrícolas, muitas vezes, direcionadas para mercados internacionais.

Com base nos dados dos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995-1996 e 2006 - o IBGE mostrou a permanência da desigualdade na distribuição de terras no país. Enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha (que representam 47,0% do total) ocupam menos de 2,7% da área total; os estabelecimentos de mais de 1000 ha (que

representavam, respectivamente, 0,87%, 1,02% e 0,91% do número total de estabelecimentos nos censos citados) concentram mais de 43,0% da área total nestes anos.

Teixeira (2013) com base em dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural²⁰ do INCRA comparou a concentração de terras no Brasil entre 2003 e 2010 e concluiu que neste período todas as categorias de imóveis (minifúndio, pequena, média e grande propriedade) apresentaram variação positiva com relação à área que totalizaram 152.145.957 de novos hectares. Deste total, 48,4% foi incorporado pelas grandes propriedades, o que representou em valores absolutos 104 milhões de hectares, dos quais, 73 milhões de hectares, ou 70%, foram na região Norte. Consequentemente, em 2010, as grandes propriedades passaram a deter 56,1% da área total dos imóveis contra 51,6% em 2003.

O crescente processo de concentração de terras está combinado à expansão das fronteiras agrícolas no cerrado, norte e nordeste do Brasil. O censo agropecuário de 2006 mostra como o processo de concentração de terras está associado à produção de commodities: no cerrado do oeste baiano (expansão da soja), na área do bioma cerrado, situadas nos chapadões do planalto central do Brasil (produção mecanizada de soja, milho e algodão), e na fronteira agropecuária do sudoeste do Pará (expansão de pastagens e produção de soja e milho). Por outro lado o IBGE (2009, p. 111) aponta também que “a especialização em lavouras modernizadas, como as de cana-de-açúcar, em São Paulo, repele o produtor com menor grau de capitalização”.

O estudo de Oliveira (2010) reafirma também o processo de mundialização monopolista da produção agropecuária do mundo, que no caso brasileiro compreende uma articulação entre o capitalismo internacional e a burguesia nacional com a participação do Estado. Ao discutir a aquisição de terras no Brasil por estrangeiros o autor revela que o controle da economia pelos grandes capitais, sejam eles nacionais ou internacionais ocorre simultaneamente por meio do controle da propriedade privada, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária.

Segundo Sauer e Leite (2012) as grandes empresas transnacionais ampliaram consideravelmente os processos de produção, armazenamento e processamento de produtos agrícolas. Os autores afirmam que, no caso da soja, a “participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão, que era de 16%

²⁰ Envolve as informações cadastrais coletadas, declaradas pelo detentor do imóvel rural e/ou seu representante legal. Estes dados foram organizados a partir do último recadastramento realizado pelo INCRA, em 1992, e pela manutenção cadastral feita com base nos pedidos de atualização efetuados durante os anos posteriores.

em 1995, sobe violentamente para 57% em 2005” (SAUER; LEITE, 2012, p. 509). Já no controle de agrotóxicos o processo é ainda mais grave conforme mostra o estudo de Bombardi (2011), segundo a qual, 92% do faturamento líquido (15 bilhões de reais) obtido em 2010 pelas indústrias produtoras de agrotóxicos foram controlados por empresas de capital estrangeiro: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel).

Estes dados explicitam o processo crescente de internacionalização da agricultura brasileira e concentração e centralização de capitais que passam a exercer um domínio sobre todos os estágios da produção seja por meio de investimentos diretos em empresas do setor, aquisição e fusão de capitais menores, ou pela sujeição do pequeno produtor, por meio do controle vertical da produção, da semente a comercialização, passando pelos empréstimos, agrotóxicos e colheita.

Para Stédile (2013) o modelo de produção do agronegócio difundido pelo mundo caracteriza-se pela organização da produção agrícola na forma de monocultivo em escalas de áreas cada vez maiores e territorialmente distribuídas conforme as vantagens locais; e uso intensivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e máquinas agrícolas que expulsam o homem do campo, da qual decorre a prática de uma agricultura sem agricultores.

Os impactos ambientais deste modelo são intensos e, como apresentamos anteriormente, há uma crescente ampliação das fronteiras agrícolas notadamente nos biomas cerrado e floresta amazônica, mas também, sobre a vegetação do Pantanal. A opção pelas monoculturas extensivas e mecanizadas suprime a vegetação, reduz a biodiversidade, remove solos e impõem uma monotonia as paisagens, na forma de mares de cana, de soja, desertos verdes²¹, etc.

Paralelo a este movimento há um aumento do uso de fertilizantes - que estão associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos e à contaminação de aquíferos (SILVA; MARTINS, 2010), e um uso crescente de agrotóxicos que contaminam o solo, os recursos hídricos e representa um grave risco a saúde humana.

Segundo o Dossiê elaborado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2012) o uso de agrotóxicos tem crescido concomitante a expansão das áreas de produção transgênica. De acordo com a entidade enquanto em 2001 foram utilizados 2,7 kg de agrotóxicos por hectare cultivado, em 2010 este valor subiu para 5 kg. Consequentemente,

²¹ Florestas plantadas de pinus e eucalipto.

aumentou a quantidade de agrotóxicos na alimentação humana, por isso, desde 2010 o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial do consumo de agrotóxicos.

Outro aspecto relevante desta nova etapa das transformações produtivas da agricultura refere-se as formas de exploração do trabalho no campo. Ao se integrar a uma lógica financeira internacional, cuja centralidade está na ampliação da produtividade do trabalhador por meio de novas formas de subsunção real do trabalho e submetido aos mesmos vetores de produção que se desenvolvem na cidade, a agricultura também passou a ser influenciada pelos princípios da racionalização do trabalho toyotista.

Ainda que as relações de trabalho fordistas-tayloristas não tenham desaparecido, especialmente, no campo, na medida em que o toyotismo:

[...] não se constitui como ‘modelo puro’ de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não predominantes do novo regime de acumulação flexível (ALVES, 2007, p. 161).

É importante notar que o modelo toyotista, muitas vezes absorve elementos da lógica fordista-taylorista de racionalização do trabalho, para ampliar as formas de controle e exploração do trabalho. Com efeito, segundo Alves (2007) se na linha de montagem triunfou a racionalização dos aspectos físico-operatórios, representando uma “racionalização inconclusa”, o toyotismo herdou estas variáveis, incorporando a dimensão psicológica na subsunção real do trabalho ao capital.

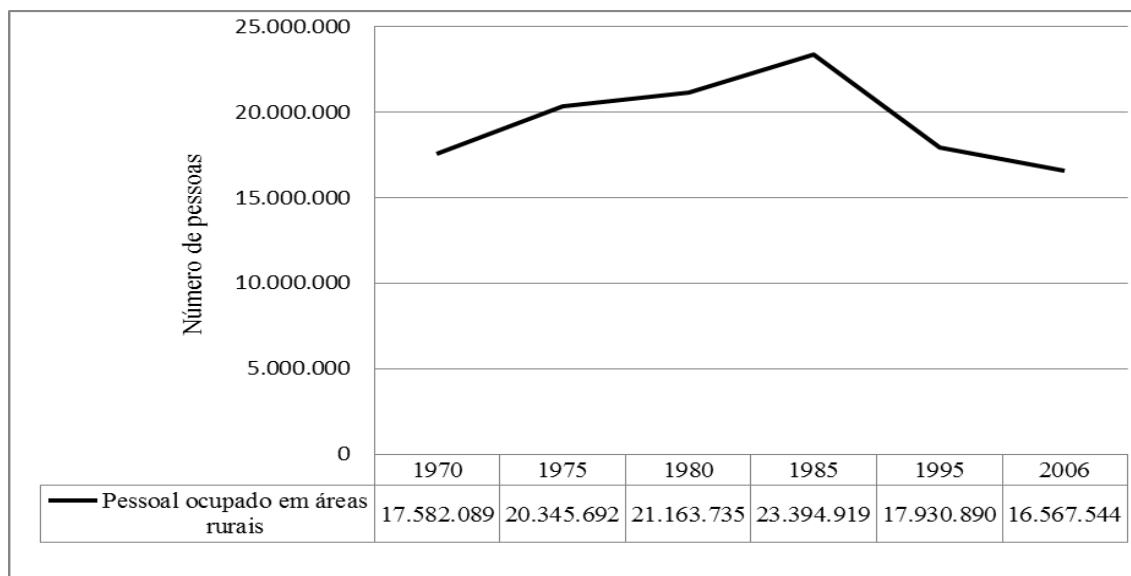
Desse modo, os investimentos em capital constante, articulado com resquícios de formas pretéritas de organização do trabalho e captura da subjetividade ampliaram a produtividade do trabalhador. Além disso, a produção diversificada e flexível adequando-se mais rapidamente a demanda (Just-in-time), a automação dos processos industriais, o controle de estoques (Kan-bam), a implantação de Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a integração vertical das diferentes etapas de produção, reduziram drasticamente o ciclo de reprodução do capital e ampliaram as formas de precarização e exploração do trabalho.

Com o desenvolvimento e descentralização da produção capitalista em escala global, estas relações de trabalho tendem a ser difundidas por todos os espaços, não como um movimento linear e sincrônico, mas desigualmente implantada sobre a base pretérita, que ao passo que globaliza a produção, sujeita os trabalhadores de diferentes regiões do mundo a

diferentes formas de exploração, tanto quanto necessárias forem à continuidade da reprodução de capital.

Nesse sentido, com a articulação cada vez mais intensa entre os processos industriais e a agropecuária, estas diretrizes passam a fazer parte da realidade do campo, o que provoca entre outras coisas a redução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Como já expomos, a expansão do capitalismo no campo provoca um contínuo movimento de expulsão dos trabalhadores, mas até meados da década de 1980 cresce o número de pessoas ocupadas no campo, conforme mostra o gráfico 1.3.

Gráfico 1.3 – População ocupada no campo (1970 – 2006)



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários. Séries Históricas. Org. Victor Hugo Junqueira

Todavia, a partir do censo agropecuário de 1985 apesar do crescimento da produção têm-se registrado um declínio no número de trabalhadores ocupados no campo. Por isso, entendemos que não há uma simples continuidade do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, mas uma nova etapa do movimento de expansão internacional do capital na agricultura, que no bojo da reestruturação produtiva, intensifica as formas de exploração da terra e do trabalho, amplia o controle da produção pelos mecanismos de mercado, concentrando terras e capitais. A seguir, examinaremos a especificidade deste processo, tomando como recorte territorial a região de Ribeirão Preto – SP.

1.3 – Da cafeicultura ao capital agrocanavieiro: mudanças e permanências na região de Ribeirão Preto – SP.

O desenvolvimento desigual e combinado da agricultura capitalista desde o processo de transformação da base econômica agrário-exportadora para urbana industrial na década de 1930 tendeu a se dirigir para as áreas de maior potencial de reprodução dos capitais. Segundo Elias (2003, p. 71) o desenvolvimento da agricultura privilegiou “às áreas já dotadas de condições favoráveis a atender as necessidades demandadas pela produção agrícola moderna, como infraestrutura de transporte, armazenamento, comunicações, energia etc. ou em condições de rapidamente desenvolvê-las”.

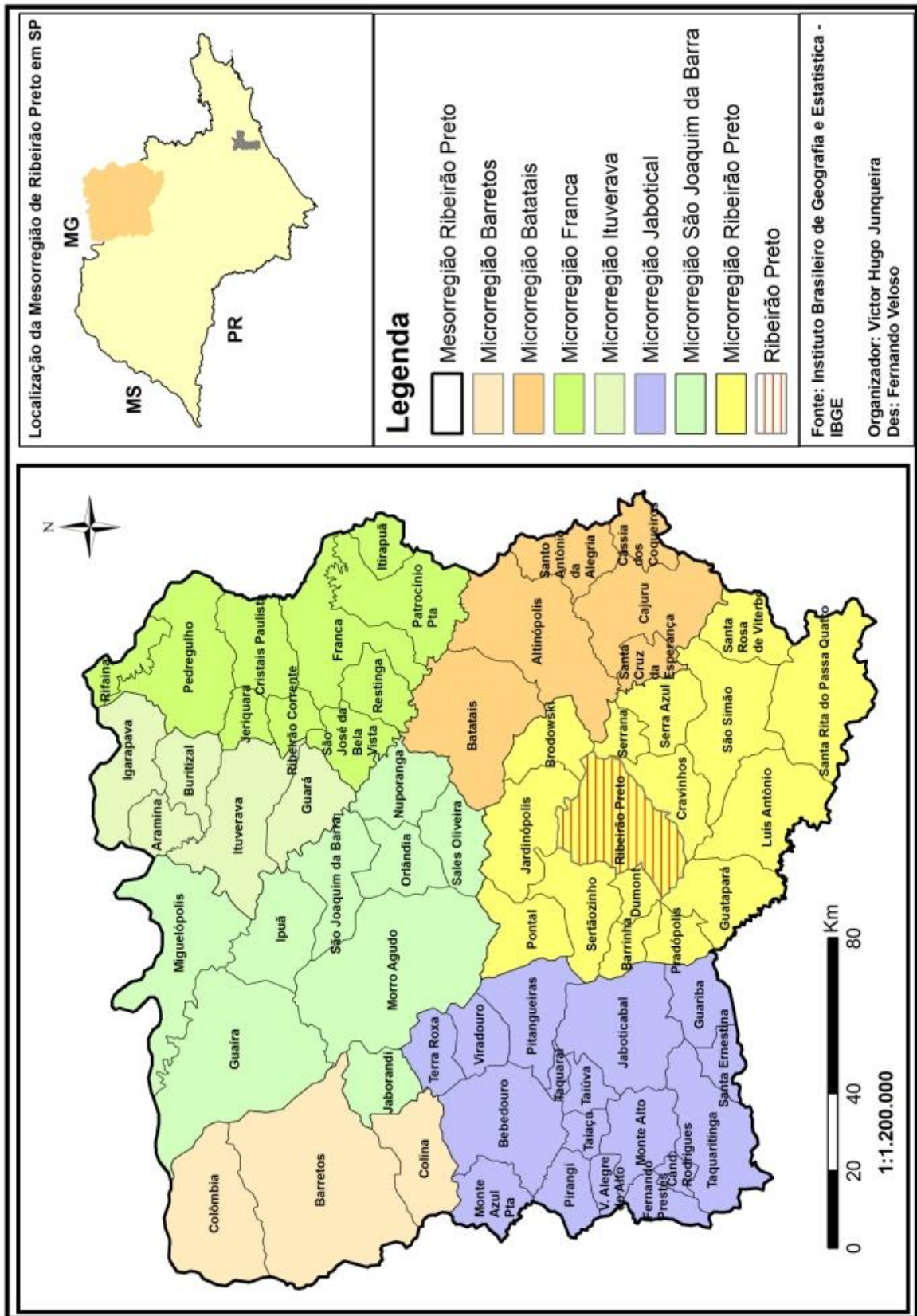
A presença destas condições na região de Ribeirão Preto garantiu desde a década de 1960, a alocação de grandes volumes de investimentos privados e estatais, consolidando-se como uma das principais áreas de desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

Antes de procedermos à análise das transformações históricas da região e suas condições atuais, cabe destacar que, para fins deste trabalho o recorte territorial adotado compreende a mesorregião geográfica de Ribeirão Preto, segundo divisão regional do IBGE em vigor (Mapa 1.1).

As mesorregiões homogêneas foram propostas pelo IBGE na década de 1970, como uma unidade intermediária entre as microrregiões e as grandes regiões brasileiras objetivando melhorar a capacidade de organização e análise dos dados censitários. De acordo com o IBGE (1990, p. 8) as mesorregiões geográficas são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: “o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial”.

A mesorregião geográfica de Ribeirão Preto é formada pelas microrregiões de Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra, totalizando 66 municípios.

Mapa 1.1 – Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto.



A importância agrícola da região de Ribeirão Preto remonta ao final do século XIX, quando se tornou a principal área produtora de café do Estado de São Paulo. Até a crise internacional de 1929 a cafeicultura foi a principal economia da região, dinamizando a construção de uma rede de cidades que se formou ao longo do eixo das ferrovias e sendo responsável pelo crescimento e estruturação interna das cidades (IPT, 2000).

Segundo Elias²² (2003) a acumulação de capital na cafeicultura permitiu a região superar a crise internacional que afetou as exportações de café e diversificar a produção agrícola. Segundo o relatório do IPT (2000):

Após a crise de 1929, as grandes fazendas foram divididas em pequenas e médias propriedades sendo, muitos cafezais, substituídos por pastagens. Também se verificou uma diminuição no crescimento populacional da região entre 1920 e 1950. Ocorreu a intensificação da agricultura, especialmente do algodão e cana-de-açúcar, e da pecuária. Até 1960, a região mantinha-se em primeiro lugar no Estado em produção agropecuária, e em segundo em termos industriais, em relação às regiões do interior (SEMEGHINI²³, 1992 apud IPT, 2000, p. 90).

Contudo, é a partir da década de 1960 que os efeitos da penetração do capitalismo no campo começam a alterar de forma mais significativa a região alterando as bases técnicas e organizacionais da agricultura. Este processo, como já delineamos em linhas gerais, foi capitaneado pelo Estado, tanto no que tange a regularização e normatização da expansão capitalista no campo, cujos feitos maiores foram a aprovação do Estatuto da Terra (1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), mas também no financiamento direto da produção agropecuária e na criação de uma infraestrutura necessária a expansão agrícola.

A aplicação de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas na agricultura, derivadas do pacote da Revolução Verde ampliou a produtividade agropecuária da região, que na década de 1970 se mantinha como a principal região agropecuária do Estado de São Paulo, sendo a maior produtora de laranja (43%), soja (84,8%), milho (24,9%), tomate (35,2%), algodão (22,6%), limão 41,2% e cana-de-açúcar (34%) no estado. Destacando-se, também, na produção de arroz, amendoim, café, cebola, feijão e outros cítricos, além de bovinos e aves (SEMEGHINI, 1992 apud IPT, 2000, p. 90 e 91).

²² O trabalho de Elias (2003) é uma referência importante nesta pesquisa. A autora delimita a região de Ribeirão Preto, com base na divisão regional da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo da década de 1980 e, por esta divisão, a região de Ribeirão Preto, era composta por 80 municípios, abrangendo o que atualmente seria a região administrativa central, que incluiria os municípios da região de São Carlos e Araraquara.

²³ SEMEGHINI, U. C. 1992. A região administrativa de Ribeirão Preto. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. São Paulo no Limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista - regiões administrativas. São Paulo: SEADE, v. 7.

Entretanto, o desenvolvimento capitalista da agricultura, sua integração a indústria e o controle da produção cada vez mais centralizado, levaram a um processo crescente de especialização da produção, atendendo sempre aos critérios de maior rentabilidade econômica. Conforme Elias (2003, p. 95) ocorreu uma “desvinculação crescente da produção agrícola regional do consumo alimentar, uma vez que a atividade agrícola priorizou atender à demanda das agroindústrias, que passaram a constituir o motor principal da agricultura regional”.

Desde a década de 1970 a região de Ribeirão Preto vem se especializando na produção canavieira. A comparação das áreas colhidas dos principais produtos agrícolas da região entre as décadas de 1970 a 2010 evidencia o crescimento da área colhida de cana-de-açúcar em detrimento da redução de todos os outros produtos agrícolas.

Tabela 1.5 - Área Colhida de alguns produtos agrícolas na Mesorregião de Ribeirão Preto entre 1975 e 2010 (em hectares)

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Algodão	54.044	48.766	45.806	40.744	21.006	14.536	12.918	120
Amendoim	43.826	35.338	31.470	18.878	28.187	34.410	24.585	19.596
Arroz	208.040	41.497	45.669	34.485	16.329	6.591	1.893	741
Café	59.349	84.912	110.402	93.516	52.928	65.537	47.228	56.442
Cana-de-açúcar	167.731	290.819	458.710	510.190	724.268	834.250	987.787	1.279.889
Feijão	25.340	6.436	22.024	24.874	12.392	7.531	13.187	15.579
Laranja	93.669	134.818	153.863	174.642	130.918	107.425	98.579	78.085
Mandioca	4.043	1.854	652	305	307	862	686	830
Milho	228.103	178.622	218.300	293.084	258.684	211.304	110.186	36.473
Soja	235.142	258.808	267.429	269.956	276.279	274.160	249.692	133.796

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ IBGE/ Disponíveis em Ipeadata. Org.: Victor Hugo Junqueira

O crescimento da produção canavieira está estritamente ligado ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) lançado na década de 1970, quando em decorrência da crise do petróleo, o governo federal passou a incentivar a expansão da cultura canavieira para a produção de álcool combustível, por meio de financiamentos subsidiados, linhas de créditos especiais e subsídios indiretos por meio de bancos públicos.

Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 76), o Proálcool nasceu da articulação entre o Estado e o capital resultando no “fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais”. O direcionamento da política de crédito subsidiado pelo Estado aos grandes proprietários e sua amarração técnica e financeira ao pacote tecnológico da revolução verde viabilizou o denominado Complexo Agroindustrial (CAI). Nesse processo,

O que está em jogo é um projeto de dominação de classe. O Estado ao promover a industrialização da agricultura, beneficiando atores seletos²⁴ (grandes proprietários de terras e grandes grupos empresariais e financeiros) o fez à base da profunda exclusão social, deixando à margem a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis até hoje, pela maioria dos produtos da cesta básica (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 82).

Elias (2003) destaca que os vultosos investimentos estatais, permitiram aos usineiros comprar e modernizar as fazendas que circundavam suas usinas, integrando a produção agrícola à indústria. Neste processo “centenas de produtores não resistiram às pressões econômicas e venderam suas terras aos usineiros, abandonando a policultura e propiciando a expansão da monocultura canavieira”. Além disso, os que resistiram “se transformaram em simples fornecedores, sem poder de decisão sobre a própria produção, somente garantindo o abastecimento da matéria-prima desejada” (ELIAS, 2003, p. 148).

O desenvolvimento da monocultura canavieira na região de Ribeirão Preto resultou não apenas no crescimento na concentração de terras, mas também, no controle da produção e submissão dos pequenos proprietários às imposições das agroindústrias. A análise dos dados do censo agropecuário de 1985 referentes à distribuição de terras nas microrregiões que compõem a mesorregião de Ribeirão Preto explicita a concentração de terras na região. Para esta análise, consideramos a proposta de classificação fundiária do INCRA²⁵ que serve de parâmetro para definição do tamanho dos imóveis rurais em cada município, de acordo com o número de módulos fiscais.

Por este critério, no Brasil as propriedades podem ser classificadas em:

²⁴ Segundo Thomaz Júnior. (2002) em 1985 cerca de 87% das propriedades não utilizaram financiamentos e mais de 70% do crédito destinou-se a estabelecimentos com mais de 1.000 ha.

²⁵ No Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 1964) os imóveis rurais foram classificados em minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. A partir da Constituição Federal de 1988 (Art. 185) os imóveis rurais passaram a ter novas terminologias: pequena propriedade, média propriedade e propriedade produtiva. A definição de pequena e média propriedade foi regulamentada pela Lei nº 8.629 de 1993, todavia, esta lei não definiu o que são grandes propriedades, nem minifúndios, assim, sua definição não está expressa em lei (ocorre por dedução), sendo utilizada pelo INCRA para elaborar os cadastros rurais, conforme explica Landau et. al (2012). Além disso, cabe destacar que a Lei nº 8.629 de 1993 (Art. 6) também definiu a propriedade produtiva como “aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente”.

- minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal;
- pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais;
- médias propriedades: com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais e
- grandes propriedades: com área maior do que 15 módulos fiscais.

Na região, os módulos fiscais dos municípios variam entre 10 ha e 22 ha, dessa forma, considerando o maior módulo fiscal da região, as propriedades podem ser classificadas em: minifúndio quando a área for inferior a 22 ha; pequena propriedade quando a área não ultrapassar os 88 ha; média propriedade com área de até 330 ha; e grandes propriedades com área superior a 330 ha.

Todavia, como os dados do censo agropecuário de 1985 disponíveis apresentam o número de estabelecimentos e o tamanho das propriedades em intervalos que não são diretamente compatíveis com a categorização do tamanho das propriedades na região²⁶, para sistematização das informações tivemos que realizar algumas adaptações na classificação das propriedades. Assim, definimos a pequena propriedade com área até 100 ha; a média propriedade com área entre 100 ha e 500 ha; e a grande propriedade com área superior a 500 ha. Os dados da tabela 1.6 apresentam o número de estabelecimentos e o total da área ocupada segundo este critério de classificação.

Tabela 1.6– Estrutura Fundiária das Microrregiões que compõem a Mesorregião de Ribeirão Preto em 1985

Microrregiões	Propriedades	Nº de Estabel.	(%) Estabel.	Área (ha)	(%) Área
	Pequena	1485	64,8	52086	13,4
Barretos	Média	635	27,7	130526	33,7
	Grande	172	7,5	204752	52,9
	Total	2292	100	387364	100
	Pequena	2390	68,3	56482	12
Alta Mogiana	Média	892	25,6	186894	39,8
	Grande	215	6,1	226218	48,2
	Total	3497	100	469594	100

²⁶ O número de estabelecimentos e o tamanho das propriedades com áreas superiores a 50 e menores que 500 ha estão organizados nos seguintes intervalos: 50 a menos de 100 ha; 100 a menos de 200 ha; 200 a menos de 500 ha.

Microrregiões	Propriedades	Nº de Estabel.	(%) Estabel.	Área (ha)	(%) Área
	Pequena	5704	86,9	158699	35,6
Serra de Jaboticabal	Média	730	11,1	143803	32,2
	Grande	130	2	143432	32,2
	Total	6564	100	445934	100
	Pequena	3249	78	82605	14,7
Ribeirão Preto	Média	703	16,9	155211	27,7
	Grande	216	5,1	322754	57,6
	Total	4168	100	560570	100
	Pequena	2403	73,4	83550	26,6
Planalto de Franca	Média	785	24	158607	50,6
	Grande	86	2,6	71416	22,8
	Total	3274	100	313573	100
	Pequena	2754	78	81918	24,5
Serra de Batatais	Média	668	18,9	139729	41,8
	Grande	108	3,1	112960	33,7
	Total	3530	100	334607	100

Fonte: Censos Econômicos de 1985: Censo Agropecuário - São Paulo Org. Victor Hugo Junqueira

Os dados do censo agropecuário não deixam dúvidas da forte concentração de terras na década de 1980, apesar do predomínio de pequenas propriedades, se compararmos o número de estabelecimentos com a porcentagem da área ocupada, verificamos uma grande disparidade, especialmente na microrregião de Ribeirão Preto, em que em uma ponta estão as grandes propriedades que representam 5,1% do número de estabelecimentos, mas ocupam 57,6% da área, na outra ponta as pequenas propriedades que constituem 78% dos estabelecimentos, detinham apenas 14,7% da área ocupada.

Por outro lado, se considerarmos a mesorregião como um todo, verificamos que as pequenas propriedades somavam 17.985 estabelecimentos (77,1% do total) e detinham 515.340 ha, o equivalente a 20,5% das terras. As médias propriedades totalizavam 4.413 estabelecimentos (19% do total) e possuíam 914.770 ha, 36,4 % das terras. Por sua vez, as 927 grandes propriedades (3,9% do total) dominavam 2.511.642 ha, ou seja, 43,1% de todas as terras.

A esta concentração de terras se somou a oligopolização do setor que sob o comando de poderosos grupos nacionais transformou a região no maior polo sucroalcooleiro do Brasil, popularmente é conhecido como o “mar de cana”. Com os incentivos do Proálcool a especialização produtiva da região acabou por impulsionar toda uma cadeia de indústrias e serviços ligada a atividades agropecuárias.

Para Elias (2003, p. 170) o resultado do crescimento industrial e agropecuário acabou “culminando com um processo intenso de fusão ou integração de capitais nesses dois campos econômicos, que passam a ser controlados por grandes empresas nacionais e multinacionais”.

Estas transformações produtivas que propiciaram o controle das terras e a integração de capitais na agricultura estão diretamente ligadas as profundas mudanças nas relações sociais de trabalho na região.

Por que na base das relações sociais de produção está nas relações de propriedade sobre os meios de produção, concomitantemente ao processo de acumulação e concentração do capital e da terra, ocorridos na região, deu-se intensa proletarização do trabalhador agrícola, com uma maciça substituição de parceiros, pequenos arrendatários, meeiros, agregados, trabalhadores agrícolas permanentes, entre outros, pelo trabalhador agrícola assalariado temporário, contratado apenas nos períodos de necessidade de aumento de força de trabalho, notadamente durante a safra das duas principais culturas²⁷, colhidas manualmente na sua maioria até meados da década de 1990. O resultado foi a intensificação das relações capitalistas de produção. (ELIAS, 2003, p. 263).

Silva (1999) também destaca o papel do Estado na região, tanto pelo Proálcool como pela promulgação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural “cuja eficácia garantiu a mudança das relações de trabalho por meio da expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos, sitiantes etc.” (SILVA, 1999, p. 68).

A massa de trabalhadores expulsos do campo, livres como os pássaros, formou os novos proletários das usinas canavieiras aos quais se somaram grandes contingentes de outros pássaros, migrantes do Vale do Jequitinhonha (MG) e de outros estados nordestinos, conforme mostrou o estudo de Silva (1999).

A tabela 1.7 mostra a evolução da população urbana e rural nas microrregiões que compunham a mesorregião geográfica de Ribeirão Preto entre 1960 e 2010. Em todas

²⁷ A autora se refere ao corte da cana e a colheita da laranja. Esta última muito desenvolvida na região de Araraquara e Bebedouro.

elas, o êxodo rural foi significativo. Em poucas décadas ocorreu uma completa inversão entre a população rural e urbana. Em 1960, a população urbana da mesorregião geográfica de Ribeirão Preto não alcançava 600 mil habitantes, em 2010 superou os 2 milhões de habitantes.

Tabela 1.7 – Evolução da População Urbana e Rural entre 1960 e 2010

Microrregiões	URBANA					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Barretos	48.391	61.778	75.336	106.206	117.865	129.241
São Joaquim da Barra	74.944	82.398	109.228	145.193	178.608	203.147
Ituverava	42.880	43.975	54.090	69.037	83.265	90.137
Franca	71.157	107.513	171.017	264.193	329.352	367.260
Jaboticabal	111.481	136.070	206.314	306.546	357.033	388.843
Ribeirão Preto	183.583	299.374	476.126	683.977	839.056	1.012.880
Batatais	36.116	35.753	51.523	69.287	86.289	92.163
Mesorregião de Ribeirão Preto	568.552	766.861	1.143.634	1.644.439	1.991.468	2.283.671
São Paulo	8.044.389	14.277.802	22.196.896	29.314.861	34.592.851	39.585.251
Brasil	31.619.060	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.792
Microrregiões	RURAL					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Barretos	28.746	19.670	12.411	10.399	8.666	6.225
São Joaquim da Barra	44.597	50.677	28.140	21.934	11.968	8.242
Ituverava	25.514	27.983	14.313	10.513	6.281	5.573
Franca	42.253	41.517	28.588	23.942	20.931	19.444
Jaboticabal	66.263	66.964	48.520	39.669	28.803	19.356
Ribeirão Preto	109.106	75.574	50.326	38.998	24.745	19.667
Batatais	21.471	25.083	22.550	16.581	11.512	14.182
Mesorregião de Ribeirão Preto	337.950	307.468	204.848	162.036	112.906	92.689
São Paulo	4.779.417	3.493.173	2.845.178	2.274.064	2.439.552	1.676.948
Brasil	38.693.695	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.830.007

Fonte: IBGE/ IPEADATA. Org.: Victor Hugo Junqueira

Por outro lado, no período considerado, ocorreu a redução absoluta e relativa da população rural em todas as microrregiões geográficas, acompanhando o movimento populacional que se verificou no Brasil. Na mesorregião de Ribeirão Preto na década de 1960 embora a maioria da população já morasse em cidades, a população rural representava 37,3% do total, no censo de 2010 reduziu-se a 4%, muito inferior aos dados nacionais que indicam que 15,6% das pessoas vivem no campo.

Os dados expressos na Tabela 1.7 indicam, também, o ritmo acelerado de urbanização, que resultou na produção de cidades caóticas, do ponto de vista social e ambiental. Santos (2005, p. 105) após analisar o processo de urbanização brasileira afirmou que,

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências.

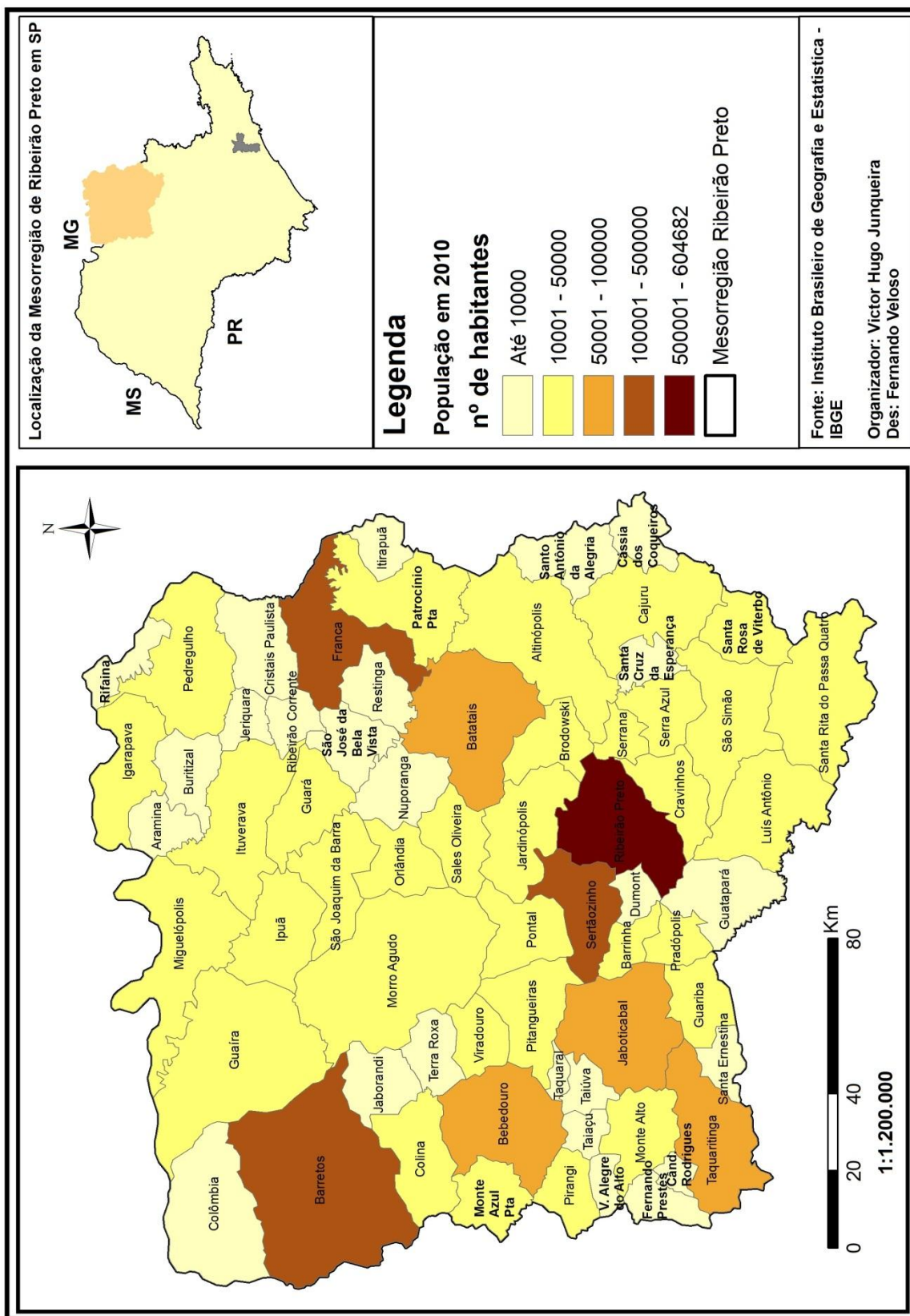
Encontramos também na região de Ribeirão Preto, os problemas relatados por Santos (2005) que são comuns e transparecem no déficit de moradias, no desemprego e na infraestrutura urbana, ainda que sem um exame profundo desta realidade, é possível apontar, tomando como base Elias (2003, p. 327), o “agravamento dos problemas urbanos, provocados pelo descompasso entre a evolução econômica e social, inerente ao desenvolvimento capitalista, especialmente na sua fase monopolista”.

Outro fator significativo da urbanização brasileira foi o seu caráter espacialmente concentrador. Na região a manifestação deste processo é verificável nos índices de concentração urbana, da principal cidade da mesorregião: Ribeirão Preto, que concentrou a maioria das indústrias e serviços, sofrendo um crescimento urbano exponencial saindo de 145.267 habitantes em 1960 para 504.993 habitantes em 1990, e no censo de 2010 atingiu a marca de 604.682²⁸ com um índice de urbanização de 99,72%.

O mapa a seguir mostra a distribuição da população total nos municípios da região mesorregião de Ribeirão Preto.

²⁸ Dados dos censos demográficos do IBGE. Disponível em: <<http://www.Ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

Mapa 1.2 – Distribuição da população nos Municípios da Mesorregião de Ribeirão Preto 2010.



A região é formada em sua maioria por cidades pequenas²⁹, sendo que, das 66 cidades da região, 58 municípios apresentam população inferior a 50 mil habitantes (87,8%), destes, 26 apresentam população inferior a 10 mil habitantes, constituindo-se na sua maioria em cidades dormitórios com economia voltada, especialmente, para as atividades agropecuárias e dependentes dos serviços públicos municipais.

Os municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes são Bebedouro (75.035 hab.), Jaboticabal (71.662 hab.), Batatais (56.476 hab.) e Taquaritinga (53.988 hab.). Com população superior a 100 mil habitantes apenas Franca (318.640 hab.), Barretos (112.101 hab.) e Sertãozinho (110.074 hab.). Estes municípios têm em comum o fato de localizarem importantes agroindústrias³⁰, a partir das quais se dinamizou uma rede de indústrias e serviços que atraiu migrantes da própria região e de outras áreas do país. Franca, além disso, tornou-se um importante polo calçadista, apresentando uma maior diversificação no setor industrial e de serviços tornando, ao lado de Ribeirão Preto, as duas maiores cidades da região.

O desenvolvimento regional tendeu a concentração de terra e capitais, agravando tanto a desigualdade social como espacial. Elias (2003) após ampla pesquisa sobre o desenvolvimento urbano e agrícola da região concluiu que com a expansão das relações capitalistas

Reforçou-se o papel da terra como reserva de valor, e assim, o da especulação fundiária e imobiliária, jogando parcelas da população excluída, seja agrícola, seja urbana, para as periferias das cidades da região, sobretudo, das cidades médias e da cidade média regional. A forma como assumiu o desenvolvimento do capitalismo no campo está, assim, diretamente associada à questão da crise urbana, da questão ecológica, a questão energética, das desigualdades regionais, entre tantas outras das principais questões da sociedade brasileira (ELIAS, 2003, p. 379).

Na cidade de Ribeirão Preto a intensidade deste processo resultou na concentração da riqueza em ilhas de prosperidade e disseminação da pobreza por toda a cidade. Os condomínios de luxo contrastam com a crescente favelização³¹ e a expansão urbana caótica, tornando os problemas urbanos ainda mais violentos. O mesmo fenômeno se repete nas demais cidades da região, na qual os recentes condomínios fechados contrastam

²⁹ Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

³⁰ Em Bebedouro e Taquaritinga agroindústrias ligadas à citricultura, em especial a laranja.

³¹ Conforme noticiou o portal Globo.com (2012) dados da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto estimam que dos mais de 600 mil habitantes da cidade, pelo menos 25 mil moram em favelas.

com os alojamentos precários nos quais moram os cortadores de cana. Em suma, a concentração da riqueza e a difusão da pobreza se repetem nas demais cidades da região, ainda que em escalas diferenciadas.

A pesquisa de Passador (et. al. 2013) ao analisar os dados econômicos e sociais dos municípios da microrregião geográfica de Ribeirão Preto, demonstra que o crescimento da produção de cana-de açúcar não tem se traduzido em melhoria na qualidade de vida da população regional. Segundo os autores há, de um lado, uma concentração da riqueza na cidade de Ribeirão Preto, o que na média, acaba-se traduzindo em melhores indicadores de renda, saúde e educação e, do outro, o agravamento das desigualdades sociais nas cidades ao entorno, que estreitam sua dependência em relação ao centro urbano principal, no que tange a emprego, lazer, saúde especializada, educação superior, etc.

Embora as médias estatísticas possam sugerir um elevado desenvolvimento econômico da região, isto não tem se compatibilizado com a melhoria na qualidade de vida da população, e diferente do que o pensamento liberal possa sugerir não se trata de um desequilíbrio que possa ser ajustado pelo livre mercado ou pela intervenção pontual do Estado, trata-se do movimento intrínseco ao capital, que no caso brasileiro e, particularmente, na região, promoveu o desenvolvimento das forças produtivas no campo e ampliou as desigualdades no campo e nas cidades. O sucesso do modelo, portanto, está diretamente relacionado à marginalização e submissão dos trabalhadores aos detentores da riqueza produzida socialmente.

1.4 – O domínio do Agronegócio na região de Ribeirão Preto.

O desenvolvimento da agricultura capitalista na região de Ribeirão Preto reflete, em termos gerais, os mesmos processos que ocorreram no país. Contudo, como área receptiva a implantação dos meios técnicos e científicos, a injeção de capitais estatais e privados, e a propensão a mais rápida reprodutibilidade do capital tornaram-na um centro dinâmico e impulsionador do desenvolvimento do capitalismo no campo, exercendo em certa medida um papel de comando na configuração do rural brasileiro. Por esta razão a região já despontava na década de 1990 com uma agricultura integrada à indústria, dinamizando o setor de serviços e altamente dependente dos circuitos técnicos, científicos e informacionais na reprodução de capitais (ELIAS, 2003).

No entanto cabe destacar que no final das décadas de 1980 e de 1990, período de transição nos processos de reprodução do capital, a conjuntura econômica nacional marcada pela liberalização econômica e comercial e baixos investimentos sociais contribuíram para o aumento do desemprego, do subemprego, da informalidade, agravando a crise social nos municípios da região.

Neste período, sob os efeitos da conjuntura econômica e do fortalecimento das lutas por reforma agrária, ocorre a implantação de importantes assentamentos na região. Conforme dados expostos na tabela seguinte (Tabela 1.8), só entre os anos de 1998 e 2001 são criados 07 dos 12 assentamentos existentes atualmente, instalando 693 famílias (48,0%) das 1417 famílias assentadas desde a década de 1980.

Tabela 1.8 – Assentamentos rurais na Mesorregião de Ribeirão Preto (1979-2012)

Município	Assentamento	Ano	Nº de famílias	Área (ha)
Colômbia	Formiga	1998	58	1.063
Colômbia	Perdizes	1998	36	1.506
Bebedouro	Reage Brasil	2000	83	1.269
Batatais	Nossa Terra	2008	30	240
Restinga	17 de Abril	1999	155	2.979
Orlândia	Orlândia	2009	21	52
Pradópolis	Guarani	2000	273	4.190
Jaboticabal	Córrego Rico	2001	47	468
Pitangueira	Ibitiúva	2000	41	725
Serra Azul	PDS ³² Sepé Tiarajú	2004	79	797
Ribeirão Preto	PDS da Barra ³³	2007	464	1.790
São Simão	Mário Covas	2012	130	748

Fonte: DATALUTA/NERA (2011); CARVALHO (2011). Org.: Victor Hugo Junqueira

³² Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Assentamentos sob a responsabilidade do INCRA, que apresentam como princípios básicos o associativismo e a agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e acesso a crédito. (CARVALHO, 2011)

³³ O PDS da Barra é formado “três ‘assentamentos’ decorrentes de conflitos entre os movimentos sociais presentes na área, o Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias” (CARVALHO, 2011, p. 151).

Entretanto, a retomada da política estatal de valorização da produção e exportação de commodities como meio de geração de saldos comerciais positivos implicou em alterações na conjuntura de lutas por reforma agrária no país e na região, dificultando a criação de novos assentamentos rurais.

Após 2001 foram implantados apenas 05 assentamentos na região decorrentes, na sua maioria, de lutas que já se estendiam desde a década de 1990. O assentamento Mário Covas, por exemplo, implantado pelo ITESP em 2012 na área antes pertencente à Fazenda Santa Maria – área administrada pelo Instituto Florestal ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente havia sido ocupada em 1996 por trabalhadores rurais sem terra.

Por outro lado, para o capital, esta nova fase de expansão do capitalismo no campo, representou um momento de grande prosperidade, cujo principal efeito na região, foi a revitalização do capital agrocanavieiro pelo Estado, sobretudo, a partir de 2003 com o início da produção automobilística de carros *flex fuell*.

Para Barreto (2011, p. 36) neste segundo momento de expansão da monocultura canavieira no país “o Estado busca, mais uma vez, ampliar sua matriz energética e resgatar empresários canavieiros de mais uma crise financeira” inserindo o país “no cenário internacional, entre os maiores produtores e exportadores de etanol e açúcar do mundo”.

A produção e venda dos automóveis bicomustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, assumindo o Estado um papel preponderante (THOMAZ JÚNIOR, 2007), sobretudo, a partir de 2008 com os pacotes de estímulos fiscais a indústria automobilística.

Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) entre março de 2003 (mês de lançamento da tecnologia) a dezembro de 2012 foram licenciados no Brasil 18,5 milhões de unidades de veículos *flex fuell*. Em 2012, as vendas destes veículos corresponderam a 87% dos veículos leves licenciados no país.

Além disso, o Estado promoveu a ampliação de créditos ao setor canavieiro, garantiu estímulos fiscais e atuou no *marketing* internacional de país produtor de energia limpa e renovável abrindo novos mercados à exportação de álcool e também de açúcar.

Milanez; Barros; Filho (2008, p. 08) analisando o financiamento do BNDES ao setor sucroalcooleiro entre 2004 e 2008, constataram que:

[...] entre 2004 e 2007 houve acréscimo acumulado de mais de 500% e, considerando a posição de começo de julho, o desempenho nos primeiros seis meses de 2008 já equivale a 75% do registrado em todo o ano anterior. É importante salientar ainda que, em razão de os investimentos nesse setor terem crescido de forma mais intensa que a maioria dos investimentos nos demais segmentos econômicos, a participação dos desembolsos para projetos sucroalcooleiros, relativamente ao total desembolsado pelo BNDES, tem aumentado de forma significativa.

Apenas no primeiro semestre de 2013 o BNDES já havia liberado R\$ 3,481 bilhões ao setor, o que representa um valor próximo aos 3,4 bilhões investidos no setor em 2007, e conforme a reportagem da Revista Nova Cana (2013) já representava 68% acima dos R\$ 2,068 bilhões do primeiro semestre de 2012.

Desse modo, os diferentes estímulos fiscais e econômicos alavancaram um novo ciclo de crescimento na produção de cana-de-açúcar, especialmente a partir de 2003. Os dados disponíveis na tabela 1.9 explicitam em uma perspectiva histórica dois momentos do setor, o primeiro da década de 1990 a 2000 marcado pelo baixo crescimento na produção, e o segundo, na década de 2000, de crescimento exponencial da produção.

Tabela 1.9 - Produção de Cana-de-Açúcar entre 1990 e 2010 (em toneladas)

Áreas	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	262.674.150	303.699.497	326.121.011	422.957.366	717.148.531
Estado de São Paulo	137.835.000	174.960.000	189.040.000	254.809.756	426.056.499
Mesorregião de Ribeirão Preto.	40.551.594	57.447.735	64.630.888	83.921.776	111.682.433

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ IBGE/ Disponíveis em Ipeadata. Org.: Victor Hugo Junqueira

A produção brasileira mais que dobrou entre 2000 e 2010, resultado da incorporação de novas terras, nos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Mas, foi especialmente estimulado pelo crescimento da produção no Estado de São Paulo que saltou de, aproximadamente, 189 milhões de toneladas, para 426 milhões com o avanço da produção canavieira para o oeste do estado, com destaque para o Pontal do Paranapanema.

Na mesorregião de Ribeirão Preto, apesar do percentual de crescimento ter sido menor, a passagem de 40,5 milhões de toneladas em 1990 para 110,6 milhões em 2010, foi

significativa e esteve associado tanto pelo aumento da produtividade, quanto pela consolidação da especialização produtiva regional. Neste mesmo interstício a área cultivada na região cresceu de 510.190 ha em 1990 para 1.279.889 ha em 2010.

Outro fator responsável pelo crescimento da produção de cana-de-açúcar no Brasil e na região foi a ampliação da demanda internacional por álcool e açúcar. O Brasil nos últimos anos assumiu as primeiras posições na exportação dos dois produtos, conquistando mercados importantes no mundo todo. A tabela seguinte apresenta os volumes das exportações brasileiras entre 2001 e 2010.

Tabela 1.10 – Exportações brasileiras de Açúcar e etanol entre 2001 e 2010.

Ano	Açúcar (Ton.)	Álcool (bilhões de Litros)
2001	11.173.215,30	0,3
2002	13.354.331,48	0,8
2003	12.914.409,84	0,7
2004	15.763.929,28	2,4
2005	18.147.062,37	2,6
2006	18.870.166,76	3,4
2007	19.359.021,21	3,5
2008	19.472.520,44	5,1
2009	24.294.097,75	3,3
2010	27.999.859,45	1,9

Fonte: Açúcar: IBGE/ Ipeadata. Álcool: Ministério de Minas e Energia³⁴ (2008 e 2011). Org.: Victor Hugo Junqueira

Como a maioria das usinas da região produzem açúcar e etanol, a conjugação de um mercado interno em expansão e maior acesso aos mercados internacionais possibilitou as empresas flexibilizar a produção de acordo com as flutuações no mercado, ampliando a competitividade e garantindo uma alta e constante taxa de lucratividade nos últimos anos.

Este momento de prosperidade para os usineiros, a exemplo do período do Proálcool, provocou efeitos significativos sobre a concentração de terras, as relações de trabalho e ao meio ambiente. Ainda que sem pretender realizar um estudo abrangente de cada

³⁴ Informações fornecidas pela Empresa de Pesquisa Energética vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

uma destas esferas, é preciso sinalizar as condições gerais deste processo, para dar concreticidade à caracterização do agronegócio na região.

A opção do Estado pela política do agronegócio fortaleceu ainda mais o poder dos usineiros, que se metamorfosearam novos heróis nacionais³⁵, que aliados a outros setores do capital nacional (industrial e financeiro) e internacional passaram a exercer um controle ainda maior sobre a produção e as terras.

Na região de Ribeirão Preto, conforme dados vinculados pelo informativo Brasilagro, o censo agropecuário de 2006 indicou uma redução de 2,6% no número de propriedades rurais, em 1996, a região tinha 27.164 estabelecimentos - fazendas, sítios, chácaras e terrenos em zonas rurais. Em 2006, eram 26.447.

Olivette e Camargo (2009) ao comparar os dados do Levantamento Censitário da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) realizados nos anos de 1995/1996 e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) vinculados a Secretaria Estadual de Agricultura chegam à mesma conclusão que o censo agropecuário indicou: cresce a concentração de terras na região.

A pesquisa do LUPA utiliza como divisão regional os Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs), segundo esta divisão a maioria dos municípios que compõem a Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto são agrupados pelos autores na Região Norte, formada pelos EDRs de Barretos, Franca, Jaboticabal, Orlândia e Ribeirão Preto.

Para verificar a concentração de terras nas regiões os autores utilizam o Índice de Gini³⁶ utilizando a classificação por níveis de Câmara³⁷ (1949): de 0,000 a 0,100 - concentração nula; de 0,01 a 0,250 - concentração nula e fraca; de 0,251 a 0,500 - concentração fraca a média; de 0,501 a 0,700 - concentração média a forte; de 0,701 a 0,900 - concentração forte a muito forte; de 0,901 a 1,000 - concentração muito forte a absoluta.

³⁵ Aqui fazemos alusão à frase do ex-presidente Lula que em discurso no dia 20 de março de 2007 em Mineiros (GO) que conforme noticiou o jornal Folha de São Paulo afirmou “Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool”.

³⁶ Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, esse indicador é uma medida da concentração ou desigualdade, comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas pode ser aplicado, também, para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística, tais como concentração de terra, urbana, industrial entre outras. Na prática, o índice varia de 0 a 1, em que o valor 0 representa a completa igualdade de renda e, em contraposição, o valor 1 indica a completa desigualdade.

³⁷ CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

A pesquisa constatou que no período houve crescimento da concentração de terras em 30 dos 40 EDRs do Estado de São Paulo, mesma tendência que se repete nos EDRs que compõem a região, conforme pode ser visualizado na tabela seguinte (Tabela 1.11).

Tabela 1.11 – Evolução do Índice de Gini, por EDR da Região Norte Estado de São Paulo, 1995/96 e 2007/08.

EDRs	Índice de Gini (1995/96)	Índice de Gini (2005/2006)
Barretos	0,69	0,69
Franca	0,62	0,64
Jaboticabal	0,64	0,66
Orlândia	0,70	0,72
Ribeirão Preto	0,78	0,78

Fonte: Olivette e Camargo (2009). Org.: Victor Hugo Junqueira

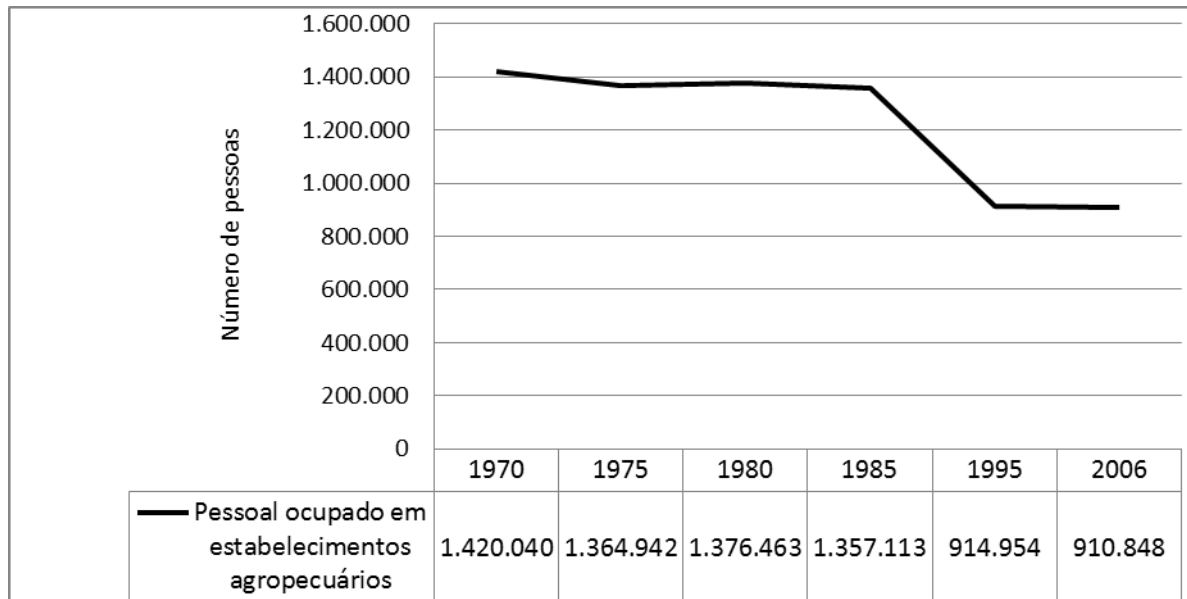
Os dados indicam um crescimento da concentração de terras em Franca, Jaboticabal e Orlândia, enquanto Ribeirão Preto e Barretos mantiveram o índice. Além disso, enquanto os EDRs de Barretos, Franca e Jaboticabal apresentaram uma concentração de terras de média a forte; os EDRs de Orlândia e Ribeirão Preto foram classificados com nível de concentração de forte a muito forte.

A concentração de terras continua, assim, a acompanhar o processo de desenvolvimento do capital monopolista na região, estreitando a subjugação dos pequenos produtores que resistem em suas propriedades, quando não as arrendam para as usinas. À vista disso, o domínio das terras e da produção modifica novamente as relações de trabalho tanto dos pequenos agricultores familiares, como dos trabalhadores assalariados na agroindústria.

É fato que a reestruturação produtiva do capital aperfeiçoou os mecanismos de exploração e intensificação da extração da mais-valia; excluindo um contingente cada vez maior de trabalhadores do mercado formal de exploração, para inserir, parte deles, novamente em funções precarizadas, terceirizadas, ou flexíveis, entre tantas outras, no complexo e destrutivo metabolismo do capital.

No Estado de São Paulo, conforme mostra o gráfico 1.4 o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários que se manteve praticamente estável entre 1970 e 1985 a exemplo dos dados nacionais apresentou uma expressiva redução entre 1985 e 1995, e mesmo após o novo ciclo de expansão dos financiamentos estatais, não houve a retomada do emprego na agropecuária.

Gráfico 1.4 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários - SP



Fonte: IBGE/ SIDRA - Censos Agropecuários. Org. Victor Hugo Junqueira

A redução do número de pessoas nas atividades agropecuárias é uma tendência do processo de reestruturação produtiva do capital no campo decorrente do processo de mecanização, além disso, no agronegócio canavieiro, duas outras características são marcantes: a intensificação do trabalho e a persistência de situações análogas a escravidão.

De acordo com a UNICA³⁸ o índice de mecanização do corte da cana na região chegou a 72% em 2012. Para isto, concorreram duas questões legais, a proibição da queima da cana no Estado e o cumprimento de normas trabalhistas, em especial a Norma Regulamentadora 31³⁹ (NR 31).

Segundo Thomaz Jr. (2007) com base NR31 os procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) tem procurado exigir dos usineiros o cumprimento dos acordos

³⁸ Notícia vinculada pelo jornal Folha de São Paulo em 30 de março de 2012.

³⁹ A NR 31 define os preceitos a serem observadas na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (MTE, 2011).

coletivos, além da intenção de acabar com o pagamento por produção. Nesse sentido, as principais exigências do MPT relacionam-se à “proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR-31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc.” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 14).

Não há dúvidas que estes instrumentos legais são importantes e exercem influência sobre a ampliação dos índices de mecanização, porém, o cerne da questão está no potencial de retorno de lucratividade ao capital.

Nesta perspectiva, as palavras de Moraes (2007) revelam como a proibição da queima da cana torna a exploração do trabalho menos lucrativa ao capital.

A produtividade do trabalhador com a colheita da cana crua manual cai muito (em média de 6 toneladas por dia por empregado para 3 toneladas por dia por empregado), o que inviabiliza a adoção desta prática em ambiente de livre mercado. A colheita mecânica da cana crua é economicamente mais eficiente, dados os menores custos de produção, além do fato de as próprias convenções coletivas de trabalho estipularem que o corte manual deve ser de cana queimada, dadas as dificuldades encontradas no corte manual da cana crua. (MORAES, 2007, p. 609)

O que está em jogo, portanto, são as formas de reprodução do capital de forma mais avançada, ainda que isto aprofunde as contradições do próprio desenvolvimento capitalista, ao substituir o capital variável por capital constante.

Com base em estimativas da ÚNICA, Moraes (2007, p. 610) assinala que:

[...] sem se considerar os funcionários envolvidos na gestão e administração da produção, no Estado de São Paulo, entre as safras de 2006/2007 e 2020/2021, o número de empregados envolvidos com a produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool passará de 260,4 mil para 146,1 mil, ou seja, haverá uma redução de 114 mil empregos neste período. Observa-se que na indústria é esperado um aumento de 20 mil empregados, enquanto na lavoura canavieira o número passará de 205,1 mil empregados para 70,8 mil, ou seja, uma queda de 134,3 mil. A previsão é que não haja colheita manual na safra 2020/2021.

As estimativas apontam para um espectro de descartabilidade de trabalhadores, que jogados a própria sorte, veem na promessa da qualificação profissional, uma das poucas alternativas para o reingresso em um mercado que os exclui. No mais, como atesta Thomaz Júnior (2007) a despossessão no limite, em virtude do aumento do capital constante e a

ausência de políticas públicas para absorver os trabalhadores excluídos dos canaviais, tem aumentado o desemprego, a marginalização, criminalidade, etc.

A introdução da mecanização, igualmente afetou a produtividade do trabalho pela intensificação da jornada de trabalho. Marx (1996, p. 44) já examinava como a introdução da maquinaria intensificava a jornada de trabalho, na medida em que a “máquina, na mão do capitalista, transforma-se no meio objetivo e sistematicamente aplicado de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo”. Nos canaviais, ainda que esta relação não seja direta para os cortadores manuais, a introdução da maquinaria e o pagamento por produção forçou os trabalhadores a uma maior produtividade.

Para Alves (2006) o crescimento da produtividade do trabalhador remonta a implantação do Proálcool, contudo na década de 1990 há um acirramento deste processo, em razão da mecanização da produção, o aumento do desemprego e de agricultores desapropriados nas áreas de fronteiras agrícolas e a seleção mais rigorosa dos departamentos de contratação das empresas. Em consequência:

A partir da década de 1990 houve um grande aumento da produtividade do trabalho. Para garantir seus empregos, os cortadores de cana precisavam cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia, aumentando a média de cana cortada para 12 toneladas por dia; portanto a produtividade média cresceu 100%, passou de 6 toneladas/homem/dia, na década de 1980, a 12 toneladas de cana por dia, na década de 1990. (ALVES, 2006, p. 96)

No limite desta intensificação do trabalho estão as mortes nos canaviais da região (Alves, 2006; Silva; Martins, 2006). Com a manchete “Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP” o jornal Folha de São Paulo de 29 de abril de 2007 fundamentado na pesquisa da professora Maria Aparecida de Moraes Silva da Universidade Estadual Paulista (UNESP) mostrou as relações de trabalho que se escondem sob a imagem do moderno na região. De acordo com a pesquisadora, nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que o trabalhador do setor ficava na atividade era de 15 anos, a partir de 2000, já deve estar por volta de 12 anos, o equivalente ao período de trabalho de um escravo no período colonial.

A concreticidade destes fatos demonstra a perversidade das formas de controle e exploração do trabalho pelo capital, que conjuga intensificação e descartabilidade segundo a lógica da lucratividade ilimitada. Destarte, “o que se vende de moderno, de tecnologicamente mais avançado e baluarte do agronegócio, no Brasil, nubla relações de trabalho regressivas e

dispositivos contratuais e de aliciamento que fazem inveja à pior tirania dos senhores de escravos” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 15).

Em pleno século XXI a persistência de trabalho análogo a escravidão é uma das marcas do desenvolvimento capitalista na região de maior produção canavieira. O jornal Folha de São Paulo do dia 24 de agosto de 2008, na reportagem cuja manchete é “Riqueza e Senzala” assim narrou as ações do Ministério Público do Trabalho no interior de São Paulo:

Quando os fiscais do Ministério do Trabalho e os procuradores do Ministério Público do Trabalho partem para diligências nos canaviais, as chances de encontrarem irregularidades equivalem às dos clientes dos serviços de "pesque-pague" disseminados pelo interior paulista fisgarem tilápias sem dificuldades: nos lagos, há profusão de cardumes; no campo, as condições de trabalho dos cortadores estão longe de cumprir plenamente a lei (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/08/2008).

Nesta reportagem são relatados, entre outras condições de exploração no interior do Estado de São Paulo, a situação de uma fazenda em Serra Azul, na qual não havia água gelada, banheiros móveis, área coberta para as refeições e muitos canavieiros não usavam alguns EPIs (equipamentos de proteção individual); e em Guariba, onde cortadores viviam, segundo os repórteres em pardieiros sem conforto e limpeza com falta até de papel higiênico.

Mais do que isto, o trabalho de Borin (2011) identificou trabalhadores em condições de escravidão contemporânea em Cruz das Posses Distrito do município de Sertãozinho. A definição de escravidão contemporânea é utilizada pelo autor, especialmente, a partir do jurista Sento-Sé⁴⁰ para quem a escravidão contemporânea em meio rural:

[é] aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes, inclusive quanto ao meio ambiente em que irá realizar a sua atividade laboral, submetendo-o, em geral, a constrangimento físico e moral, que vai desde a deformação do seu consentimento ao celebrar o vínculo empregatício, passando pela proibição imposta ao obreiro de resilir o vínculo quando bem entender, tudo motivado pelo interesse mesquinho de ampliar os lucros à custa da exploração do trabalhador (SENTO-SÉ⁴¹, 2001, p. 27 apud BORIN, 2011, p. 107).

Em Cruz das Posses, o autor encontrou formas veladas de escravidão, sobretudo, por dívidas.

⁴⁰ Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé Procurador do Trabalho da 5ª Região/BA e professor da Universidade Federal da Bahia.

⁴¹ SENTO-SÉ, J. L. A. Trabalho escravo no Brasil na atualidade. São Paulo: LTr, 2001.

Disse-se que isso ocorre de forma velada, pois, justamente por se configurar como escravidão em decorrência de dívida, a exploração desses rurícolas se perpetra por mecanismos sutis, como: o aliciamento em terras onde o ordenamento jurídico não tem tanta eficácia e a miséria é gritante; o sistema de endividamento ilegal através do fornecimento de gêneros de primeiras necessidades e outros a preços exorbitantes, descontados diretamente dos salários dos rurícolas; e, ainda, a retenção de documentos pessoais, especialmente a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), podendo até culminar em agressões físicas e na morte de trabalhadores (BORIN, 2011, p. 252).

Em linhas gerais, estas são algumas das condições de trabalho presentes na principal área do agronegócio brasileiro, que sob os véus da modernidade esconde as contradições do processo perverso de desenvolvimento do capital na sua lógica degradante, concentradora e exploradora. Tais processos, desde a década de 2000, sobretudo, ganham um novo caráter com a internacionalização da produção canavieira, na medida em que “houve aumento nos últimos anos na participação de grandes grupos na região, aumentando assim a concentração de mercado numa região até então caracterizada pela administração familiar das usinas” (COSTA, 2011, p. 17).

Souza (2011) também identificou um processo crescente de internacionalização da produção e a formação de grandes conglomerados agroindustriais internacionais e nacionais no Brasil, segundo a autora:

Há alguns anos, verifica-se um aumento do ritmo de aquisições no setor sucroalcooleiro, com crescimento na participação de empresas estrangeiras e aumento na concentração do poder econômico de determinados grupos. Sob essa nova lógica capitalista imperialista as atividades agrárias tornam-se cada vez mais alvo estratégico das corporações agroindustriais em redes que buscam reiteradas vezes aprovisionarem os seus recursos, assim como, exercer o controle do processo produtivo. Ou seja, uma subsunção total das atividades agrícolas aos interesses econômicos das grandes corporações agroindustriais nacionais e internacionais que comandam o circuito produtivo do setor agropecuário em escala global. (SOUZA, 2011, p. 139 e 140)

Além da compra de usinas por empresas transnacionais, há também, o rearranjo interno da compra de usinas menores por grandes grupos nacionais, indicando uma concentração cada vez maior no setor. Reportagem realizada pelo jornal Estado de São Paulo em 24 de junho de 2013 com base em dados da pesquisa do *New England Center for Investigative Reporting* e da ONG *Connectas*, mostrou que 15 empresas detêm o reinado da produção de etanol no continente americano. Segundo a matéria a empresa estadunidense

ADM é a líder isolada, seguida da brasileira Copersucar e de companhias como Poet e Valero Renewable Fuels, na América do Norte, e negócios como Odebrecht Agroindustrial e Raízen, no Brasil.

O grupo Copersucar é o maior grupo sucroalcooleiro do Brasil com participação de 22% do mercado brasileiro e a líder em exportação mundial de etanol produzido a partir do açúcar.

A empresa que nasceu em 1959, como Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo⁴², reunindo dez unidades produtoras paulistas e duas entidades cooperativas regionais, a Coopira e a Coopereste. Na década de 1970 passou a reunir mais de uma centena de associadas; em 2008 a empresa transformou-se em uma sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada Copersucar S.A. contabilizando atualmente 47 unidades produtoras sócias, pertencentes a 24 grupos econômicos.

Desde então a empresa vem passando por um processo crescente de internacionalização da comercialização da produção, adquirindo e associando-se a poderosos grupos internacionais. Em 2012 adquiriu o controle da Eco-Energy, uma das principais tradings de biocombustíveis dos Estados Unidos e promoveu a abertura de duas novas subsidiárias: Copersucar Ásia (Hong Kong) e Copersucar North America (Tennessee – EUA), que se somaram à Copersucar Europe (Rotterdam – Holanda). Em conjunto estas empresas representam 12% de participação no mercado global de etanol, com uma oferta de 12,5 bilhões de litros, atuando em mercados da América do Norte, Europa, África e Ásia. Na safra 2011/2012 o faturamento líquido da empresa superou os 11 bilhões de reais.

Na região, a Copersucar S.A controla 11 das 35 usinas operando na safra 2013/2014, destacando-se as usinas pertencentes ao Grupo BALBO, a Pedra Agroindustrial, ao Grupo Viraalcool e a Usina Batatais (COOPERSUCAR, 2013).

Além da expansão da Copersucar outros importantes grupos internacionais passaram a controlar parte significativa da produção de etanol e açúcar na região. A Biosev empresa formada em 2009, a partir da fusão da LDC Bioenergia, do grupo Louis Dreyfus Commodities, com a Santelisa Vale controla atualmente 6 usinas na região. A Raízen criada pela junção dos negócios da transnacional petrolífera Shell com a Cosan comprou duas usinas na região uma em Igarapava e a outra em Guariba. A Cargill ingressou no mercado de

⁴² Maiores informações em Souza (2011)

produção de açúcar e álcool em 2006, adquirindo na região a participação da Usina Central Energética Vale do Sapucaí (Cevasa). Além destes, o Grupo Guarani em 2001 passou a fazer parte do grupo europeu Tereos, maior produtor de açúcar da Europa, controlando 3 usinas na região.

Oliveira (2010) ao analisar as incorporações e fusões de capitais nacionais e estrangeiros para atuar nas diversas etapas da produção, desde a aquisição de terras e o seu preparo até no controle da produção e comercialização que afirma que

estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra (OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Este processo ainda que não revelado na sua completude⁴³, indica uma concentração de capitais no setor e uma maior internacionalização da produção, constatando, a tendência analisada por Lênin (2011, p. 118) de que “o enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo”.

Na atual fase do capitalismo financeiro, o campo brasileiro passa a responder as exigências mundializada de produção de mercadorias, e por isso sujeita a todas as suas variações internacionais seja no preço ou na demanda. Nesse sentido, a ampliação da demanda por etanol e açúcar e as políticas governamentais de incentivo a expansão canavieira na década de 2000 contribuíram para que na região aumentassem o ingresso de capitais internacionais no setor sucroalcooleiro.

O quadro seguinte (Quadro 1.1) e o mapa (1.3) expõem as usinas operando na região na safra 2013/2014, destacando as empresas associadas ao grupo Copersucar S.A e as empresas com participação direta pelo capital internacional.

⁴³ A abertura dos capitais das grandes empresas no mercado financeiro dificulta a sistematização de dados. Para maiores informações sobre este processo ver Oliveira (2010).

Quadro 1.1– Usinas em operação na Safra 2013/2014 na Mesorregião de Ribeirão Preto.

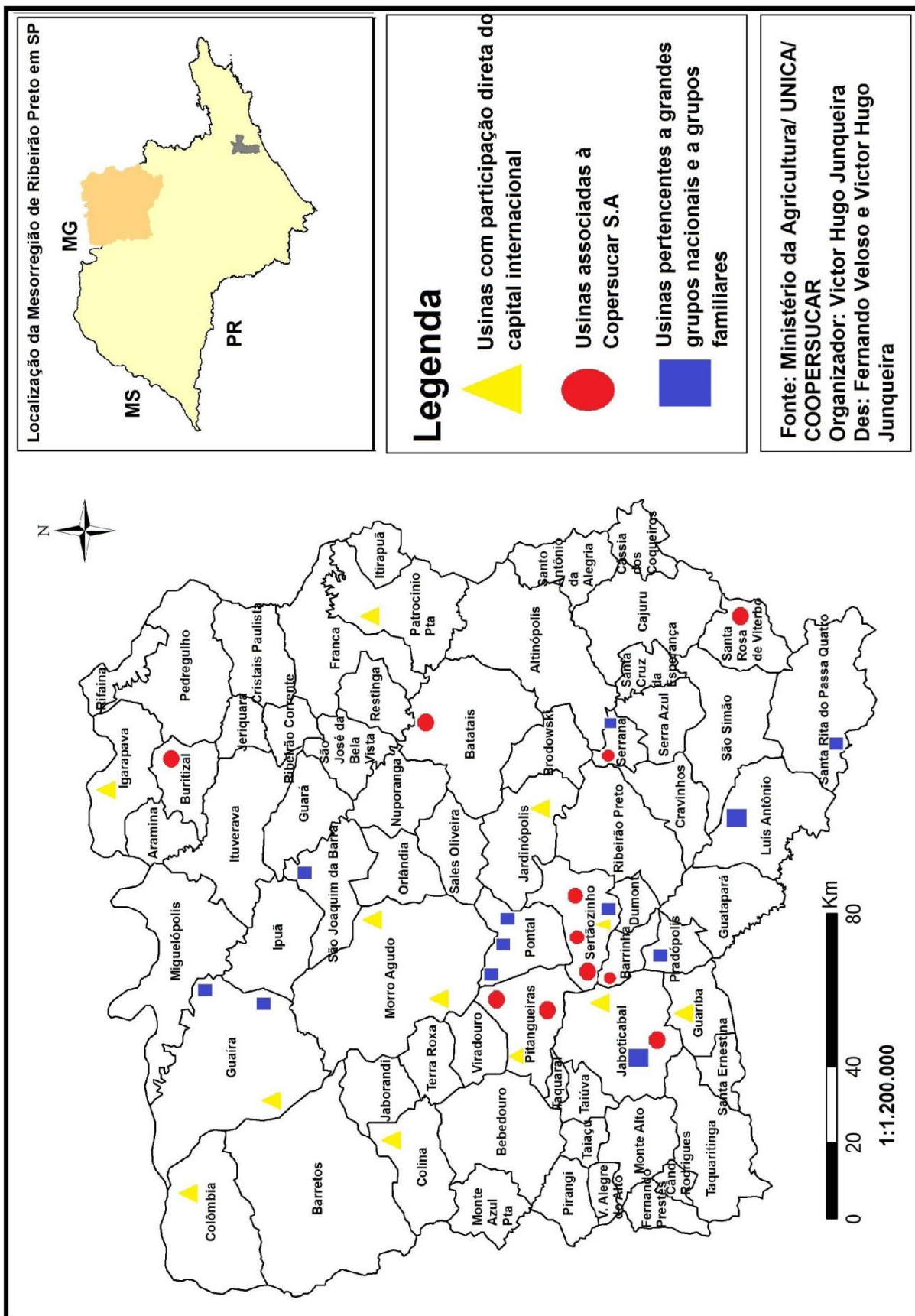
Microrregião	Município	Usina	Grupo Empresarial
Barretos	Colina	Guarani – São José #	Guarani/ Grupo Tereos
	Colômbia	Biosev- Continental #	Biosev
Batatais	Batatais	Usina Batatais *	Usina Batatais – S/A Açúcar e Álcool
Franca	Patrocínio Paulista	Cevasa #	Central Energética Vale do Sapucaí LTDA/ Cargill e Canagril
Ituverava	Buritizal	Buriti *	Pedra Agroindustrial S/A
	Igarapava	RAÍZEN - Junqueira #	RAÍZEN
Jaboticabal	Guariba	RAÍZEN- Bonfim #	RAÍZEN
	Jaboticabal	Usina Santa Adélia *	Usina Santa Adélia AS
		Biosev- Jaboticabal #	Biosev
		Destilaria Santa Clara	Destilaria Santa Clara LTDA
	Pitangueiras	Pitangueiras *	Pitangueiras Açúcar e Álcool LTDA
		Viralcool*	Viralcool Açúcar e Álcool LTDA
		Guarani- Andrade #	Guarani/ Grupo Tereos
Ribeirão Preto	Barrinha	Usina São Francisco *	BALBO
	Jardinópolis	Biosev- Jardest #	Biosev
	Luís Antônio	Usina Moreno	Central Energética Moreno Açúcar e Álcool Ltda.
	Pontal	BAZAN BAZAN-BELA VISTA Usina Carolo	BAZAN S/A BAZAN S/A Usina Carolo S/A
	Pradópolis	Usina São Martinho	Grupo São Martinho S/A
	Santa Rita do Passa Quatro	Santa Rita	Usina Santa Rita S/A Açúcar e Álcool
	Santa Rosa de Viterbo	Ibirá *	Pedra Agroindustrial S/A

Continua...

Microrregião	Município	Usina	Grupo Empresarial
Ribeirão Preto	Serrana	Usina da Pedra* Nova União	Pedra Agroindustrial S/A Nova União S/A Açúcar e Álcool
	Sertãozinho	Destilaria Santa Inês*	Irmãos Toniello LTDA
		Usina Santo Antônio S.A.*	BALBO
		Usina São Francisco S.A.* #	BALBO
		Usina Santa Elisa #	Biosev
		DELOS	Destilaria Lopes da Silva LTDA
São Joaquim da Barra	Guaíra	Guarani – Mandu #	Guarani/ Grupo Tereos
		Usina Colorado	Grupo Colorado
		Guaíra	Usina Açucareira Guaíra LTDA
	Morro Agudo	Biosev MB # Biosev – Vale do Rosário #	Biosev Biosev
	São Joaquim da Barra	Usina Alta Mogiana S/A	Usina Alta Mogiana S.A. Açúcar e Álcool.

Fonte: MAPA (2013b)/ UNICA (2013)/ COOPERSUCAR (2013). Obs. *Associadas à Copersucar; #Participação direta do Capital Internacional.

Mapa 1.3 – Distribuição das Usinas na Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto na Safra 2013/2014



Cabe destacar que na elaboração deste mapa não houve a preocupação em localizar precisamente as empresas, apenas espacializá-las de acordo com os capitais que as controlam e os municípios em que estão instaladas. Como se pode observar, das 35 usinas em operação na região 23, ou seja, 65,7% estão sob controle de capitais internacionais ou da Copersucar, explicitando o processo de concentração e internacionalização da produção canavieira.

Estas informações demonstram o processo contraditório do desenvolvimento capitalista no campo e sua materialidade na região de Ribeirão Preto, que se afirma como um dos principais espaços do agronegócio brasileiro, se conectando com espaços nacionais e internacionais pelos fluxos de mercadorias e capitais.

Neste contexto, a dinâmica do capitalismo financeiro impõe novas condições ao campo, que sujeito a uma lógica mundializada de reprodução de capitais, deve reduzir o tempo de produção e aumentar a velocidade na circulação de capitais. Esta dinâmica que vem sendo processadas desde a década de 1990, com a abertura da economia brasileira, mas cujos êxitos na agricultura são mais notáveis a partir da década de 2000, contribuiu para um novo ciclo de expansão do domínio canavieiro na região, acentuando a concentração de capitais e terras e consolidando o controle da produção e comercialização.

Assim, o agronegócio representa uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que não rompe com as bases fundiárias e as formas de exploração do trabalho e da natureza, mas as intensifica como forma de aumentar a produção e responder as exigências internacionalizadas do capitalismo financeiro. É a partir desta compreensão que nos propomos a analisar como o agronegócio se expressa como ideologia e os seus vínculos específicos com a educação.

CAPÍTULO 2

IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO: ENTRELAÇAMENTOS POSSÍVEIS NA ANÁLISE DA REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO.

O processo de expansão do capitalismo e a adoção da política do agronegócio como opção econômica macroestrutural pelo Estado brasileiro nos últimos anos garantiu um campo de prosperidade para latifundiários e as frações da burguesia integradas ou diretamente ligadas ao setor.

Como vimos, o Estado dispendeu volumes enormes de recursos financeiros para promover o desenvolvimento da agricultura capitalista no país, tornando-o um dos principais exportadores mundiais de commodities, aprofundando o domínio das grandes corporações no controle da produção e da comercialização de mercadorias de origem agrícola.

Acrescente-se a isto que desde o início da década de 2000, com os estímulos governamentais e o novo ciclo de expansão do capitalismo no campo, os representantes do setor, além de se articularem politicamente na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), outrora, bancada ruralista passaram a aprovar inúmeros projetos para o setor além de ocupar os principais cargos da política agrícola do país, sobretudo, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Entre os nomeados da pasta neste período recente, destacam-se dois da Região de Ribeirão Preto: Roberto Rodrigues⁴⁴ que ocupou a pasta entre janeiro de 2003 e junho de 2006; e Wagner Rossi⁴⁵ entre abril de 2010 e agosto de 2011. Além deles, o agronegócio regional alçou, em 2011, Mônica Bergamaschi⁴⁶ “ao mais importante cargo do agronegócio paulista” (ABAG/RP, nº 117, 2012, p. 3) a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA).

⁴⁴ Produtor rural com fazendas em São Paulo e no Maranhão. Engenheiro agrônomo, Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisador Visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG e da Sociedade Rural Brasileira - SRB. Atualmente, um dos principais ideólogos do Agronegócio Brasileiro, com centenas de publicações em livros, jornais e revistas.

⁴⁵ Fazendeiro em Ribeirão Preto e com uma extensa carreira em cargos públicos, entre eles deputado federal por três legislaturas, deputado estadual por duas em São Paulo e presidente da companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

⁴⁶ Engenheira agrônoma, entre 2001 e 2011 foi diretora-executiva da ABAG/RP. Em 2011 assumiu a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA).

Desse modo, o agronegócio expõe um *status* de poder político e econômico, que domina as relações sociais de produção no campo e as políticas estatais que garantem a sua reprodução em escalas cada vez mais internacionalizadas. Diante deste contexto, haveria sentido em falar em ideologia? Qual o seu papel nos processos de transformação da agricultura capitalista? Qual o interesse do agronegócio com relação à educação?

2.1 – Os sentidos da ideologia: proposições à luz do marxismo

O conceito de ideologia, definitivamente, não é um dos mais simples no campo das ciências humanas. Na obra “Ideologia” Terry Eagleton (1997) afirma que há uma gama de significados de ideologia, nem todos compatíveis entre si e que tentar comprimi-los em uma definição única seria inútil, senão impossível. Nesse sentido, o autor afirma que:

A palavra ‘ideologia’, é por assim, dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais, é traçado por divergências históricas, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma grande teoria global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 1997, p. 15).

O próprio autor identifica e discute mais de 10 definições⁴⁷ diferentes do termo ideologia. Contudo, não somos partidários do ecletismo, e mesmo considerando apenas a abordagem marxista do termo, a questão não se descomplica totalmente, dado a profundidade da obra de Marx e Engels, bem como de importantes continuadores do pensamento marxista.

Por isso, a discussão do termo ideologia, far-se-á, tendo como recorte analítico algumas obras de Marx e Engels, Lênin, Gramsci e Althusser que nos fornecem o instrumental teórico necessário para compreender as formas e os instrumentos pelos quais o agronegócio se expressa enquanto ideologia do capitalismo no campo.

⁴⁷ Definições de ideologia segundo Eagleton (1997, p. 15): a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Segundo Chauí (1988) e Eagleton (1997) a origem moderna do termo ideologia está em Destutt de Tracy que pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, que negasse a teologia como ideia superior. Para Konder (2002, p. 22) o raciocínio de Destutt de Tracy pode assim ser resumido: “agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias, se chegarmos a compreender como se formam essas ideias a partir das sensações, teremos a chave para entender e para criar um mundo melhor”.

De Tracy que integrou o *Institut Nationale*, grupo de elite de cientistas e filósofos responsáveis pela reconstrução social da França pós-revolucionária, atuou no sentido de criar um novo programa educacional, com base na ciência das ideias. Napoleão Bonaparte à época imperador da França, a princípio cultivava uma boa relação com o grupo, entretanto, logo começou a renegar o idealismo revolucionário e a imaginar que o grupo queria lhe ensinar a governar o Estado. (EAGLETON, 1997, KONDER, 2002).

Em 1812, após derrota para a Rússia, Napoleão se volta contra o grupo, cunhando-os pejorativamente de ideólogos, em discurso ao conselho de Estado Napoleão declarou:

Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas a ideologia, essa tenebrosa metafísica, que buscando com sutileza as causas primeiras quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história (CHAUÍ, 1988, p. 24).

Dessa forma, Napoleão inverte o sentido da ideologia, associando o grupo ao que eles próprios acreditavam combater: a metafísica. Eagleton (1997, p. 69) defende que as acusações de Bonaparte têm um fundo de verdade, pois “se de um lado travavam guerra com o idealismo metafísico que via as ideias como entidades espirituais, por outro, concordavam com sua crença de que as ideias eram a base sobre a qual sustentava todo o resto”.

O significado napoleônico de ideólogo como aquele que inverte as relações entre as ideias e o real será preservado por Marx, sobretudo, a partir de sua crítica materialista aos idealistas neo-hegelianos. Porém, para Eagleton (1997) e Konder (2002) o conceito de ideologia em Marx pode ser mais bem compreendido a luz da teoria da alienação e do fetichismo da mercadoria.

Para Konder (2002, p. 30) a “reflexão de Marx sobre a questão da ideologia passou a se desenvolver criticamente a partir do ajuste de contas com Hegel”, sobretudo, no que tange a interpretação do filósofo sobre a relação Estado e a sociedade civil. Embora Marx

reconheça em Hegel o primeiro a expor o movimento da dialética em toda sua amplitude, isto não o impede de tecer pesadas críticas ao filósofo. Para Marx, a dialética em Hegel está de cabeça para baixo, é idealista e mistificadora ao atribuir ao pensamento e a consciência a imanência de toda a história.

Aos olhos de Marx, a concepção idealista de Hegel o conduz a defender o Estado burguês como o fim da razão e universalidade dos interesses sociais, a plena realização da essência humana (espírito absoluto), na qual a sociedade civil encontra no Estado, seu complemento dialético ideal, para o completo exercício da vida.

Segundo Konder (2002, p. 32) não obstante Marx admitir que a perspectiva hegeliana identificasse contradições na relação sociedade civil e Estado, para o filósofo comunista esta “não era suficiente ampla para observar o movimento geral dessa relação contraditória e encaminhar criticamente o pensamento na direção da superação do quadro construído”. Dessa maneira, nesta construção ideológica “os seres humanos que pertencem a sociedades profundamente divididas são levados a misturar e confundir o universal e o particular”.

Há que se destacar também, que neste ajustes de contas de Marx com Hegel, o conceito de alienação, importante para a compreensão da ideologia, também passa a adquirir um novo significado. Se em Hegel a alienação significa “fenômeno surgido na consciência a ser suprimido na consciência e pela própria consciência” (KONDER, 2009, p. 30) em Marx, a alienação passa a se relacionar ao processo de expropriação do trabalhador pelo capital.

Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* escritos em 1844, Marx ao criticar os autores clássicos da economia política, especialmente, Adam Smith e David Ricardo - que naturalizavam o trabalho apenas enquanto atividade produtiva necessária a valorização do capital – afirma que o trabalho enquanto fundamento da existência humana, na sua mediação com a natureza, transforma-se, sob o capitalismo em trabalho estranhado, alienado, enclausurado no processo da valorização do capital. O próprio trabalhador se transforma em mercadoria para produzir outras mercadorias.

Marx (2004, p. 82 e 83) expõe que no capitalismo:

[...] o trabalho é *externo (ausserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. [...]. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele (itálico do autor).

A separação do homem do seu trabalho, enquanto fonte criadora da sua existência, a separação do produto do trabalho no processo de sujeição da exploração capitalista, aliena o homem de si mesmo, aliena a sua natureza e a sua vida genérica, e, em consequência, aliena-se na relação com outros homens. Este processo é tão mais intenso, quanto mais se desenvolve o processo de produção capitalista e a divisão do trabalho.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tanto mais barata, quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). (MARX, 2004, p. 80).

Em síntese, Marx (2004) demonstra como a alienação é inerente ao processo de desenvolvimento do capital que rouba do trabalhador o produto do seu trabalho, desmascarando os ideólogos burgueses que naturalizavam este processo, ao mesmo tempo, coloca-se contra as posturas idealistas, que ao atribuir a consciência a primazia da mudança, não enxergavam que a própria consciência é alienada na concreticidade das relações sociais de produção e, conseqüentemente, não pode se combater a alienação apenas pela consciência, mas nas relações práticas.

Há, nesta concepção, uma ruptura radical de Marx com o hegelianismo, derrubando o império da consciência, para torná-la simplesmente a consciência. Esta será a tônica da argumentação de Marx e Engels em *A ideologia alemã*.

Entretanto, nesta obra a crítica não é direcionada a Hegel, mas aos neo-hegelianos alemães, que apesar do pretense discurso da superação de Hegel, nunca conseguiram abandoná-lo. Para Marx e Engels estes “lobos ferozes” na retórica, não passavam de “ovelhas inocentes” úteis para justificar a realidade alemã, substituindo somente antigas frases por outras.

Eagleton (1997) afirma que a teoria⁴⁸ da Ideologia apresentada por Marx e Engels em *A ideologia alemã* parte da lógica de inversão e da alienação. A crítica materialista referia-se a dissociação da consciência das práticas materiais realizadas pelos filósofos idealistas, “se as ideias são apreendidas como entidades autônomas, então isso ajuda a

⁴⁸ Em concordância com Ranieri e Silva (2011) defendemos que não há uma teoria da ideologia em Marx.

naturalizá-las e desistoricizá-las, e esse é, para o jovem Marx, o segredo de toda ideologia” (EAGLETON, 1997, p. 71).

A superação deste idealismo hegeliano e neo-hegeliano perpassava assim pela crítica radical a autonomia da consciência e sua desvinculação dos processos históricos. Nesse sentido, Marx e Engels (2007) argumentam que reconhecem apenas uma ciência, a ciência da história, que pode ser subdividida em dois lados, a história da natureza e a história dos homens. Entretanto,

Os dois lados não podem ser divididos; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionam mutuamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; já no que tange a história dos homens, nós teremos de encará-la de perto na presente obra, uma vez que a ideologia inteira se reduz a uma compreensão invertida dessa história ou à abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história (MARX; ENGELS, 2007, p. 39, sublinhado nosso).

Esta colocação levou muitos autores a atribuírem a Marx e Engels (2007) a noção de ideologia enquanto falsa consciência⁴⁹. Sobre esta questão Dias (2008) esclarece que após *A ideologia alemã* muitas obras e autores já evidenciaram a falsidade da tese da falsa consciência.

Nas análises e produções marxianas fica absolutamente claro que o real não é translúcido aos sujeitos-classes que nele atuam. Aceitar a ideia da ideologia como falsa consciência traz consigo a ideia de que ela é uma construção puramente consciente e que os dominantes são imunes à ela e que sua construção pelos seus intelectuais geram ‘mentiras’. Esquecem de considerar que esse ‘fazer a cabeça dos dominados’ é, no entanto, o princípio ativo dos dominantes. Elas são, na prática, a forma material da chamada natureza humana e, assim, buscam tornar os dominados inteiramente passivos, incapazes de tornar-se sujeitos revolucionários (DIAS, 2008, p. 116).

Para Dias (2008) esta tese da falsa consciência estaria associada a ideia de uma verdade fora da história, a que Marx teria combatido em várias de suas obras. Ao analisar *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, o autor mostra que na concepção marxista “a história não está dissociada, cindida, nem das forças político-ideológicas anteriores, nem daquelas que

⁴⁹ É importante esclarecer que Marx nunca utilizou o termo “falsa consciência”. A expressão consciência falsa foi utilizada por Engels em 1893 em uma carta a Franz Mehring na qual afirmava que “a ideologia é um processo que, com efeito, é completado com consciência pelo chamado pensador, mas com uma consciência falsa. As forças impulsionadoras propriamente ditas que o movem permanecem-lhe desconhecidas; se não, não seria processo ideológico nenhum”.

as classes, frações de classe e forças sociais elaboram para dar sentido e direção a si mesmas” (DIAS, 2008, p. 117).

Konder (2002, p. 40) também rejeita a ideia da ideologia redutível a uma falsa consciência, segundo ele para Marx a ideologia era na essência era a “expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com sua inserção prática nos movimentos da sociedade”. E para ele, esta própria incapacidade precisava ser compreendida historicamente.

Por isto, ao formular a concepção materialista da história Marx e Engels (2007, p. 48) são categóricos quando afirmam que produção das ideias e as formas de consciência vinculam-se estritamente aos fundamentos do processo de produção social, de modo que “a consciência não pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo de vida real”. Desse modo, as ideias, os reflexos ideológicos e as fantasmagorias perdem sua aparente autonomia e passam a corresponder ao desenvolvimento das bases materiais, ao processo da vida real.

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas possam corresponder não continuam mantendo, assim, por mais tempo, a aparência de sua autonomia. Elas não têm história, elas não têm um desenvolvimento próprio delas, mas os homens que desenvolvem sua produção material e sua circulação material trocam também ao trocar esta realidade, seu pensamento e os produtos do seu pensamento (MARX; ENGELS, 2007, p. 49).

A ideologia, portanto, não consiste em uma realidade invertida ou a uma compreensão distorcida da realidade, como uma alucinação do pensamento do indivíduo. A ideologia corresponde as formas como os homens compreendem e se relacionam historicamente com esta realidade, da qual derivam suas concepções de mundo e seus projetos de classe, com interferências na realidade.

Contudo, Marx e Engels (2007) destacam que na sociedade de classes, quem domina o poder material domina também a produção ideológica, contribuindo para entender a ideologia como um instrumento necessário a manutenção da dominação burguesa.

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder objetual dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso dos meios de produção espiritual, o que faz com que lhe sejam submetidas, da mesma forma e em média, as ideias daqueles que carecem

dos meios necessários para reproduzir espiritualmente (MARX; ENGELS, 2007, p. 71).

Os autores acrescentam ainda que cada nova classe que alcança o poder, a fim de realizar o seu propósito de dominação, precisa “imprimir às suas ideias a forma da universalidade, a apresentar essas ideias como as únicas racionais e válidas universalmente” (MARX; ENGELS, 2007, p. 72).

Chauí (2006) ao tomar o conceito de ideologia sob a ótica da *Ideologia alemã* explicita o caráter necessário da ideologia para representação do real pelos sujeitos históricos em uma sociedade cindida em classes sociais. Segundo ela “o campo da ideologia é o campo do *imaginário*, não no sentido da realidade ou de fantasia, mas no sentido do *conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações* tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta” (CHAUÍ, 2006, p. 30, *itálicos da autora*).

A autora considera ainda que por meio da ideologia “são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal” (CHAUÍ, 2006, p. 32).

Sobre este aspecto Konder (2002, p. 43) explica que para Marx a distorção ideológica

[...] não se reduzia a uma racionalização cínica, grosseira, tosca, bisonha ou canhestra dos interesses de uma determinada classe ou de um determinado grupo. Muitas vezes ela falseia as proporções na visão de conjunto ou deforma o sentido global do movimento de uma totalidade, no entanto respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores.

Segundo Eagleton (1997, p. 27) esta é a força da ideologia, pois mais do que ilusões impostas ainda que inconsistentes, as ideologias para terem êxito “devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada”.

A ideologia - enquanto representação das relações sociais de produção - comanda pela classe dominante perfaz assim um papel necessário a reprodução da estrutura social, fazendo com que os sujeitos dominados, se subordinem aos processos reais de exploração, sem compreendê-los em suas relações, em sua totalidade e historicidade.

Ao analisar o modo de produção capitalista Marx (1996) revela como o fetichismo da mercadoria é resultado da não compreensão das próprias relações sociais de produção que dão forma e valor as mercadorias.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1996, p. 198).

Diferente de Eagleton (1997, p. 84), que nota no fetichismo da mercadoria uma transformação no conceito de ideologia em Marx na medida em que este “não é mais inteiramente redutível à falsa consciência: a ideia da falsidade persiste na noção de aparências enganadoras, mas estas são menos ficções da mente do que efeitos estruturais do capitalismo”. O que entendemos é que ao dissertar sobre o fetichismo da mercadoria Marx retoma, calcado nos conceitos de valor de uso e valor de troca, o conceito de alienação que se caracteriza como um movimento próprio de desenvolvimento do capital que na subjugação do trabalhador cria o fetichismo, ao dar vida própria as mercadorias que se alienam dos seus produtores e das suas relações.

Deste modo, o fetichismo da mercadoria é intrínseco a produção social capitalista, que aliena e coisifica o trabalhador da sua própria vida material e espiritual. Como produto destas relações, a própria ideologia, cumpre a função de ocultar os processos reais da sociedade cindida em classes sociais, contribuindo para a reprodução do próprio modo de produção dominante.

O destaque de Marx ao poder da ideologia dominante, levou Eagleton (1997) a atribuir as formulações de Marx e Engels a dimensão unilateral de negatividade, que inclusive, seria um ponto de divergência, com alguns pensadores marxistas, entre eles Lênin e Gramsci.

No entanto, Ranieri e Silva (2011) ao discutirem também a atribuição e generalização de uma errônea teoria da ideologia em Marx como falsa consciência argumentam que o autor nunca alegou que o fenômeno ideológico se reduziria a falsa consciência.

É claro que as reflexões de Marx sobre a insuficiência das visões de mundo da religião, da filosofia ou da economia política e sua explanação sobre o alcance do fetichismo da mercadoria, por exemplo, numa contraposição feroz a estas representações, são argumentos bastante fortes em favor de uma teoria negativa da ideologia, que a qualifica somente a partir do caráter de mistificação, dominação e/ou subordinação. Mas, ao mesmo tempo, é bastante claro que Marx compreendia essas tomadas de posição como formas singulares de apreensão e interpretação de uma realidade específica, um processo de conscientização que, no limite, tinha por objetivo propor uma solução para os problemas sociais colocados pela história (RANIERI; SILVA, 2011, p. 193).

Os autores indicam ainda que no *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* (1959) Marx expõe o conceito de ideologia como a forma pela qual os homens tomam consciência dos conflitos e os levam até o fim. Na obra em questão, Marx expõe de maneira sintética as conclusões gerais de suas investigações que serviram ao desenvolvimento dos seus estudos, assim formulado:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social (MARX, 2008, p. 47).

Em seguida afirma que as transformações de uma determinada época não podem ser explicadas simplesmente pela consciência que se tem desta época, mas, deve-se explicar a consciência pelas “contradições da vida material, pelo conflito que existe entre forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2008, p. 48).

Sem tergiversar o autor assevera que consciência é produzida nas condições materiais de existência, e o processo concreto de transformação social só pode ocorrer por meio da tomada de consciência deste conflito, diante disso, aponta que é preciso distinguir a transformação material da economia, passível de ser examinadas com base nas ciências físicas e naturais – “e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as

formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim” (MARX, 2008, p. 48).

A ideologia em Marx, portanto, não se resume a um projeto de dominação burguesa como a falsa consciência útil à sua reprodução, não obstante, na sociedade capitalista cindida em classes sociais, a produção ideológica ela esteja sob o domínio da classe que detém o poder, reproduzindo as relações sociais de dominação. A ideologia é um componente da luta de classes, com interferências materiais, por meio das quais é possível aos sujeitos históricos, no seio das contradições sociais tomarem consciência das próprias contradições e atuarem para a sua superação.

2.2 - Contribuições de Lênin, Gramsci e Althusser ao debate marxista sobre ideologia.

Seguindo esta linha de argumentação, que confere um sentido mais ampliado a noção de ideologia, os autores posteriores a Marx, dos quais destacaremos Lênin, Gramsci e Althusser⁵⁰ irão conceber as formas de consciência de classe, a partir das quais os homens tomam conhecimento da realidade seja para sua conformação ou para a sua superação, como ideológicas.

Lênin no livro *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento* escrito entre o outono de 1901 e janeiro de 1902 ao travar um debate sobre o espontaneísmo das lutas revolucionárias concebe apenas duas formas ideológicas: a burguesa e a proletária, para ele,

Não há meio-termo (pois a humanidade não elaborou uma terceira ‘ideologia’; e, além disso, em uma sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe não seria possível existir uma ideologia à margem ou acima dessas classes). Por isso, toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa (LÊNIN, 1978a, p. 38).

Entretanto, estas duas ideologias podem assumir no seu interior formas diversas, é o que se depreende da análise de Lênin quando expõe que a classe operária alemã se agrupava em três tendências ideológicas: parte “nos sindicatos operários católicos e

⁵⁰ Há entre os três autores importantes divergências teóricas e políticas no interior do campo marxista, inclusive, com consequências para organização da classe trabalhadora. Por isso, o fato de apresentá-los em conjunto, não significa situá-los em uma perspectiva de continuidade/linearidade teórica, ao contrário, procura expor como apesar das divergências, eles contribuíram para elucidar a existência material da ideologia e o seu papel na luta de classes.

monarquistas; outra, nos sindicatos Hirsch-Duncker, fundados pelos admiradores burgueses do sindicalismo inglês; uma terceira, nos sindicatos sociais-democratas” (LÊNIN, 1978a, p. 33). Todas em permanente luta pelo alcance e manutenção da supremacia no movimento operário.

A publicação do próprio *Que Fazer?* expressa o confronto político-ideológico de Lênin na Rússia czarista contra as tendências do marxismo reformista e economicista, objetivando conquistar a coesão de dispersos grupos sociais-democratas em um partido revolucionário marxista.

A questão ideológica emerge como um dos componentes da luta de classe em dois sentidos complementares, o primeiro na luta interna pela organização e consolidação da ideologia socialista, e em segundo, para o enfrentamento da ideologia burguesa que é “muito mais antiga que a ideologia socialista, está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores” (LÊNIN, 1978a, p. 33).

Na avaliação das condições internas da Rússia de fragmentação das lutas proletárias e difusão das ideias de organização espontaneistas das massas, Lênin (1978a, p. 33) defendia que:

Quanto mais jovem for o movimento socialista em um país, mais energicamente terá que lutar contra todas as tentativas feitas para consolidar a ideologia não socialista; tanto mais resolutamente será preciso colocar os operários em guarda contra os maus conselheiros que gritam contra a ‘sobrestimação do elemento consciente’ etc.

Por isso, no pensamento leninista a luta teórica é imprescindível à tomada de consciência política pelos proletários, pois como escreve (1978a, p. 18) “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”. A ideologia aqui se revela claramente nos seus aspectos práticos, não apenas para a dominação burguesa, mas também, como um elemento estratégico e tático importante para o avanço das lutas proletárias.

Antonio Gramsci é outro importante teórico marxista que atribui à ideologia o sentido da existência material, ancorada em práticas sociais e constituidoras do real (BRANDÃO; DIAS, 2007). Para Gramsci a ideologia é um dos componentes da hegemonia⁵¹, referindo-se a “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito,

⁵¹ Segundo Brandão; Dias (2007) o conceito de hegemonia em Gramsci está relacionado à construção de uma concepção de mundo e a sua realização.

na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 16).

Segundo Eagleton (1997) enquanto a hegemonia é um conceito mais ampliado que denomina a maneira como um poder governante garante o consentimento dos subjugados, podendo ser decomposta em aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos, a ideologia traduz especificamente a “maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no nível de significação” (EAGLETON, 1997, p. 106).

Esta reflexão gramsciana sobre ideologia preserva o sentido marxista expresso no *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* pelo qual os homens tomam consciência dos conflitos e os levam até o fim. Desta obra também, Gramsci retoma os conceitos de estrutura e infraestrutura que para ele formam um “bloco histórico”.

Na qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, sendo, que a distinção entre a forma e o conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem a forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1978, p. 63).

No mais, é preciso destacar que Gramsci distingue as ideologias historicamente orgânicas necessárias a certa estrutura social e as ideologias arbitrárias, racionalizadas e desejadas, ou seja, especulações arbitrárias dos indivíduos. Segundo ele,

Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são ‘arbitrárias’, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1978 p. 62 e 63).

No primeiro sentido, o próprio marxismo ou a filosofia da práxis⁵², no seu caráter unitário da relação teoria-prática, como fundamento gnosiológico e político, seria a ideologia que organiza a classe operária em direção à conquista da hegemonia. Em oposição as ideologias arbitrárias “merecem ser submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica” (KONDER, 2002, p. 104).

Konder (2002) atesta que o pensador italiano atribui um papel importante as ideologia orgânicas, porém, o materialismo histórico não permite a crença no poder da

⁵² Gramsci (1978) observa a grande contribuição teórica de Lênin que segundo ele fez progredir a filosofia, como doutrina e prática política.

ideologia revolucionar a sociedade. Caberia, então, aos revolucionários agir praticamente, superando as ideologias parciais e falaciosas, “através de um processo no qual deveriam se apoiar nas ciências e na filosofia, buscando o máximo de objetividade, e encaminhando então, na ação, a prática efetiva da ‘unificação cultural do gênero humano’ (KONDER, 2002, p. 107).

Gramsci (1978, p. 53) utiliza a expressão “catarses” para designar “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”. A passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. Segundo ele, pela filosofia da *práxis* “a estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas”.

Este processo, por sua vez, não se pode dar apenas nos limites dos indivíduos, mas dos indivíduos enquanto classe social, que tomam conhecimento das contradições inerentes à estrutura econômica e movimentam-se no campo da luta ideológica em direção a ações práticas e construções concretas.

O conceito de ideologia no pensamento gramsciano possui um caráter decisivo na organização da sociedade e para a conquista da hegemonia “não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos” (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 84).

Portanto, nas primeiras décadas do século XX há um avanço no conceito marxista de ideologia, a partir dos escritos de Lênin e Gramsci que, cada um ao seu modo, destacam o caráter propositivo e necessário da ideologia à luta de classes. Enquanto para Lênin a ideologia é necessária à organização do partido revolucionário e a implantação da ditadura do proletariado; para o Gramsci a ideologia se articula aos conceitos de hegemonia e Estado, salientando a importância da luta cultural-ideológica de uma classe sobre outra, pela conquista da hegemonia cultural da sociedade.

Já na segunda metade do século XX outra referência importante no círculo marxista sobre o conceito de ideologia foi a publicação do texto *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Louis Althusser publicado em 1971 no qual concebe o Estado como o conjunto dos Aparelhos repressores de Estado, que funcionam predominantemente por meio da

violência (física ou não) e dos Aparelhos Ideológicos de Estado que funcionam predominantemente pela ideologia.

Enquanto o primeiro aparelho é formado pelo governo, administração, forças armadas, polícia, tribunais, prisões, etc., que compõem um corpo único e centralizado; os aparelhos ideológicos são “múltiplos, relativamente independentes e unificados como sistema distinto, em sua totalidade ou em parte, da Ideologia de Estado” (ALTHUSSER, 2008, p. 118). Entre os aparelhos ideológicos de Estado estão o escolar, religioso, familiar, político, sindical, de informação, cultural, etc.

A função de cada um dos aparelhos ideológicos de Estado é, pelos meios que lhes são próprios, a reprodução das relações de produção capitalista, ou seja, da reprodução da força de trabalho necessária à exploração da mais-valia.

O texto *Aparelhos Ideológicos de Estado* é apenas uma parte da obra *Sobre a reprodução*, publicado em 1995 na França e em 1999 no Brasil, no qual o autor dedica um capítulo especial à ideologia, intitulado *A propósito da ideologia*.

Neste capítulo Althusser inicia abordando a ausência de uma teoria da ideologia em geral nos escritos marxistas e propõe um esboço esquemático de teses, que segundo ele precisavam ser confirmadas ou negadas somente após longas análises e estudos.

Para distinguir as *ideologias em geral* das de cunho particular seja no que tange ao seu conteúdo (religioso, moral, jurídico, político, etc.) ou do seu caráter de classe (burguês, pequeno-burguês, proletária, etc.) Althusser (2008) enuncia o seguinte princípio: *a ideologia não tem história*.

Althusser (2008, p. 197) reconhece que esta fórmula já estava presente em *A ideologia alemã*, mas no sentido negativo de que “a ideologia nada é enquanto puro sonho” e segundo, de que a ideologia “não tem uma história que lhe seja própria” (no sentido de que sua história lhe é exterior). O autor propõe então um sentido positivo a este princípio destacando que enquanto as ideologias particulares “têm uma história própria (embora ela seja determinada, em última instância, pela luta de classes nos aparelhos da reprodução das relações de produção)”, as ideologias em geral não tem história. Segundo o autor,

Esse sentido é positivo, se é verdade que o caráter próprio da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais que estes a transformam em uma realidade não-histórica, isto é, oni-histórica no sentido que essa estrutura e esse funcionamento estão presentes *sob uma mesma forma, imutável* no que se chama a *história* inteira, no sentido de que o *Manifesto*

define a história como a história da luta de classes, isto é, a *história das sociedades de classes* (ALTHUSSER, 2008, p. 197, itálicos do autor).

Retomando Freud para quem “*o inconsciente é eterno*, isto é não tem história”, textualmente Althusser afirma que a ideologia “é eterna, isto é, oni-presente, sob sua forma imutável, em toda a história” (ALTHUSSER, 2008, p. 198).

Além disso, ao debater a concepção anarquista⁵³ da redução da “ação da ideologia à ação da pura e simples repressão” (ALTHUSSER, 2008, p. 200) o autor objetiva reafirmar a ideologia como instrumento de persuasão e “mostrar os mecanismos que a ideologia utiliza para levar os indivíduos a agir sozinhos sem a necessidade de agentes de repressão” (CASSIN, 2002, p. 37).

A partir destes argumentos introdutórios Althusser (2008, p. 203) expõe a sua primeira tese: “a ideologia é uma ‘representação’ imaginária da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” o que significa dizer que “o representado na ideologia são as relações imaginárias que os indivíduos têm com a realidade e não a própria realidade” (CASSIN, 2002, p. 38).

A segunda tese apresentada é a de que “a ideologia tem uma existência material” nos aparelhos ideológicos de Estado e em sua prática ou práticas materiais. Em síntese, Cassin (2002, p. 39) explica que esta tese expõe que “a ideologia materializa-se nos atos dos indivíduos”.

Althusser (2008, p. 208) pondera que, para os sujeitos, a existência das ideias de sua crença é material, “no sentido de que suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por ritos materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material, do qual dependem (como por acaso!) as ideias desse sujeito”.

Konder (2002, p. 122) comentando as teses althusserianas explica que para a própria condição de sujeito:

resulta de um processo ideológico que dificulta aos indivíduos concretos reconhecer plenamente a força da materialidade da relação deles com o real. O sujeito se sente capaz de, como sujeito, representar fielmente a realidade e a representa, de fato ideologicamente; e é a ‘ideologia que *constitui* o sujeito’ (itálico do autor).

⁵³ Althusser (2008, p. 200) critica especificamente o semanário Action que estampava a palavra de ordem “Expulse o tira que está em sua cabeça!”

Esta última afirmação se articula a terceira tese de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, na qual conclui que “a ideologia só existe para sujeitos concretos (como você e eu) e esse destino da ideologia não é possível a não ser pelo sujeito” (ALTHUSSER, 2008, p. 210).

O sujeito é um termo decisivo para Althusser, tanto que a terceira tese deriva de duas constatações do autor: “1 - toda a prática existe por meio de e sob uma ideologia; 2 – toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos” (ALTHUSSER, 2008, p. 209).

Retomemos a análise de Konder (2002) para clarificar esta tese:

Para assegurar – em última instância – a reprodução das condições de produção, a ideologia mantém em funcionamento um mecanismo pelo qual os indivíduos se reconhecem uns aos outros como *sujeitos*, mas, ao mesmo tempo, como esse reconhecimento se verifica num quadro de aguda desigualdade, a condição de ‘sujeito’ do indivíduo submetido se torna um elemento de aceitação da sua submissão às ‘ordens’ que lhe são dadas (KONDER, 2002, p. 122 e 123, itálico do autor).

Althusser (2008) destaca o papel da ideologia para que os sujeitos funcionem sozinhos, “sem terem a necessidade de um tira no seu pé”. E, conforme atesta, é necessário que seja assim

[...] para que a reprodução das relações de produção seja garantida, todos os dias, em cada segundo na ‘consciência’, isto é, no comportamento material dos indivíduos que ocupam os postos que lhes são atribuídos pela divisão social-técnica do trabalho, na produção, na exploração, na repressão, na ideologização e na prática científica (ALTHUSSER, 2008, p. 219).

De acordo com Cassin (2002) as teses sobre ideologia de Althusser objetivam elucidar o funcionamento da superestrutura e de sua forma de atuação sobre a infraestrutura. Nesse sentido, o trecho a seguir é conclusivo:

Os aparelhos ideológicos de Estado apresentam a particularidade de fazerem parte da superestrutura, e nessa qualidade, garantir sob o escudo e o recurso do Aparelho repressor do Estado, a reprodução das relações de produção. Mas como eles garantem a reprodução das relações de produção na ‘consciência’ dos sujeitos agentes da produção etc.,... somos obrigados a acrescentar que essa reprodução das relações de produção pelos aparelhos ideológicos e seus efeitos ideológicos sobre os sujeitos, agentes da produção, é garantida no funcionamento das próprias relações de produção (ALTHUSSER, 2008, p. 223).

Por isso, Cassin (2002, p. 65) evidencia ainda que para Althusser “é no processo de produção que se estabelecem as relações de classe e a luta de classes, e essa enquanto luta de classes econômica e ideológica que tem um alcance político”.

A ampla e complexa discussão sobre o conceito de ideologia pelo materialismo histórico, na figura dos seus principais expoentes, vincula, portanto, este conceito as bases materiais do desenvolvimento da sociedade e aos tensionamentos permanentes da luta de classes.

Com isso, se por um lado a ideologia é um componente necessário à conformação da sociedade de classes, aos interesses do poder dominante na universalização dos interesses particulares, naturalização e desistoricização da realidade opressora e desigual, por outro, estes autores outorgam a ideologia um papel importante na tomada de consciência da alienação pelos trabalhadores para o seu papel histórico de superação do domínio burguês. Em outras palavras, a ideologia no seu caráter ativo, fundada nas contradições materiais do desenvolvimento capitalista, revela-se igualmente necessária à reprodução do capital quanto a sua destruição.

A par destas considerações examinamos como o agronegócio expressa a atual ideologia de uma fração de classe do capitalismo no campo, que carregando consigo os princípios anteriormente expostos, cria múltiplos mecanismos para o convencimento social. Para tanto, como ideologia dominante vale-se de um discurso feito de espaços em branco e lacunas, o que justamente lhe garante coerência e poder (CHAUÍ, 2006).

A pretensão aqui, dado a contingência dos limites teóricos, não é contrapor o discurso ideológico do agronegócio a um discurso socialista, nem tampouco preencher os brancos ou as lacunas do discurso dominante, mas explicitar pela crítica às contradições internas do discurso do agronegócio, evidenciando exatamente o que este procura esconder: o seu caráter ideológico representativo de uma classe social: a classe dominante.

2.3 - Agronegócio: as bases ideológicas do capitalismo no campo

“A agricultura não quebra, ela muda de nome”.

Ivan Wedekin

Ao definirmos que o agronegócio se expressa enquanto ideologia é preciso afirmar que ela se relaciona com as bases materiais do desenvolvimento do capitalismo no campo e, na medida em que as produções ideológicas não flutuam no tempo e no espaço, mas se comunicam com a história, exercem um papel importante na representação de uma realidade que possivelmente não fosse necessária em outros momentos históricos.

Como já dito anteriormente, a origem do termo agronegócio deriva do termo americano agribusiness formulado por Davis e Goldberg (1957). Embora a concepção como cadeia produtiva já fosse utilizada desde a década de 1980, nos conceitos de Complexo Agroindustrial – CAI é a partir da década de 1990 que o conceito de agribusiness passa a ser difundido no Brasil como representativo de uma nova fase da agricultura.

Neste contexto, destacam-se a publicação do livro *Complexo Agroindustrial: o agribusiness brasileiro*, de Ney Bittencourt de Araújo,⁵⁴ Ivan Wedekin⁵⁵ e Luiz Antônio Pinazza⁵⁶ em 1990 e a criação da Associação Brasileira do Agribusiness (ABAG) em 1993 tendo a frente Ney Bittencourt de Araújo e Roberto Rodrigues⁵⁷ (BRUNO, 2009).

No livro *Complexo Agroindustrial: o agribusiness brasileiro* os autores incorporam a definição de agribusiness de Davis e Goldberg (1957) como processos produtivos que ocorrem “antes da porteira” (mercado de insumos e fatores de produção),

⁵⁴ Empresário, agrônomo e diretor, membro e presidente de diversas associações do Agronegócio. Introduziu o conceito de Agronegócio no Brasil e foi um dos responsáveis pela fundação da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG. Entidade da qual foi o primeiro presidente.

⁵⁵ Agrônomo, foi assessor econômico de Ney Bittencourt na Agroceres e secretário de Política Agrícola no MAPA na gestão de Roberto Rodrigues. Atualmente é Diretor de Commodities e Diretor Geral na BM&FBOVESPA e membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

⁵⁶ Engenheiro Agrônomo, com pós-graduação e Mestrado em agribusiness. Trabalhou na Agroceres com Ney Bittencourt e Ivan Wedekin. Diretor da ABAG desde 2003, atua também como editor da Revista Agroanalysis da Faculdade Getúlio Vargas – FGV, onde é Professor no curso de MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio, em São Paulo.

⁵⁷ Produtor rural com fazendas em São Paulo e no Maranhão. Engenheiro agrônomo, Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisador Visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (janeiro de 2003 a junho de 2006). Foi Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG e da Sociedade Rural Brasileira - SRB. Atualmente, um dos principais ideólogos do Agronegócio Brasileiro, com centenas de publicações em livros, jornais e revistas.

“dentro da porteira” (processo que ocorrem na unidade produtiva) e “depois da porteira” (processamento, transformação e distribuição) para defender a transição da “era da agricultura” para a “era do agribusiness”.

Segundo os autores as transformações econômicas e tecnológicas que modificaram a agricultura a partir da segunda metade do século XX passaram a exigir uma nova forma de análise da inter-relação campo e cidade, por conseguinte, utilizaram a expressão Complexo Agroindustrial para nominar o agribusiness brasileiro. Na visão deles “Complexo agroindustrial, CAI e sistema agroalimentar buscam exprimir o conteúdo da palavra ‘agribusiness’” (ARAÚJO, WEDEKIN, PINAZZA, 1990, p. 5).

Com base nesta conceituação os autores realizam uma caracterização do agribusiness brasileiro como “o maior negócio do país”, salientando a sua importância para a integração do país à economia mundial.

Desde então, o termo agribusiness passou recorrentemente a substituir o Complexo Agroindustrial, tornando-se expressão dominante não apenas na literatura especializada, mas também, nos meios midiáticos.

A criação da ABAG foi outra decisão política importante para a consolidação e difusão do termo agribusiness e a representação dos interesses da classe dominante no campo no país. No discurso de criação da entidade no Congresso Nacional no dia 10 de março de 1993 o presidente fundador Ney Bittencourt de Araújo após dissertar sobre as transformações da agricultura brasileira afirmava que a entidade nascia com uma visão e uma missão.

A visão é a de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros no agribusiness podem, se adequadamente administrados, contribuir de forma decisiva para vencer os quatro grandes desafios da sociedade brasileira: o desenvolvimento sustentado, a integração à economia internacional, a melhoria da distribuição de renda através da desconcentração de polos de desenvolvimento e o respeito do meio ambiente.

A missão, penosa, ambiciosa e difícil, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira, e a maior delas, é a de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do País – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes da comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social, e a necessidade de tratá-lo sistemicamente, sem o que torna-se impossível otimizá-lo (ABAG, 2013, p. 12).

A ABAG desde a sua gênese colocou o imperativo do convencimento social como a sua mais importante missão, à frente inclusive de ser um instrumento de apoio e

representação dos interesses políticos do setor, sua segunda grande missão. Em 2010, a entidade passou a se chamar Associação Brasileira do Agronegócio. A nacionalização do termo agribusiness, representou, essencialmente, uma estratégia de marketing para popularizar e ampliar a difusão dos valores da agricultura capitalista.

Nos mais de 20 anos de existência a ABAG passou a reunir diferentes setores⁵⁸ da produção agropecuária “antes e depois da porteira” (BRUNO, 2009), como os ligados a produção e comercialização de tratores, máquinas, sementes, agrotóxicos e fertilizantes; empresas responsáveis por armazenamento e processamento de produtos agrícolas; transnacionais do setor agrícola; além de bancos (públicos e privados), empresas públicas de pesquisa agropecuária e empresas diretamente ligadas ao capital financeiro internacional, tornando-se a principal entidade de representação do Agronegócio brasileiro e sua difusão ideológica.

Bruno (2009) concebendo o agronegócio como uma palavra política “unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão de um momento no processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” investigou por meio de entrevistas com os representantes das principais entidades do agronegócio, entre elas a ABAG, como os porta-vozes do patronato rural e do agronegócio se percebem, percebem os outros e utilizam a linguagem para construir os significados da dominação, chegando a cinco argumentos presentes no discurso do agronegócio, cujas características estão expressas no quadro a seguir:

⁵⁸ Em 2013 a ABAG contabilizava 65 empresas e organizações mantenedoras. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.04.00>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

Quadro 2.1 - Elementos do Discurso do Agronegócio na visão dos representantes patronais segundo Bruno (2009)

Elementos do Discurso	Características Principais
O agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza;	Associação de processos, empresas, atores constituindo o elo de uma cadeia produtiva; Imagem de homogeneidade e ausência de tensões e diferenças entre os elementos da cadeia produtiva; Riqueza entendida como lucro e progresso para as cidades onde está presente; Geração de empregos e melhoria das condições de vida (superação da pobreza)
O agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos;	Atividade reconhecida como “produtiva”, “rentável” e “moderna”; Atividade que abrange a tudo e a todos, garantindo seus interesses (defende não ser patrimonialista); Profissionalização do setor; Pesquisa científica, preocupação com o consumidor; Solução para as mazelas existentes; Demonstração do poder e força do agronegócio.
A crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio.	Único caminho para o desenvolvimento do país;
O princípio da valorização de si e desqualificação do outro.	Desqualificação dos Movimentos sociais do campo, agricultores familiares e trabalhadores rurais; Desqualificação interna ao grupo de atores que não assumem posturas condizentes com o discurso do agronegócio.
O imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses.	Representação patronal ligada ao conjunto das cadeias produtivas e as associações por produtos ou multiprodutos.

Fonte: Bruno (2009) Org. Victor Hugo Junqueira

Apesar dos pontos em comum no discurso do agronegócio, a autora revela tensões e divergências internas entre os diferentes setores, explicitando que é “a ideia de atraso e de modernidade que fundamenta a classificação sobre quem pode e quem não pode ser considerado agronegócio” (BRUNO, 2009, p. 122). Isto implica em desconfiança e a discriminação entre os elementos da cadeia, em especial entre os produtores rurais, os de

“dentro da porteira das fazendas”, que se sentem excluídos nos momentos de dificuldades econômicas da agricultura.

De qualquer forma, o que prevalece é a unidade do discurso que se projeta para a sociedade como a constituição de uma “nova” realidade no campo, marcada pela modernidade e por ser o mais importante negócio do país.

Neste novo rural há diferenças, mas não desigualdades que podem ser corrigidos pela evolução tecnológica ou inserção destes setores na economia do agronegócio. É assim, por exemplo, que Araújo; Wedekin; Pinazza (1990) avaliam que no desenvolvimento da “era agribusiness”, o dualismo tecnológico marca a diferença entre uma agricultura comercial, também cunhada como “moderna” e de “mercado”, que se contrapõe à agricultura de baixa renda ou “tradicional”. Para eles “na essência, a agricultura comercial e de baixa renda são resultados da defasagem tecnológica existente no CAI”. (p. 8), conseqüentemente, para esta agricultura tradicional as políticas devem ter caráter social para integrá-las ao CAI.

Em 2002 a ABAG publicou o livro *Agribusiness brasileiro: a História* patrocinado por grandes corporações do setor como a Monsanto, Basf, Bunge Fertilizantes e Syngenta na qual procura salientar o papel da agropecuária e, atualmente, do agronegócio na história do país.

Contudo, a despeito da importância do setor, a conclusão do livro é de que a população brasileira em sua maioria urbana, não conhece esta realidade, têm preconceitos infundados contra o setor. Mesmo a mídia, apesar de terem já seções sobre o agronegócio,

De tempos em tempos, levam o leitor a passear por alguma ‘califórnia’ interiorana, onde fazendeiros, estejam comprando caminhonetes zero quilômetro, construindo casarões ou fazendo algum tipo de extravagância – o que diga de passagem, tem sido um acontecimento cada vez mais raro (ABAG, 2002, p. 208).

Em outros momentos,

Há algum espaço para as manifestações políticas dos sem-terra, dos fazendeiros e de parlamentares quando ocorre alguma queda de braço da ‘bancada ruralista’ com o governo. O trivial se completa com os ecos da violência no campo. A disputa pela terra tem feito muitos mortos nas últimas décadas, e raramente um ano passa sem que haja denúncias de trabalho escravo em algum recanto do país – mais de um século após a Lei Áurea. Essas ocorrências não contribuem para estabelecer laços de solidariedade entre a cidade e o campo (ABAG, 2002, p. 208 e 209).

Nesta representação ideológica não há uma negação da existência dos conflitos de terra, “da bancada ruralista”, da violência no campo, do trabalho escravo, mas o agronegócio procura desvincular sua imagem destas ocorrências, que segundo esclarecem prejudicam a solidariedade entre o campo e a cidade. Além disso, o discurso ideológico, que em determinados momentos propagandeia a prosperidade de uma “Califórnia brasileira”, em outros se ressentida da divulgação na mídia da imagem de poderosos fazendeiros.

As principais lideranças do setor também procuram contrapor latifúndio ao agronegócio, como expressões históricas diferentes, representativas de distintos processos e relações de produção. Em um artigo intitulado *Entre o passado e o futuro* Kátia Abreu⁵⁹ afirma que:

O latifúndio é o passado. A moderna empresa rural, o presente e o futuro. O latifúndio corresponde a um Brasil superado, que se baseava em terras improdutivas, baixa tecnologia, ausência de conhecimento na utilização da terra, desrespeito à natureza, condições muitas vezes subumanas de trabalho e em formas de coronelismo político. A moderna empresa agrícola é de alta produtividade, com uso intensivo de tecnologia, aplicação do conhecimento na utilização da terra, respeito à natureza, observância de condições humanas de trabalho e respeito ao Estado de Direito (ABREU, 2013, s.p.).

Essas são algumas das nuances do discurso ideológico, presentes no decorrer do livro, na qual os “termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que é explicitamente afirmado” (CHAUÍ, 2006, p. 16). Os processos de exploração do trabalho escravo, bem como, o destino dos recursos públicos ganham caráter de impessoalidade, a grilagem e os conflitos pela posse da terra desaparecem e estabelece-se uma ruptura do processo histórico a partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento tecnológico e a emergência de novos ‘atores’.

A própria entidade reconhece que há “uma imagem arraigada de que fazendeiro além de pouco eficiente, é manhoso, ficando sempre à espreita de uma boa oportunidade para subtrair ‘algum’ erário” (ABAG, 2002, p. 209). Esta visão da população da agricultura ou do agronegócio associada ao atraso, para os representantes do setor constitui um empecilho às políticas governamentais, por isso, a universalização dos interesses particulares, é um aspecto fundamental para estabelecer a solidariedade dos laços políticos entre o urbano e o rural, pois “é justamente, com esse tipo de vínculo que as lideranças rurais,

⁵⁹ Kátia Abreu é empresária e pecuarista no estado de Tocantins. Ocupou os cargos de Deputada Federal entre 2000 e 2006. Atualmente é senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), uma das principais entidades patronais do país.

gostariam de contar, para *conseguir o atendimento de suas demandas pelos governos*” (ABAG, 2002, p. 209, itálico nosso).

Outro elemento presente nas produções ideológicas dos representantes do capitalismo no campo é o seu apelo à união e a solidariedade popular em favor do agronegócio, como única alternativa ao progresso nacional. O trecho a seguir é característico deste discurso:

No Brasil, por toda sua história, e por sua diversificada realidade edafoclimática, por sua gente e sua tecnologia, há um verdadeiro determinismo sócio-econômico-ambiental: o de ser, como se fala há décadas, o grande celeiro do mundo. Para que isso aconteça, e é necessário que aconteça ainda no primeiro quarto deste século XXI, a lição de casa deverá ser feita: agricultores, a agroindústria, a sociedade e o governo precisam se dar as mãos para fortalecer o maior negócio do país. Afinal, é nas asas da agricultura que o Brasil viajará com segurança para o primeiro mundo (ABAG, 2002, p. 225).

O apelo nacionalista se completa com a naturalização e determinismo da vocação agrícola do país, da valorização da diversidade ambiental, social e tecnológica e a ausência de respostas para problemas estruturais da nação, quando pronuncia que “o Brasil, contudo, jamais venceu o problema da fome” (ABAG, 2002, p. 201). Esta resposta obviamente não pode ser dada pelos representantes do agronegócio, sob o risco de arruinar, o discurso que pretende edificar.

Dessa forma, a disseminação da ideologia do agronegócio está estruturalmente arraigada no discurso da emergência de um “novo e único” modelo possível de produção no campo, ao mesmo tempo, que se torna cada vez mais necessário ocultar as relações exploratórias e predatórias que são imanentes à produção capitalista sejam no campo ou na cidade. Para isto, vale-se intensamente da utilização de instrumentos que buscam persuadir a população, entre eles, as propagandas nas diferentes mídias, canais de televisão próprios⁶⁰, colunas em jornais, revistas especializadas e a inserção nas redes educacionais.

Na literatura acadêmica algumas pesquisas analisaram como o agronegócio se expressa com representação ideológica e os elementos discursivos por meio dos quais são propagados as suas concepções de classe, entre elas destacamos, além da produção já citada de Bruno (2009), os trabalhos de Mendonça (2013); Scherma (2010) e Souza (2011). Estas

⁶⁰ Há no Brasil pelo menos 06 canais de televisão destinados ao agronegócio: Agro Canal; Canal do Boi; Canal Rural; Novo Canal; Terra Viva e AgroBrasilTV.

pesquisas evidenciam os diferentes meios midiáticos pelos quais o agronegócio projeta os seus valores para alcançar os seus objetivos políticos e econômicos.

Mendonça (2013) estudou a ideologia do agronegócio e sua popularização no Brasil, por meio da análise da representação da imprensa, utilizando como exemplo o Jornal Folha de São Paulo. A autora constatou que a palavra agronegócio foi utilizada pela primeira vez em 1994, mas é na primeira década do século XXI que o termo passa a ser utilizado com frequência, saltando de 27 vezes, em 2000, para 452 vezes em 2005.

Neste período, as reportagens e artigos assinados pelos ideólogos do agronegócio combinaram a defesa das políticas de cunho neoliberal com a ideologia desenvolvimentista. Destarte, ao mesmo tempo em que advogavam o fim dos subsídios e liberalização do comércio dos países ricos, privatização dos bens e setores estratégicos da economia brasileira, demandavam apoio do Estado ao agronegócio. A ideologia desenvolvimentista, por sua vez, alude mais uma vez, a vocação agrícola do país, cujo desenvolvimento tecnológico representa um movimento linear e progressivo em direção a uma situação ideal (MENDONÇA, 2013).

Na essência, a conjunção destes dois elementos tinha (e têm) a finalidade garantir o apoio estatal para a agricultura extensiva e industrializada, contribuindo para expandir as fronteiras internas e externas do agronegócio. Nesta perspectiva, a autora, conclui que a elaboração do conceito do agronegócio, originalmente formulada nas universidades estadunidenses foi importada pelos acadêmicos e meios políticos no Brasil e “serviu de base ideológica para explicar a continuidade do apoio estatal para o latifúndio e para intensificação do uso de insumos industriais na agricultura” (MENDONÇA, 2013, p. 205).

Souza (2011) com base nos pressupostos da análise do discurso de Foucault estudou a emergência do discurso do agronegócio, especialmente o canavieiro, e as suas implicações práticas nas transformações territoriais que beneficiaram a expansão do capitalismo no campo, a partir de acesso a recursos e políticas públicas, entre as quais, os investimentos em pesquisa científica.

Para análise deste discurso a autora selecionou textos produzidos na esfera governamental, principalmente, do Ministério da Agricultura, além de textos produzidos por intelectuais do agronegócio, jornais da grande imprensa e de entidades de classe, compreendendo um período entre os anos de 1990 a 2009.

Segundo ela a hegemonia do agronegócio alicerçou-se em duas noções importantes da retórica neoliberal da década de 1990: “segurança alimentar e competitividade as quais, embora aparentemente ‘incompatíveis’, logo seriam compatibilizadas mediante a ‘transformação’ do agribusiness brasileiro em coadjuvante da segurança alimentar mundial” (SOUZA, 2011, p. 126).

O agronegócio canavieiro, por sua vez, assume a especificidade do discurso da agroenergia - “energia limpa” e renovável - necessária à redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, derivados da queima de combustíveis fósseis. Em comum, com outras atividades do agronegócio estão os argumentos de “produtividade”, “eficiência” e “competitividade”, tecnologia de ponta, disponibilidade de terras, água e climas favoráveis que potencializariam a inserção do Brasil no mercado mundial, também, como solucionador dos problemas ambientais climáticos. Na esteira deste discurso se legitima a monocultura, a concentração de terras e os efeitos perversos sobre os trabalhadores (SOUZA, 2011).

O trabalho de Scherma (2010) realizado no campo da linguística é outra referência teórica interessante para esclarecer como o agronegócio expressa-se enquanto uma ideologia. Com base em Bakhtin a autora examinou em propagandas televisivas e impressas, artigos de revistas e jornais, samba-enredo, fotos, charges, músicas e folhetos institucionais, que mostram o embate ideológico, que reflete a luta classes, que ocorre sob o signo do agronegócio.

A autora mostra que os discursos hegemônicos proclamam o agronegócio como esperança ao desenvolvimento nacional e para isso elegem como signos: o “desenvolvimento sustentável”, a “geração de empregos e renda”, “redução das desigualdades sociais”, “promoção da segurança alimentar”, o “setor mais importante da economia brasileira” e o “setor que leva o Brasil nas costas”, entre outros. Em contraposição, os discursos contra-hegemônicos, que lutam pela transformação desta ordem econômica, destacam o “caráter concentrador de renda”, a “desigualdade social”, a “violação dos direitos humanos, sociais e ambientais”.

Em tese, a ideologia do agronegócio, ancorada na materialidade das transformações técnico-científicas e informacionais da agricultura capitalista, na sua nova etapa de integração ao urbano e mundialização do capital prescinde de novos símbolos e significados para legitimar socialmente componentes da realidade que na sua essência permanecem invariáveis, entre eles, o latifúndio, a monocultura, a exploração do trabalho e o acesso a recursos públicos.

Contanto, para adquirirem efeitos práticos sobre esta realidade é fundamental a difusão destes valores por todos os meios a todas as classes sociais, de modo que sejam incorporados ao cotidiano de cada pessoa sem contestação, como se fossem por si só a própria realidade.

A utilização dos meios de comunicação, jornais, revistas, redes de televisão, internet, entre outros, no contexto de massificação da informação são peças fundamentais na engrenagem de amplificação do discurso do agronegócio, como mostram os trabalhos de Mendonça (2013); Scherma (2010) e Souza (2011). Porém, o que objetivamos é demonstrar como a educação também se constitui em um instrumento ideológico importante para a reprodução da ideologia agronegócio, por isso a seguir, esboçamos algumas relações entre Estado, escola e ideologia, como pressuposto teórico necessário a compreensão dos projetos educativos do agronegócio.

2.4 – O Estado como mediador da relação educação e ideologia na sociedade do capital.

No processo de consolidação da sociedade burguesa o Estado adquiriu um papel fundamental no projeto de expansão do capital, por meio de ações econômicas, comerciais, militares e ideológicas. Uma das funções atribuídas ao Estado foi a de educador do povo. Segundo Sanfelice (2008, p. 2) desde o século XVI o “Estado foi moldado, em especial pelo ideário burguês, para constituir-se no principal articulador da educação para o povo. Nesse empenho teve que superar as influências até então hegemônicas da Igreja Católica”.

Ao tratar da *História das ideias pedagógicas no Brasil*, Saviani (2008) expõe que uma das primeiras medidas adotadas no reino de Portugal e conseqüentemente na colônia brasileira para submeter a educação ao Estado e retirá-la da influência da Igreja Católica foi a expulsão dos padres jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, que combinadas a uma série de reformas educacionais, que se estendiam do ensino primário ao ensino universitário, tinham como meta a modernização capitalista do país.

Todavia, apesar das ações de Pombal contribuir para a universalização e secularização da educação, a influência da Igreja na educação persistiu no país, mesmo após a independência, com a instituição do regime do Padroado, e manteve-se na República em seus diferentes momentos, a partir da estreita relação entre religião e Estado.

Embora não seja nosso objetivo estudar especificamente a relação Estado e igreja, é possível inferir que a hegemonia do Estado no direito de educar as massas prescindiu de um longo período de embates e alianças com o poder eclesiástico, mas que historicamente estiveram afinados ao projeto de sociedade burguesa.

Para avançarmos nesta discussão é preciso entender como se configura o Estado Moderno e, para isso, recorreremos à teoria marxista, que compreende a origem e permanência da figura do Estado, associado à divisão da sociedade em classes sociais.

Engels (1984) afirma que o Estado surge na passagem da barbárie à civilização, como meio de conter os antagonismos irreconciliáveis entre as classes sociais, amortecendo os choques e mantendo-as dentro dos estritos limites da “ordem”. Segundo ele, o Estado é a “confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1984, p. 191).

Para amenizar os conflitos, porém, o Estado assume na sua aparência a forma de impessoalidade, colocando-se como poder acima e distante da sociedade. Tal aparência levou aos idealistas a crença no Estado como lócus da razão e da universalidade que se impõe à sociedade de fora para dentro.

Engels (1984, p. 193) ao combater a miopia dos idealistas explica que o Estado - produto da sociedade, nascido dos antagonismos de classe e para minimizar o conflito entre elas - é o “Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”.

Em *A ideologia alemã* Marx e Engels já haviam travado este debate com os idealistas, ao afirmarem que o Estado:

[...] é a forma sob a qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns, na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, deduz-se daí que todas as instituições comuns se objetivem através do Estado e adquirem a forma política através dele (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

Marx e Engels expõem no *Manifesto do Partido Comunista* a forma como a burguesia, como classe revolucionária, passou a disputar o domínio do Estado, obtendo êxito com a consolidação da grande indústria.

Cada uma das etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Estado (ou ordem social) oprimido sob o domínio dos senhores feudais, armada e autônoma na comuna, aqui uma cidade-república independente, ali um terceiro estado tributário da monarquia; depois, no período manufatureiro, um contrapeso à nobreza na monarquia de estados ou absoluta, base principal das grandes monarquias em geral, a burguesia acabou por conquistar com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, o domínio político exclusivo do moderno Estado parlamentar. O executivo do Estado moderno não é mais que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 1998, p. 6 e 7).

O Estado apresenta-se aqui, como uma instituição em disputa entre classes sociais, que na sua fase moderna passa a ser dominado pela burguesia, mas não eliminando o conflito e a disputa de classes, na medida em que a tarefa revolucionária do proletariado constitui em “ir arrancando todo capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante” (MARX; ENGELS, 1998, p. 29 e 30).

As revoluções operárias e populares de 1848 e 1871 na França contribuem para Marx aprofundar sua análise do Estado enquanto campo de disputa política entre as classes sociais. Na obra *O 18 Brumário de Louis Bonaparte* Marx analisa como o processo de consolidação do Estado burguês, que desde a Revolução Francesa (1789) substituíra o Estado absolutista, fora caracterizado por composições e traições entre classes e frações de classe pela manutenção do poder burguês.

Na análise deste breve processo revolucionário Marx explicita como a burguesia, em determinados momentos históricos abre mão do poder político para manter o poder econômico. Em uma destas passagens Marx narra como diante da iminência do perigo do socialismo e da ameaça à ordem de reprodução do capital, a burguesia instalada no parlamento entregou o poder político a Louis Bonaparte, que figurava como único capaz de manter o seu poder social.

Portanto, denunciando agora como "socialista" tudo o que anteriormente exaltara como "liberal", a burguesia confessa que o seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do seu autogoverno; a que a fim de restaurar a tranquilidade no país, é preciso antes de tudo reestabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que a fim de preservar intacto o seu poder social tem que enfraquecer o seu poder político; que o burguês particular só pode continuar a explorar outras classes e desfrutar pacificamente da propriedade, da família, da religião e da ordem com a condição de que a sua classe seja condenada, juntamente com as outras classes à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a

devia proteger é também suspensa sobre sua cabeça como a espada de Dâmocles (MARX, 2006, p. 71 e 72).

O Estado bonapartista parece, neste cenário, como portador de uma completa autonomia. Contudo, assegura Marx, “o poder estatal, não flutua no ar” (p. 131). Bonaparte representava os interesses da classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses conservadores a quem a burguesia francesa, sem escolhas, gritava: “só o chefe da Sociedade de 10 de dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Só o roubo pode salvar a propriedade; o perjúrio, a religião; a bastardia, a família; a desordem, a ordem!” (p. 140).

Ao estudar esta obra Dias (2008, p. 126) explica que:

Louis Bonaparte aparecia diante da massa camponesa como o sucessor do tio; daquele que fizera a alteração agrária no período revolucionário. O escroque sem escrúpulos, aparecia como continuidade histórica do Napoleão, conquistador e libertador dos camponeses. O papel da ideologia como articuladora/produtora de projetos está explicitado. Bonaparte, o sobrinho, vai, junto às massas camponesas, o lumpen e parcelas urbanas, articulando seu exército particular: a Sociedade 10 de dezembro e com isso conquista sua autonomia relativa em relação às classes fundamentais. O apoio ativo dos camponeses, da burocracia civil e militar, da milícia privada foi dado à fórmula bonapartista. Tudo isto calçado no Estado centralizado, instrumento longamente preparado por formas muito diversificadas de exercício do poder na transição burguesa do feudalismo à sua modernidade. Estado que ganhou a aparência de autonomia em relação ao social justamente no momento em que ocorreu sua vinculação máxima.

Nesta perspectiva, o autor assevera que na obra marxiana o Estado não se limita a um puro instrumento de classe, apenas coercitivo. Segundo ele, a generalização da teoria do estado como instrumento puro de coerção, parte de uma mistificação reducionista da versão stalinista, que ignora que o Estado politiza e educa aos dominados de forma subordinada. Em razão disso, Dias (2008, p. 140) conclui que as transformações políticas na França servem para comprovar que:

A chave do poder burguês é o peso da máquina estatal. Com ele o moderno Estado francês adquire suas formas mais acabadas. Para tal foi necessário incorporar os antigos dominantes na nova forma estatal, modificar a ideologia de forma regressiva, reacionária, e, mesmo sua institucionalidade.

O 18 Brumário de Louis Bonaparte constitui assim uma importante análise política na qual Marx, entre outros aspectos chama a atenção para o fato de que o Estado moderno é marcado por contradições nas suas relações com a sociedade e no seu interior

podem duelar diferentes frações de classe, mas de modo algum ele deixa de ser o Estado da classe dominante⁶¹, cuja estrutura e funcionalidade não apenas exercem o poder coercitivo, mas controla, fiscaliza, educa, regulamenta, vigia e tutela, amplos setores da sociedade caracterizados por divergências e interesses contraditórios (DIAS, 2008).

Dessa forma, ao delegar ao Estado Moderno a função de educador do povo⁶², a burguesia preconizava [e preconiza] manter os seus interesses imediatos de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que garantia a adaptação pacífica dos sujeitos as formas de dominação e exploração, com a vantagem do Estado aparentar formas de neutralidade e universalidade. Obviamente, não se trata aqui de negar que a burguesia possua, também, as suas próprias escolas e difunda diretamente os seus valores, mas esta condição se esconde sobre a aparência da supervisão e submissão do Estado.

Não é fortuito, portanto, que a generalização da educação escolar pelo Estado tornou-se uma exigência da burguesia nos países nos quais a produção industrial e a urbanização avançam, na medida em que cumpre um papel importante no processo de reprodução das relações sociais de produção, por um lado almejando a legitimação, o consentimento e naturalização da ordem capitalista e, por outro, o adestramento para produção imediata e constante de mercadorias.

Segundo Lombardi (2011, p. 15),

Antes de mais nada, é necessário assinalar que o aparato escolar levantado pelo modo de produção capitalista se configura ideologicamente não só em função dos componentes explicitamente - tematicamente - ideológicos que comporta, mas também porque cria - e consolida - um marco de cisão onde a alienação da força de trabalho é um fato natural.

⁶¹ Na *Crítica ao Programa de Gotha* Marx afirma que apesar das variadas configurações que os Estados dos diferentes países civilizados podem assumir, o que os confere certas características comuns essenciais “é o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa” (MARX, 2012, p. 42). Na mesma direção Lênin (1978b) assevera que os Estados burgueses podem assumir formas variadas, mas a natureza fundamental é invariável, obrigatoriamente, reduzem-se à ditadura da burguesia.

⁶² Na *Crítica ao Programa de Gotha* Marx condena a reivindicação do Partido Operário Alemão de “educação popular sob incumbência do Estado”. Para o autor “uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos, etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução destas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola. No Império prussiano-alemão (e não se escapa da questão com o cômodo subterfúgio de que se trata de um ‘Estado futuro’; já vimos no que consiste), é o Estado que ao contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa (MARX, 2012, p. 46).

Para Althusser, no capitalismo, o aparelho ideológico dominante é o Aparelho Escolar, para ele as revoluções burguesas travaram uma luta também pelo aparelho ideológico dominante, substituindo a igreja pela escola como aparelho dominante.

A expansão da escola nos países capitalistas avançados cumpre, nesta perspectiva, a função de, desde a mais tenra idade, inculcar determinados conhecimentos impregnados da ideologia dominante. Nas palavras de Althusser:

Ora, é pela aprendizagem do que se reduz, no final das contas, a alguns ‘savoir-faire’ definidos, revestidos pela inculcação maciça da ideologia da classe dominante, que são, por excelência, reproduzidas as *relações de produção* de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados [...] os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista estão, naturalmente, encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola que reina à escala universal, já que se trata de uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia [...] (ALTHUSSER, 2008, p. 169, itálico do autor).

Além disso, Althusser (2008) identifica o papel da Escola como selecionadora de sujeitos para ocupar diferentes funções na divisão social e técnica do trabalho, constituindo assim, um eficiente instrumento tanto para a reprodução da qualificação da força de trabalho, como para a sujeição dos trabalhadores à ideologia dominante.

Em que pese as críticas de Saviani (2008) a teoria althusseriana “da escola enquanto aparelho ideológico de Estado” por apresentar uma visão crítico-reprodutivista⁶³ da educação - crítica no sentido de “não ser possível compreender a educação senão a partir dos condicionantes sociais”, mas também reprodutivista, pois, chegam a conclusão de que “a função básica da escola é reproduzir as condições sociais vigentes” (p. 393), sem, portanto, apontar para o seu papel na transformação social - o autor destaca que esta tendência teve, entre suas contribuições “desmistificar a crença, bastante comum entre os educadores, na autonomia da educação em face das relações sociais” (p. 395).

Sem entrar no mérito deste debate, para os quais os trabalhos de Saviani (2007, 2008) e Cassin (2002) constituem referenciais teóricos importantes, salientamos, porém, a concordância com Bezerra Neto (2013, p. 19) quando escreve que a escola não é um aparelho

⁶³ Além da Teoria da “escola enquanto aparelho ideológico de Estado” de Althusser, Saviani (2008) inclui nesta tendência a “teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica” de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron e a “teoria da escola dualista” elaborada por Cristian Baudelot e Roger Establet, todas formuladas na década de 1970.

monolítico, mas um espaço de contradições, “na medida em que os professores não necessariamente se subordinam aos poderes dominantes da forma como estes esperam”. Logo, consideramos necessário como adverte Cassin, (2002, p. 121) “pensar a escola como reprodutora das relações de produção e, ao mesmo tempo, como importante lócus da luta de classes, que se apresenta predominantemente como luta ideológica”.

Por esta via que compreendemos que o espaço escolar tem um caráter estratégico na produção e reprodução de conhecimentos, difusão de ideias e valores, e confrontos de posições de classe. Com isso, se para o poder dominante está em jogo a criação de consensos para atender as necessidades da sua reprodução enquanto poder dominante e, especificamente para o agronegócio, trata-se da utilização de um importante instrumento ideológico para difundir os seus interesses, transformando-os em ganhos políticos e econômicos. Para os que estão em uma posição de classe distinta, a educação escolar é também um espaço em luta, para o confronto ideológico e contraposição ao discurso dominante.

CAPÍTULO 3

OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO – SP.

3.1 – Os impactos das políticas neoliberais na Educação: breves apontamentos

Neste capítulo analisaremos os principais programas educacionais do agronegócio, na região de Ribeirão Preto – SP. Estes programas, como veremos, atingem em sua maioria estudantes das escolas públicas, estaduais e municipais, nas quais está a grande parcela do alunato brasileiro.

Com efeito, é válido apontar que a ocupação do espaço escolar pelas entidades e empresas do agronegócio, realiza-se sob a conveniência do Estado neoliberal, que ao privatizar e mercantilizar a educação permite não apenas as empresas e fundações privadas acesso aos recursos públicos e ao oferecimento de serviços educacionais, mas também, privatiza o currículo e as práticas escolares das escolas públicas, tornando este um local privilegiado para a conformação das posições de classe, adestramento para o trabalho e universalização dos interesses da classe dominante.

Segundo Sanfelice (2009, p. 10) a tese central do neoliberalismo considera “o conceito de mercado como eixo das relações sociais, bem como a defesa do estado mínimo contra o estado benfeitor”. Esta tese que passou a ser difundida ao mundo, especialmente após o “Consenso de Washington”, em 1989 recomendava para os países da América Latina, equilíbrio fiscal, por meio de corte nos gastos públicos, a ser alcançado mediante as reformas administrativas, previdenciárias e trabalhistas; estabilização monetária; desregulação dos mercados financeiro e do trabalho, privatização e abertura comercial (SAVIANI, 2008).

Desde então, as reformas educacionais vinculadas a este receituário, procuram ajustar todo sistema educacional (escola, currículo, financiamento, avaliação, etc.) aos desígnios dos mecanismos do mercado (SAVIANI, 2008).

Arce (2001) explica que a política educacional implantada sob os auspícios neoliberais orienta-se por dois eixos centrais: a centralização e descentralização. Enquanto “a descentralização é caracterizada pela inserção da escola no mercado competitivo, passando a ser vista enquanto empresa educacional, eximindo o Estado da função de mantenedor

financeiro do atendimento” no que tange à centralização, o governo concentra a função de “definir sistemas nacionais de avaliação, promover reformas educacionais, estabelecer parâmetros de um Currículo Nacional e estabelecer estratégias de formação de professores centralizadas nacionalmente” (ARCE, 2001, p. 259 e 260).

Na esteira deste processo de descentralização está a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada por meio de diferentes mecanismos, entre eles, a compra de vagas em universidades privadas e cursos técnicos, a ocupação do espaço escolar pela iniciativa privada, por meio de ações e projetos inseridos nos conteúdos curriculares, a adoção de sistemas de “apostilamento” privado em escolas públicas e a adoção de um novo sistema de gestão escolar que tem apostado na parceria com setores da sociedade civil na administração da escola (JACOMELI, 2008).

De modo geral, podemos afirmar que a descentralização privatizante do mercado educacional e das responsabilidades pelo ato de educar, somente se coaduna com o rígido controle do Estado sobre o sistema educacional, com a padronização do currículo, das avaliações externas e da distribuição dos recursos. Para Saviani (2008) a avaliação de alunos, professores e escolas torna-se um dos principais instrumentos de controle do Estado, cujos resultados “condicionam a distribuição de verbas e alocação dos recursos, conforme os critérios de eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2008, p. 439).

Neste contexto no qual flexibilização/padronização, liberalismo/regulação, descentralização/centralização constituem pares dialéticos das políticas educacionais no Brasil, o Estado, força consentida pelo capitalismo para a função educacional, mantém sob seu domínio o caráter estatal da estrutura e do sistema educacional, ao mesmo tempo que o transforma em um mercado lucrativo⁶⁴ para a iniciativa privada, seja para fins diretos da reprodução do capital, ou simplesmente como espaço privilegiado para vinculação ideológica e controle sobre a força-de-trabalho. É neste segundo aspecto que se inserem os programas educacionais do agronegócio.

⁶⁴ Segundo noticiou a Revista Educação, na edição de agosto de 2011 entre 2001 e 2008 os valores movimentados pela educação privada apresentaram um crescimento de 800%, passando de 10 bilhões em 2001 para R\$ 90 bilhões em 2008. Segundo a notícia, o resultado expressivo ocorre entre outros fatores pela abertura de capital das empresas na bolsa de valores, pela venda de material didático e pacote de serviços para escolas públicas e privadas. (REVISTA EDUCAÇÃO, 2011).

3.2 – Os programas educacionais do Agronegócio na região de Ribeirão Preto.

Os programas educacionais do agronegócio têm invadido a educação pública nos últimos anos. Uma pesquisa nos sites das principais empresas e associações que representam o setor revela a existência de inúmeros projetos educativos em andamento nas escolas públicas rurais e urbanas do Brasil, seja sob a concepção e controle destas entidades ou em parcerias com Organizações não governamentais (ONGs) e Institutos Educacionais privados.

A Revista Defesa Vegetal publicada pela Associação Nacional de Defesa Vegetal ligada aos interesses do agronegócio, sobretudo, das empresas de agrotóxicos, produziu em 2010 uma edição especial sobre educação, cujo título “Educação: as lições que vem do campo” nos permitem entender, em parte, qual o papel da educação na universalização dos interesses do agronegócio.

Para Moreira (2010, p. 4) que assina o editorial da Revista, com sugestivo título “A educação que transforma o mundo”, a população bem informada, no campo e na cidade, ajuda a promover a produção agropecuária com preservação ambiental.

Contudo, o artigo mais enfático que expõe a instrumentalização da educação para o setor é de autoria de José Otávio Machado Menten, professor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ – USP) de Piracicaba, que afirma

gastamos muito tempo para responder a críticas improcedentes. Se a população estiver mais bem informada, suas cobranças serão bem fundamentadas e certamente contribuirão para a evolução contínua do agronegócio (MENTEN, 2010, p. 16).

Ao defender um projeto de defesa vegetal (tradução para agrotóxico) para ser aplicado nas escolas públicas, explica o autor que

o objetivo principal é aproveitar a estrutura educacional para trabalhar a conscientização da sociedade sobre a importância dos defensivos agrícolas na produção de alimentos e os benefícios para a população como um todo (MENTEN, 2010, p. 17).

O foco do trabalho esclarece Menten (2010), estaria nos professores e nos responsáveis pelo conteúdo dos livros destinados ao ensino público, visto que os professores têm uma visão distorcida sobre o agronegócio por falta de informação e “os livros utilizados

nas escolas públicas devem ser veículo de propagação de orientações sobre o agronegócio aos estudantes” (MENTEN, 2010, p. 17). Obviamente, afirma ele “precisamos deixar muito claro que não existe pressão de qualquer grupo econômico, nem defesa a interesse de alguma classe específica. O objetivo é puramente educacional” (MENTEN, 2010, p. 18).

É sob esta orientação ideológica que atuam os diferentes programas educacionais vinculados ao agronegócio, que sob os véus da impessoalidade e da neutralidade invadem os espaços escolares no campo e na cidade para legitimar e mascarar os interesses da classe dominante no campo. Para melhor explicitá-los, analisaremos o Programa Agronegócio na Escola da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG-RP) e Projeto AGORA da União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA).

3.2.1 – ABAG/RP: Agronegócio na Escola

A região de Ribeirão Preto - SP como analisamos no primeiro capítulo constitui uma das principais bases do agronegócio nacional sediando, inclusive, a maior feira do ramo, a Agrishow. Sedia também a principal associação do agronegócio na região - ABAG/RP, que se empenha em criar e difundir, no imaginário social, a grandeza do agronegócio e os seus benefícios para a população.

A ABAG/RP foi fundada em 2001, abrangendo uma área de 86 municípios nas regiões administrativas de Araraquara, Barretos, Ribeirão Preto, São Carlos e Franca. Desde sua criação o imperativo do convencimento social sobre a importância do agronegócio colocou-se como objetivo central, a partir do qual poderia obter cada vez mais, apoio governamental no atendimento as suas reivindicações. Este foi o tom dos discursos de criação da entidade em Ribeirão Preto. A fala do então presidente nacional da ABAG, Roberto Rodrigues é clara: “sem uma imagem positiva, não há políticas positivas” (ABAG/RP, nº 2, 2001, p. 4).

Na mesma direção, a diretora-executiva da entidade nascente Mônica Bergamaschi, defendia:

Enquanto a opinião pública for negativa em relação ao agronegócio, não haverá política nenhuma de apoio ao campo e nem mesmo condições favoráveis de negociação. Por isso, uma das principais missões da ABAG/RP é mudar a imagem do setor rural e do agrobusiness perante a imensa maioria do eleitorado.

No Brasil, uma democracia em evolução, a opinião pública urbana vê a agricultura como um setor atrasado, indolente, explorador e incompetente (ABAG/RP, nº 02, 2001, p. 4).

No editorial do Informativo AGRONegócio (nº 9, 2001) Bergamaschi - após apresentar os resultados de uma pesquisa com pessoas residentes nas cidades, que consideravam os fazendeiros como um dos setores que atrapalhavam o progresso do país – afirmava que a opinião pública tem um peso grande nas decisões políticas e que havia um desconhecimento da população sobre o agronegócio. Segundo ela:

A falha é do próprio setor. É passada a hora de investir em imagem. Não se trata da contratação de mágicos e nem de um trabalho de convencimento. É preciso apenas mostrar a dimensão do agronegócio. Levar a público o conceito de cadeias produtivas para que possa relacionar o jornal, o jeans, o sofá, o sapato e a cervejinha com o trabalho no campo. É educação (ABAG/RP, nº 09, 2001, p. 1).

Para educar a população sem a “pretensão do convencimento” a entidade desenvolve uma Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio, na qual procura demonstrar a sua importância na vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país. A campanha realiza-se, por meio de inserções publicitárias nas principais redes de televisão na região⁶⁵, pelo prêmio ABAG/RP de Jornalismo, pelas publicações do Informativo AGRONegócio⁶⁶ e pelo programa Agronegócio na Escola.

Nesse sentido, a persuasão ideológica do agronegócio prescinde de um conjunto de estratégias que procuram atingir o grande público, para tanto utiliza os grandes meios de comunicação, especialmente, propagandas televisivas, mas também, informando aos jornalistas as dimensões do agronegócio e atuando junto aos jovens e adolescentes nas escolas públicas.

Romão (2006) analisou como o discurso veiculado pela entidade nas inserções publicitárias televisivas atua no sentido de marcar o prestígio do agronegócio e o seu vínculo com o homem comum. Nestas inserções publicitárias é comum a presença de cantores, atletas, políticos conhecidos que contribuem para a costura de:

⁶⁵ De acordo com a entidade anualmente estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais (ABAG/RP, 2013b).

⁶⁶ O informativo é uma publicação oficial da ABAG/RP destinado a públicos diversos, distribuído inclusive em escolas públicas. Todas as edições consultadas foram obtidas na página oficial da entidade <<http://www.abagr.org.br/informativos.php>>.

uma imagem poderosa para/do agronegócio, engendrando efeitos de (oni)potência e poder, vinculando o cotidiano do homem comum a práticas da agricultura monopolista e silenciando os sentidos indesejáveis, que possam inscrever rachaduras e equívocos no lugar dessa suposta pujança (ROMÃO, 2006, p. 12).

Neste discurso, segundo Romão (2006, p. 01 e 02) há “um banimento das relações que regem o mundo dos trabalhadores, abolindo outros sentidos que não aqueles dados pela voz do capital”. À vista disso, a monocultura, os valores da agricultura camponesa, os problemas ambientais são silenciados, de modo que “o discurso do agronegócio constrói uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo”.

Grosso modo, estes mesmos elementos discursivos estão presentes no programa Agronegócio na Escola, considerado estratégico para a entidade, na sua campanha de valorização institucional, pois sua inserção na rede escolar garante um “lugar privilegiado de poder, em que os saberes são institucionalizados e instituídos como oficiais” (ROMÃO, 2006, p. 13).

O programa Agronegócio na Escola surgiu em 2001, como um projeto piloto em parceria com a Secretaria do Estado da Educação de São Paulo na Diretoria de Ensino de Jaboticabal, atendendo a 04 municípios (Jaboticabal, Guariba, Pradópolis e Monte Alto), 07 escolas, 180 professores e 970 alunos do primeiro ano do Ensino Médio.

No lançamento do programa a entidade destacou em seu Informativo AGROnegócio (nº 3, 2001) que o programa objetivava levar aos alunos informações sobre o desenvolvimento histórico e o funcionamento das atividades do setor, bem como, as oportunidades profissionais geradas por estas atividades.

Na edição nº11 de outubro de 2001 após levar os alunos a conhecerem as empresas do agronegócio e destacar que o setor é um mercado aberto, dinâmico e repleto de possibilidades, a entidade concluía que:

É exatamente esse o grande objetivo da ABAG/RP com o projeto ‘O agronegócio na escola’: levar a realidade para dentro da sala de aula ou a sala de aula para a realidade. Somente assim será possível ampliar os horizontes, oferecer perspectivas, resgatar valores e, principalmente, fazer que os estudantes conheçam e se orgulhem da região onde vivem.

O projeto dá oportunidade para que os adolescentes formem suas próprias opiniões a respeito do setor agroindustrial. Não se trata de convencimento. Alunos e professores estão conhecendo a realidade tal qual ela é, sem

fantasias ou preconceitos relacionados às atividades do campo (ABAG/RP, nº 11, 2001, p. 3).

Sob o viés da neutralidade e da impessoalidade, o programa iniciou suas atividades destacando a necessidade da articulação entre teoria e prática, ausente nas atividades cotidianas escolares. Para a entidade “este ‘distanciamento’ entre o que acontece no mundo e o que é dito por professores, ou impresso nos livros, tem sido um fator de desestímulo para os alunos” (ABAG/RP, nº 15, 2002, p. 1), por isso, ao levar os alunos a conhecerem as empresas do setor e a “realidade” do agronegócio, o programa estaria contribuindo para reduzir a evasão escolar.

Em 2002, continuando sua parceria com a Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP), o programa foi se expandindo para outros 05 municípios (Bebedouro, Barrinha, Pitangueiras, Pontal e Sertãozinho) passando a envolver 20 escolas, 500 professores e 6.208 estudantes.

Desde então o programa apresentou um movimento ascendente, chegando ao ápice em 2007, quando atuou em 83 municípios em 10 Diretorias regionais de Ensino (Araraquara, Barretos, Franca, Jaboticabal, Pirassununga, São Carlos, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Taquaritinga e Ribeirão Preto), totalizando 141 escolas, 1800 professores e 24.500 alunos, conforme expresso na tabela a seguir.

Tabela 3.1 – Programa Agronegócio na Escola entre 2001 e 2008 parceria com a SEE/SP

Ano	Municípios	Escolas	Professores	Estudantes
2001	4	7	180	970
2002	9	20	500	5.100
2003	15	40	700	8.200
2004	32	68	1.090	12.100
2005	41	90	1.200	17.240
2006	53	114	1.430	18.900
2007	83	141	1.800	24.500
2008	23	29	700	4.800

Fonte: ABAG/RP (2011). Org. Victor Hugo Junqueira

No processo de expansão do programa, a entidade foi ampliando e diversificando suas ações e estratégias no interior das escolas estaduais, abrangendo um calendário anual que envolve a capacitação de professores, coordenadores e educadores, distribuição da Cartilha “Agronegócio sua vida depende dele”, visita de professores e alunos as empresas do setor e a Agrishow, concurso de frases e desenhos e premiação de professores que desenvolvem atividades que trabalhem o agronegócio no currículo escolar.

Neste período o número de visitas monitoradas a empresas do setor e o processo de capacitação de professores foram crescentes. Em 2007, segundo a entidade foram realizadas 426 visitas, com 32 roteiros diferentes. Todavia, em 2008 atendendo as novas orientações da Secretaria do Estado da Educação, que passou dificultar a saída de professores para atividades externas as salas de aula ficaram a cargo das Diretorias Regionais de Ensino a opção pela continuidade da parceria com a ABAG/RP. Em 2008, das dez Diretorias regionais que haviam participado no ano anterior, seis optaram pela continuidade do projeto (Araraquara, Barretos, Jaboticabal, Pirassununga, São Joaquim da Barra e Ribeirão Preto).

Em 2009, encerrou-se definitivamente a parceria com a Secretaria Estadual da Educação e a ABAG/RP passou a realizar parcerias com as Secretarias Municipais de Educação da região. O programa passou então a ser destinado a alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental.

Neste primeiro ano da nova fase do programa, apenas o município de Ribeirão Preto desenvolveu atividades, totalizando 25 escolas, 135 professores e 5.260 estudantes. A partir de então o programa voltou a se expandir ampliando as parcerias com os municípios. Em 2013, o programa foi desenvolvido em 83 escolas de 32 cidades atingindo 13.078 alunos das duas últimas séries do ensino fundamental, jovens na faixa etária de 13 a 14 anos de idade (ABAG/RP, nº 129, 2013).

Tabela 3.2 – Programa Agronegócio na Escola entre 2009 e 2013 parceria com as Secretarias Municipais de Educação

Ano	Municípios	Escolas	Professores ⁶⁷	Estudantes
2009	1	7	135	5.260
2010	14	66	87	11.900
2011	23	74	120	12.955
2012	25	75	120	14.000
2013	32	83	-	13.078

Fonte: ABAG/RP (2011). Org. Victor Hugo Junqueira

Os objetivos do programa também foram reformulados no decorrer dos anos. Atualmente, segundo a ABAG/RP o objetivo do programa é levar para a sala de aula os conceitos principais e a realidade do agronegócio, possibilitando conectar a teoria a prática, e assim, revelar a “interdependência campo-cidade, a dimensão e a importância do setor para a economia, valorizar as atividades agroindustriais locais e com isso, a comunidade onde o aluno está inserido, e resgatar o orgulho de pertencer a esta região” (ABAG/RP, 2013a, s. p.).

A mudança na parceria com a Secretaria Estadual da Educação para as Secretarias Municipais não implicou em grandes alterações no desenvolvimento do programa, com exceção da redução de visitas monitoradas às empresas do setor. A abertura anual do programa continuou a cargo do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, com a realização de uma palestra direcionada aos professores para que “descubram o que o setor representa para a região, para o estado e para o país, e a partir disso, formem suas opiniões, sem paixões, sem preconceitos, para depois iniciar o trabalho dentro da sala de aula” (ABAG/RP, nº 28, 2003, p. 2).

Rodrigues considera a palestra aos professores um momento especial, para expor os argumentos centrais do agronegócio, que deverão reproduzidos em sala de aula ao longo do ano letivo. Sem ressalvas, disse claramente após sua palestra em 2006 que:

É preciso educar a sociedade para que ela compreenda a importância da agricultura e das cadeias produtivas, de tal forma que ela pressione por políticas públicas que valorizem esta atividade. O Brasil é um país que está se caracterizando permanente e sistematicamente por uma mudança de perfil populacional, cada vez ele é mais urbano, cada vez mais gente tem que ser atraída para a beleza do agronegócio, portanto é um trabalho que não vai terminar (ABAG/RP, nº 59, 2006, p. 3).

⁶⁷ A entidade não informou o número de professores participantes no ano de 2013.

Para a entidade os professores compreendem um grupo importante para a valorização da imagem do agronegócio e sua afirmação perante a sociedade, uma vez que o setor é alvo de preconceitos devido à opção pelo Estado, após a década de 1950, por um modelo urbano-industrial a partir da qual:

A agricultura foi relegada a uma atividade de segunda categoria, ridicularizada inclusive na literatura com a criação do personagem Jeca Tatu. Aquela imagem do agricultor desdentado, de chapéu de palha, ignorante e indolente foi absorvida pela academia, pela mídia e pelo Estado (ABAG/RP, nº 72, 2007, p. 2).

A ausência da historicidade do desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil que se fez sobre a tutela do Estado, confunde-se com a generalização de que a população urbana enxerga o homem do campo, como o Jeca Tatu, personagem criada por Monteiro Lobato no início do século XX, para mostrar o trabalhador rural abandonado pelo Estado e sujeito a enfermidades e a miséria.

Como discurso da classe dominante, que busca ocultar a exploração do trabalhador e a natureza desigual do desenvolvimento da agricultura, o agronegócio se transveste de Jeca e reclama do preconceito social para obter ainda mais recursos estatais, ao mesmo tempo, em que conclama aos professores “Por favor, não generalizem pela exceção”, como fez Rodrigues na palestra de lançamento do programa em 2004 referindo-se a ideias ultrapassadas, como a relação da imagem do produtor com a do Jeca Tatu; a da incompatibilidade entre produção rural e preservação ambiental (ABAG/RP, nº 37, 2004, p. 2).

Para desmitificar estes preconceitos, uma vez que o objetivo do programa é “valorizar o agronegócio e revelar caminhos e oportunidades, sem interferir na relação aluno/professor e nem impor ideologias” (ABAG/RP, nº 48, 2005, p. 3) o primeiro argumento nas palestras é a negação das informações trazidas pelos livros didáticos e as informações distorcidas que estão vinculadas ao setor. Para a entidade “os livros não têm conseguido acompanhar as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo, e muitas vezes trazem informações distorcidas sobre as tendências desta nova geopolítica” (ABAG/RP, nº 102, 2010, p. 2).

Na leitura da entidade, os livros didáticos não perceberam que o agronegócio traz uma nova realidade para o campo, baseado na sustentabilidade, na integração produtiva e

na dependência que o sujeito urbano tem do agronegócio. Os livros estão sempre ultrapassados.

Em seguida, constrói-se o argumento da necessidade do Agronegócio para resolver o problema da falta de alimentos no mundo. Neste caso, o Brasil é um país privilegiado, pois há terras em potencial para o uso agricultável; o índice de preservação de florestas primárias no país é superior aos da Europa; e a produção brasileira de grãos vem subindo a elevadas taxas percentuais, devido à aplicação de tecnologias no campo.

Com estes argumentos projeta-se o Brasil como potencial alimentador do mundo, sem destruir a natureza, tornando compatível o agronegócio com a sustentabilidade. Rodrigues explica aos professores:

A FAO apontou que com o crescimento da população e da renda nos próximos anos, será imensa a demanda por alimentos. Saltaremos dos atuais 6,8 bilhões para 9,1 bilhões de habitantes em 2050. Isso significa que teremos 50% a mais de gente, principalmente em áreas mais pobres do planeta, e uma demanda 70% maior por alimentos, já que nestes países quando a renda cresce aumenta o consumo de alimentos e energia. A FAO ao fazer uma análise prospectiva de quem suprirá essa demanda para o mundo imagina duas coisas: a primeira é que 80% desse crescimento virão do aumento da produtividade, via tecnologias modernas; e que os outros 20% virão de terras novas, particularmente pastos que se transformarão em áreas de cultivo alimentar, no Brasil em especial (ABAG/RP, nº 102, 2010, p. 2).

A partir de dados estatísticos representados em gráficos e tabelas Rodrigues procura demonstrar que há terras em potencial para o uso agricultável; que o índice de preservação de florestas primárias no Brasil é superior aos da Europa; e que a produção brasileira de grãos vem subindo a elevadas taxas percentuais, devido à aplicação de tecnologias no campo (ABAG/RP, nº 102, 2010). O que Rodrigues não explica é que o agronegócio, não produz alimentos, mas sim commodities e que na região de Ribeirão Preto a fisionomia canavieira do agronegócio não permite que se vejam muitas árvores em meio a monotonia dos canaviais.

Mas, como o programa é apenas um dos componentes da estrutura de difusão ideológica da entidade, o princípio da valorização de si e desqualificação do outro (BRUNO, 2009) é recorrente no interior das matérias relacionadas ao programa ou vinculadas a ela. Assim, qualquer modelo de desenvolvimento contrário ao agronegócio é atacado como retrógrado, prejudicial aos interesses do país ou ideológico.

Por exemplo, o mesmo informativo que apresentava o lançamento do programa “Agronegócio na Escola” (nº 3, 2001) trazia a opinião do então deputado federal Xico Graziano⁶⁸ (PSDB-SP) sobre o custo elevado da reforma agrária, tornando-a desnecessária, face às transformações no país e na agricultura. O Estatuto da Terra (1964) argumenta o deputado, referia-se a um Brasil de baixa produtividade e população rural, mas “hoje, a agricultura transformou-se num complexo produtivo, unindo campo e cidade, conhecido como agronegócio”. A resolução para os problemas nacionais, especialmente os do campo não estaria mais na reforma agrária, mas no acesso à educação e combate ao desemprego.

Em julho de 2001 a diretora da entidade Mônica Bergamaschi assinava o editorial com título “a reforma da reforma” no qual defendia a necessidade de rediscutir o Estatuto da Terra, pois após sua aprovação “foram notáveis as mudanças e os avanços tecnológicos em todos os setores, entretanto decisões que podem afetar a competitividade, a geração de renda, empregos e divisas continuam sendo tomadas com base em leis ultrapassadas” (ABAG/RP, nº 08, 2001, p. 1).

Este editorial acompanha a notícia da primeira palestra de lançamento do programa aos professores em 2001, na qual Rodrigues argumentou sobre a importância do setor para a geração de alimentos aos mais pobres, concluindo que:

para os ricos, 10% da humanidade, a comida tem pouca importância, porque se o preço do ovo ou do leite dobrar, não mexerá com o orçamento dele; mas para o pobre, significará a diferença entre a sobrevivência e a fome (ABAG/RP, nº 08, 2001, p. 1).

O discurso do agronegócio ao mesmo tempo em que decreta o fim da reforma agrária, como política de redistribuição de terras, se projeta como solução para o problema alimentar dos mais pobres.

A reforma agrária, só deve ser possível se atender aos interesses do mercado. É o que se depreende da leitura do discurso de posse de Rodrigues no MAPA em 2003, no qual além de defender os valores do agronegócio, declarou que apesar da reforma agrária ser competência de outro ministério iria trabalhar de forma integrada para “fortalecer a reforma

⁶⁸ Engenheiro agrônomo (ESALQ/USP, 1974), Mestre em Economia Agrária (USP, 1977), Doutor em Administração (FGV/SP, 1989). Ocupou vários cargos públicos, destacando-se os de Secretário Estadual do Meio Ambiente (2007-2010), Deputado Federal pelo PSDB/SP (1998-2006), Secretário Estadual de Agricultura (1996-98), Presidente do Incra (1995) e Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995). É considerado um dos principais ideólogos do agronegócio, com diversas publicações de livros e artigos sobre o campo brasileiro.

agrária sob uma ótica capitalista, sob uma ótica funcional, para garantir renda ao pequeno produtor assentado” (ABAG/RP, nº 24, 2003, p. 3).

O Programa Agronegócio na Escola, desde sua origem, foi marcado por uma construção ideológica, na qual a negação da reforma agrária e da superação do latifúndio se completava com a necessidade do agronegócio para resolver a falta de alimentos no mundo e repleto de oportunidade de empregos aos jovens.

Outra imagem a ser desconstruída pelo discurso do agronegócio, presente no programa educacional é a que o associa a degradação ambiental, como ficou demonstrado em uma pesquisa realizada pela entidade no ano 2000, com formadores de opinião, sindicalistas, empresários, professores, religiosos, políticos, jornalistas, dirigentes e militantes de Organizações não governamentais – ONGs, na região de Ribeirão Preto. Quando questionados sobre a questão ambiental

mais de 90% dos entrevistados manifestaram sua preocupação com questões relativas ao meio ambiente como queimadas, desmatamento e poluição dos rios e da água; das 153 citações sobre o tema, 94 dizem respeito às atividades do agronegócio, particularmente o da cana (ABAG/RP, nº 1, 2000, p. 3).

A associação espontânea do agronegócio com os problemas ambientais é considerada um mal a ser combatido, sobretudo, no contexto atual no qual o tema é sensível a população e os países da União Europeia - principal mercado para o agronegócio brasileiro - exigem maior controle ambiental na importação de produtos primários.

Nesse sentido, a inserção da palavra sustentabilidade, como representativa deste “novo” modelo de produção agrícola, compõe uma destas estratégias político-ideológicas, dado a popularização do debate sobre a questão ambiental na atualidade, e do falso consenso em torno da palavra sustentabilidade, como alternativa inequívoca as práticas ambientais degradantes.

O conceito de sustentabilidade utilizado pela ABAG/ RP advém da definição de desenvolvimento sustentável apresentada no relatório Brundtland⁶⁹ (1987), e afirma que para um empreendimento ser sustentável é preciso reunir quatro requisitos básicos: ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

⁶⁹ No Relatório Brundtland o “desenvolvimento sustentável”, definido como sendo “o suprimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as próprias necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988 p. 46).

É válido salientar que o termo desenvolvimento sustentável emerge na segunda metade do século XX como tentativa de conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente. Para Machado (2000, p. 83) após a década de 1990, “o termo desenvolvimento sustentável parece significar um corolário universal, tornando-se, dessa forma, uma espécie de ‘palavra de ordem’ aceita mundialmente”. Ainda segundo a autora o “termo foi adotado pela maioria das nações como uma espécie de panaceia, ou seja, como uma fórmula capaz de aliar a ideia de desenvolvimento econômico mundial *ad aeternum* à superação dos efeitos nefastos desse mesmo desenvolvimento” (MACHADO, 2000, p. 84).

Porém, nos últimos anos o termo tem sido substituído pela noção de sustentabilidade, que sem embargo, deriva da mesma matriz teórica, propõe a ser um conceito mais abrangente, abarcando múltiplas dimensões sociais e ambientais e não um termo que qualifica apenas um tipo de desenvolvimento. Para Acselrad (2009, p. 19) a sustentabilidade é a categoria pela qual:

as sociedades tem problematizado as condições materiais de reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – ou, num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais.

Segundo Costa (1999), na literatura acadêmica, a utilização do termo sustentabilidade, serve como instrumento de reprodução e manutenção do capitalismo em nível global, colocando em debate não a preservação da natureza em si, mas a preservação de uma ordem social específica.

Assim, está posto que apesar de o termo abrigar diferentes matrizes discursivas⁷⁰ e intencionalidades políticas e ideológicas, é por não romper com a ordem estabelecida que ele propaga-se, populariza-se e chega próximo a um estágio de sacralização.

As políticas institucionais e empresariais, os projetos educativos e as inserções midiáticas conferem um sentido incontestável à sustentabilidade, propagando a ideia de que por meio de pequenas ações, ou do desenvolvimento tecnológico, ou a tomada de consciência da degradação ambiental, possam se corrigir os problemas estruturais da sociedade vigente.

⁷⁰ Acselrad (2009) destacou as seguintes matrizes discursivas: eficiência, escala, equidade, autossuficiência e ética. A matriz de eficiência pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento. A de escala defende um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os recursos ambientais. A de equidade associa analiticamente princípios de justiça e ecologia. A de autossuficiência busca assegurar a capacidade das comunidades nacionais e tradicionais autorregularem as suas condições de reprodução social, desvinculada dos fluxos dos mercados internacionais e por fim, a de ética que relaciona as bases materiais do desenvolvimento com as condições de vida do planeta.

O agronegócio não faz diferente. Para se afirmar como uma nova e única forma de produção agrícola incorpora o discurso da sustentabilidade, que lhe possibilita garantir um consentimento social para o seu processo de expansão capitalista no campo, acesso a recursos governamentais, aprovação de leis em conformidade com os seus interesses, agregação de valor as suas mercadorias e maior acesso aos mercados com legislações ambientais mais rígidas.

No programa “Agronegócio na Escola” a tentativa de vinculação do Agronegócio a sustentabilidade é intensa. Desde a primeira edição do programa, nas palestras, nas formações de professores e nos materiais produzidos pelos alunos, é constante a veiculação de que as transformações tecnológicas na agricultura a tornaram sustentável e que a preservação do meio ambiente é um objetivo permanente dos agricultores.

Na edição de junho de 2010 do Informativo AGRONegócio no qual a entidade comemorava os 10 anos do programa “Agronegócio na Escola” afirmava-se que a “sustentabilidade, tema recorrente em qualquer esfera do conhecimento, porém um conceito ainda em construção, foi abordado para desmistificar a impressão que agronegócio e preservação não caminham juntos” (ABAG/RP, nº 102, 2010, p. 2).

A vinculação direta entre o agronegócio e a sustentabilidade iniciou-se no ano de 2008, quando a entidade definiu que este seria o tema específico para as atividades do programa. Para viabilizá-lo nas escolas, distribuiu textos, livros e vídeos para apoiar o trabalho dos professores. Um dos materiais disponibilizados aos professores foi publicado no Informativo AGRONegócio (nº 83, 2008), trata-se do texto “Florestas Sustentáveis” de autoria de Evaristo Eduardo de Miranda (Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite) e publicado originalmente na Revista Carta Escola. Nele o autor chamava a atenção para as críticas ao desmatamento no Brasil realizado pelos países europeus, que praticamente erradicaram suas florestas. Segundo ele:

Se o desflorestamento mundial prosseguir no ritmo atual, o Brasil – por ser um dos que menos desmataram – deverá deter no futuro quase metade das florestas primárias do planeta. O paradoxo é que, em vez de ser reconhecido pelo seu histórico de manutenção da cobertura florestal, o País vem sendo severamente criticado pelos campeões do desmatamento e paulatinamente alijado da própria memória. Pior ainda: essa alienação acontece nos bancos escolares e nos erros dos livros didáticos (ABAG/RP, nº 83, 2008, p. 2).

As atividades do programa educacional da ABAG/RP deveriam então corrigir esta alienação e contribuir para mostrar que a despeito dos recordes de desmatamento

publicados anualmente pelos órgãos governamentais, que o país ainda dispõe de grande parte de sua cobertura florestal.

A difusão deste discurso não ocorreu ao acaso, mas no contexto das discussões sobre a mudança do Código Florestal, a partir da qual o agronegócio tornou por si próprio sinônimo de preservação ambiental. A manchete do Informativo Agronegócio (nº 94, 2009) que apresentava os debates do 8º Congresso Brasileiro de Agribusiness, afirmava “Agronegócio é sustentabilidade. A oportunidade está dada”.

Neste congresso a Presidente da Confederação Nacional da Agricultura senadora Kátia Abreu lembrava que era necessário alterar a legislação ambiental brasileira, ou seja, o Código Florestal que segundo ela era “incumprível”. Na mesma direção o consultor Denis Rosenfield dizia que no país há uma relativização da propriedade privada e que questões sociais confundiam-se com questões fundiárias, tornando o agronegócio alvo preferido de diversos grupos, por isso, defendia que a “preocupação em informar a população, sem nenhum viés ideológico, deve estar entre as prioridades do agronegócio” (ABAG/RP, nº 94, 2009, p. 2).

As discussões sobre a mudança no Código Florestal na região de Ribeirão Preto é exemplar de como o agronegócio utilizou-se do conceito de sustentabilidade e da universalização dos seus próprios interesses para defender alterações na legislação ambiental que possibilitaram a expansão das áreas agrícolas em detrimento da manutenção da cobertura vegetal.

Na tentativa de obter o consentimento social, para as mudanças no referido Código, a produção ideológica da entidade fundou-se nos argumentos da insegurança jurídica do setor e a criminalização dos produtores rurais; a defesa da ciência em oposição à ideologia, e no ataque dos inimigos: as ONGs internacionais e o Ministério Público.

O Informativo AGRONegócio nº 99 de fevereiro de 2010, por exemplo, apresenta os resultados da Audiência Pública sobre o Código florestal realizada em Ribeirão Preto que reuniu cerca de 2000 pessoas entre representantes do agronegócio, ONGs ambientais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, estudantes e o Ministério Público Estadual. Neste informativo, a entidade critica a legislação ambiental brasileira, por ser arcaica e colocar o produtor rural (sem diferenciação) na ilegalidade. Neste evento, o inimigo foi definido pelo próprio relator da matéria, o deputado federal Aldo Rabelo (PC do B - SP) para quem “O Ministério Público é hoje o braço jurídico das ONGs, muitas

internacionais, cujos interesses no Brasil extrapolam a esfera ambiental” (ABAG/RP, nº 99, 2010, p. 1).

Este informativo traz ainda a publicação do *Manifesto de Ribeirão Preto e Região em Defesa do Meio Ambiente e apoio à modificação da Legislação Ambiental* assinado pelas principais entidades do agronegócio da região e do país. No manifesto, são apontados as principais ideias do setor para a nova legislação, mas destaca-se, novamente a questão da insegurança jurídica e a criminalização do produtor. Para as entidades do agronegócio que assinam o documento “a sensação de marginalidade está provocando êxodo rural e maiores danos ambientais com o inchaço das cidades” (ABAG/RP, nº 99, 2010, p. 3).

Como que reescrevendo a história demográfica do país, o êxodo rural agora não é mais resultado das transformações econômicas que tem expulsado o homem do campo desde a década de 1960, mas resultado da sensação de marginalidade do produtor.

Mas, a conclusão do *Manifesto* é ainda mais espantosa:

Por fim, salientamos a urgência das modificações legais sob pena de haver um colapso rural no país que terá como consequência a ocupação insustentável dos centros urbanos, o aumento dos preços dos alimentos, da energia, dos combustíveis e a consequente queda da qualidade de vida do brasileiro (ABAG/RP, nº 99, 2010, p. 3).

O discurso catastrófico projetado pelo agronegócio, caso não ocorressem as modificações na lei, é direcionado a população urbana, a quem o setor procurava persuadir e conquistar apoio político. Para tanto, nesta estratégia ideológica foi necessário suprimir o próprio tempo presente, ocultando os mais de 40 núcleos de favelas de Ribeirão Preto e todos os outros indicadores de qualidade de vida, de uma cidade que apresenta um índice de urbanização de 99,72%.

Concomitante a isso, os opositores a mudança no Código Florestal são desqualificados no seu argumento por serem ideológicos, enquanto o agronegócio baseia-se apenas na ciência. Segundo Bergamaschi, na edição de julho de 2010 “impressiona o viés ideológico que vem sendo impregnado por pessoas e veículos descompromissados com a verdade. Travestidos de defensores do meio ambiente, vêm prestando um desserviço ao País, ao tentar ludibriar a opinião pública ao redor do globo” (ABAG/RP, nº 103, 2010, p. 1).

A ciência reveste-se aqui de um caráter de neutralidade e impessoalidade, como forma de universalizar ideais próprios do setor sob o argumento da autoridade e validade científica.

Durante todo o período de tramitação do projeto no Congresso Nacional, os Informativos AGRONegócio destacaram a mobilização e pressão dos produtores rurais, para aprovação de um novo código que atenderia aos interesses de toda a sociedade por alimentos, energia e fibras, sem degradar a natureza.

Todavia, em artigo no jornal Folha de São Paulo, meses após a aprovação do novo código, Rodrigues escreve:

Claro que a demanda mundial por alimentos, energia e fibras determinada pelo crescimento das populações e da renda nos levará a ocupar áreas hoje florestadas, sobretudo com cerrado. E faremos isso com a melhor tecnologia tropical do planeta, e com a mais perfeita sustentabilidade (RODRIGUES, 2012, s.p.).

O novo código aprovado em maio de 2012 (Lei 12.651 de 25/05/2012) foi comemorado em editorial assinado por Mônica Bergamaschi na edição nº 122, junho de 2012. Nele a Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo afirma que, apesar dos avanços consideráveis do novo código, ainda seriam necessários novos encaminhamentos jurídicos para alavancar os investimentos no campo e quanto mais a população estiver bem informada, maiores serão os avanços.

Por isso, a vinculação do agronegócio com a sustentabilidade é permanente e ocorrem por todos os meios possíveis. Nas visitas as empresas da região professores e alunos são levados a conhecerem medidas que atenderiam aos requisitos da sustentabilidade. Conforme explica a entidade:

o tema ambiental é um dos mais abordados em sala de aula. Durante as visitas os estudantes viram como a tecnologia é usada em prol da natureza, seja para diminuir a emissão de gases, tratar efluentes, fazer o controle biológico nas pragas das plantações, o desenvolvimento de variedades resistentes, até o ato de preservar e recompor matas ciliares e outras áreas de preservação permanente (ABAG/RP, nº 56, 2005, p. 3).

A visita de alunos e professores a Agrishow é outra iniciativa da entidade para difundir o ideário da preservação ambiental por meio da adoção de tecnologias. Na edição nº 101, abril/maio de 2010 o Informativo traz a notícia da visita de alunos e professores a

Agrishow, a partir da seleção de redações⁷¹ produzidas pelos alunos. De acordo com o Informativo:

Os alunos selecionados não foram necessariamente os que “acertaram” na resposta, que conseguiram enxergar o agronegócio não apenas como “fornecedor” de alimentos, mas como um aliado na preservação dos recursos naturais, gerador de energia limpa e indutor do desenvolvimento. Alguns alunos negaram muitas destas premissas e justamente por isto foram escolhidos, para que, conhecendo melhor o setor, possam “formar” opinião sem influência apenas daquilo que ouviram falar (ABAG/RP, nº 101, 2010, p. 2).

A ambição do programa está, portanto, na construção de uma visão única para o campo a partir das premissas afirmadas como incontestáveis pelo agronegócio. Este é o discurso que deve ser repetido e reproduzido em sala de aula, com a alegação de não objetivar convencimento ou qualquer vinculação ideológica. Além da palestra inaugural, ao longo do ano são realizadas oficinas de capacitação com os professores, para reforçar os valores do agronegócio e direcionar os trabalhos com os alunos, bem como a distribuição da Cartilha “Agronegócio: sua vida depende dele” a todos os alunos que participam do programa.

Nesta cartilha escrita e ilustrada de forma didática é explicado o descobrimento da agricultura pela mulher e a invenção da agricultura moderna em 1840 com as evoluções tecnológicas, como a invenção do motor a explosão, as técnicas de pasteurização e de mudanças genéticas. A evolução recente da agricultura brasileira é assim explicada na forma de quadrinhos (Figuras 1 e 2).

“No Brasil, até os anos [19]50, a agricultura era de subsistência, onde quase tudo era produzido em pequena escala, suficiente para a sobrevivência da população ...” (há um quadrinho, com casa, o trabalhador com um rastelo na mão, galinhas, porcos, vacas, hortas). No quadrinho seguinte completa “... ou grandes propriedades que se concentravam na produção de determinadas culturas que caracterizavam os ciclos econômicos”. (uma casa cercada por uma monocultura). “Nesta mesma época, o país começa a se industrializar. O homem do campo, deixa a terra em busca de outras oportunidades” (figura de um homem montado a cavalo sonhando com a cidade) “E a agricultura, não tem outra opção, a não ser

⁷¹ O tema da redação foi baseado na afirmação de Alan MacDiarmid, Prêmio Nobel de Química em 2000, que em diversas ocasiões, inclusive em uma visita a São Carlos, para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Laboratório de Nanotecnologia da Embrapa Instrumentação Agropecuária, repetiu que os dez maiores problemas que a humanidade enfrentará no horizonte de 2050 são: energia, água, alimentos, meio ambiente, pobreza, educação, democracia, população, doenças e terrorismo/guerra. A pergunta para os alunos foi: O agronegócio pode contribuir para a solução de alguns destes problemas? (ABAG/RP, nº 101, 2010).

modernizar-se também. Entra no campo a tecnologia” (um homem em uma máquina atrás de outro montado em uma charrete). (ABAG/RP, [s. d.], p. 6 e 7).

Figura 1 – Cartilha Agronegócio na Escola: agricultura até 1950.



Fonte: ABAG/RP ([s. d.], p. 6).

Figura 2 - Cartilha Agronegócio na Escola: mudanças tecnológicas



Fonte: ABAG/RP ([s. d.], p. 7).

A partir dessa explicação, a cartilha começa a mostrar a organização da agricultura em cadeias produtivas, destacando como as atividades “depois da porteira” foram modernizadas para atender ao consumidor urbano e aumentar a produção no campo.

Nesta história, não há mais referência à questão fundiária, ou seja, após 1950 há uma lacuna no discurso ideológico que não explica a persistência dos grandes latifúndios ou das monoculturas. Do mesmo modo que não faz referência a existência de produtores agrícolas que vivem em condição de miséria.

Para os representantes do agronegócio, quando é conveniente revela-se que os números da agricultura familiar são parte do agronegócio, e por isso, não haveria mais separação entre a agricultura familiar e comercial, as desigualdades são suprimidas, pela simples diferença no tamanho da propriedade e o acesso à tecnologia. No Informativo AGRONegócio (nº 132, 2013) ao tratar da notícia que a Organização das Nações Unidas (ONU) oficializou o ano de 2014 como “Ano Mundial da Agricultura Familiar”, devido sua importância para a segurança alimentar, a ABAG/RP explica que:

No Brasil a agricultura familiar tem 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país e emprega 74% da mão de obra do campo (IBGE).

Por esses números fica claro que não existe separação entre agricultura familiar e comercial. A produção e os empregos que a agricultura familiar gera entram nos números totais do agronegócio brasileiro, responsável pelo superávit da balança comercial, pelos 37% dos empregos formais, por 42% das exportações e, aproximadamente, 1/4 do PIB (ABAG/RP, nº 132, 2013, p. 4).

O que este discurso não pode revelar é que os 84,4% dos estabelecimentos ocupam apenas 24,3% da área destinada agricultura, enquanto os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área de produção. Nesse sentido, ocultar a persistência dos latifúndios, da baixa geração de empregos nas grandes propriedades e suprimir as desigualdades no campo é o que garante a coerência ao discurso do agronegócio. Como afirma Chauí (2006, p. 33) “o discurso ideológico se sustenta, justamente, porque *não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer*. Se o disser, se preencher todas as lacunas, se autodestrói como ideologia” (itálico da autora).

A cartilha (Figura 3) continua sua explicação, agora criticando alguns países europeus, da Ásia e os Estados Unidos que optam por comprar os produtos *in natura* do Brasil, gerando emprego em seus países ou que recebem subsídios governamentais. Contudo, mesmo assim, a cartilha afirma que o produto brasileiro é mais barato, por isso, os países citados inventariam desculpas para não comprar o produto brasileiro, por exemplo “dizem que no Brasil crianças são obrigadas a trabalhar no campo, e que não respeitamos o meio ambiente” (no quadrinho há uma criança soltando pipa e um ônibus escolar trafegando pela estrada). Em seguida, a personagem que explica o que é o agronegócio afirma “não é verdade! O governo e a sociedade vêm combatendo o trabalho infantil em todos os setores!” e no quadrinho seguinte completa “e o produtor sabe que da preservação ambiental depende a continuação de suas atividades” (ABAG/RP, [s. d.], p. 17).

Figura 3 - Cartilha Agronegócio na Escola: trabalho infantil e preservação ambiental.



Fonte: ABAG/RP ([s. d.], p. 17).

Na continuidade da história os quadrinhos exaltam a preservação da vegetação, rios, solo e da água. Para finalizar, a cartilha procura demonstrar que todos os produtos presentes no cotidiano tem origem agrícola e conclui: “Pense um pouco: no nosso dia a dia, o que será que não vem da agricultura ou não depende dela”.

É com base nesta cartilha que somado a visita às empresas do setor, exibição de vídeos institucionais, disponibilização de textos produzidos por autores ligados ao agronegócio e as intervenções dos professores, que os alunos são estimulados ao longo do ano a valorizarem os supostos aspectos positivos do agronegócio, por meio de concurso de frases, redações e desenhos.

Anualmente uma das edições do Informativo AGRONegócio publica as frases e desenhos vencedores, ou ainda peças de teatros, paródias e músicas compostas pelos alunos exaltando o agronegócio como o “salvador da pátria”, “motor do desenvolvimento econômico do país”, atividade geradora de empregos e riqueza, defensor do meio ambiente, futuro de prosperidade e por tudo isso, motivo de orgulho para a região.

Na edição de 2009, a ABAG/RP explicava que os desenhos vencedores:

mostram que o conceito de cadeia produtiva foi absorvido, desde a pesquisa até o produto final. Cada um deles, à sua maneira, retrata isto. As frases revelam um entendimento ainda maior, pois abrangem também a questão econômica e a atenção com o meio ambiente dispensada pelos atores do setor (ABAG/RP, nº 97, 2009, p. 2).

E concluía que o programa educacional da entidade sempre esteve focado:

na ampliação da consciência dos estudantes a respeito das atividades agroindustriais da região onde estão inseridos; sobre a necessidade da preservação ambiental; sobre o resgate dos valores de cidadania e sobre a consequente melhoria na qualidade de vida de toda a comunidade (ABAG/RP, nº 97, 2009, p. 2).

Assim, a entidade vale-se das frases e desenhos dos alunos ensinados ao longo do ano para legitimar o seu próprio discurso ideológico. O mesmo ocorre com os professores, que após aprenderem para ensinar, são caracterizados como autoridades para defender os valores do agronegócio ou o programa educacional.

Em 2004 em uma oficina de capacitação os professores organizados por Diretorias de Ensino foram convidados a resumir o programa em uma palavra. As palavras citadas pelos professores foram: Revitalização, oportunidade, dinamismo, trabalho, consciência, crescimento, desenvolvimento sustentável, avanço, envolvimento, futuro, integração, compromisso, responsabilidade social, boa vontade, valorização, cooperativismo, tecnologia, meio ambiente, empregos, informação, parceria, libertação, agrofuturo (ABAG/RP, nº 45, 2004).

A participação da iniciativa privada na educação é outra característica sempre valorizada pela ABAG/RP, cujas falas dos professores e gestores são utilizadas para conferir legitimidade. Em 2003, a Secretaria Estadual da Educação realizou um fórum em todas as diretorias de ensino com o tema “A Escola dos nossos Sonhos”. A ABAG/RP participou dos fóruns nas diretorias com as quais tinha parceria naquele ano (Franca, Sertãozinho e Jaboticabal) e após apresentar as falas de professores e gestores afirmou que:

A participação da iniciativa privada na escola mereceu elogios de todos. É uma maneira de contextualizar, de colocar a realidade dentro da sala de aula, mostrar que a realidade fora dos muros das escolas é tão importante de ser entendida quanto saber o Teorema de Pitágoras, o relevo do Brasil, a conjugação dos verbos... (ABAG/RP, nº 28, 2003, p. 2).

A inserção do programa educacional na campanha de valorização da imagem do agronegócio explicita a importância do espaço escolar para a difusão ideológica para a classe dominante. Entretanto, como reconhece a própria entidade, diferente das inserções publicitárias em rádio, redes de televisão e internet, o programa educacional apresenta um

“caráter preventivo, de efeito mais demorado e duradouro, pois envolve a educação de jovens” (ABAG, 2011).

Embora a entidade considere que “a grande tarefa continua sendo a de mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio perante a imensa maioria do eleitorado brasileiro, que vive nas cidades” (ABAG/RP, nº 107, 2010, p. 1), os resultados apresentados em uma recente pesquisa⁷² realizada pela ABAG/RP em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e com o Instituto de Pesquisas (IPESO) mostraram alguns aspectos positivos para o setor, como por exemplo, que 82,8% das pessoas já ouviram falar sobre o que é o agronegócio na região de Ribeirão Preto, sendo que 75,4% sabem associá-lo a alguma atividade. Este resultado está acima dos obtidos na pesquisa realizada nacionalmente que apontou que 59,6% afirmaram ter ouvido falar sobre o agronegócio. Além disso, 76% dos respondentes na região afirmaram ter algum interesse pelo agronegócio, percentual superior aos 55,7% da pesquisa nacional.

Entretanto, a pesquisa mostrou que é grande o desinteresse dos jovens (população com idade entre 16 e 24 anos) pelo agronegócio. Deste público 71, 6% afirmam ter pequenos ou nenhum interesse pelo agronegócio. Na avaliação dos pesquisadores:

Este elevado percentual de desinteresse demonstra que embora reconheça sua importância e influência, o público urbano não vê o agronegócio como uma presença direta em sua vida, sendo necessário uma maior aproximação desse público ao complexo agro-industrial, demonstrando quanto ele é atuante, mesmo para quem está longe do campo (ESPM; ABAG/RP; IPESO 2013, p. 52).

Este resultado indica os limites das ações de valorização institucional para os mais jovens, incluindo o programa “Agronegócio na Escola” e que possivelmente novas ações serão direcionadas para o convencimento deste público, para as quais certamente o espaço escolar não será descartado.

Cabe salientar, que nos últimos anos, a entidade intensificou a campanha de valorização da imagem do agronegócio, visando eliminar os “pré-conceitos” ao setor e a palavra Agronegócio, passa a ser difundida como sinônimos de AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia e AgroFuturo.

⁷² A pesquisa foi realizada entre 12 de dezembro de 2012 e 15 de janeiro de 2013, com amostra proporcional de 296 pessoas entre 16 e 60 anos, nas cidades de Ribeirão Preto, Franca, Araraquara e São Carlos (ESPM; ABAG/RP; IPESO 2013).

A associação do agronegócio ao trabalho, saúde, vida, energia e futuro procura criar no imaginário social, novos símbolos e valores do campo brasileiro que se dissociem dos processos que estão nas raízes da formação econômica do país, da região e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

A análise da Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio no qual o Programa “Agronegócio na Escola” é apenas um dos componentes que evidencia como o setor dominante no campo procura por meio de representações ideológicas convencerem a sociedade de que as transformações no campo brasileiro constituem uma nova fase da agricultura, que em nada se assemelha ao passado, a partir da qual objetiva garantir o apoio da população urbana a políticas imediatas para o setor e em longo prazo estabelecer um consentimento social de que não há alternativas, senão as já apontadas pelo mercado.

Em consequência, as ações do programa educacional, institucionalizado no interior das escolas públicas, comporta uma estratégia ideológica que pretende formar uma geração de jovens que compactue com os seus ideais e apoiem as políticas para o setor, mas que em conjunto, por um lado, desvinculem o agronegócio processos históricos que estão em suas raízes como o latifúndio, a monocultura, a exploração do trabalho e a degradação ambiental, e por outro, apontem para uma perspectiva que não há saída para o modelo vigente, pois se sua vida depende dele, como viver sem ele?

3.2.2 – UNICA: Projeto Agora

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) foi criada em 1997 no contexto neoliberal de desregulamentação do setor pela fusão de diversas organizações setoriais do estado de São Paulo.

Até a década de 1990 o mercado do açúcar era controlado pelo Estado por meio do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) órgão criado na década de 1930 para atuar em favor das oligarquias canavieiras, na concessão de subsídios e do acompanhamento da produção, comercialização e controle de preços (SOUZA, 2011).

Com a implantação das políticas neoliberais e as discussões sobre a desregulamentação do setor no início da década de 1990, diversas organizações de

representação de industriais uniram-se para criar a UNICA e fortalecer a representação diante das incertezas do processo de liberalização do mercado.

Segundo Paulillo e Mello (2005) a entidade surgiu para tentar harmonizar os conflitos entre os industriais os que defendiam a liberalização do mercado e a intervenção estatal, especialmente entre a Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool (AIAA) e a Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo (SOPRAL).

Apesar de não conseguir conciliar todos os interesses e perder algumas filiadas, a conclusão da desregulamentação dos mercados do açúcar e do álcool no final da década de 1990 fortaleceu a UNICA que se tornou uma das principais entidades de representação do setor.

Isso porque, esta entidade manteve os recursos de poder mais relevantes do setor, já que aglutina as unidades industriais com menor custo de produção, transação e maior produtividade, as mais integradas verticalmente e as unidades com maior controle sobre os mercados interno e externo (PAULILLO E MELLO, 2005, p. 55).

De acordo com a entidade, ela representa mais de 130 companhias de produção de açúcar, etanol e bioeletricidade que atuam no Brasil e no mundo que juntas são responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil (UNICA, 2014a).

A UNICA define como sua missão “liderar o processo de transformação do tradicional setor de cana-de-açúcar em uma moderna agroindústria capaz de competir de modo sustentável no Brasil e ao redor do mundo nas áreas de etanol, açúcar e bioeletricidade” (UNICA, 2014a).

Para isso, definiu entre suas prioridades:

consolidar o etanol como uma *commodity* global no setor de combustíveis; promover a demanda do etanol como um combustível veicular limpo e expandir seu uso em outros setores; auxiliar as empresas associadas a se tornar modelos de sustentabilidade sócio-ambiental (UNICA, 2014a).

Souza (2011, p. 104) destaca que as empresas sucroalcooleiras, particularmente a UNICA, procuram cada vez mais se distanciar da imagem de vilões ambientais e do histórico negativo em termos de relações sociais (seja nas relações trabalhistas seja naquelas com as comunidades no seu entorno) para tornarem-se exemplo de negócios sustentáveis.

Na página da internet da entidade há uma série de projetos e iniciativas com enfoque nas relações de trabalho, entre eles, o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar⁷³” e o projeto RenovAção em parceria com a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), a Fundação Solidaridad e as empresas da cadeia produtiva: Syngenta, Case IH, Iveco e FMC, com o apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que prevê o treinamento especializado de trabalhadores nas regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba, Bauru, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente (UNICA, 2014b).

Na questão ambiental, a entidade destaca a assinatura do Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo para eliminação da prática da queima da cana até 2014 nas áreas onde já é possível a colheita mecanizada e para 2017 nas demais áreas. Além do Projeto AGORA, cujo subtítulo é agroenergia e meio ambiente (UNICA, 2013b).

O Projeto AGORA idealizado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) foi lançado em 2009 e têm como entidades parceiras grandes empresas do agronegócio como a Monsanto, Basf, Syngenta, entre outras, e capitais financeiros como o Banco Itaú.

O projeto AGORA é apresentado como “a maior iniciativa de comunicação institucional do agronegócio brasileiro com o objetivo de integrar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar em torno da divulgação da importância da agroenergia renovável” (UNICA, 2013).

O Projeto desenvolvido em parceria com Secretarias Estaduais e Municipais de educação tem como eixos centrais a formação de professores e a distribuição de materiais que propagam os supostos aspectos positivos da agroenergia.

Em 2009, a principal ação educacional do Projeto foi o “Desafio Mudanças Climáticas”, dirigido a alunos matriculados no 8º e 9º anos de todas as escolas públicas das redes estaduais de ensino da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal, totalizando 12 mil escolas. O projeto ofereceu a todas elas dois kits educacionais compostos por Caderno do Professor, DVD com filmes, pôsteres, cartazes de divulgação relacionado a questão das mudanças climáticas e as consequências do aquecimento global.

⁷³ O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar foi firmado pelo Governo Federal e entidades de trabalhadores e de empresários do setor sucroenergético com o objetivo de viabilizar um conjunto de ações privadas e públicas para aperfeiçoar as condições de trabalho para os cortadores de cana. A adesão das empresas é voluntária.

Ainda sob a questão ambiental, o AGORA lançou em 2012 o “Desafio Energia Mais Limpa”, como forma de abordar nas salas de aula, os benefícios da bioeletricidade e do etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Segundo a UNICA este desafio envolveu cerca de 40 mil profissionais de educação e 900 mil alunos das escolas da rede pública de ensino de dez estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Alagoas, Pernambuco, Paraíba) e do Distrito Federal.

Uma das ações do Projeto AGORA é o “Estudo Municípios Canavieiros” realizado desde 2010 e destinado a alunos do ensino fundamental de escolas públicas de regiões canavieiras. Em 2011, o projeto foi desenvolvido em 100 municípios de 09 estados brasileiros: Alagoas, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

Ao exemplo das iniciativas anteriores, a estratégia do projeto é a formação de professores e a distribuição de materiais às escolas com o objetivo de:

[...] disseminar o conhecimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, observando seus principais aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais. Além da produção de açúcar, etanol e energia elétrica, a cadeia produtiva da cana constitui uma importante fonte de distribuição de riqueza. A isso tudo, soma-se ainda o aspecto histórico: a cana é protagonista do desenvolvimento econômico no Brasil. Abordar de forma criativa esses aspectos em sala de aula faz com que o tema se torne um importante aliado ao componente curricular, enriquecendo as aulas e favorecendo a aprendizagem (PROJETO AGORA, 2011c, p. 4).

Para melhor explica-lo analisamos o kit educacional distribuído no ano de 2011 às escolas participantes da região de Ribeirão Preto. Neste kit o caderno do professor é a principal fonte de informação para o desenvolvimento do projeto. Nele há um conjunto de textos para subsidiar as ações em sala de aula, que deverão ser complementadas com a exposição de um pôster representando toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, com as imagens disponíveis em um cd multimídia e com o jogo “Quem é quem no mundo da cana”, além de eventuais trabalhos de campo conforme a disponibilidade da escola.

As primeiras páginas do caderno do professor são dedicadas a apresentar a história da cana-de-açúcar, desde a antiguidade até a produção brasileira no século XVII. Neste período explicam que “a indústria açucareira funcionava no sistema de ‘plantation’ baseado na utilização de grandes áreas contínuas (em média, mil hectares) no uso intensivo de

mão de obra e na produção voltada para o mercado externo” (PROJETO AGORA, 2011a, p. 10).

Após a caracterização da economia canavieira colonial, aborda-se rapidamente o declínio da produção e migração do domínio da produção do nordeste para o centro-sul. A partir disso, não há mais referência histórica a questão fundiária e passa a se exaltar a produção canavieira no Brasil que se torna o maior produtor mundial.

O material explica que a liderança do Brasil na produção canavieira e “o progresso da indústria da cana” têm atraído o interesse das empresas estrangeiras que têm investido no país, gerando “mais empregos e desenvolvimento” em todas as atividades das cadeias produtivas (PROJETO AGORA, 2011a, p. 12).

Estes argumentos estão na base do discurso que projeta a cana-de-açúcar como criadora de riqueza para os municípios onde está presente.

A chegada das usinas a esses municípios opera, em quase todos os casos, transformações profundas na economia e na vida dos moradores. Há, de imediato, um aumento da demanda por mão de obra, que tem atraído muitos trabalhadores de outras partes do país. Ao mesmo tempo, surgem novas indústrias de peças e máquinas para servir as necessidades da indústria, nascem cursos e disciplinas nas universidades da região voltadas a formar profissionais para o setor e até o comércio da cidade adquire novo fôlego (PROJETO AGORA, 2011a, p. 14).

A geração de empregos pelo setor sucroenergético é uma das principais características valorizadas nos textos do caderno do professor. Nele a precarização das relações de trabalho remete apenas ao período escravocrata e, na atualidade apenas duas questões geram preocupação: a informalidade no setor e mecanização da produção.

Para a informalidade o Projeto Agora (2011a, p. 19) destaca que o setor tem procurado melhorar os índices com a assinatura do Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na Cana-de-Açúcar. Com relação à mecanização o texto esclarece que “uma máquina colheitadeira realiza o serviço equivalente a 80 cortadores de cana. Mas cria 18 empregos mais bem remunerados”. Ou seja, a cada nova máquina 62 postos de trabalho serão eliminados no setor e “serão 140 mil vagas a menos só em São Paulo”. Para corrigir este “inconveniente” a solução apresentada são os investimentos no Programa Renovação que oferece curso de qualificação para os trabalhadores, cujo objetivo é atender 3.500 trabalhadores por ano. Uma conta simples, nos levaria ao resultado que para qualificar apenas a metade dos postos eliminados no estado de São Paulo seriam necessários 20 anos!

O caderno do professor traz ainda um gráfico comparativo entre a colheita manual e a colheita mecanizada, no qual as relações de trabalho aparecem apenas no campo das vantagens da colheita mecanizada por criar melhores empregos e na desvantagem por reduzir os postos de trabalho. Já na colheita manual, que segundo o texto chega a 60% no Brasil não há qualquer menção as relações de trabalho.

A discussão sobre o emprego está presente em outros textos, nos quais procura convencer sobre a responsabilidade social das empresas. Em um deles, cujo título é “Os trabalhadores de ontem e de hoje” aborda a migração de trabalhadores para áreas produtoras de cana, mas sem qualquer alusão as diferenças entre o passado e o presente. O texto é complementado por um quadro informativo “Boias-frias: a caminho da extinção” no qual expõe que as empresas hoje entregam marmitas térmicas, tornando-se desnecessário, o trabalhador levar a sua própria refeição. Além disso, um gráfico mostra que o rendimento médio dos trabalhadores empregados na atividade canavieira (não apenas no corte) em 2007 era de R\$ 590,00⁷⁴, superior ao dos empregados nas culturas do café, do milho, do arroz e da mandioca.

Com estas informações positivas sobre a atividade canavieira e a ocultação dos processos exploratórios que historicamente marcaram o setor, as atividades direcionadas aos alunos procuram conformá-los a reconhecerem os benefícios de morar em municípios canavieiros, devido à geração de empregos e de renda, por meio de impostos.

Nesta construção discursiva todos são favorecidos igualmente, desde o país, passando pelos municípios até chegar aos indivíduos, que de alguma forma estão envolvidos com a atividade canavieira, mesmo que apenas como consumidor de açúcar ou de etanol. Os conflitos, as desigualdades, a persistência da superexploração do trabalho e os problemas da monocultura, simplesmente, não existem.

O Projeto Agora mostra também que a produção de etanol não compete com a de alimentos,

quem viaja por regiões em que a cana é cultivada, vê aquele ‘mar de cana’ dos dois lados da estrada, pode ter a impressão de que a planta está ocupando terras que poderiam ser utilizadas para o cultivo de outros alimentos. Entretanto, essa impressão é incorreta (PROJETO AGORA, 2011a, p. 17).

⁷⁴ Em 2007 o valor do salário mínimo nacional era de R\$ 380,00.

Com uma linguagem que aproxima o professor da realidade dos “mares de cana” espalhados pelos centro-sul do país, o material procura desmistificar a visão incorreta de que a expansão canavieira substitui a produção de alimentos. O argumento utilizado é de que “o aumento da produção de alimentos tem ocorrido independente da expansão da cana” e que esta ocorre predominantemente (65%) em áreas de pastagens degradadas e o restante “em terras utilizadas para outras culturas e em terras novas disponíveis para a agricultura”, mas, sem efeitos sobre a produção de grãos e concluem que “há espaço de sobra” para o crescimento canavieiro nos próximos anos (PROJETO AGORA, 2011a, p. 17).

O que o material não diz são quais as terras utilizadas para outras culturas foram transformadas em canaviais e onde estão as terras novas incorporadas para a agricultura, bem como, não diz que o crescimento na safra de grãos ocorreu, principalmente, pela ampliação na produção das commodities soja e milho. Como mostramos no primeiro capítulo, na região de Ribeirão Preto a expansão canavieira ocorreu em áreas destinadas à produção de alimentos básicos para a dieta dos brasileiros. Thomaz Júnior (2008) também demonstrou que a expansão dos agrocombustíveis no país já está repercutindo na redução da área plantada e na produção de alimentos, como feijão e arroz.

Em 2012, o MAPA publicou um documento com as projeções do agronegócio para o período entre 2011/2012 a 2021/2022, no qual analisa individualmente as tendências dos principais produtos agrícolas com relação a produção, consumo e exportação. A título de comparação, observamos as projeções da produção de arroz e feijão, com a produção de cana-de-açúcar.

A produção de arroz deverá crescer 1,4% anualmente, mas com o crescimento do consumo, haverá “uma situação apertada entre essas duas variáveis, havendo necessidade de importações de arroz nos próximos anos”. As estimativas apontam também uma redução na área plantada que “deve passar de 2,8 milhões de hectares em 2011/2012 para 1,9 milhão de hectares em 2021/2022, uma redução, portanto, de 900 mil hectares de arroz” (BRASIL, 2012, p. 10).

O feijão, por sua vez, conforme a publicação “tem uma taxa anual projetada de aumento da produção de 1,3% e consumo ao redor de 1,1% ao ano” o que implicaria em

“poder haver alguma importação de feijão nos próximos anos” o que representariam em números absolutos entre 150 mil e 250 mil toneladas por ano⁷⁵ (MAPA, 2012, p. 11).

Enquanto isso, segundo o MAPA o crescimento na produção brasileira de açúcar deverá apresentar uma taxa média anual de 2,4% e as exportações terão crescimento médio anual de 3,59%. Por conseguinte, a “produção de cana-de-açúcar deve apresentar acentuada expansão em todos os estados considerados. As maiores expansões de produção devem ocorrer em Goiás, 40,5%; São Paulo, 39,7%; e Minas Gerais, 32,6%”. A soja e a cana-de-açúcar “devem apresentar nos próximos anos uma expansão de área de 6,7 milhões de hectares, sendo 4,8 milhões de hectares de soja e 1,9 milhão de hectares de cana-de-açúcar”, por outro lado, arroz, mandioca, trigo e feijão devem perder área (BRASIL, 2012, p. 33).

O avanço do agronegócio canavieiro e sojicultor aponta para a consolidação do projeto de domínio do complexo agroindustrial (agro-químico-alimentar e financeiras) no campo, como parte do processo expansionista do capital, que se aproveita do momento favorável a comercialização das commodities no mercado internacional. Em detrimento, está a ameaça à soberania alimentar dos povos, ao abastecimento interno e da posse das terras e do controle da própria produção pelos camponeses, que o discurso canavieiro não pode revelar.

No mais, o caderno do professor traz um conjunto de textos relacionados à sustentabilidade ambiental da economia canavieira e as vantagens da agroenergia. A inserção desta temática ocorre no contexto das discussões sobre as mudanças climáticas globais e a necessidade de alternativas renováveis a produção de combustíveis fósseis.

Para Thomaz Júnior (2008) a defesa das alternativas renováveis de fontes energéticas é uma bandeira assumida pelos movimentos sociais e populares (ambientalista/ecológico, sindical), há décadas pressupondo uma nova forma de organização social, encimada nos valores da sustentabilidade social, ambiental e econômica. Contudo, estas ideias foram “*tomadas de assalto*”:

pelos interesses dos grandes conglomerados empresariais oligopolistas que subverteram o ideário inicial, a partir do momento que fizeram valer seus interesses econômicos de controlar a produção/distribuição/circulação de energia e, conseqüentemente, usufruir de mais uma possibilidade para a maximização dos seus lucros (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 22).

⁷⁵ No ano de 2013 o governo brasileiro zerou os impostos para importação de feijão, que segundo o MAPA deveriam totalizar 200 mil toneladas. Segundo o MAPA a importação ocorreu devido à quebra na safra motivada pela seca nordestina, mas dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) indicaram uma redução da área plantada na última safra. Somente para o ano de 2013, a expectativa era recuo de 235,2 mil hectares no plantio e queda de 2,7% na produção (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

Em outro artigo, o autor defende que “em nome da produção de energia renovável, da diminuição das emissões de poluentes e dos agravos ambientais” a nova ofensiva do capital trata de dois assuntos “estratégicos e imprescindíveis para a manutenção da estrutura de poder: exercer o controle social e assegurar-se da gestão/produção/circulação/fornecimento de combustíveis” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 12 e 13).

Assim, a necessidade incontestável de renovação da matriz energética é apropriada pela ideologia do capital canavieiro, sob o discurso do etanol como fonte limpa e renovável de energia, a partir do qual objetiva mistificar para a sociedade, os reais processos de ocupação dos territórios e reprodução econômica.

Os textos disponíveis no Caderno do Professor corroboram com esta matriz ideológica. Nele os professores são ensinados ou “atualizados” que a cana-de-açúcar e as empresas sucroenergéticas são sinônimas de sustentabilidade. Nos dados apresentados no material a cana de-açúcar desponta como a segunda fonte de energia primária do país (18% da matriz energética) atrás apenas do petróleo e seus derivados (37,9%). Além disso, nada se perde na produção, a vinhaça, a palha e o bagaço são transformados em fertilizantes, outros produtos industriais e energia.

As inovações técnicas e gerenciais permitiram ainda às empresas o melhor uso da água, dos agroquímicos e fertilizantes, melhor aproveitamento do solo e tornaram-se autossuficientes na produção da energia consumida, possibilitando, inclusive, a venda de excedentes.

De acordo com o projeto, “o etanol é a melhor alternativa de combustível para o meio ambiente”. Esta é uma das frases que os alunos devem soletrar no jogo “Quem é quem no mundo da cana-de-açúcar”, um jogo de perguntas e respostas a ser trabalhado com os alunos (PROJETO AGORA, 2011b).

As perguntas foram elaboradas a partir dos textos disponíveis no caderno do professor, uma delas questiona: o que acontece quando uma nova usina de cana-de-açúcar é construída na região? Dica: salário. Resposta correta: gera-se novos empregos. Em outra, relacionada à questão ambiental a pergunta é:

a produção de energia convencional usa como fonte os recursos naturais e pode prejudicar o meio ambiente. Porém, existe um tipo de energia

alternativa que se utiliza de biomassa gerada a partir de cana-de-açúcar. Que nome recebe esse tipo de energia? Atenção a dica: “cor da mata”. A resposta correta é: ‘energia verde’ (PROJETO AGORA, 2011b).

Na edição de 2013 do “Estudo Municípios Canavieiros” a questão ambiental foi abordada diretamente com o tema da Bioeletricidade, cujo objetivo era o ensino das diferentes formas de geração de energia, destacando as vantagens da cana-de-açúcar para a matriz energética mundial.

Os materiais destinados aos professores trouxeram uma série de informações sobre as fontes e formas de produção energética defendendo a adoção de uma matriz renovável que emita menos dióxido de carbono, para se contrapor a queima de combustíveis fósseis, responsáveis pelo aquecimento global. Apoiando-se em dados de cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), o material informa os professores que a “queima de carvão, petróleo e gás natural, que ainda dominam a matriz energética mundial, ampliaram o efeito estufa e vêm provocando aquecimento global” (PROJETO AGORA, 2013, p. 22).

Nesta simples informação a ser transmitida aos alunos, não há qualquer alusão ao amplo debate científico sobre a confirmação do aquecimento global e dos reais fatores responsáveis pela elevação das temperaturas, se de fato elas forem comprovadas.

No entanto, esta simples omissão é acompanhada de outra ainda mais relevante: a associação dos capitais canavieiros com as grandes corporações petrolíferas. O estudo não cita, por exemplo, em nenhum momento, a junção dos negócios da transnacional petrolífera Shell com a Cosan uma das maiores produtoras de etanol do Brasil. A união dos negócios das duas empresas originou a Raízen atualmente a quinta maior empresa em faturamento na produção e comercialização de etanol no Brasil, com produção anual de 02 bilhões de litros de etanol e 04 milhões de toneladas de açúcar.

O material traz também uma série de atividades descritas passo-a-passo para que os professores desenvolvam com os alunos. Em uma delas, os professores são levados a defender o setor das críticas e apontar o etanol e a biomassa como alternativas aos combustíveis fósseis, conforme expresso a seguir:

Faça uma pesquisa com os alunos e discuta com a turma que, diferentemente do que se propaga, os automóveis não são os maiores vilões do aquecimento global: o setor de transportes responde por 12% das emissões do país, enquanto a geração de energia elétrica por usinas termelétricas e o

desmatamento respondem por aproximadamente 45% do total. Comente com a turma que uma alternativa para diminuir os gases de efeito estufa seria a substituição de combustíveis fósseis por fontes mais sustentáveis, como o etanol e a biomassa (PROJETO AGORA, 2013, p. 28).

As atividades educativas do projeto AGORA, a exemplo do programa “Agronegócio na escola” propagam os valores e interesses do agronegócio canavieiro como se fossem universalizados e partilhados por toda a sociedade. O mesmo ocorre com a exortação de que o “Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com 490 milhões de toneladas anuais (safra 2011/2012), sendo também o principal exportador deste produto e o segundo produtor mundial de etanol” (PROJETO AGORA, 2013, p. 21).

O apelo à nação esconde quais são as grandes empresas do setor e que lideram a exportação de etanol e açúcar para o mundo, que conforme mostramos no primeiro capítulo é um mercado altamente concentrado nas mãos de transnacionais como a ADM, Copersucar, Odebrecht Agroindustrial e Raízen.

Ainda na atividade na qual os professores devem “comentar” a utilização do etanol e da biomassa como fonte alternativa, assim devem concluir:

Para finalizar, aborde a automatização da produção, relacionando-a com a globalização e sua influência sobre o mercado de trabalho. Embora a colheita mecanizada diminua a oferta de empregos como o de cortador de cana, ela gera postos mais qualificados. Além disso, com a colheita mecanizada evitam-se as tradicionais queimadas, para que a palha que protege a cana não fira os trabalhadores manuais. As máquinas colheitadeiras dispensam essa etapa, o que diminui a emissão de gás carbônico no processo (PROJETO AGORA, 2013, p. 28).

A afirmação em destaque seria digna de riso, se não tratasse de uma realidade trágica. Na construção da ideologia de uma fração da classe burguesa, os novos heróis nacionais do agronegócio canavieiro, na sua maior expressão de benevolência e humanismo preocupam-se com as folhas de cana que ferem os trabalhadores manuais, sob as quais se ocultam os processos reais de exploração, degradação, exclusão e violência dos trabalhadores submetidos ao pesado fardo do capital.

Desse modo, consideramos que o Projeto “Agronegócio na Escola” e o Projeto Agora representam igualmente os mecanismos de afirmação da ideologia do agronegócio no interior das escolas públicas na região de Ribeirão Preto – SP. Confrontando-se a realidade da região de Ribeirão Preto - SP com a análise dos projetos educacionais do agronegócio

conclui-se que sob os argumentos comuns da sustentabilidade, da geração de emprego e riqueza, do progresso da nação objetiva-se legitimar e naturalizar a persistência da desigualdade, do latifúndio, da monocultura e da exploração do trabalho no campo e na cidade.

A estes dois projetos educacionais somam-se outros patrocinados por grandes empresas do setor, bem como, por outras entidades de classes em diferentes regiões do país. Estas iniciativas estão presentes tanto em escolas do campo, como das cidades, evidenciando que o capital não faz distinção entre espaços para propagar os seus valores ideológicos. A seguir apresentamos sucintamente alguns destes projetos em desenvolvimento no país.

3.3 – Outros Projetos Educacionais do Agronegócio no Brasil

3.3.1 - Projeto Escola Viva

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) uma das principais entidades patronais da agricultura desenvolve desde julho de 2009, o projeto Escola Viva, cujo objetivo principal é “intervir no desenvolvimento de ações capazes de melhorar o ensino nas áreas rurais do Brasil, garantindo padrões de qualidade compatíveis à importância da educação na formação do cidadão brasileiro” (CNA, 2013).

Inicialmente implantado na Escola Estadual Brigadas Che Guevara em Monte do Carmo – Tocantins em 2009, o projeto atende, atualmente, mais duas escolas rurais uma na Bahia e outra no Mato Grosso do Sul atuando em 5 eixos:

- 1) Acompanhamento pedagógico individualizado que apresentam necessidades de aprendizagem, em duas etapas: tempo comunidade e tempo escola;
- 2) Implantação do grupo gestor para propor ações complementares ao projeto de acordo com as necessidades locais;
- 3) Proposição e desenvolvimento de ações a partir do Projeto Político e Pedagógico (PPP) pelos integrantes do Projeto Escola Viva, em parceria com pais, alunos, professores e comunidade;
- 4) Capacitação de professores da Unidade Escolar;

5) Desenvolvimento de atividade de promoção social e ações de formação profissional rural para estudantes e familiares (CNA, 2013).

É importante salientar que o programa Escola Viva foi uma iniciativa da Senadora Kátia Abreu (TO) e presidente da CNA e uma das principais vozes políticas do agronegócio.

Em 2010, a CNA contratou o Instituto Paulo Montenegro, do Ibope para diagnosticar a situação das escolas rurais⁷⁶, e segundo a senadora em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, realizada em março de 2010 com o então ministro da Educação, Fernando Haddad afirmou “nós encontramos números muito tristes. Oitenta por cento das escolas não possuem computadores, apenas 8% têm biblioteca e só 50% contam com diretores. Esses são números que se arrastam por longas décadas” e, após solicitar ao ministro a inclusão das escolas rurais na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), aplicação de 10% do PIB para educação no Plano Nacional de Educação (PNE), melhoria na formação de professores concluiu “nós não podemos permitir que as escolas do campo possam continuar na situação que se encontram hoje” (ABREU, 2011).

A educação para a população do campo é defendida como um mecanismo de ascensão de classe para milhões de proprietários rurais que vivem em situação de pobreza, por isso, a associação de classe defende maiores investimentos para a educação em áreas rurais, como forma de garantir que novas escolas não sejam fechadas.

3.3.2 - Projeto Escola no Campo

O Projeto Escola no Campo desenvolvido pela Syngenta, uma das maiores transnacionais do agronegócio no mundo, iniciou-se em 1991 por meio de uma parceria da empresa com SEE/SP. O projeto é voltado para ações de educação ambiental das crianças e adolescentes da rede pública de ensino, que moram na zona rural. Segundo a empresa o objetivo é “formar novas gerações de agricultores conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente e usar a tecnologia para a produção de alimentos mais saudáveis” (SYNGENTA, 2013).

⁷⁶ Os resultados da pesquisa estão disponíveis em Instituto Paulo Montenegro (2010).

O projeto realizado em parcerias com as Secretarias Municipais de Educação, cooperativas ou distribuidoras presentes nas localidades e, desde 2009 com a Fundação Abrinq, integra a grade curricular dos alunos durante um período de quatro meses. As atividades desenvolvidas com temas ligados a agricultura e ao meio ambiente são apoiadas por uma cartilha oferecida ao aluno e por um livro do professor.

Além disso, são realizadas palestras com técnicos da empresa ou das entidades parceiras “que explicam aos estudantes como plantar sem degradar o meio ambiente”, para que eles sejam “estimulados a transmitir o que aprendem para suas famílias e para a sociedade em que vivem” (SYNGENTA, 2013).

Segundo a empresa, desde 1991 o projeto alcançou mais de 400 mil alunos de escolas públicas de Ensino Fundamental na zona rural dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

3.3.3 - Comunidade Educativa

O programa Comunidade Educativa é vinculado a Fundação Bunge, uma das maiores transnacionais do agronegócio no mundo, com atuação no Brasil na produção e processamento de grãos, sobretudo, soja e trigo, na produção de fertilizantes, na fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários e também, no segmento de açúcar e bioenergia.

Criado em 2002, o programa baseia-se no trabalho voluntário de funcionários da empresa em atividades de leitura e escrita em escolas e espaços comunitários. Associado a ações de sustentabilidade ambiental tem como pilares de atuação: relação do homem com a natureza e sua preservação; relação com a comunidade e sua cultura e formação de mediadores de leitura. Segundo a empresa

O Comunidade Educativa busca reunir empresa, voluntários e escolas públicas na discussão de ações que viabilizem o fortalecimento do interesse dos alunos pelo aprendizado, diminuam a evasão escolar e aproximem a família da escola. O programa de voluntariado corporativo desenvolve projetos em escolas públicas do ensino fundamental (de 1^a a 4^a séries) localizadas no entorno das unidades da empresa (FUNDAÇÃO BUNGE, 2007, p. 3).

A principal estratégia da empresa para viabilizar o programa é o chamado “kit Pé de Livro Comunidade Educativa”, composto por livros de literatura infanto-juvenil, tapete, almofadas e um painel em formato de árvore – instalado em escolas e espaços comunitários com o objetivo de promover novas oportunidades de leitura.

O programa atualmente está presente em 09 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Pernambuco e Mato Grosso, atendendo a 38 escolas, totalizando 10.254 alunos, 584 professores e 321 voluntários.

Outra ação da empresa no campo educacional é o programa ReciCriar que pretende atuar na formação de professores, a partir de seminários, oficinas culturais e trocas de experiências. Segundo a empresa,

O projeto visa valorizar a auto-estima dos professores, ressaltar a importância do registro no desenvolvimento dos projetos pedagógicos, estimular o professor a ser protagonista no processo educacional e estabelecer vínculos entre este e o aluno, por meio da afetividade no processo de aprendizagem, além de apontar novos caminhos para os desafios da educação (FUNDAÇÃO BUNGE, 2007, p. 10).

A leitura, ainda que superficial, do programa Comunidade Educativa mostra um exemplo claro da influência dos preceitos toyotista na organização do trabalho, com a adoção do trabalho voluntário, como política social, mas também, na educação com a valorização da comunidade em detrimento das atribuições do Estado na educação e com a adoção de práticas pedagógicas ligadas à linguagem pós-moderna do subjetivismo, da autoestima e do individualismo.

A estes projetos somam-se outras iniciativas que procuram apropriar-se do espaço escolar para a persuasão ideológica em favor do agronegócio. Na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, por exemplo, tramita na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desportos um projeto de lei para incluir na grade curricular das escolas públicas rurais e técnicas, o conteúdo relativo a noções sobre agronegócio.

Estas ações difundidas em escolas urbanas e rurais explicitam o papel da escola para a sujeição dos jovens a ideologia dominante. Além disso, outro aspecto importante para o setor é a reprodução da qualificação da força de trabalho, necessária a continuidade de suas atividades, de forma cada vez mais produtiva e eficiente. No próximo capítulo analisaremos como estas estratégias estão presentes na formação dos tecnólogos em agronegócio.

CAPÍTULO 4

O AGRONEGÓCIO NO ENSINO SUPERIOR: QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E IDEOLOGIA

Nos capítulos anteriores examinamos como o agronegócio constitui uma nova etapa da agricultura capitalista. A partir da análise das transformações produtivas da agricultura evidenciamos como a conjugação dos avanços tecnológicos, com o apoio estatal ampliou as bases de dominação de uma agricultura capitalista, que regida pela divisão técnica, social e territorial do trabalho, continua a destinar ao país um papel de exportador mundial de produtos primários.

Na região de Ribeirão Preto a face monocultora canavieira do agronegócio aprofundou os processos de concentração de terras e capitais, reproduzindo em escala ampliada os mecanismos de exploração e controle do trabalho. Esta nova realidade da agricultura, que se expressa ideologicamente enquanto agronegócio é difundida entre outros meios, pelos projetos educacionais, coordenados pelas principais entidades de representação de classe do setor, como forma de alcançar ainda mais apoio governamental para reprodução de capitais via agricultura.

Entretanto, como examinamos no primeiro capítulo a nova fase de desenvolvimento do capitalismo no campo está materialmente ancorada nos processos de reestruturação produtiva do capital, que impuseram não apenas a necessidade de encurtar o tempo de reprodução dos capitais, como implicou em alterações nas relações de trabalho, exigindo maior produtividade e submissão dos trabalhadores as demandas do capital.

Nas atividades ligadas a agricultura, os impactos desta reestruturação produtiva do capital na organização da produção, no controle do trabalho e nas funcionalidades específicas dos diferentes trabalhadores certamente merecem um conjunto de estudos mais aprofundados. Contudo, no âmbito desta pesquisa, é necessário caracterizar como as transformações produtivas do capitalismo, passaram a exigir novas funcionalidades e qualificações dos trabalhadores para atuar em atividades ligadas ao campo, sobretudo, àquelas vinculadas ao agronegócio.

As mudanças implantadas pelo regime de acumulação flexível (toyotismo) herdaram as variáveis da racionalização fordista e agiram no sentido de flexibilizar as relações de trabalho e capturar a subjetividade do trabalhador, com o intuito de aumentar a produtividade e rentabilidade do capital.

Um dos aspectos centrais das transformações capitalistas na agricultura desde o início da década de 1990 é a tendência a substituição do capital variável por capital constante, isto contribuiu para a redução do número de pessoas ocupadas nas atividades no campo. Concomitantemente, a internacionalização das relações de produção da agricultura capitalista e a utilização crescente de tecnologias nos processos produtivos, passaram a requerer a formação de trabalhadores com capacidade para operar máquinas e instrumentos mais aperfeiçoados, que se tornaram cada vez mais presentes nas atividades agropecuárias.

Neste contexto, as novas formas de racionalização da produção capitalista toyotista exigiu aumento da qualificação de alguns trabalhadores, mas por outro lado, dispensou enormes contingentes de trabalhadores, tornando o desemprego condição estrutural da reprodução da sociedade.

Ademais, a implantação de políticas neoliberais atuou, entre outras coisas, na redução das garantias empregatícias, contribuindo para precarizar as condições de trabalho, seja pelos mecanismos de subcontratações e terceirização dos serviços, ou pela elevação das taxas de informalidade (ANTUNES 2004, 2011; ALVES, 2012).

Ao analisar as relações de trabalho, sobretudo, os trabalhos industriais Antunes (2011) salienta que o universo do mundo do trabalho sob o regime de acumulação flexível caracteriza-se por uma múltipla processualidade, na medida em que,

[...] de um lado verificou-se a desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário (ANTUNES, 2011, p. 47).

Segundo o autor a reestruturação produtiva fragmentou, heterogenizou e complexificou ainda mais a classe trabalhadora. Ao passo, que ampliou a exigência da qualificação em alguns setores, por outro lado, produziu uma massa de trabalhadores,

desqualificados, precarizados, que competem pelas poucas vagas no mercado formal e informal de trabalho, igualmente necessários a reprodução do capital. Assim,

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2011, p.43).

Nas atividades do agronegócio, a multiplicidade de formas de trabalho, também é presente quando verificamos que as relações de trabalho análogas à escravidão e a exploração cada vez mais intensiva do trabalho, se articulam com trabalhos exigentes de conhecimentos de elevado nível científico e tecnológico.

Para atender a esta nova realidade do mundo do trabalho e a constituição de um “novo trabalhador” disciplinado para atender as condições histórico-materiais de desenvolvimento do capital, as políticas educacionais destinadas a formação profissional também tiveram que ser reformuladas para formar trabalhadores flexíveis, que acompanhem a dinâmica dos processos produtivos.

Althusser (2008) chamava a atenção para que no processo de reprodução do capitalismo não bastava apenas garantir a reprodução da força de trabalho por meio das condições materiais (salário), mas era fundamental a reprodução da qualificação da força de trabalho. Nas palavras do autor:

Dissemos que a força de trabalho disponível deveria ser ‘competente’, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção: nos postos de trabalho e nas formas de cooperação definidas. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas em determinado momento produzem o seguinte resultado: a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada. Diversamente, segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, em seus diferentes ‘postos’ e ‘empregos’ (ALTHUSSER, 2008, p. 74).

Nesse sentido, a educação não cumpre apenas a função de submeter os sujeitos a ideologia dominante, mas também, “preparar” os trabalhadores para ocupar diferentes postos na estrutura do capital, sejam eles nas tarefas de explorados, exploradores, ou ainda auxiliares de exploração ou difusores da ideologia dominante (ALTHUSSER, 2008). Por isso,

[...] a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução de qualificação, mas ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras do respeito à ordem estabelecida, isto é, por parte dos operários, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante, e por parte dos agentes da exploração e da repressão, uma reprodução de sua capacidade para manipular bem a ideologia dominante, a fim de que garantam ‘pela palavra’ a dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 2008, p. 76).

A tese de Lombardi (2010) sobre educação, a partir dos escritos de Marx e Engels, também conflui para o entendimento de que “numa sociedade com classes e frações de classes diferenciadas, também a educação era (é) adequada a essa estrutura e organização econômica e social, com tantas e quantas educações quantas as classes e frações de classes a que se destinam” (LOMBARDI, 2010, p. 266).

Estes estudos explicitam que a educação em nenhum momento se desvincula das práticas sociais, ou melhor, das relações sociais de produção. Na sociedade capitalista, marcada pela divisão da sociedade em classes sociais e o trabalho como meio de valorização do capital, não poderia produzir outro resultado, senão da diferenciação na formação dos trabalhadores para atender aos diferentes setores da economia em seus diferentes momentos históricos.

Partindo destas formulações, neste capítulo analisaremos como o desenvolvimento do capital no campo, calcado na utilização cada vez mais intensa de ciência e tecnologia por quase todos os processos produtivos, demandaram uma maior diferenciação e hierarquização dos trabalhos, atribuindo a educação um papel necessário a qualificação diversificada e diferenciada de trabalhadores para atuarem em atividades do agronegócio.

O foco deste exame será a expansão de cursos tecnológicos superiores em agronegócio, que atuam tanto para a formação de quadros de administração e direção, como dos trabalhadores para exercerem atividades técnicas pré-determinadas para a reprodução do capital.

4.1. A expansão de cursos tecnológicos de Agronegócio.

As transformações produtivas do capitalismo e a tendência a integração técnica entre a agricultura e a indústria, que implicou em um estreitamento entre os vínculos comerciais das atividades do campo e da cidade fez com que desde o final da década de 1990 importantes entidades e intelectuais ligados ao agronegócio, defendessem a necessidade da formação de um perfil profissional específico, para atuar nas diferentes etapas (produção, armazenamento, certificação de produtos, marketing e comercialização dos produtos) do ciclo de reprodução do capital no campo.

Dessa forma, empresas e associações ligadas ao setor passaram a estimular pesquisas e a formação de um profissional que além dos saberes e conhecimentos úteis a uma nova etapa de reprodução do capitalismo no campo, apresentasse em sua nomenclatura o termo agronegócio, associando-se as concepções e valores intrínsecos a esta ideologia.

Na edição de janeiro de 2002 do Informativo AgroNegócio da ABAG/RP afirmava que “A universidade não está formando os profissionais que o mercado de trabalho do agronegócio exige”. A reportagem apresentava as conclusões da dissertação de mestrado da diretora-executiva da ABAG/RP, Mônica Bergamaschi defendida no Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, publicada em 2000 no livro “Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro”.

Os estudos realizados por Bergamaschi ocorreu no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) vinculado ao Departamento de Engenharia da Produção da UFSCar com a participação da ABAG e da EMBRAPA. Desde o final da década de 1990 o grupo desenvolve pesquisas com o objetivo de identificar as características necessárias aos profissionais que atuam no agronegócio.

Em 1998 os pesquisadores vinculados ao grupo apresentaram os resultados parciais de uma pesquisa realizada com 32 empresas do setor agroindustrial e com universidades para estabelecer a relação entre as características dos cursos voltados para o agronegócio e as demandas das empresas. Nela chamavam a atenção para o fato de ter aumentado a demanda por profissionais em agronegócio naquela década. E, paralelamente a isso, as transformações na economia mundial exigiram das empresas, “um alto grau de flexibilidade e competência produtiva, resultando, necessariamente, em crescentes demandas por competitividade” (BORRÁS, CÔRREA, BATALHA, 1998, p. 06).

Neste cenário de competitividade para as empresas ligadas ao agronegócio, defendia-se a formação de profissionais com competências gerenciais “capazes de conduzir grupos de indivíduos à busca da maior competência produtiva”, além disso, dadas as especificidades da produção agroindustrial não deixavam de serem necessários conhecimentos técnico-produtivos.

Por isso, recomendavam os autores:

as instituições de formação de recursos humanos para o agribusiness brasileiro, necessitam prover o mercado de profissionais cada vez mais capazes de aliar qualidades pessoais (subjetivas) com qualidades técnicas (objetivas), tornando-se profissionais flexíveis e polivalentes, como o próprio setor agroindustrial (BORRÁS, CORRÊA, BATALHA, 1998, p. 6).

A dissertação de Bergamaschi (2000) realizou um aprofundamento desta pesquisa e concluiu que empresas ligadas ao agronegócio precisavam de profissionais com formação diferente das oferecidas pelas universidades. Segundo ela “as escolas focam sua grade curricular em tecnologias da produção, com sólida formação acadêmica, mas o mercado de trabalho quer e precisa de outro protagonista” (ABAG/RP, nº 13, 2002, p. 3).

A autora entrevistou 404 empresas, para identificar o que o mercado espera do profissional para ocupar um cargo de média gerência – superintendentes, diretores-executivos e gerentes administrativos - e constatou que “os empregadores estão atrás de pessoas ousadas, com iniciativa, sem vícios nem bloqueios e dispostos a assimilar a cultura da empresa que vai contratá-lo”.

Esta afirmação vai ao encontro da análise de Kuenzer (2008, p. 493) quando escreve que com as exigências de flexibilidade da força de trabalho:

[...] importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez.

De modo geral, as exigências de qualificação profissional dos trabalhadores pelos representantes do agronegócio, estão diretamente vinculadas as demandas do processo de acumulação flexível, que segundo Alves (2007) passaram a atuar na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, para as quais os processos de qualificação devem articular habilidades cognitivas e habilidades comportamentais. Portanto, em nada se diferem

das demandas do setor industrial ou comercial, indicando a presença do regime de acumulação flexível no campo brasileiro.

Saviani (2008) explica como estas novas exigências profissionais determinadas pelo toyotismo e sua correspondente vinculação ideológica foram incorporadas à educação brasileira, a partir da década de 1990 por uma série de reformas de conotação neoliberal, que conforme discorremos anteriormente, procuraram ajustar a educação aos desígnios do mercado.

Para o autor, estas reformas educacionais foram orientadas pelos princípios do neotecnicismo, que embora se assemelhe ao tecnicismo das décadas de 1960 e 1970 no que tange a busca por racionalidade, eficiência e produtividade, difere-se desta no seguinte aspecto: se na concepção original a perseguição destes objetivos ocorriam sobre controle direto do Estado, no período atual, tornam-se relevantes à inserção dos mecanismos do mercado nas políticas públicas (SAVIANI, 2008).

Saviani (2008, p. 440) destaca ainda que o neotecnicismo se faz presente objetivando a busca pela “qualidade total” expresso em dois vetores: um externo, que pode ser expresso na frase “satisfação total do cliente” e o interno, que representa a captura da subjetividade dos trabalhadores, de modo que estes “vistam a camisa da empresa”, se “empenhando pessoalmente no objetivo de atingir o grau máximo de eficiência e produtividade da empresa”. Esta transposição para a educação implica que “sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa e a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes”.

Outra implicação teórica e prática da incorporação dos objetivos da qualificação profissional sob a égide da acumulação flexível nas políticas educacionais foi da implantação da denominada “pedagogia das competências” cujo objetivo é “dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas” (SAVIANI, 2008, p. 437).

Ramos (2001, p. 39) ao estudar as bases conceituais e empíricas da pedagogia das competências argumenta que a emergência da noção de competência atenderia ao menos três objetivos:

- a) Reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas do trabalho;
- b) institucionalizar

novas formas de educar/formar os trabalhadores e gerir o trabalho internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionais em que figuram relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação de capacidade *real* do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível nacional e, também, em nível regional (como entre os países da União Europeia e do Mercosul).

A pedagogia das competências representaria, assim, a transposição para o nível educacional do deslocamento conceitual da noção de qualificação à competência, como ocorreu nas empresas. Nos processos educativos este discurso tornou-se mais adequado ao contexto neoliberal e pós-moderno de “desenvolvimento de um individualismo a-social, na despreocupação com qualquer forma de integração e na busca da satisfação dos interesses individuais” repercutindo na formulação de políticas educacionais que objetivariam a “formação do núcleo básico do desenvolvimento cognitivo, mas também o núcleo básico da personalidade (liberal)” (RAMOS, 2001, p. 256).

Portanto, a pedagogia das competências é um meio de construção dessa personalidade e a forma pela qual a educação reconstitui, na contemporaneidade, sua função integradora dos sujeitos às relações sociais de produção reconfiguradas no plano econômico – pela reestruturação produtiva -, no plano político – pelo neoliberalismo – e no plano cultural – pela pós-modernidade (RAMOS, 2001, p. 273).

É atendendo a estes princípios que o discurso da “competência” passa a fazer parte da linguagem cotidiana da escola, objetivando “tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em sua participação na vida da sociedade” (SAVIANI, 2008, p. 438).

Ramos (2008, p. 548) ao examinar as mudanças na formação dos trabalhadores no regime de acumulação flexível, mostra que “para a força de trabalho, competências flexíveis genéricas são mais necessárias do que as específicas, para que a adaptação aos arranjos produtivos possa ser ágil”. Contudo, completa a autora:

Tais competências podem ser desenvolvidas no ensino médio, que, aliás, tem por finalidade exatamente o desenvolvimento de competências cognitivas e comportamentais. No âmbito dos tecnólogos, por se posicionarem em ocupações de maior complexidade, a flexibilidade adviria também de um conhecimento específico, de base científico-tecnológica, porém, nos limites das finalidades aplicadas e práticas da ciência. (RAMOS, 2008, p. 548)

Nesse sentido, para o agronegócio:

O perfil profissional considerado ‘ideal’ é aquele que concentra no indivíduo: características pessoais e de relacionamento interpessoal, habilidades comunicativas inclusive em outros idiomas, competência gerencial, visão abrangente das cadeias de produção e do agronegócio, qualificações técnicas, sintonia com as especificidades do setor, flexibilidade e polivalência (ABAG/RP, nº 13, 2002, p. 2).

A dissertação de Bergamaschi aponta ainda que o “ideal é a escola ensinar o que o mercado de trabalho precisa. Atualmente, o aluno se forma, mas não está apto para se enquadrar na atividade. Como consequência, terá de investir em pelo menos mais um ano de especialização para alcançar o que se espera dele” (ABAG/RP, nº 13, 2002, p. 3).

Em 2005, coordenado pelo professor Mario Batalha o GEPAI/UFSCar atualizou os dados obtidos na pesquisa de Bergamaschi, publicando-os no livro “Recursos Humanos e Agronegócio: a evolução do perfil profissional” (2005). Os resultados foram apresentados e comemorados no Informativo Agronegócio nº 51 de junho de 2005 no qual segundo a ABAG/RP:

A análise comparativa entre os dois trabalhos mostra uma evolução positiva. A oferta de cursos de graduação em agronegócio aumentou em 2.400%, no período de cinco anos, passando de 4 para 100. Além disso, cursos específicos ligados à área de engenharia de alimentos, meio ambiente e administração incorporaram disciplinas voltadas especificamente para o setor, ajustando, em parte, a oferta e a demanda (ABAG/RP, nº 51, 2005, p. 1).

Utilizando a mesma metodologia de entrevistas às empresas do setor, a pesquisa mostrou que:

as habilidades e os conhecimentos considerados como mais importantes pelas empresas enquadram-se nos tópicos de ‘Qualidades Pessoais’ e de ‘Comunicação e Expressão’. Verifica-se assim que, nos dias atuais, as empresas esperam de um profissional mais do que as habilidades técnicas adquiridas durante o curso superior, elas esperam que seus funcionários sejam pró-ativos e participem intensamente do cotidiano da empresa, não só na solução de problemas, mas também na visualização de novas oportunidades de negócio. Para tanto, são muito importantes os conhecimentos e as habilidades pessoais como flexibilidade, iniciativa, capacidade de tomada de decisão, negociação, trabalho em grupo, relação interpessoal e alto padrão ético, além dos relativos a capacidade de expressão e interação/relacionamento com outros profissionais (BATALHA et. al., 2005, p. 46).

Para a ABAG/RP as conclusões desta pesquisa mostram que as empresas requerem dos profissionais “mais do que as habilidades técnicas adquiridas durante o curso superior. Estas podem ser adquiridas durante o período de integração e adaptação, na cultura da própria empresa” (ABAG/RP, nº 51, 2005, p. 1).

Estas exigências de qualificação, obviamente, não se restringem aos cursos superiores, mas se difundem por todos os níveis de escolaridade, desde a educação básica. A edição de nº11 de outubro de 2001 do Informativo AgroNegócio, trouxe como título de uma de suas matérias a frase “No futuro desses jovens, o Agronegócio” a partir do qual expunha que nas “agroindústrias da região de Ribeirão Preto, trabalham profissionais de 36 carreiras de nível universitário. Esse mundo de oportunidades abertas pelo agronegócio começa a ser descoberto por estudantes de escolas públicas” (ABAG/RP, nº 11, 2001, p. 2).

Em outros momentos a preocupação é com a qualificação de técnicos para as agroindústrias. Na edição de nº 73, Julho de 2007 o título da matéria principal era “Procura-se mão de obra especializada”. Na reportagem a entidade apresentava os dados positivos da geração de empregos na região e afirmava que a falta de mão de obra qualificada tratava-se de um sintoma nacional “apesar do enorme contingente de desempregados sobram vagas no mercado de trabalho por falta de qualificação do trabalhador” (ABAG/RP, nº 73, 2007, p. 2).

Para solucionar o problema a entidade apresentava algumas iniciativas das empresas do setor sucroalcooleiro em parcerias com prefeituras e escolas técnicas. Entre elas, uma na cidade de Sertãozinho denominada “Escola de Fábrica” na qual

A parceria com a prefeitura local, a Secretaria do Trabalho, algumas indústrias e com apoio pedagógico do SENAI e da Escola Federal, serão montados cursos cuja parte prática acontecerá dentro das próprias indústrias, formando um profissional familiarizado com maquinário e, ao mesmo tempo, *evitando o investimento em equipamentos, que venham a ficar obsoletos ou subutilizados* (ABAG/RP, nº 73, 2007, p. 2, *itálico nosso*).

Outro exemplo interessante apresentado foi a formação de profissionais por uma determinada empresa para trabalhar na operação de colheitadeiras

O operador de colhedora, por exemplo, é responsável por conduzir um equipamento que custa em média R\$ 800 mil e precisa estar bem preparado para desempenhar sua função. Da mesma maneira os funcionários que cuidam da manutenção das máquinas não são aqueles ‘mecânicos à moda antiga’, agora eles lidam com ajustes finos, de maior precisão, com circuitos integrados e controle computadorizado (ABAG/RP, nº 73, 2007, p. 3).

Estes exemplos nos são válidos para mostrar a importância da qualificação dos trabalhadores para o agronegócio, como meio de valorizar o capital, seja pela subtração mais eficiente da mais-valia, seja por atribuir maior competitividade as empresas ou para atribuir uma melhor e duradoura funcionalidade ao capital constante.

A consolidação de uma sociedade urbana e o baixo interesse dos jovens pelos trabalhos rurais tornou-se uma preocupação de algumas empresas do agronegócio. Em 2012, por exemplo, a Minerthal, empresa de suplementos para a alimentação animal, patrocinou a Campanha chamada de Bravo, Bravo! na qual, todos os shows da dupla sertaneja Fernando e Sorocaba começam com um vídeo que estimula os jovens a trabalhar com o agro e a permanecer no campo.

Em entrevista ao portal de notícias do Movimento Sou Agro⁷⁷, Fernando Schalch Júnior, responsável técnico da empresa declarou: “A continuidade do negócio rural de nossos clientes e a atração de mão de obra qualificada para o setor são dois problemas importantes” (SOU AGRO, 2012, s.p.).

As exigências de formação para o agronegócio não se circunscrevem, portanto, a um determinado nível de ensino, mas atua de forma diferenciada da educação básica à pós-graduação, de acordo com as especificidades da divisão técnica e social do trabalho.

Dessa forma, a expansão dos cursos superiores de tecnologia em agronegócio é parte desta estratégia de valorização do capital, que necessita de trabalhadores com formações desiguais e diferenciadas que se articulam nos processos produtivos.

⁷⁷ Movimento Sou Agro é uma iniciativa de grandes empresas e entidades de classe que buscam difundir ideias e publicar informações positivas referentes ao agronegócio.

4.2 – A formação do bacharel em agronegócio

Os cursos de agronegócio se apresentam em diferentes graus (bacharelado, tecnológicos e sequenciais) nas modalidades presenciais e a distância e se somaram aos tradicionais cursos ligados as ciências agrárias: Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Agroindustrial, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia, que historicamente, estiveram predominantemente ligados à reprodução do capitalismo no campo.

De acordo com dados consultados⁷⁸ na Plataforma E-mec⁷⁹ atualmente existem 128 cursos em atividade no país, destes 05 são de bacharelado ofertados em universidade públicas, 02 sequenciais⁸⁰ oferecidos em instituições privadas e 121 cursos tecnológicos, dos quais 30 são gratuitos (29 oferecidos em instituições públicas⁸¹) e 93 não gratuitos ofertados em instituições privadas.

Os cursos de bacharelado oferecidos são os de Engenharia de Agronegócios pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharelado em Agronegócio da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e os cursos de Gestão de Agronegócios ofertados pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Universidade de Brasília (UNB) um, no período diurno e outro, noturno.

Todos estes cursos entraram em funcionamento na primeira década de 2000. O curso da UFV foi o pioneiro iniciando suas atividades no ano 2000, sucedido pelo curso da UFF em 2005; em 2006 iniciou as atividades o curso da UNB ofertado no período diurno no campus de Planaltina-DF; em 2009 o curso da UNICAMP começou suas atividades no

⁷⁸ Os dados foram consultados entre os dias 14 de fevereiro e 16 de fevereiro de 2014.

⁷⁹ Plataforma e-MEC do Ministério da Educação é um sistema eletrônico que permite o acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Na plataforma é permitida a consulta de informações tanto por Instituições de Ensino Superior, como por cursos. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>.

⁸⁰ Os cursos sequenciais são previstos na LDB 9.394/96 como uma das modalidades da educação superior. Conforme Resolução nº 1 de 27 de janeiro de 1999 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação os cursos sequenciais por campos de saber, de nível superior e com diferentes níveis de abrangência, destinam-se à obtenção ou atualização: I - de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas; II - de horizontes intelectuais em campos das ciências, das humanidades e das artes. Ainda de acordo com a resolução a carga horária mínima destes cursos é de 1600h e não poderão ser concluído em prazo inferior a 400 dias letivos. (BRASIL, 1999). Os cursos sequenciais em atividade no Brasil são ofertados pela Faculdade Colíder no município de Colíder - MT e pelas Faculdades Integradas de Cacoal, no município de Cacoal - RO.

⁸¹ A Faculdade de Tecnologia Centec - Sertão Central classificada pelo Ministério da Educação como faculdade privada sem fins lucrativos oferece gratuitamente o curso de Tecnologia em Agronegócios na cidade de Quixeramobim no Ceará.

campus de Limeira e em 2010 a UNB passou a ofertar o mesmo curso no período noturno no campus Darcy Ribeiro no Plano Piloto.

O curso de bacharelado em gestão do agronegócio da Unicamp⁸² apresenta carga horária de 3.000 horas e duração mínima de 8 semestres. Integram os cursos de gestão da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) ao lado dos cursos de Gestão de Comércio Internacional, Gestão de Empresas e Gestão de Políticas Públicas. Estes cursos apresentam uma estrutura curricular comum durante 6 semestres diferenciando-se apenas no 7º e 8º semestre.

Esta estrutura é composta por disciplinas do Núcleo Básico Geral Comum, do Núcleo Comum da Área de Gestão e diferenciam-se apenas no Núcleo de Formação Específica.

As disciplinas do Núcleo Básico Geral Comum objetivam a “formação humanística para criar um profissional capaz de lidar com as múltiplas e rápidas transformações da realidade, consciente do seu papel social e apto a intervir na sociedade para transformá-la de acordo com as necessidades do nosso tempo” (UNICAMP, 2012, p. 20). Este núcleo abrange quatro vertentes: 1. Língua, Linguagem e Discurso; 2. Sociedade e Cultura no Mundo Contemporâneo, Sociedade e Ambiente e Ética e Cidadania; 3. Epistemologia e Filosofia da Ciência e Lógica e; 4. Noções de Administração e Gestão e Práticas Sociais nas Organizações.

As disciplinas do Núcleo Comum da área de gestão são disciplinas de formação profissional visando fornecer conceitos abordagens e ferramentas para a atuação profissional na área, em uma perspectiva interdisciplinar, solucionando as questões práticas relacionadas ao cotidiano da administração. Elas se organizam em 6 vertentes: Administração; Economia; Contabilidade e Finanças; Direito; Operações e Estudos Quantitativos.

Esta organização curricular atende as demandas das empresas, que conforme a pesquisa realizada por Batalha et. al (2005, p. 301) constatou que:

As empresas buscam um perfil profissional mais generalista, em que as habilidades pessoais e de comunicação adquirem importância em relação às habilidades técnicas e específicas. Além disso, verificou-se uma grande preocupação das empresas com relação aos conhecimentos e habilidades dos profissionais em Economia e Gestão, que possibilitam maior visão sistêmica do agronegócio, fazendo com que possam trabalhar analiticamente a partir de uma visão de todo o sistema agroindustrial, e não apenas com base em

⁸² As informações sobre o Curso de Bacharel em Gestão do Agronegócio da Unicamp foram obtidas no Projeto Pedagógico do curso.

macrosssegmentos isolados. Acredita-se que as empresas esperem que os profissionais utilizem-se de ferramentas gerenciais de maneira a compreender a dinâmica de funcionamento das cadeias agroindustriais, de maneira a torna-las mais eficientes e eficazes.

Apenas no 7º e 8º semestres os estudantes terão as disciplinas específicas e eletivas relacionadas ao agronegócio, ao desenvolvimento de projetos, estágio curricular e trabalho de conclusão de curso.

O quadro 4.1 apresenta as disciplinas específicas obrigatórias do curso de Gestão do Agronegócio da Unicamp e suas respectivas ementas.

Quadro 4.1 – Disciplinas Específicas de Gestão do Agronegócio

Disciplinas	Ementas
Elaboração de projetos de Agronegócio I	Conceitos básicos sobre projetos, plano de negócios e empreendedorismo. Aspectos administrativos, legais, mercadológicos, técnicos, econômicos e financeiros. Custo e financiamento. Estudo de viabilidade. Análise de risco. Elaboração de projeto ou plano de negócio incluindo aspectos de agronegócio.
Sistema e Gestão de Cadeias Agroindustriais	Commodity system approach e conceito de agronegócio: Cadeias e sistemas agroindustriais. Redes de empresas. Uso de matriz insumo-produto. Resposta eficiente ao consumidor. Coordenação de cadeias e sistemas. Aplicação de instrumentos de desenho e análise de cadeias.
Segurança Alimentar e Ambiental	Conceitos de segurança alimentar e de alimentação segura. Panorama de estudos em segurança alimentar. Política de segurança alimentar e meio ambiente. Experiências internacionais e brasileiras. Análises estatísticas do problema de segurança alimentar.
Política Agrícola	Retrospectiva histórica da agricultura brasileira. Renda e preço da terra. Estrutura fundiária no Brasil. Reforma agrária e movimentos migratórios. Caracterização da produção agrícola e agroindustrial: fatores de produção e estrutura agrária. Política fundiária.
Organização de Mercados de Agronegócio	Caracterização dos empreendimentos rurais e mercados do agronegócio. Particularidades dos produtos agroindustriais: oferta e demanda. Mecanismos de comercialização: transações de commodities em mercados spot, a termos futuros, papel do hedging, contratos de longo prazo. O papel do arcabouço regulatório na organização e evolução dos mercados. Otimização de cadeias de comercialização e o papel das novas tecnologias. Determinantes da competitividade das empresas e das cadeias produtivas.
Elaboração de projetos de Agronegócio II	Continuação da elaboração de projeto ou plano de negócios iniciada na disciplina Elaboração de Projetos de Agronegócio I.
Prospecção Tecnológica em Sistemas Agroindustriais	Princípios metodológicos básicos sobre gestão de C, T e I. Elementos conceituais de economia da tecnologia no agronegócio. Métodos de gestão aplicados ao desenvolvimento tecnológico e inovação na agricultura e na agroindústria.

Fonte: UNICAMP (2012). Org. Victor Hugo Junqueira.

Com esta estrutura o curso bacharelado de gestão do agronegócio da Unicamp projeta a formação de um profissional com formação generalista, interdisciplinar e com uma visão totalizadora e flexível que “lhe permita atuar em diversas áreas das organizações, nos níveis estratégico, tático e operacional”. Além disso,

Deverá interagir de forma bem fundamentada, crítica, flexível e inovadora nos diferentes contextos organizacionais e sociais. Ser empreendedor, criativo e polivalente, com capacidade de interpretação do contexto histórico, político, social e econômico e de adaptação frente a este contexto. Para tal, deverá ser dotado de ferramentas analíticas para planejar, organizar, liderar e controlar as mais variadas organizações do setor industrial, comercial e de serviços, assim como atuar no âmbito do governo nas questões do agronegócio (UNICAMP, 2012, p. 23).

O projeto pedagógico do curso de bacharelado em Gestão do Agronegócio da Unicamp apresenta todos os elementos do “espírito toyotista” da formação para o trabalho. A polivalência, a flexibilidade e adaptação às transformações produtivas aparecem como palavras de ordem no contexto da reestruturação produtiva do capital. A base comum ao longo de 06 semestres e a formação específica apenas em dois explicita o caráter da qualificação polivalente para se adaptar as diferentes funções dentro das empresas, mas também, volatilidade do mercado de trabalho, no qual a manutenção em determinado posto está condicionado ao alcance de metas e resultados.

Não há dúvidas que este curso de bacharelado procura formar gestores para ocupar postos importantes na hierarquia funcional em organizações públicas e privadas, para isso, ao longo do curso devem desenvolver três grandes habilidades: técnicas, humanas e conceituais.

As primeiras referem-se a “execução do trabalho e ao domínio do conhecimento específico importantes para os gerentes de primeira linha e para os trabalhadores operacionais”. As habilidades humanas são “necessárias para um bom relacionamento” e para atuar de maneira eficiente e eficaz como líderes. E as habilidades conceituais são importantes ao alto comando das organizações e empresas “são essas habilidades que mantêm a visão integrada da organização, influenciando diretamente no direcionamento futuro e na perspectiva de longo prazo que envolve a administração de empresas” (UNICAMP, 2012, p. 24 e 25).

A proposta pedagógica do curso da Unicamp é explícita, assim, na necessidade da formação de profissionais bem preparados com formação geral ampla, contextualizada e

com capacidade de pensar, dirigir, planejar, coordenar e desenvolver projetos do agronegócio, em seus diferentes setores de produção. Entretanto, como vimos, são apenas 5 cursos existentes no país (4% dos cursos existentes), em universidades renomadas e com processos de seleção concorridos, explicitando uma das facetas de um mercado de trabalho seletivo e restrito para trabalhadores altamente qualificados.

Em contraposição, amplia-se a oferta de cursos de formação mais rápida, como os cursos superiores tecnológicos que representam 94,5% dos cursos de agronegócio do país.

4.3 - Cursos tecnológicos em Agronegócio

De acordo com o histórico da educação tecnológica no Brasil apresentado pelo Conselho Nacional de Educação (2001) a origem dos cursos superiores de tecnologia remonta a década de 1960, apoiados nas necessidades do processo de industrialização e regulamentados pela primeira LDB (Lei nº. 4024/61).

Os primeiros cursos criados (engenharias de operação e cursos de formação de tecnólogos, ambos com três anos de duração) surgiram por iniciativa do sistema federal e do setor público e privado, especialmente no estado de São Paulo. Na década de 1970, em consequência dos reflexos do “milagre econômico”, os cursos tecnológicos apresentaram um vigoroso crescimento, sobretudo os direcionados para as atividades industriais.

Ainda segundo o Conselho Nacional de Educação (2001, p. 8):

Em 1979, o MEC mudou sua política de estímulo à criação de cursos de formação de tecnólogos nas instituições públicas federais, cursos estes que deviam primar pela sintonia com o mercado e o desenvolvimento tecnológico. A partir dos anos [19]80, muitos desses cursos foram extintos no setor público e o crescimento de sua oferta passou a ser feita através de instituições privadas, nem sempre por vocação, mas para aumentar o número de cursos superiores oferecidos, visando futura transformação em universidade.

A principal ação educacional na década de 1990 foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9.394/96 cujos princípios da pedagogia das competências já se fazem notar. Esta legislação que disciplinou a educação em todos os seus níveis definiu o ensino médio como a etapa final da educação básica, com duração de 3 anos e definiu como uma de suas finalidades: “Art. 35 - II - a preparação básica para o trabalho e a

cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996).

O discurso da flexibilidade e da aprendizagem contínua, característica do “espírito toyotista”, desponta desde o primeiro momento como uma das atribuições deste nível de ensino, que habilitaria os concluintes para o ensino superior, mas também, para o exercício de profissões técnicas.

Dado ao caráter generalista da LDB 9.394/96 a educação profissional foi regulamentada no ano seguinte por meio do Decreto-lei nº 2.208/97. Por este Decreto a educação profissional passou a compreender os níveis: I - *básico*: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia; *técnico* destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; e o *tecnológico* que corresponderia a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

O decreto regulamentou o nível técnico com uma organização curricular específica e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Já no que tange aos cursos tecnológicos (Lobo Neto, 2006⁸³ apud Frigotto, 2007) explica que o governo utilizou-se do discurso da tecnologia e da “tecnologia” do discurso para organizar cursos de formação profissional paralela, estreita e que dissimulasse a natureza tecnicista da educação profissional, com isso, estabeleceu-se “um direcionamento que reduziu o tecnológico a um *upgrade* da formação técnico-profissional” (FRIGOTTO, 2007, p. 1140).

Na verdade, com as mudanças da base técnica da produção e com os novos modelos de gestão do trabalho, os níveis técnico e tecnológico da educação profissional formariam, respectivamente, operários (com o título de técnicos) e técnicos (com o título de tecnólogos) para o trabalho complexo, enquanto no nível básico seriam formados os operários para o trabalho simples. Um processo resultante da necessidade de se elevar a base de escolaridade mínima de todos os trabalhadores (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005a, p. 47 e 48).

⁸³ LOBO NETO, F.J.S. O discurso sobre tecnologia na “tecnologia” do discurso: discussão e formulação normativa da educação profissional no quadro da lei de diretrizes e bases da educação de 1996. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Ramos (2008, p. 547 e 548) ao analisar as medidas expressas neste mesmo decreto aponta que elas buscaram adequar a formação dos trabalhadores ao regime de acumulação flexível, garantindo:

política de capacitação de massa, com finalidades compensatórias ao desemprego, por isto sustentada no argumento da empregabilidade; barateamento dos cursos profissionalizantes; criação de caminhos alternativos às universidades e, finalmente, o não aniquilamento da necessária camada de técnicos adequados ao processo de reestruturação produtiva, já que os formandos dos cursos de tecnólogos teriam as seguintes características: competências gerais e abstratas desenvolvidas a partir de curso de nível superior e competências específicas adquiridas pela profissionalização. Esta combinação entre competências gerais e específicas seria a síntese da formação flexível.

De acordo com Nascimento (2009) este Decreto-lei foi complementado com outros instrumentos legais e outras ações⁸⁴ durante o governo FHC que objetivaram “qualificar e requalificar os trabalhadores, num processo de transferência da responsabilidade para os próprios trabalhadores por estarem desempregados ou sujeitos a perderem o emprego”.

Dessa forma, a responsabilidade pela qualificação é transferida aos próprios trabalhadores, para que estes possam se colocar disponíveis ao mercado de trabalho. Em outras palavras, não basta apenas o “exército de reserva”, mas um “exército qualificado” para as eventuais vagas que possam surgir. Todavia, quando o sujeito não pode arcar com o ônus da sua formação, o Estado assume esta função diretamente em suas escolas ou em escolas privadas financiadas com recursos públicos.

O Decreto nº 2.406/97 foi revogado em 2004, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprindo os compromissos assumidos com a sociedade durante a campanha eleitoral, o substituiu pelo Decreto 5.154/2004, reestabelecendo a possibilidade de integração entre o nível médio e técnico, principal crítica de setores da sociedade ao texto anterior (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005b).

Com apenas uma pequena mudança de nomenclatura, este decreto manteve a educação profissional organizada em três níveis: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

⁸⁴ Nascimento (2009) destaca os programas de qualificação criados no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

No artigo quarto o decreto estabelece que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, as normas complementares e as exigências das instituições de Ensino. Segundo o decreto, esta articulação poderá ocorrer de duas formas:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso (BRASIL, 2005).

Contudo, Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005b, p. 1093) defendem que “a sobreposição de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso não é o mesmo que integração, assim como não o é a adição de um ano de estudos profissionais a três de ensino médio”. Ou seja, o decreto institucionalizou a complementariedade e a simultaneidade entre o ensino médio e o profissional, mantendo a exemplo do governo anterior a dualidade entre os dois níveis de ensino.

Desse modo, Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005b) consideram que a orientação do decreto e a manutenção das Diretrizes Curriculares Nacionais⁸⁵ para o Ensino Médio e para a Educação Profissional firmadas no governo FHC, representou uma continuidade na política curricular:

marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não havia falta de empregos, mas de ‘empregáveis’ (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 1095).

Kuenzer (2006, p. 906) ao analisar as políticas de educação profissional a partir da década de 2000 também observa que as ações do Governo Fernando Henrique não foram superadas no Governo Lula, alguns deles inclusive tendo sido intensificados. Além disso, indica entre os principais elementos que caracterizaram o cenário das políticas de educação

⁸⁵ O autor se referia a Resolução CEB nº 3 de 26 de junho de 1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Resolução CEB nº 4, de 4 de dezembro de 1999 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, ambas em vigor naquele momento.

profissional nos dois governos a “destruição progressiva das ofertas públicas e o fortalecimento crescente do setor privado, que cada vez recebe mais recursos para realizar funções que são do Estado”.

Para os cursos tecnológicos de nível superior além da mudança na nomenclatura, substituindo *educação tecnológica* por *educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação*, foi garantido também⁸⁶ para os cursos de graduação que “quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento” (BRASIL, 2005).

Em 2008, este Decreto foi incorporado a LDB substituindo os arts. 37, 39, 41 e 42 na forma da Lei 11.741/2008, consolidando o discurso da articulação e da integração das ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Entretanto, conforme mostram os trabalhos de Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005b); Kuenzer (2006) e Ramos (2008) as reformas educacionais na educação profissional serviram para flexibilizar e adaptar a formação dos trabalhadores as necessidades impostas pela reprodução do capital no contexto de acumulação flexível.

Na atual etapa de mundialização e financeirização da economia mundial, organizada sobre as bases da acumulação flexível há uma necessidade cada vez mais acirrada por formações e especializações distintas para os diversos ramos produtivos. Assim, a não qualificação para uma grande massa de trabalhadores, escolarizados, mas sem acesso ao saber científico, cultural, histórico e tecnológico, se combina, com a exigência de trabalhadores com conhecimentos necessários – somente necessários - a operação e reprodução técnica, automatizada, administrativa, agrícola, informacional, entre outras. Em resumo, trabalhadores “qualificados tecnicamente” ou “qualificados tecnologicamente” para servir a determinados processos de valorização do capital seja nas operações industriais, agrícolas, como no setor de serviços.

Para Kuenzer (2007, p. 1168) estas condições adquirem materialidade nas práticas sociais, pois é necessário ao capital:

ter disponível para consumo, nas cadeias produtivas, força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas que, combinadas em células, equipes, ou mesmo linhas, atendendo a diferentes formas de contratação,

⁸⁶ No Decreto anterior esta possibilidade existia apenas para cursos de nível técnico.

subcontratação e outros acordos precários, assegurem os níveis desejados de produtividade, por meio de processos de extração de mais-valia que combinam as dimensões relativas e absolutas.

Na prática, a lógica perversa de reprodução do capital que substitui capital variável por capital constante, implica na multiplicação das formas de subsunção real do trabalho ao capital. Nesta perspectiva, como temos argumentado, a reprodução diversificada da qualificação da força de trabalho em seus diferentes níveis colocada a serviço do capital é um meio necessário a conformação ideológica e “formatação” de trabalhadores as correspondentes relações técnico-produtivas de trabalho, existentes no atual estágio de desenvolvimento capitalista.

Assim, com a aprovação da LDB 9.394/96 e as posteriores regulamentações da educação profissional por meio dos Decretos Federais nº 2.208/97 e dos Pareceres CNE/CES nº 436/01 e no Parecer CNE/CP nº 29/02, foram estabelecidas novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia (Resolução CNE/CP n.º 3, de 18 de dezembro de 2002), que embasaram o Decreto 5.154/2004.

Segundo estas Diretrizes (Art. 2) a educação profissional de nível tecnológico, deve entre outros aspectos:

I - Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; III- *desenvolver competências profissionais tecnológicas*, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; V - promover a *capacidade de continuar aprendendo* e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; VI - adotar a *flexibilidade*, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos; (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, itálico nosso).

A utilização da linguagem neoliberal e os seus respectivos valores toyotistas mostram que os cursos tecnológicos objetivam uma formação aligeirada para atender as demandas específicas de diferentes setores produtivos efetivamente ou potencialmente utilizadores de tecnologia, “além de aliviar a pressão sobre o nível superior, por se tornar uma

alternativa, assumiriam a função de formar técnicos adequados ao novo patamar científico-tecnológico da produção” (RAMOS, 2008, p. 547).

A autora afirma ainda que com as reformas na educação profissional implantadas desde a década de 1990:

se acirra uma concepção utilitarista de ciência e tecnologia, com todas as consequências decorrentes em termos da privatização do processo de produção e de apropriação do conhecimento científico-tecnológico; vincula-se a formação a demandas econômicas, em detrimento das necessidades dos trabalhadores e de um projeto de país soberano (RAMOS, 2008, p. 552).

Com efeito, desde a década de 2000 estes cursos apresentaram um crescimento constante. Em 2002 foram 69.797 matrículas nesta modalidade de ensino, destas 25.871 em instituições públicas e 43.926 em instituições privadas. Em 2012, os cursos tecnológicos⁸⁷ alcançaram a marca de 944.904 matrículas, sendo 140.935 em instituições públicas e 803.969 em instituições privadas (BRASIL, 2013).

Com estes valores os cursos tecnológicos que representavam 5% das matrículas dos cursos de graduação em 1998 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001), passaram a representar 13,5% em 2012. Considerando o interstício ente 2002-2012 os cursos tecnológicos apresentaram crescimento de aproximadamente 1.250%. As vagas públicas cresceram aproximadamente 444% enquanto as privadas 1.730%.

A expansão dos cursos tecnológicos corresponde, dessa forma, as necessidades do mercado por uma formação rápida, diversificada e flexível. Na mesma direção, a massiva propaganda do agronegócio como um mercado em expansão, abre à iniciativa privada condições para criar e expandir cursos afinados aos interesses do mercado, representando uma das dimensões da “pedagogia corporativa” (SAVIANI, 2008), que oculta a natureza, cada vez mais excludente, do mercado de trabalho no campo e na cidade.

Na oferta de cursos superiores tecnológicos em agronegócio há um domínio das instituições privadas, dos 121 em atividade, 91 são particulares. Destes 84 ocorrem na modalidade presencial e 07 na modalidade à distância. Os cursos tecnológicos a distância são

⁸⁷ Na divulgação dos resultados do Censo da Educação Superior 2012, o então Ministro da Educação Aloízio Mercadante declarou que "O segmento que mais cresce em número de matrículas são os cursos tecnológicos". Segundo ele "isso tem muito a ver com o atual momento do Brasil, com o mercado de trabalho aquecido" (BRASIL, 2012).

ofertados por apenas sete instituições privadas⁸⁸, mas que juntas estão autorizadas a disponibilizar mais de 3.500 vagas em polos espalhados por todos os estados brasileiros.

Já os cursos presenciais estão distribuídos por 18 estados da federação: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, sendo que a maior concentração ocorre nos estados de maior desenvolvimento da agricultura capitalista, com destaque para Minas Gerais com 13 cursos, Mato Grosso, Paraná e São Paulo com 11 cursos cada e no Rio Grande do Sul onde são ofertados 10 cursos.

No Estado de São Paulo os cursos privados são oferecidos nos municípios de Adamantina, Andradina, Batatais, Franca, Itapetininga, Lupércio, Penápolis, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista e São José do Rio Preto.

Nas instituições públicas estão ofertados 34 cursos, distribuídos em nove estados conforme apresentado na tabela 4.1, na qual consta também, a instituição, o município no qual ocorre o curso e o ano de início de funcionamento do curso.

Tabela 4.1 – Cursos Superiores Tecnológicos ofertados em Instituições Públicas no Brasil.

Estado	Instituição	Município	Ano de Início de Funcionamento do Curso
Ceará	IF ⁸⁹ CE	Limoeiro do Norte	2009
	IFCE	Quixadá	2009
	IFCE	Quixadá	2010
Maranhão	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Itapecuru-Mirim	Informação Indisponível
Tocantins	IFTO	Palmas	2009

continua.

⁸⁸ As instituições privadas que ofertam o curso superior tecnológico em agronegócio na modalidade a distância são: o Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR); a Universidade de Uberaba (UNIUBE); as Faculdades Integradas Espírito Santenses (FAESA I); a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); A Universidade de Salvador (UNIFACS); O Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e o Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

⁸⁹ Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia.

Estado	Instituição	Município	Ano de Início de Funcionamento do Curso
Tocantins	FEPAF ⁹⁰	Pium	2014
Goiás	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Campos Belos	2012
	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Edéia	2012
	IFGO	Iporá	2012
	IFGO	Rio Verde	2006
Mato Grosso	IFMT	Juína	2011
Mato Grosso do Sul	IFMS	Ponta Porã	2011
Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Silveira Martins	2009
	IFRS	Sertão	2007
	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Pinheiro Machado	2014
	IFFarroupilha	Júlio de Castilhos	2012
	IFFarroupilha	Santo Augusto	2008
	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Dom Pedrito	2009
Minas Gerais	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	Paracatu	2009
São Paulo	IFSP	Avaré	2013
	FATEC-BT	Botucatu	2008
	FATEC- JALES	Jales	2007
	FATEC	Mococa	2008
	FATEC-MC	Mogi das Cruzes	2008
	FATEC	Ourinhos	2008
	FATEC	Presidente Prudente	2007
	FATEC	Presidente Prudente	2007
	FATEC-RP	São José do Rio Preto	2008
	FATEC- TQ	Taquaritinga	2006

Fonte: Plataforma E-mec. Org. Victor Hugo Junqueira.

⁹⁰ Faculdade Propício Antônio de Aguiar Franco – na Plataforma do Ministério da Educação é descrita como Faculdade Pública Municipal.

Os dados dispostos na tabela evidenciam de um lado, a exemplo dos cursos privados, a dimensão espacial da distribuição dos cursos, que correspondem às áreas de maior desenvolvimento de relações capitalistas de produção no campo, na sua fase globalizada, além da afirmação ideológica do agronegócio, por meio de associações e federações patronais. Do outro lado, está a dimensão temporal, a criação e expansão destes cursos, ocorrem a partir de 2005 coincidindo com relançamento da política do agronegócio pelo Estado brasileiro e a maior difusão ideológica pelos representantes do setor, que associam persistentemente, a geração de empregos e renda como uma das principais características do setor.

Em 2010, foram catalogados pelo MEC, 112 graduações em 13 eixos tecnológicos. O curso de agronegócio segundo o catálogo do MEC está incluído no eixo de Recursos Naturais, para quem o tecnólogo em agronegócio é:

o profissional que viabiliza soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor. Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas por este profissional. O profissional do agronegócio está atento às novas tecnologias do setor rural, à qualidade e produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimização da produção e o uso racional dos recursos (BRASIL, 2010, p.106).

É curioso observar a inserção do agronegócio no eixo de Recursos Naturais, ainda que na própria definição do perfil profissional do MEC não se faça qualquer alusão a qualquer dimensão natural, deixando implícito, que se trata, de mais uma forma de expressar a ideologia do agronegócio associando-se a sustentabilidade ou a preservação ambiental. Pois, como advertia Althusser (2008, p. 76) “a reprodução da força de trabalho é garantida nas formas e sob as formas de submetimento ideológico”.

A proposta para a formação do tecnólogo em agronegócio, evidencia a submissão a ideologia dominante e a formação de um trabalhador que viabilize as condições para o crescimento do capital via agricultura, seja pela otimização dos recursos existentes ou pela busca de novos mercados, recursos ou condições gerais que garantam maior competitividade a empresa e favoreçam o crescimento dos negócios.

Com a integração cada vez mais intensa entre os negócios do campo e da cidade, exige-se deste profissional que ele disponha de um conhecimento suficientemente

necessário sobre os diferentes setores da produção, tornando-o flexível para se doar a encontrar soluções para as barreiras criadas ao processo de expansão do capital ou para que possa ocupar distintas funções dentro da empresa, de modo que a extração da mais-valia seja maximizada.

Para aprofundarmos esta discussão analisaremos a proposta pedagógica do curso de Gestão do Agronegócio das Fatecs do Estado de São Paulo, que na região de Ribeirão Preto ocorre no município de Taquaritinga.

4.4 – Análise do Curso Tecnológico de Agronegócio da FATEC.

No Estado de São Paulo nove dos dez cursos de graduação tecnológica em agronegócio oferecidos em instituições públicas foram criados e são mantidos pelo governo estadual, nas Faculdades de Tecnologia (FATECs) ligadas ao Centro Paula Souza.

De acordo com Nascimento (2009, p. 158) a origem das escolas tecnológicas estaduais no Estado de São Paulo remonta ao final da década de 1960 quando o então governador Roberto Costa de Abreu Sodré, criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica⁹¹ (CEET), em 06 de outubro de 1969, com o objetivo de articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino Médio e Superior. A justificativa para a criação desta instituição era a necessidade de “formar mão de obra qualificada para atender à demanda gerada pela expansão da economia e a entrada de muitas multinacionais com suas tecnologias novas”.

Por isso, inicialmente concentrado em cidades da região metropolitana de São Paulo, nas décadas seguintes, acompanhando o movimento de desconcentração industrial, centenas de escolas técnicas difundiram-se para cidades do interior.

Atualmente, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, que administra 213 Escolas Técnicas (Etecs) e 59 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais em 162 municípios paulistas. Segundo informações do Governo do Estado as Etecs atendem cerca de 216 mil estudantes nos Ensinos

⁹¹ Em 1973, a instituição passou a ser denominada de Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (NASCIMENTO, 2009).

Médio, Técnico e Técnico integrado ao Médio. Já nas Fatecs, estudam mais de 64 mil alunos estão matriculados nos cursos de graduação tecnológica (SÃO PAULO, 2014).

A proposta de criação destes cursos oferecem outros elementos analíticos, que possibilitam compreender a atuação do Estado, por meio da educação, como instrumento dos setores vinculados ao agronegócio para a reprodução ideológica e adestramento para o trabalho.

No ano de 2007, primeiro ano do governo José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi lançado um projeto de expansão da rede de Etecs e Fatecs no Estado de São Paulo. No lançamento do programa a Secretaria do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia a quem é vinculada a rede técnica declarou em seu site oficial que a iniciativa de construção das escolas técnicas pode partir do Estado, dos municípios ou das empresas privadas, diante disso, “são identificados os dados demográficos e econômicos da região e estabelecido um trabalho conjunto com a prefeitura e o setor produtivo local para a definição dos cursos a serem ministrados” (SÃO PAULO, 2013).

Desde então foram criados 08 cursos tecnológicos de agronegócio no interior do Estado de São Paulo, nas cidades de Avaré, Botucatu, Jales, Mococa, Mogi das Cruzes, Ourinhos, Presidente Prudente e São José do Rio Preto que se somaram ao já existente na cidade de Taquaritinga⁹². Além disso, o governo criou outros 12 cursos de nível técnico em unidades das Etecs, nas cidades de Adamantina, Andradina, Bebedouro, Cerqueira César, Franca, Jales, Mirassol, Palmital, Penápolis, Piedade, Taquarivaí, Votuporanga, totalizando 21 cursos direcionados ao agronegócio em diferentes cidades do estado.

A proposta pedagógica do curso tecnológico de agronegócio seguindo as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os cursos superiores de Tecnologia possui carga horária de 2.880 horas/aula dividindo-se em 2.400 horas de atividades, mais 240 horas de Estágio Curricular e 160h de Trabalho de Graduação, correspondendo no mínimo a 06 semestres letivos.

De acordo com a proposta pedagógica o objetivo do curso é:

⁹² A Fatec de Taquaritinga foi criada em 1992, iniciando suas atividades no mesmo ano oferecendo o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados. Em 2002, foi criado o Curso Superior de Tecnologia de Produção e em 2006 o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios, pioneiro da FATEC no Estado de São Paulo. Após mudanças nas nomenclaturas dos dois primeiros cursos, atualmente, são oferecidos pela instituição no município, além do curso de agronegócio, os cursos de Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Sistemas para Internet e Produção Industrial.

Formar profissionais com competências tanto em tecnologias de gestão, quanto de produtos e processos, visando o entendimento das principais questões relacionadas ao Agronegócio brasileiro e produzindo, como consequência, direta ou indireta, intervenção na multiplicidade de variáveis dos segmentos agroindustriais públicos ou privados. Além disso, por meio de permanente atualização e investigação tecnológica, pretende-se construir conhecimentos relevantes para a sociedade e igualmente contribuir com a discussão das políticas públicas e privadas relativas ao setor (SÃO PAULO, [s.d.], p. 2).

A proposta não deixa dúvidas que o objetivo do curso é a formação específica para um setor da produção, mas adaptável às mudanças do mercado por meio de permanente atualização.

Segundo as características da produção flexível e atendendo aos desejos das empresas do agronegócio, como anteriormente exposto, o perfil profissional deste tecnólogo aponta para um sujeito com capacidade de *conhecer de tudo um pouco* para realizar múltiplas tarefas de execução, de acordo com a necessidade das empresas.

Em 2011 o Movimento Sou Agro, publicou em sua página na internet reportagem cujo título “o gestor do agro” quando esclarecia que a função do tecnólogo em agronegócio é “desenvolver soluções tecnológicas que fortaleçam a competitividade de todos os setores do agro” (SOU AGRO, 2011).

Para isso, entre as competências presentes na formação deste profissional no curso das Fatecs estão a:

Capacidade para executar intervenção direta ou indireta nos processos do Agronegócio, assim como, controlar e avaliar as múltiplas variáveis encontradas neste segmento produtivo. Aplicar tecnologias e conhecimentos sobre produção vegetal e animal; cadeias agroindustriais; planejamento estratégico; análise e controle de custos de produção; marketing; finanças; gestão da qualidade; políticas agrícolas nacionais e internacionais; organização empresarial; macro e microeconomia; planejamento e controle da produção; gestão de recursos humanos; empreendedorismo; legislação; análise de investimentos; logística; gestão ambiental; tecnologia da informação; administração de estoques; contabilidade; comércio internacional; procedimentos de exportação; políticas agrícolas e desenvolvimento de produtos (SÃO PAULO, [s. d.], p. 2).

Segundo a proposta este profissional deve possuir múltiplas competências, que vão da produção a comercialização dos produtos animais e vegetais, passando pelas etapas de defesa fitossanitária, armazenamento, certificação e marketing, ou seja, a polivalência para executar e aplicar as diferentes funções que podem ser exigidas no mercado de trabalho.

Para alcançar estas competências a matriz curricular do curso (Anexo A) apresenta um conjunto de disciplinas que atendem a alguns requisitos do perfil profissional “ideal” das empresas do setor, que conforme pesquisa realizada por Bergamaschi, anteriormente citada, pode ser dividida em: competências pessoais e de relacionamento interpessoal; habilidades comunicativas inclusive em outros idiomas; competência gerencial, visão abrangente das cadeias de produção e do agronegócio; qualificações técnicas, sintonia com as especificidades do setor.

A tabela a seguir exhibe uma divisão das aulas por eixo de conhecimento, distribuídas em conhecimentos básicos e profissionais.

Tabela 4.2 – Distribuição das aulas do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio por eixos de conhecimento – FATEC.

Disciplinas BÁSICAS	Aulas	%	Disciplinas PROFISSIONAIS	Aulas	%
Inglês	240	8,4 %	Tecnologia Agropecuária e agroindustrial	1160	40,3 %
Português	40	1,4 %	Contabilidade e Custos	80	2,8 %
Espanhol	40	1,4 %	Economia	240	8,4 %
Metodologia	40	1,4 %	Informática e SI	80	2,8 %
Matemática e Estatística	160	5,5 %	Pesquisa Operacional	80	2,8 %
Administração Geral	80	2,8 %	Gestão	520	18,0 %
Direito	40	1,4 %	Transversais	80	2,8
TOTAIS	640	22 %		2240	78 %

Fonte: São Paulo ([s.d.], p. 3).

A distribuição da carga horária do curso demonstra uma formação básica que abrange o domínio da língua portuguesa, da matemática, da pesquisa e noções fundamentais de legislação e administração, mas a prevalência das disciplinas profissionais que se distribuem pelos diferentes campos do conhecimento. Considerando as competências “ideias” propostas pelo agronegócio, a análise dos objetivos e ementas de cada disciplina nos indicam os seguintes resultados.

As competências pessoais e de relacionamento interpessoal são as únicas que não estão explícitas em nenhuma disciplina, pois em tese, elas deveriam perpassar por todo o processo formativo, como demonstram o perfil profissional e o objetivo do curso.

Não obstante, a ementa da disciplina Fundamentos de Gestão de Pessoas aborda conceitos como liderança, motivação, treinamento, avaliação de desempenho e trabalho em equipe, que apesar de não constituírem problemas em si, no contexto do capitalismo flexível, são apropriados e resignificados como meio de “captura da subjetividade” dos trabalhadores e torná-los mais eficientes e eficazes no processo produtivo.

As habilidades comunicativas são abordadas na disciplina de Português (com carga horária de 40h) e nas disciplinas de Inglês I, II, III, IV, V e VI (totalizando 240h) e Espanhol I (40h). A carga horária da língua inglesa demonstra a importância do domínio do idioma para melhorar os negócios das empresas em um cenário de competitividade e comércio mundializado.

Já as competências gerenciais representam 18% da carga horária totalizando 520 horas. Além da Gestão de Pessoas são consideradas nesta área a gestão da qualidade e certificação, marketing, comercialização, comércio internacional, planejamento estratégico, análise financeira e logística no agronegócio. Estas disciplinas buscam oferecer uma visão das variáveis que podem interferir na competitividade dos negócios, objetivando que o profissional possa antecipar problemas ou criar alternativas as atuações das empresas. A disciplina de Marketing, por exemplo, a ementa aponta como tópicos a serem desenvolvidos: a captura de oportunidades e as conexões com os clientes e comportamento do consumidor (SÃO PAULO, [s.d.]).

Contudo, a maior parte da carga horária é concentrada nas competências técnicas que somam 40,3% da carga horária. No decorrer do curso o aluno conhece os principais aspectos da produção animal, vegetal, agroindustrial, agricultura de precisão, defesa sanitária e fitossanitária, além de elaborar projetos para o agronegócio.

O quadro (Quadro 4.2) a seguir exhibe as disciplinas obrigatórias e as respectivas ementas que compõem o núcleo profissional ligado a formação específica. Além destas o aluno pode optar por duas das seguintes disciplinas eletivas: Agricultura Orgânica; Agroecologia; Agroturismo; Biocombustíveis; Econometria Tecnologias Florestais e Tópicos Avançados no Agronegócio.

Quadro 4.2 – Disciplinas e Ementas do eixo Tecnologia Agropecuária e Agroindustrial – FATEC/SP

Disciplinas	Ementas
Tecnologia de Produção Animal I	Animais monogástricos: Características, conceitos gerais e noções de biologia. Classificação de sistemas de produção. Conceitos de genética e genoma. Ambientação e adaptação das raças. Nutrição. Manejo sanitário. Avicultura. Suinocultura. Ranicultura. Piscicultura. Apicultura e outras de importância econômica regional.
Tecnologia de Produção Animal II	Animais ruminantes: Características, conceitos gerais e noções de biologia. Classificação de sistemas de produção. Conceitos de genética e genoma. Ambientação e adaptação das raças. Nutrição. Manejo sanitário. Bovinocultura de corte e leite. Caprinocultura. Ovinocultura. Bubalinocultura. Forragicultura.
Tecnologia de Produção Vegetal I	Origem e desenvolvimento da agricultura. Fatores que interferem na produtividade agrícola. Zoneamento Agrícola. Agricultura Industrial e Agricultura Orgânica. Solo: formação, composição, fertilidade, conservação e manejo. Amostragem do solo para análise; Recomendação de adubação e calagem, prática da adubação de plantas. Plantio convencional e Plantio Direto. Integração agricultura-pecuária
Tecnologia de Produção Vegetal II	Implantação e condução de projetos de produção vegetal de culturas de valor econômico tais como soja, milho, cana-de-açúcar, frutas e hortaliças, entre outras culturas de importância econômica regional, abordando: Importância socioeconômica, ecofisiologia, implantação da cultura, tratamentos culturais e colheita.
Produção Agroindustrial I	Análise dos principais complexos Agroindustriais. Sistemas de produção agroindustrial (beneficiamento, processamento e transformação). Matérias primas para a Agroindústria: características gerais, classificação e padrões de qualidade. Processos agroindustriais: operações unitárias, tecnologias de produção: instalações e equipamentos envolvidos. Conservação e armazenamento das matérias-primas e produtos agroindustriais. Uso de aditivos segundo o MERCOSUL, uso de operações e processos combinados na conservação de alimento.
Produção Agroindustrial II	Instalações agroindustriais. Produtividade. Higiene e boas práticas de fabricação. A água e os efluentes da agroindústria. Estudos de casos de processos agroindustriais com o objetivo de levantamento temático a ser trabalhado no projeto agroindustrial.
Defesa Sanitária e Fitossanitária	Princípios de sanidade e fitossanidade. Normas internacionais e medidas sanitárias e fitossanitárias. Prevenção, vigilância e controle de pragas e doenças. Pragas e doenças quarentenárias. As exigências de inocuidade dos alimentos e as condições sanitárias animais e vegetais para produtos agropecuários em circulação no comércio nacional e internacional. Acordos internacionais.
Agricultura de Precisão	Cartografia básica: latitude, longitude, projeções cartográficas. Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas. Sensoriamento Remoto, elaboração de mapas temáticos. Introdução à agricultura de precisão, conceitos básicos, tecnologias envolvidas. Processo de tomada de decisão em agricultura de precisão.

continua.

Disciplinas	Ementas
Projeto de Agronegócio I	Empreendedorismo e projetos de negócios na agricultura: diagnóstico, estudo de mercado, logística e comercialização. Plano estratégico: orçamentos, viabilidade: econômica, financeira, ambiental, social e política. Gerenciamento e controle das ações planejadas e executadas. Desenvolvimento, sob orientação, de projeto síntese dos conhecimentos obtidos. Elaboração de um plano de negócio de interesse da área.
Projeto de Agronegócio II	Projetos de negócios na pecuária: diagnóstico, estudo de mercado, logística e comercialização. Plano estratégico: orçamentos, viabilidade: econômica, financeira, ambiental, social e política. Gerenciamento e controle das ações planejadas e executadas. Desenvolvimento, sob orientação, de projeto síntese dos conhecimentos obtidos. Elaboração de um plano de negócio de interesse da área.
Projeto de Agronegócio III	Projetos de negócios na agroindústria: diagnóstico, estudo de mercado, logística e comercialização. Plano estratégico: orçamentos, viabilidade: econômica, financeira, ambiental, social e política. Gerenciamento e controle das ações planejadas e executadas. Desenvolvimento, sob orientação, de projeto síntese dos conhecimentos obtidos. Elaboração de um plano de negócio de interesse da área.

Fonte: São Paulo [s.d.], org. Victor Hugo Junqueira

A análise da proposta pedagógica do curso explicita que a formação dos trabalhadores para atuar nas distintas áreas do agronegócio, se por um lado, representa um ganho de conhecimentos, por outro, não ultrapassa os limites para atuação técnica e de execução de diferentes trabalhos exigidos pelo setor.

Assim, se comparado ao curso de bacharelado que objetiva a formação de dirigentes para as empresas ou órgãos públicos do agronegócio, como exemplificamos, com o curso da Unicamp, o curso tecnológico visa à preparação de profissionais que atuem individualmente ou em equipes na execução de múltiplas tarefas determinadas pelos altos comandos das organizações, ou ainda, que por sua atuação em determinado setor visualizem mudanças que ampliem a competitividade dos negócios capitalistas.

Embora, nos faltem dados empíricos, os elementos presentes na proposta pedagógica do curso tecnológico da Fatec aponta para a formação de um trabalhador multitarefa, que neste caso,

significa a capacidade de adaptar-se a múltiplas situações complexas e diferenciadas, que demandam o desenvolvimento de competências cognitivas mais sofisticadas que permitam a solução de problemas com rapidez, originalidade e confiabilidade. Para tanto, há que assegurar formação avançada, que articule as dimensões geral e específica (KUENZER, 2008, p. 495).

A expansão dos cursos direcionados ao agronegócio se apresenta, portanto, como uma importante estratégia para a reprodução da qualificação da força de trabalho pelo capital no campo, que no seu processo de reestruturação produtiva, passa a exigir novas funcionalidades dos trabalhadores, com qualificações diferenciadas e com competências multifuncionais e para se inserirem em distintos setores e momentos da produção. Em suma, trata-se da formação de um trabalhador que pode ser usado, reusado ou recusado em diferentes trabalhos e momentos, de acordo, com a viabilidade deste processo.

Há que se destacar ainda que, implícito a este processo, há o caráter ideológico, que ao associar o agronegócio à geração de empregos e renda, serve para propagandar que os novos cursos técnicos, tecnológicos, sequenciais ou de bacharelado vinculados ao agro são sinônimos de empregos promissores. Este discurso é especialmente, apropriado pelas instituições privadas na tentativa de conquistar novos alunos.

Desse modo, também por meio do ensino superior, evidencia-se a instrumentalização dos trabalhadores com qualificações desiguais e diferenciadas para o seu processo de reprodução do capital e sua formas de submissão a ideologia dominante.

CONCLUSÕES

O materialismo histórico e dialético nos ensina que o concreto real é o ponto de partida e o ponto de chegada, sendo que o segundo é resultado do movimento dialético entre o empírico e o abstrato, pelo qual o concreto é apropriado pelo pensamento. Assim, as premissas que partimos no início desta pesquisa nos colocam agora o desafio do processo de síntese da análise do movimento do real enquanto objetividade, historicidade e totalidade.

Nesse sentido, o exame das transformações no capitalismo agrário, transfigurado em agronegócio e suas relações com a educação, não obstante, enfoque a região de Ribeirão Preto – SP, não se limitou a ela. A totalidade e a historicidade das transformações do capitalismo só podem ser encontradas no movimento do capital e nas suas contradições com o seu polo diretamente oposto: o trabalho. E o capital, como já expunham Marx e Engels (1998) não têm pátria, pois, a burguesia na busca por mercados em expansão, para estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todas as partes acabou por invadir todo o globo, porém em um movimento desigual e combinado.

A expansão de empresas multinacionais para diferentes países do globo na segunda metade do século XX, entre eles, o Brasil é um processo marcante da necessidade do domínio de novos mercados, que implicou em profundas transformações econômicas e sociais, acelerando o processo de industrialização e modernização técnica da agricultura.

Com isso, se ampliou os processos de dominação territorial e controle da produção e do trabalhador pelo capital em todo o país. Na região de Ribeirão Preto isto representou concretamente, como mostramos, a ampliação da concentração de terras, o domínio da monocultura canavieira, a expulsão dos trabalhadores do campo, a intensificação da exploração do trabalho e a submissão de pequenos proprietários às relações econômicas e comerciais impostas pelo capital.

Neste período ocorreu ainda a submissão da agricultura a indústria, tornando a, em uma ponta, dependente dos insumos e equipamentos industrializados, e na outra, produtora de matérias-primas necessárias ao processo industrial. Esta relação contribuiu para uma aproximação gradativa entre o campo e a cidade, pelo ciclo de reprodução do capital consolidando as bases do desenvolvimento capitalista da agricultura, que passou a ser regida pelos mesmos vetores da produção industrial.

Por conseguinte, o advento da reestruturação produtiva do capital em curso nos países centrais do capitalismo desde o final da década de 1970, mas difundidos no Brasil, especialmente, a partir da década de 1990, impôs mudanças a agricultura, tanto em relação à produção como nas relações de trabalho necessárias a reprodução do capital.

A aceleração dos fluxos de capitais, a produção *just in time*, a mundialização dos mercados e o domínio do capital financeiro exigiu que a agricultura respondesse as novas demandas da indústria. Para tanto, a utilização da engenharia genética, de modernos implementos agrícolas, previsão do tempo, utilização de agrotóxicos e fertilizantes em larga escala ampliou os ganhos de produtividade da agricultura e passou a demandar maior qualificação dos trabalhadores do campo.

Além disso, a internacionalização da produção abriu novos mercados aos produtos brasileiros e facilitou a entrada do capital internacional (transnacionais agropecuárias, bancos, agentes financeiros, etc.) que passaram a dominar todas as etapas da produção e tornou o país uma plataforma mundial de exportação de commodities.

Em resumo, a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo no campo caracterizada pelos processos de reestruturação produtiva do capital submete a produção agrícola aos desígnios do mercado internacional por meio das grandes corporações transnacionais e do capitalismo financeiro.

Como era de se esperar, este processo não superou as bases arcaicas da questão agrária brasileira que remontam ao passado colonial, ao contrário, potencializou a concentração de terras, a sujeição do pequeno produtor ao capital, criou novas formas de expropriação e exploração do trabalhador e continua a causar impactos ambientais, por meio da expansão da fronteira agrícola, do uso de agrotóxicos e da monocultura.

É materialmente ancorada nesta realidade que o capitalismo procura legitimar socialmente esta nova etapa da agricultura, que pela sua lógica não pode superar os problemas que cria. São estas condições que nos levam a afirmar que o agronegócio representa a atual ideologia do capitalismo que se reproduz via agricultura.

Esta ideologia traz como elemento central o argumento de que as transformações tecnológicas pelas quais passaram a agricultura nas últimas décadas, deixaram na “história” o atraso, representado na figura do “Jeca Tatu”, mas, também da concentração de terras e dos problemas ambientais. E mais, agora se abre um futuro de progresso, sustentabilidade e geração de emprego e renda no campo.

A exemplo da ideologia da “revolução verde” dos anos 1950 e 1960, fase de expansão das empresas multinacionais para a periferia do capitalismo, que prometia acabar com a fome e garantir renda aos agricultores, o discurso do agronegócio traz consigo a promessa de um futuro de prosperidade, objetivando apoio social junto ao Estado para as suas reivindicações de mais recursos financeiros e políticas favoráveis para que este futuro seja possível.

Trata-se, portanto, do ponto de vista da classe dominante, do momento de renovação ideológica, que em última instância objetiva garantir a reprodução das relações de produção, para que a sociedade aceite sem contestação a permanência das desigualdades e da exploração.

Conforme mostraram os trabalhos de Bruno (2012); Mendonça (2013); Scherma (2010) e Souza (2011), para convencer a sociedade da necessidade do agronegócio universalizando seus interesses particulares, o setor dispõe de um forte aparato ideológico de comunicação de massa, tais como, a propriedade de canais de televisão, as inserções publicitárias em rádio, redes de televisão, internet, a utilização de espaços em jornais pelos intelectuais orgânicos do setor, que em diferentes linguagens e em escala nacional propagam o agronegócio como sinônimo de modernidade, prosperidade e bem comum.

Esta persuasão ideológica se faz presente também, por meio dos programas educacionais patrocinados pelas associações de classe que atuam na educação básica demonstrando a importância da educação escolar para a reprodução da ideologia dominante, pois carrega em si o caráter de saber universalmente válido e institucionalizado.

Nesse sentido, para os intelectuais orgânicos do setor, a consolidação de uma sociedade urbana no Brasil e o “conhecimento” ou o desconhecimento de professores e jovens sobre a realidade de um campo que não existe mais, reproduzida especialmente pelos livros didáticos precisa ser desconstruída e transformada de modo a destacar a eficiência, produtividade, sustentabilidade e geração de emprego e renda da produção capitalista.

Para tanto, o agronegócio se apresenta nos discursos educacionais como um modelo único e unificador da produção no campo. Todos fazem parte do agronegócio do pequeno ao grande produtor. As desigualdades são transformadas em diferenças tecnológicas e de produtividade. Neste contexto, a reforma agrária só é admitida se realizada sob controle do mercado ou para atender aos seus interesses e qualquer forma de contestação política ao

agronegócio é entendida como ideológica (atribuindo a esta uma conotação unilateral e negativa) ou prejudicial aos interesses nacionais.

Desse modo, o exame destes programas educacionais nos permite concluir que:

- ✓ o agronegócio procura internalizar na consciência dos sujeitos desde a infância a importância do agronegócio para a sociedade, e conseqüentemente assegurar o apoio (presente e futuro) da sociedade para as reivindicações por políticas estatais direcionadas e em benefício exclusivo do setor.
- ✓ O agronegócio enquanto ideologia capitalista objetiva a manutenção da reprodução das relações de produção, preservando o apoio político entre a população urbana. Por isso, suas inserções não se limitam a escolas rurais, mas predominantemente, nas escolas urbanas onde está o maior público.

Todavia, como o papel da escola não é simplesmente garantir a submissão ideológica, mas também atuar na reprodução da qualificação da força de trabalho, por isso, os programas educacionais do agronegócio buscam atrair jovens para trabalhar em diferentes funções no setor, estejam elas disponíveis no campo ou nas indústrias, contribuindo, assim, para renovar a oferta de mão de obra para a reprodução da qualificação da força de trabalho.

A relação entre agronegócio e educação não se limita, portanto, a dominação ideológica no sentido de legitimação das contradições do desenvolvimento capitalista no campo, mas atuam também na preparação do futuro consumidor, trabalhador e eleitor.

Se na educação básica o jovem é apenas “convidado” a ingressar nas atividades do setor por meio de visitas as empresas e pela divulgação de informações sobre geração de emprego, na educação superior a criação de cursos que trazem em sua denominação o termo agronegócio, cumpre a função específica de preparar o trabalhador para atender as novas demandas da reprodução do capitalismo.

No contexto de reestruturação produtiva e mecanização da produção há uma massa de trabalhadores que se tornaram “descartáveis” para o capital, cujo agronegócio apresenta-se apenas como uma “promessa” de geração de emprego e renda.

Por outro lado, esta nova fase de reprodução do capitalismo no campo, também, tornou-se exigente de um conjunto de trabalhadores escolarizados para atuar em diferentes funções nas empresas do agronegócio estejam elas no campo ou na cidade. Para este segundo grupo de trabalhadores, os preceitos da formação toyotista baseados no discurso

da competência, flexibilidade, polivalência estão igualmente presentes, ainda que agindo na qualificação desigual e diferenciada de trabalhadores que se articulam nos processos produtivos. Sobre isto, a pesquisa evidenciou que:

- ✓ Enquanto os cursos de bacharelado em agronegócio forma gestores para ocupar postos importantes na hierarquia funcional em organizações públicas e privadas; os cursos tecnológicos em agronegócio preparam o trabalhador com competência e flexibilidade para *conhecer de tudo um pouco* da cadeia produtiva do agronegócio e assim, realizar múltiplas tarefas de execução, de acordo com a necessidade das empresas.
- ✓ Em ambas as situações o capital atribui ao próprio sujeito a responsabilidade por arcar com os custos do seu processo de formação, para estar disponível de acordo com as necessidades do mercado, caso elas sejam necessárias. Porém, quando estes não podem custear sua qualificação, esta prerrogativa é transferida ao Estado, que passa a internalizar os custos da formação dos trabalhadores, seja diretamente em suas instituições ou repassando recursos para instituições privadas.

As conclusões desta pesquisa afirmam, portanto, que no atual contexto de reprodução do capitalismo no campo a educação em diferentes níveis para o agronegócio representa um meio importante para reproduzir as relações de produção, garantindo acesso a políticas públicas, mas também, como meio de formação técnica e profissional, para reproduzir a qualificação da força de trabalho, necessária ao desenvolvimento do capital.

Por isso, consideramos, a partir do nosso referencial teórico, que a articulação entre educação, ideologia e trabalho constitui um caminho necessário para compreender as contradições das políticas educacionais que estão sendo desenvolvidas no campo e na cidade.

Nesta perspectiva é que questionamos os estudos sobre educação do campo, que entendem o campo pelo campo, ou defendem a necessidade de uma educação específica para o campo, ou ainda que afirmem que o protagonismo dos movimentos sociais nos debates e na formulação de políticas educacionais dirigidas as escolas rurais substituiu a antiga educação rural, por uma nova educação do campo.

É isto que se depreende quando os intelectuais ligados ao Movimento por uma Educação do Campo afirmam que:

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como

instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010, p. 240).

Apesar de considerarmos imprescindível a participação dos movimentos sociais na luta por formulação de políticas que atendam aos interesses dos trabalhadores é importante não perdermos de vista a historicidade do desenvolvimento do capitalismo no campo, a totalidade do processo social e as novas diretrizes de reprodução do capital. Nesse sentido, opor a *educação rural* – instituída pelos organismos oficiais e dirigida pelo capital - a *educação do campo* igualmente instituída pelos organismos oficiais, mas com maior participação dos movimentos sociais, em nada altera o fato concreto de que a permanência do homem no campo depende estruturalmente das condições objetivas de produção.

Além disso, como demonstramos ao longo desta pesquisa, ao capital atualmente, também interessa a ampliação da escolarização no campo, adequando-se os trabalhadores as novas demandas dos processos produtivos. É claro que esta escolarização não objetiva uma formação ampla e o acesso ao saber historicamente construído, mas a escolarização adequada ao processo de valorização do capital, sendo indiferente se o trabalhador resida no campo ou na cidade.

À vista disso, a oposição ao domínio do capital no campo e as suas correspondentes políticas educacionais não pode partir de premissas que dividam os trabalhadores em espaços de vivência ou que defendam um pragmatismo educacional que opõe cidade e campo, camponeses e assalariados, como se para cada espaço fosse necessário uma educação diferenciada.

Ao contrário, o enfrentamento às políticas do agronegócio deve partir da contradição central do capitalismo, ou seja, o conflito capital-trabalho. Isto implica no campo educacional, entendido aqui, não como um espaço monolítico, mas um espaço de contradições e disputas em defender uma pedagogia na qual os conceitos de emancipação e autonomia transcendam o seu caráter utilitarista e individualista e representem o interesse de toda uma classe: a classe trabalhadora.

Quiçá este caminho não nos permita um enfrentamento mais consistente teoricamente à invasão das políticas do agronegócio para a educação, desmitificando a ideia de que as representações ideológicas, embora, úteis à reprodução das relações sociais de

produção, não representam o motor da história, o que significa entre outras coisas, admitir que transformar a educação para os trabalhadores significa ir além de substituir uma palavra por outra.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. Entre o passado e o futuro. **Folha de São Paulo**. Mercado. 19 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/89307-entre-o-passado-e-o-futuro.shtml>>. Acesso em: 15 de set. de 2014.

_____. **Pronunciamento na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado**. 15 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/videos/audiencia-publica-na-comissao-de-educacao-do-senado-federal>>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALVES, F. J. C. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n.3, p. 90-98, set./dez. 2006.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaio de Sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. 288 p.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. 168 p.

_____. Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil. **Morfologia Social do Trabalho na década de 2000**. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=6024>> Acesso em: 10 de abril de 2013.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Carta da Anfavea**, n. 320, jan. 2013. Disponível em: <www.anfavea.com.br/cartas/Carta320.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal: (Collor, FHC, Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. Campinas: Editora Cortez, 2011.

ARAÚJO, N. B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. **O Complexo agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.

ARCE, A. Compre um kit neoliberal para educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, v.22, n.74, p.251-283, abr.2001.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a14v2274.pdf>>. Acesso em: 02 de outubro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 2º parte. 135f.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. (ABAG). **Agribusiness brasileiro: a história**. São Paulo: Evoluir, 2002.

_____. **Publicação Comemorativa dos 20 anos da ABAG**. 2013. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/pdf/Caderno-20-anos.pdf>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO (ABAG/RP). **Agronegócio na escola**. 2013a. Disponível em: <<http://www.abagr.org.br/atividadesAgronegocioEscola.php>>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

_____. **Cartilha agronegócio: Sua vida depende dele**. Local: Ribeirão Preto. ABAG/RP. [s.d.].

_____. **Comunicação no AGRO**. Set. 2011. Disponível em: <www.abrapa.com.br/biblioteca/.../Comunicação%20no%20Agro.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2012.

_____. **Informativo AgroNegócio: Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: ABAG/RP. Edições de nº 01 de jan. 2001 a nº 132 set./out. 2013.

_____. **Valorização Institucional**. 2013b. Disponível em: <<http://www.abagr.org.br/acao-valorizacao-institucional.php>>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2013. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BATALHA, M. O. et. al. **Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional**. Jaboticabal: Editora Novos Talentos, 2005.

BEZERRA NETO, L. A difícil, mas necessária relação entre os movimentos sociais e a universidade: “educação e movimentos sociais: práticas pedagógicas, desafios e novos rumos”. In: BEZERRA NETO; BEZERRA; SANTOS NETO (Orgs.). **Na luta pela terra, a conquista do conhecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 13-64.

BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S. A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 251-272, ago. 2010. Disponível em: <

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art16_38e.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2013.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA, NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, p. 1- 21, set. 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2013.

BORIN, A. L. dos S. **A “nova” senzala é logo ali:** ao lado da “Capital do agronegócio”; lá nos fundos dos canaviais sertanezinhos. 2011. 279 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

BORRÁS, M. A. A.; CÔRREA, M. B. P.; BATALHA, M. O. **Recursos humanos para o agribusiness brasileiro.** In: 18. Encontro nacional de Engenharia de Produção, (ENEGEP), 1998, Niterói. Anais do XVIII ENEGEP, Niterói, 1998. p. 1 – p. 8. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART057.pdf> 20 de fevereiro de 2014.

BRANDÃO, N. A; DIAS, E.F. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. In: **Trabalho & Educação**, v.16, n.2, p.81-92, jul./dez.2007. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>>. Acesso em: 08 de outubro de 2013.

BRASIL. **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2014.

_____. **Decreto n. 5.154**, de 23 de junho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 16 de jan. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil teve mais de 7 milhões de matrículas no ano passado.** 2012. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado. Acesso em: 11 de fevereiro de 2014

_____. **Censo da Educação Superior 2012.** 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado> Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 14 de jan. 2014.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano agrícola e agropecuário 2013/2014.** 2013a. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/PAP%202013%202014/FINAL_Apresentacao%20Baixa%202.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia.** 2013b. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS_PRODUTORES_15_02_2013.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Projeções do Agronegócio Brasil 2011/12 a 2021/22.** 2012, 50p. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20\(2\)\(1\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20(2)(1).pdf)>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, 2010. 73 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content&> . Acesso em: 02 de março de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de educação profissional e tecnológica.** 2009. 8p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano Safra da agricultura familiar 2013/2014.** 2013. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/plano_Safra_agricultura_familiar_2013.2014_mda.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

_____. Ministério do trabalho e emprego. **NR 31:** segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR31%20\(atualizada\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR31%20(atualizada).pdf)>. Acesso em: 23 de agosto de 2014.

BRASILAGRO. **Cresce a concentração de terras na região de Ribeirão Preto.** 02 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/9/21460>>. Acesso em: 03 de julho de 2013.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC editora, 1987.

BRUNO, R. “Agronegócio, palavra política”. In: _____. **Um Brasil ambivalente:** Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: MauadX/Edur, 2009.

CARVALHO, J. G. **Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo:** o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto. 2011. 209f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASSIN, M. **Louis Althusser e o papel político/ideológico da escola**. 2002. 154f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O que é ideologia**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (CNA). **Escola viva**. 2013. Disponível em: <<http://www.icna.org.br/projetos-e-programas/projeto-escola-viva>>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer: CNE/CES n. 436**, de 02 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

_____. **Parecer: CNE/CP n. 29**, de 03 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

_____. **Resolução CNE/CP n.º 3**, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

COOPERSUCAR. **Usinas sócias safra 2013/ 2014**. 2013. Disponível em: <<http://www.copersucar.com.br/>>. Acesso em: 23 de Julho de 2013.

COSTA, G. F. **Caracterização do Setor Sucoalcooleiro na Mesorregião de Ribeirão Preto**. Piracicaba: Universidade de São Paulo: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 27p. 2011. Disponível em: <esalqlog.esalq.usp.br/files/biblioteca/arquivo3782.PDF>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

COSTA, H. S de M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, p. 55-71, mar.2000.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, São Paulo, n.16, p. 75-107, 2007.

DIAS, E. F. O dezoito: um golpe e sua decifração (para uma crítica da política). In: **Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, p. 113 – 141, 2008.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Campi, 21)

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Carta a Franz Mehring**. 14 de julho de 1893. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1893/07/14.htm#n300>>. Acesso em: 13 de set. de 2014.

ESPM; ABAG/RP; IPESO. **A percepção da população da zona urbana da região de Ribeirão Preto sobre o agronegócio**. 56p. 2013. Disponível em:<<http://www.abagr.org.br/media/pdf/abagr-pesquisa-percepcao-regional.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST- Movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Estado de São Paulo. 1994. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.173-238.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. A pesquisa em Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FOLHA DE S. PAULO. **Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP**. Caderno Mercado. 29 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2904200702.htm>>. Acesso: 02 de agosto de 2013.

_____. **Presidente Lula chama usineiros de heróis**. Poder. 20 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>>. Acesso em: 05 de abril de 2012.

_____. **“Riqueza e Senzala”**. Caderno Mais. 24 de agosto de 2008, Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2408200813.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

_____. **SP atinge 65% da colheita mecanizada de açúcar**. Cotidiano Ribeirão Preto. 30 de março de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1069446-sp-atinge-65-de-colheita-mecanizada-de-cana-de-acucar.shtml>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf> >. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

_____. Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 73-102.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____ (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 21-56.

_____. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial, out. 2005b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

FUNDAÇÃO BUNGE. **Comunidade Educativa**. 2013. Disponível em: <<http://www.fundacaobunge.org.br/projetos/comunidade-educativa/>>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

GLOBO. COM. **Favelas concentram população de 25 mil moradores em Ribeirão Preto, SP**. 03 de abril de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2012/04/favelas-concentram-populacao-de-25-mil-moradores-em-ribeirao-preto-sp.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários** (vários anos: 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos Demográficos** (vários anos: 1970 – 2010). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos Econômicos de 1985**: censo agropecuário. São Paulo: IBGE, 1985.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. 1990. Disponível em: <http://www.Ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Relatório N° 40.670**. Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos e estabelecimento de diretrizes técnicas para elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. São Paulo, 2000.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Projeto Escolas Rurais**. 2010. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas_Rurais_no_Brasil_2010_0.pdf> . Acesso em: 08 de julho de 2013.

JACOMELI, M. R. M. Políticas para o Currículo Escolar: Significados e Implicações para a Escola. **Jornal APASE**, v.19, n.179, p.3-6, out.2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2014.

_____. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14 de maio de 2013.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-92.

_____. Reforma da educação profissional ou ajuste do regime de acumulação flexível? **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov.2007/fev.2008. Disponível em: < <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r183.pdf>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2014.

LANDAU, E. C. et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Documentos/Embrapa Milho e Sorgo, 2012. 199p. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77505/1/doc-146.pdf>> Acesso em: 16 de dezembro de 2013.

LÊNIN, V.I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil, Debates, 1980.

_____. **Que fazer?**: as questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1978a.

_____. **Lênin**: política. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática: 1978b.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LOMBARDI, J.C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 377 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. (Coord.). **Textos sobre Educação e Ensino**: Karl Marx e Friedrich Engels. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MACHADO, M. H. F. Urbanização e sustentabilidade ambiental: questões de território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 3, p. 81-95, nov. de 2000.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova** [online], São Paulo, n.23, p. 7-37, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>>. Acesso em: 12 de ago. de 2014.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Os Economistas)

_____. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**: prólogo de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Crítica a novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, M. L. R. F de. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de agronegócio. 2013. 214f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENTEN, J.O.M. O tema defesa vegetal nas escolas públicas. **Revista Defesa Vegetal**, São Paulo, edição especial, p.16-19, nov./dez. 2010.

MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FILHO, P. de S. C. E. O perfil do apoio do BNDES ao setor Sucroalcooleiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p.3-36, set. 2008. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2801.pdf >. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

MORAES, M. A. F. D. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 11, n.4, p. 605-619, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n4/08.pdf>>. Acesso em: 26 de julho 2013.

MOREIRA, A. C. A educação que transforma o mundo. **Revista Defesa Vegetal**, São Paulo, edição especial, p. 16 -19, nov./dez. 2010.

NASCIMENTO, M. N. M. **História, Trabalho e Educação**: relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório São Paulo 2011. Outubro de 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_saopaulo_2011.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2013.

NEVES NETO, C. de C; HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado brasileiro no processo de modernização agrícola e a incorporação do conceito de Microbacias Hidrográficas nas políticas públicas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, n.31, p. 94-109, 2009.

NOVA CANA. **Desembolsos do BNDES para o setor sucroalcooleiro já superam 2012**. 30 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.novacana.com/n/industria/investimento/desembolsos-bndes-aportes-agricolas-usinas-300713/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Quinze grupos dominam produção de etanol**. Economia & Negócios. 24 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,quinze-grupos-dominam-producao-de-etanol,1046224,0.htm>>. Acesso em: 31 de julho de 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Governo zera imposto de importação do feijão**. Economia & Negócios. 24 de junho de 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,governo-zera-imposto-de-importacao-do-feijao,157424,0.htm>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007a. p. 63 - 110.

_____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U; MEDEIROS, M. I. (Org.). **O campo no século XXI**: territórios de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007b. 184p.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, L. M. T. de.; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVETTE, M. P. de A.; CAMARGO, F. P. de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.6, p. 68-76, jun. 2009.

PASSADOR, C. S. et.al. Aspectos socioeconômicos dos municípios produtores de etanol na microrregião de Ribeirão Preto – SP. In: II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, 2013. São Carlos. **Anais do II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**, São Carlos: UFSCar, 2013. p.1-15. CD-ROM.

PAULILLO, L.F.; MELLO, F. O. T. Metamorfoses da rede de poder sucroalcooleira paulista e desafios para autogestão setorial. In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.52, n.1, p. 41-62, jan./jun. 2005. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-05-3.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. In: **REN** - Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 411 – 424, jul./set. de 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140> Acesso em: 20 de jul. de 2014.

PROJETO AGORA. **Caderno do Professor**: estudo municípios canavieiros 2011. São Paulo: Editora Horizonte, 2011a.

PROJETO AGORA. **Estudo Municípios Canavieiros 2013**. Bioeletricidade. São Paulo: Editora Horizonte, 2013.

PROJETO AGORA. “**Quem é quem no mundo da cana-de-açúcar.** São Paulo: Editora Horizonte, 2011b.

PROJETO AGORA. **Relatório Final:** Estudo Municípios Canavieiros 2011. São Paulo: Editora Horizonte, 2011c.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 545-558, nov.2007/fev.2008. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r187.pdf>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2014.

RANIERI, J.; SILVA, N.R. A ideologia e sua fundamentação no trabalho. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 179-195, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4757>>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Setor em ascensão.** Agosto de 2011. Disponível em <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/153/artigo234704-1.asp>>. Acesso em: 21 de out. de 2013

RODRIGUES, R. Rumos do Agronegócio. **Folha de São Paulo**, Opinião. 27 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/68505-rumos-do-agronegocio-brasileiro.shtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

ROMÃO, L. M. S. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, p. 1-13, 2006.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de. A. Apresentação: Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. In: LÊNIN, V. I. **O Imperialismo:** fase superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

SANFELICE, J. L. A história da educação e o currículo escolar. **Jornal APASE**, v.19, n.179, p. 3 - 6, 10 out. 2008.

_____. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação:** debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 69-94.

_____. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J.C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação:** história, filosofia e temas transversais. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2009. p. 3 -12.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 16. ed. São Paulo: Record, 2008.

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set. 2012.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. **Escola e democracia**. 39. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n.034, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SÃO PAULO. Centro Paula Souza. **Perfil e histórico**. 2014. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>> Acesso em 03 de março de 2014.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio**, [s.d.]. 23 p. Disponível em: <http://fatecitapetininga.edu.br/wp-content/uploads/2012/04/PROJETO_PEDAGOGICO_AGRONEGOCIO_ATUAL.pdf> . Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

SÃO PAULO. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Expansão da rede de Etecs e Fatecs**. 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/noticias/?ID=808>> Acesso em 10 de junho de 2013.

SHERMA, C. C. **Discursos, Hegemonia e Agronegócio**: tensão e luta de classes no contemporâneo. 2010. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 196-240, mai./ago. 2010.

_____. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006.

STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: _____. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.19-38.

SOUZA, S. M. R. de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SOU AGRO. **Fernando e Sorocaba estimulam jovens a permanecer no campo.** 15 de junho de 2012. Disponível em: <<http://souagro.com.br/fernando-e-sorocaba-estimulam-jovens-a-permanecer-no-campo/>>. Acesso em: 12 de março de 2014.

_____. **O gestor do agro.** 09 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://souagro.com.br/o-gestor-do-agro/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

SYNGENTA. **Projeto escola no campo.** 2013. Disponível em: <<http://www.syngenta.com/country/br/pt/responsabilidade/projetos/Pages/projetoescolanocampo.aspx>>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

TEIXEIRA, G. Os indícios do agravamento da concentração de terra no Brasil no período recente. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.89-102.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: III Jornada de Estudos sobre assentamentos rurais, 2007, Campinas. **Anais da III Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais.** Campinas, Feagri/Unicamp, jun./2007, p. 1 - 42. CD-ROM.

_____. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohídronegócio: uma nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n.1, p. 8- 34, jun.2008.

_____. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Empresas.** 2013. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/empresas>>. Acesso em: 23 de Julho de 2013.

_____. **Histórico e missão.** 2014a. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/historico-e-missao/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

_____. **Projeto Agora.** 2013. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/projeto-agora/>> . Acesso em: 09 de julho de 2013.

_____. **Projetos e iniciativas.** 2014b. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/projetos-e-iniciativas.php>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. **Projeto Pedagógico do Curso de Gestão do Agronegócio.** Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA. 2012. 96 p. Disponível em: <<http://www.fca.unicamp.br/documents/fca-ppc-agronegocio.pdf>>. Acesso em: 05 de novembro de 2013.

ANEXO

Anexo A – Matriz curricular do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da FATEC.

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA DIDÁTICA SEMESTRAL POR TIPO DE ATIVIDADE CURRICULAR (teóricas, práticas e de projetos) DISTRIBUIÇÃO DA CARGA DIDÁTICA SEMESTRAL

Sigla	RELAÇÃO DE DISCIPLINAS	CARGA DIDÁTICA SEMESTRAL			
		Tipo de atividade curricular			
		Teoria	Prática	AAP	TOTAL
1º Semestre					480
AAG-001	Administração geral	80			80
MCA-002	Cálculo	80			80
CEF-002	Fundamentos do agronegócio	40			40
INF-106	Informática aplicada ao agronegócio	20	20		40
LIN-100	Inglês I	40			40
LPO-100	Português	40			40
BVP-001	Tecnologia de produção animal I	40	40		80
BAP-003	Tecnologia de produção vegetal I	40	40		80
2º Semestre					480
CEA-003	Associativismo e cooperativismo	40			40
CEA-002	Economia e políticas agrícolas	80			80
MET-001	Estatística básica	20	20		40
AGQ-004	Gestão da qualidade e certificação	40	40		80
LIN-200	Inglês II	40			40
TTG-001	Metodologia da pesquisa científico-tecnológica	40			40
BVP-002	Tecnologia de produção animal II	40	40		80
BAP-004	Tecnologia de produção vegetal II	40	40		80
3º Semestre					480
BAA-001	Agricultura de precisão	40	40		80
CCG-001	Contabilidade	40			40
BAD-001	Defesa sanitária e fitossanitária	40			40
ECI-001	Infraestrutura do agronegócio	40			40
LIN-300	Inglês III	40			40
PAM-002	Marketing	80			80
MMF-001	Matemática financeira	20	20		40
EPI-101	Produção agroindustrial I	40	40		80
BMS-001	Saúde e segurança ocupacional	40			40
4º Semestre					480
CCF-001	Análise financeira	40			40
CCC-003	Custos e orçamentos no agronegócio	40			40
AGE-002	Planejamento estratégico	40			40
LIN-400	Inglês IV	40			40
DND-001	Noções de direito	40			40
MPO-100	Pesquisa operacional	40	40		80
EPI-102	Produção agroindustrial II	40			40
TPA-101	Projeto de agronegócio I	40	40	80	160
5º Semestre					480
CEC-001	Comercialização	80			80
AGR-001	Fundamentos de gestão de pessoas	40			40
AGA-001	Gestão ambiental	40			40
LIN-500	Inglês V	40			40
JAA-001	Logística no agronegócio	40	40		80
TPA-102	Projeto de agronegócio II	20	20	80	120
ISI-006	Sistemas de informação no agronegócio	20	20		40
	Eletiva – 2 aulas				40
6º Semestre					480
CEA-005	Arranjos produtivos	40			40
CEI-103	Comércio internacional	80			80
LES-100	Espanhol I	40			40
LIN-600	Inglês VI	40			40
TPA-103	Projeto de agronegócio III	40	40	80	160
	Eletiva – 6 aulas				120
TOTAL DE AULAS					2880
CARGA HORÁRIA					2400
ESTÁGIO (240h) + TRABALHO DE GRADUAÇÃO (160h)					400
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO, EM HORAS					2800